

# OMALÓN DE 1801

A Guerra das Laranjas  
e suas implicações na  
América Meridional



Fernando Camargo

# OMALÓN DE 1801

**A Guerra das Laranjas  
e suas implicações na  
América Meridional**

2001

Clio Livros



Copyright © Editora Clio Livros

*MAJESTY - Comunicação & Arte*  
Capa e Diagramação

*"La vuelta del malón". Angel Della Valle.*  
Imagen da Capa

---

C172m Camargo, Fernando

O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional / Fernando Camargo.  
- Passo Fundo: Clio, 2001.  
351 p.

1. História 2. Guerra das Laranjas 3. História política  
4. História Ibero-Americana 5. América do Sul 6. Título

CDU: 98

---

Catalogação na fonte: bibliotecária Marisa Fernanda Miguellis CRB10/1241

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do autor.

***Clio Livros***

Rua Senador Pinheiro, 54/302  
Passo Fundo - RS  
CEP 99.070-220  
Fone/Fax: (54) 311-0281  
Email: [ediclio@ediclio.com](mailto:ediclio@ediclio.com)

*Tatiana e Isadora  
Preciosas, lindas, graciosas  
Se sonhos de felicidade pudesssem ter nome  
É o de vocês que eles teriam*



# Apresentação

Fernando da Silva Camargo é, sem dúvida alguma, um dos destaques da nova geração de historiadores que os cursos de pós-graduação tem revelado ultimamente. Logo após a conclusão do seu Mestrado já oferecia ao público leitor com o exemplar estudo: *Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia* que, como este foi editado em 1996 pela Edipuf; agora entrega aos estudiosos *O Malón de 1801: A Guerra das Laranjas e suas Implicações na América Meridional*, que foi originalmente sua tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS e que, graças à sua excepcional qualidade obteve a qualificação máxima.

O trabalho *in casu*, com certeza preenche uma lacuna na historiografia, posto que o tema tratado, embora encontre exame precedente, em momento algum foi tratado com a profundidade com que o fez Fernando Camargo, não temendo embrenhar-se no exame da complexidade do momento histórico europeu, em geral, e ibérico em particular.

A quebra do *Antigo Regime* e a complicada questão da política internacional que vive a península Ibérica no final do século XVIII e início do XIX, são estudadas nesta obra, não apenas a partir da bibliografia existente, mas principalmente à luz de uma farta e significativa

documentação primária garimpada pelo Autor em arquivos e bibliotecas do Brasil e do exterior (Argentina, Espanha, Portugal e Uruguai).

O fato de o estudo tratar de examinar um tema de história regional platina, ligando-o à situação das matrizes ibéricas, faz do livro do Prof. Fernando um bom exemplo de como se deve historiar uma questão, qualquer que seja ela, buscando entendê-la no seu contexto mais amplo, na sua real dimensão, que sempre vai muito além dos estreitos limites encontrados por aqueles que se restringem apenas às fontes mais facilmente disponíveis. Fernando Camargo, ao contrário, não poupou esforços para finalmente, apresentar uma pesquisa acadêmica de primeira grandeza como o leitor poderá verificar ao ler as páginas que se seguem.

Por tudo isto, é com imensa satisfação que apresento este novo livro que, tenho absoluta certeza, terá a boa receptividade que merece.

*Braz Augusto Aquino Brancato*

# *Índice*

INTRODUÇÃO .....	11
I - O PRECEDENTE .....	19
Moldura Histórica Prévia .....	19
De Alcáovas à fundação de Colónia .....	23
Da fundação de Colónia ao Tratado de Madri .....	43
Do Tratado de Madri ao Tratado de Santo	
Ildefonso .....	57
A Paz de Santo Ildefonso .....	72
II - LARANJAS E MATE .....	83
Contexto Imediato .....	83
Preparativos .....	103
A Guerra .....	109
III - EVENTOS E CONTEXTOS POSTERIORES .....	151
Jogo Diplomático .....	151
A pequena guerra do Jarau .....	166
Bloqueios, invasões, fugas e revoluções .....	175
Lenta e implacável desintegração .....	181
Artigas, Congresso de Viena e Rivera .....	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	207
BIBLIOGRAFIA .....	213

**ANEXO I**

Diversos documentos transcritos relativos às  
discordâncias no processo de demarcação  
de limites (1779-1796) ..... 225

**ANEXO II**

Partes do processo movido contra D. Francisco  
Rodrigo, pela entrega, aos portugueses, do  
departamento de São Miguel ..... 255

**ANEXO III**

Série de documentos acerca dos acontecimentos  
na "Fronteira do Jaraó" entre portugueses e  
espanhóis, em 1804 ..... 311

**ANEXO IV**

Mapa artiguista, onde constam os territórios  
conquistados em 1801, como "a reclamar" ..... 349

# *Introdução*

O ano era 1801. O cenário, as terras que - se vivas fossem - diriam estar cansadas de tantas lutas e alterações de divisas territoriais. Mais especificamente se quer referir aqui ao ato de conquista militar efetiva, levada a cabo por Borges do Canto e o grupo sob suas ordens, da região denominada Missões Orientais do Uruguai, Sete Povos das Missões ou, simplesmente Missões.

A essa época fervia politicamente a Europa. A Revolução Francesa de 1789 havia espalhado, como nenhum outro fator antes, os ideais liberais e constitucionalistas oriundos da Ilustração. Ao marco do fim da grande revolução, os exércitos franceses, sob a batuta do primeiro cônsul - Napoleão Bonaparte, se encarregariam de difundir ainda mais essas idéias, como arautos do fim do Ancién Régime no Velho Mundo.

Antes mesmo do corso Bonaparte se alçar ao poder na França, entretanto, as potências absolutistas da Europa se uniram em coligações para tentar deter o vendaval liberal. Foram derrotados pelo povo em armas, no que se transformou em uma grande vergonha à veia e à honra militar da antiga aristocracia.

Nesse processo, a grande vítima apareceu na península Ibérica. A fragilidade militar, econômica e diplomática da Espanha ficou à mostra a partir de então, e a mo-

narquia espanhola se viu forçada a um alinhamento político com os franceses. Curiosa relação de amor e ódio: enquanto parte da nobreza e da alta burguesia espanhola seguia as modas de além Pirineus, em a população comum crescia uma xenofobia anti-francesa sem precedentes.

O fato é que o governo hispânico se encontrava nas mãos da diplomacia francesa. Seu vizinho, Portugal, por seu turno, andava abraçado aos interesses de sua grande parceira política e econômica de séculos: a Inglaterra, arqui-rival da França no meio geopolítico europeu. As peças foram movidas no tabuleiro dos interesses por mãos nada misteriosas, a Espanha declararia guerra a Portugal em 20 de fevereiro de 1801.

Desse conflito, os historiadores chamam mais a atenção para o minueto que foi a encenação de seus comandantes do que para o sofrimento que costumam causar os confrontamentos armados em geral. Mais até do que para as glórias, a honra ou a estratégia, temperos tão ao gosto de historiadores do século XIX. A guerra das Laranjas se encerrou com muito teatro e pouca luta com o tratado de Badajós.

O Prata foi, durante todo o período colonial no continente americano, o mais importante ponto de contato entre as colônias espanholas e portuguesas. De fato, os conflitos e os intercâmbios - lícitos e ilícitos - entre essas duas colonizações não foram tão significativos no restante da imensa fronteira entre o Brasil e os virreinatos da América do Sul espanhola, como na bacia do rio da Prata, onde se mostraram inúmeros e constantes.

Não é estranho, portanto, que na região platina, justamente, fossem ocorrer os acontecimentos mais significativos com relação à guerra das Laranjas e os fenôme-

nos europeus do início do século XIX. Aqui, um grupo de luso-brasileiros que vivia à margem do esquema oficial da colônia portuguesa se propôs, voluntariamente, a fazer frente aos espanhóis. Conforme alguns relatos, era um bando de contrabandistas, com muitos desertores do exército português, que viviam a fazer correrias nos campos mal policiados das fronteiras luso-hispânicas no Prata.

Seu suposto líder, José Borges do Canto, era notório preador, contrabandista e deserto. Essa figura foi extremamente psicanalisada e antropologisada pela historiografia gaúcha. Ele teria reunido um corpo de voluntários para atacar as mal guarnecididas posições espanholas nos Sete Povos das Missões, todos gente da sua laia e mais uns poucos homens de bem, todos com forte interesse em barganhar uma eventual vitória por benesses do governo colonial português, tais como: perdão de crimes de deserção, premiação em sesmarias, direito ao resultado dos butins, etc.

Esse ato de tomadio, por um grupo de voluntários de passado duvidoso, foi citado na literatura da área como um malón: ato de maloqueiros, bandoleiros. Também o mesmo autor proclama a ilegalidade do ato, uma vez que ao tempo em que José Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida, Manoel dos Santos Pedroso e o restante do bando tomavam os Sete Povos, a guerra já havia sido encerrada na Europa com a assinatura do tratado de Badajós. Desde então, parte da historiografia hispano-platina e segmentos da historiografia sul-brasileira vêm se debatendo em torno do tema.

Profusa e difusa é a literatura histórica acerca da tomada e incorporação à América portuguesa, de parte das terras à leste do rio Uruguai. Numa olhada prelimi-

nar nos clássicos da historiografia platina, pode-se observar que diferentes autores, em diferentes épocas abordaram o tema com interesses, metodologias e posturas paradigmáticas distintas. De fato, esse assunto foi funcionalmente utilizado por motivos ideológicos ora explícitos e patentes, ora obscuros. Foi prato cheio para pendengas nacionalistas e platinistas. Significativo e exemplar para uns e irrelevante para outros, onde os que falam têm muito a dizer acerca de sua postura frente ao conhecimento histórico e os que calam têm ainda mais.

Existem, no entanto, inúmeros aspectos relevantes que precisam ser meticulosamente avaliados e analisados no que se refere ao malón de 1801. Isso precisa ser feito antes de se analisar a própria produção historiográfica sobre o assunto, como forma de assegurar a veracidade ou propriedade das afirmações. A tomada dos Sete Povos e adjacências suscita questões que só poderão ser solucionadas com um trabalho detalhado e abrangente em todos os arquivos e museus que possam ter documentos de interesse para a pesquisa.

A tentativa de construir uma narrativa histórica que fosse, ao mesmo tempo, crítica e inovadora sobre o tema da Guerra de 1801 e suas consequências na América do Sul, vem amadurecendo desde 1991, durante a realização de um estudo sobre o Souza Docca. O agressivo rebate que aquele historiador opunha às críticas levantadas por um autor uruguai, passava, sobretudo, pela revisão dos eventos da chamada "Conquista das Missões Orientais do Uruguai".

Desde então e ao longo de pesquisas de caráter mais particular, de natureza historiográfica, realizadas junto à Universidade de Passo Fundo, bem como na preparação para a disciplina de História da América, assuntos

que envolvem, de forma mais genérica, a matéria-alvo do projeto ora em andamento, foram desenvolvidos ou retomados. Mas, o que importa é que, de uma maneira ou de outra, traziam à tona, muito pessoalmente, a problemática da Guerra das Laranjas.

As questões iniciais, cujo desenvolvimento e problematização fez com que se transformassem em fios condutores desse trabalho, depois da depuração decorrente dos amadurecimentos provocados pelas pesquisas documental e bibliográfica, demonstraram que, genericamente, se resumem à pergunta acerca das motivações dos atos e fatos humanos. Acerca, portanto, das tomadas de decisão; das opções, individuais e coletivas, enfim, que têm como resultado os chamados eventos, fatos, fenômenos, sistemas, estruturas, conjunturas, ou seja lá que outras definições terminológicas queiramos dar e às quais podemos anexar o qualitativo "históricos", "históricas".

Esse fio condutor básico, por seu turno, necessitava ser mais específico, no intuito de tornar operacional a própria realização do projeto, na medida em que a sua generalidade permitia uma amplitude e uma permissividade temática que, não apenas poderiam prejudicar a pesquisa, em sua fase de recolhimento de dados, mas também a fase de sistematização e redação do texto.

Nesse sentido, foram delimitadas algumas questões mais específicas e operacionais, as quais, são, basicamente, as seguintes:

- as circunstâncias históricas platinas precedentes tiveram que tipo de influência local e metropolitana nos eventos de 1801 e suas decorrências;
- porque, no conjunto de ofensivas platinas dos portugueses na América meridional, naquela Guer-

ra, se fez a opção do ataque ao Departamento de São Miguel;

- porque, ao longo de vinte anos, até a incorporação da Banda Oriental à coroa portuguesa, a Espanha não logrou a restituição do território, especialmente nos anos que antecederam à Guerra de Independência;
- qual a foi influência que as posturas e decisões, individuais, por um lado, e coletivas, por outro, tiveram nos eventos estudados e quais foram suas hipotéticas motivações particulares identificáveis e demonstráveis?

Essas questões, apesar de não serem as únicas, foram norteadoras da espinha dorsal do processo de desenvolvimento do trabalho. Porém, são decorrentes de questões de conformação mais filosófica e epistemológica, que tendem a envolver, por exemplo, a natureza, essência, função e limites do conhecimento histórico.

Em 1997, quando foi iniciado o processo de recolhimento de dados para o presente trabalho, a expectativa era de que ele teria, proporcionalmente, uma tendência mais forte à análise historiográfica do que a de elaboração de uma narrativa propriamente dita. Isso decorria da crença inicial de que a documentação a ser encontrada seria relativamente escassa e, dentre essa, a documentação inédita seria extremamente rara. Assim, a proposta primeira, indicava para um trabalho de aglutinação de fontes, primárias ou secundárias, relegando o trabalho a uma função mais modesta, mas não menos importante, de arcabouço atualizado sobre o tema proposto.

A realidade da pesquisa documental, entretanto, forçou uma guinada, fazendo pender a balança interna do trabalho para uma reconstrução narrativa dos even-

tos, seus precedentes e decorrências, deixando à análise historiográfica uma função de contraponto necessário, sem, contudo, furtar-lhe a problemática previamente colocada. Essa alteração teve espaço devido à enorme quantidade de material encontrado, principalmente o material inédito, o qual vai desde processos judiciais, passando por notícias em periódicos de época, ou discussões internas das cortes e farto material diplomático.

O material encontrado, na verdade, permite recontar a História do Malón de 1801, com certa riqueza de detalhes. Mais importante, talvez, permite resgatar o que há de essencialmente humano e humanamente corriqueiro, por trás das decisões tomadas e posturas assumidas, no âmbito individual ou no âmbito coletivo.

O mesmo motivo, ou seja, quantidade de material, passou a exigir a inclusão de anexos ao corpus central do trabalho, o que também não havia sido previsto. Isso possui dupla função: por um lado evita citações extremamente longas no corpo do texto, que prejudicariam a estética, e leitura e a linha de raciocínio em desenvolvimento; e, por outro lado, disponibiliza, numa função de utilidade pública, à comunidade de historiadores, diletantes e interessados, documentos que, de outra forma, seriam de difícil acesso.

O trabalho, como um todo busca dar os contornos de um quadro de época, mesmo que a partir de um evento tão particular e específico, como a Guerra de 1801, mas, talvez por ser particular e específico é que ele seja tão representativo. Em outras palavras, as indicações e constatações aceitáveis para esses eventos podem ser estendidas para a maior e melhor compreensão dos demais fenômenos históricos daquela época e região, senão por suas similaridades, ao menos por suas diferenças.



# I.

## *O precedente*

### *Moldura Histórica Prévia*

O processo de fixação dos limites políticos entre as Américas portuguesa e espanhola, durante o período colonial, evoca, por si só, um largo período de perpetuação de rivalidades, conflitos e tensas reaproximações. O estudo desse fenômeno deve, necessariamente, privilegiar os aspectos políticos de sua interpretação, isso por que o mesmo é de natureza essencialmente política e não poucos autores, de diferentes nacionalidades, trataram desse tema, sob essa mesma ótica<sup>1</sup>. Apesar dessa característica inegável e de deixar claro que não se pretende negá-la ou subvertê-la, fica óbvio que a utilização de um ponto de vista exclusivamente politicista, para o estudo da conquista do território das antigas Missões Orientais do Uruguai, deixa a desejar quando alguém pretende, entre outras coisas, construir um quadro de época.

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, ABADIE AICARDI (1977), BANDEIRA (1985), MAGARIÑOS CERVANTES (1963) e PESSOA (1949).

Considerando tal abordagem correta, então outros pontos de vista considerados *clássicos* no estudo da História devem ser levados em conta, objetivando uma aproximação mais complexa de uma determinada realidade histórica. Em outras palavras, é necessário buscar elementos, categorias e ângulos diversos e podem ser citados, como exemplo nesse caso, os aspectos econômicos e sociais que permeavam a realidade objeto de estudo.

Para o historiador da região platina, contudo, durante o período colonial, especialmente no que toca àquelas regiões que se caracterizavam por fronteiras móveis e presença não efetiva da autoridade colonial, em muitos casos não é permitido uma seleção. Ou seja, é necessário trabalhar com o que existe e está à mão, sendo que mesmo isso, para determinadas propostas de investigação, é insuficiente.

A carência de fontes primárias de testemunho direto, são uma das marcas das investigações que envolvem o Rio Grande do Sul do período colonial, principalmente no período que vai até essa região adquirir o *status* de Capitania, autônoma das demais, em 1809. Porém, quando o tema envolve uma fronteira avançada - primeiro de Espanha, depois de Portugal -, tal como a metade oriental do atual Estado, a ausência de documentos tende a ser mais gritante<sup>2</sup>.

Nesse momento cabe precisar o que se entende por Missões Orientais do Uruguai. Ficará óbvio ao leitor que essa é uma decisão arbitrária e objetiva unicamente estabelecer um palco central sobre o qual deverá se de-

<sup>2</sup> É necessário fazer justiça à documentação legada pela antiga Companhia de Jesus, referente àquela região, desde os primeiros estabelecimentos jesuíticos. Isso, contudo, é interrompido, exclusivamente quanto às Missões Orientais, com as Guerras Guaraníticas, e apenas parcialmente retomado, até a expulsão da Companhia na Espanha, quando foi definitivamente interrompida.

senrolar a narrativa básica e suas discussões adjacentes. Os limites Norte e Oeste, desse cenário principal de estudos correm junto com o próprio rio Uruguai<sup>3</sup>, durante muito tempo única marca indiscutível na questionável fronteira luso-hispânica da América do Sul. O limite Leste, o mais problemático, corre, pelo Norte junto ao antigo *Uruguay-pitá* - atual rio Passo Fundo<sup>4</sup> -, seguindo em fronteira seca pelo divisor de águas com a bacia hidrográfica do rio Jacuí (área do atual Município de Passo Fundo), acompanhando, rumo sul, a linha seca ocorrente entre os diversos ramos ocidentais do Jacuí e os ramos orientais do Ibicuí, até a altura da atual cidade de Santa Maria. O limite sul é o rio Ibicuí, em toda sua extensão, até desaguar no Uruguai.

Por outro lado, o território denominado de Estâncias das Missões<sup>5</sup>, compreende toda região ao sul da área das Missões propriamente ditas, estendendo-se até, aproximadamente, as margens Norte do rio Negro, na atual República Oriental do Uruguai.

Para que seja possível montar um quadro geral dos antecedentes da Conquista das Missões Orientais, será necessário reportar a questões de natureza econômica e geopolítica muito anteriores a 1801. De fato, há que se buscar linhas gerais e constantes de atuação desde os primórdios da colonização ibérica no mundo sul-americano. Concentrando o esforço investigativo no período imediatamente posterior à assinatura do tratado de Santo

<sup>3</sup> Seguindo a terminologia da época, seria o “verdadeiro” Uruguai, ou seja, desde o ponto em que não tem outra denominação ou sufixo, tais como “Pelotas” ou “Uruguay-pitá”. Em outros termos, desde a foz do atual rio Passo Fundo.

<sup>4</sup> Segundo outros autores, o Uruguai-mirim, atual rio da Várzea (Município de Carazinho), seria o marco de fronteira, o que alteraria a fronteira, em média, cerca de 40 quilômetros mais a leste.

<sup>5</sup> Trata-se das famosas estâncias que cada um dos Sete Povos possuía, geograficamente bem delimitadas, de onde era feita a extração, em sistema predatório, de gado *cimarrón* ou *chimarrão* - gado xucro, nascido e criado livre.

Ildefonso, na época das partidas demarcadoras decorrentes do mesmo tratado. Esse procedimento não se deve apenas à proximidade cronológica dos eventos posteriores a 1777, mas também pelo fato de que cada partida, dada sua própria natureza, composição e objetivos, produziu valioso material para posteridade, muito do qual permanece inédito nos mais diversos arquivos.

Os primeiros informes etnográficos, geográficos, econômicos, sociológicos e históricos, realizados com maior rigor metodológico, depois da sujeição dos Sete Povos, saíram, justamente, das mãos de oficiais demarcadores, entre os quais destacam-se os nomes de Felix de Azara, cuja produção será resgatada à medida que esse trabalho evolui e outros, como Gonzalo de Doblas. Esse material, geralmente possui um forte conteúdo político e inclui, também, propostas claras das medidas a serem adotadas para a melhor administração da área.

Não sendo possível, entretanto, realizar essa tarefa tão somente com as fontes específicas sobre a região estudada, urge o apelo, ainda que em caráter subsidiário e analógico, a diversas fontes documentais que fizeram a crônica do grande entorno. Como *foreland*<sup>6</sup>, das Missões Orientais: de um lado o mundo português da Província de São Pedro e a corte de Lisboa, de outro, Buenos Aires - a cidade e o vice-reino, Assunção com a Governação do Paraguai e a corte de Madrid. Como *hinterland*: todas as demais *misiones* da Província do Paraguai e as *estancias* das Missões.

<sup>6</sup> Termo utilizado para a(s) região(ões) que tenha(m) uma forte ligação econômica ou social, ou ainda, de ambas, mas sempre num sentido de externalidade. Ao contrário, a *hinterland* é o espaço direta ou organicamente vinculado, sempre no sentido de internalidade. Ver, também, a definição dada por GARCIA (1982), p. 11 e 15.

## *De Alcáçovas à fundação de Colônia*

As Missões Orientais do Uruguai, sob a ótica que aqui se pretende colocar, são vistas como uma região de fronteira e, como tal, objeto básico de disputas territoriais entre as metrópoles ibéricas, tanto quanto outras regiões que assumem papel semelhante na imensidão dos limites na América do Sul.

Foi sob a perspectiva geopolítica que os limites das possessões ultramarinas portuguesas e espanholas tiveram suas primeiras definições. Não é difícil perceber isso, especialmente quando os próprios tratados, desde o de Alcáçovas, em 1479<sup>7</sup>, apontam para a idéia de limites artificialmente concebidos, os quais obedecem a uma lógica geopolítica, construída sobre cartas e planos em gabinetes europeus. O tratado de Alcáçovas, além de definir a questão dinástica de Castela, reserva a Portugal uma proeminência sobre uma região - o golfo da Guiné -, cujo conhecimento geográfico era, ainda, escasso.<sup>8</sup>

Essa delimitação de zonas de influência era o início de uma prática diplomática que iria se estender por cerca de três séculos e meio e ainda acabaria exigindo mais quase uma dúzia de novos tratados. Esse acordo foi um marco referencial, no sentido de ser um dos primeiros a

<sup>7</sup> REICHEL & GUTFREIND (1996), à p. 63, situam o Tratado de Alcáçovas em 1493. O correto, entretanto é 1479, conforme apresenta MARTÍNEZ (1992), à p. 93, ou seja, 1479.

<sup>8</sup> “Quando D. João II subiu ao trono, o tratado de Alcáçovas acabava de ser assinado, dois anos antes, em 1479, definindo a sucessão de Castela e delimitando as zonas de influência ao sul da península Ibérica: o golfo da Guiné estava reservado a Portugal.”. FERRO (1996), p. 44.

estabelecer “zonas de influência” entre potências, uma das características das práticas imperialistas.<sup>9</sup>

A idéia da possibilidade de dividir todo o planeta, geopoliticamente, em regiões inteiras de posse particular e exclusiva de determinadas soberanias, entretanto, ocorre com mais força a partir das bulas papais sobre possessões e limites, entre as quais se destaca a Bula *Inter Cætera*, do Papa Alexandre VI, de 4 de maio de 1493. Na verdade, apesar de ser um primeiro ensaio de criação de um sistema global de poder, essa Bula, ao mesmo tempo e paradoxalmente, foi uma das últimas reproduções da lógica feudal, segundo a qual todas as terras do mundo seriam pertencentes à representação física do divino: a Igreja de Roma. Esse velho universalismo, oriundo dos primeiros tempos do feudalismo, apesar de não ser expresso, fica claro pela própria postura papal em dispor da organização territorial do planeta.<sup>10</sup>

Mais uma vez, como no documento de Alcáçovas, percebe-se a não-intenção de estabelecer linhas fixas definitivas, mas sim, estabelecer contornos flexíveis sobre esferas de atuação.<sup>11</sup>

Essa ingerência do catolicismo romano nos assuntos internos e externos dos estados ibéricos deixou sulcos profundos no tecido social e simbólico daquelas populações, cujos reflexos ainda subsistem. A transposição des-

<sup>9</sup> “A desistência de D. Afonso V às pretensões ao trono de Castela teve a sua contrapartida no reconhecimento “para sempre” por parte dos reis espanhóis, de todas as conquistas portuguesas em África, até a Índia, e no Atlântico, com exceção das Canárias, que ficariam para Castela. Assim se estabeleceu pelo Tratado de Alcáçovas, de 1479.”. MARTÍNEZ (1992), p. 86.

<sup>10</sup> MARTÍNEZ (1992), p. 93.

<sup>11</sup> “fixou [o Papa] sua divisoria conhecedor como era da natureza humana, quiz estabelecer tão sómente uma divisória ideal, imaginaria, inexistente, fictícia, como se diria agóra, segundo a interpretação que se vem dando ou, em outros termos: uma separação real, física, material, interpondo entre ambas as corôas e suas ambições iguais, uma zona real de separação e afastamento - um verdadeiro fuso geográfico, subtraindo, assim, a zona por este compreendida do domínio dos dois monarcas”. SOUZA DOCCA (1939), p. 7 e 8, citando o autor uruguai José Aguiar.

sa mesma presença forte para as Colônias ibéricas na América segue o mesmo fenômeno, talvez deixando marcas ainda mais fortes e persistentes.

É importante aqui perceber e apontar o papel desenvolvido pela Igreja em todo esse processo, em decorrência do fato de que o processo de constituição do sistema social, político e econômico denominado de guaranimissioneiro, antes de ser uma empresa espanhola, é uma empresa católica. Da ausência dos gestores dessa empresa, ou seja, os padres da Companhia de Jesus, a partir da segunda metade do século XVIII é que inicia o vigoroso declínio daquele sistema, abrindo a possibilidade de absorção desse espaço - em termos geopolíticos e econômicos - por outros grupos. Da possibilidade, a cobiça. Da cobiça, o conflito.

O próximo passo, como forma de solucionar pendengas entre as coroas ibéricas, foi o tratado de 1494. Dessa vez, se assume um acordo de caráter mais temporal, apesar da presença e da benção da Igreja de Roma. Firmado depois dos debates levados a cabo em Tordesilhas, centro-norte da atual Espanha, entre os representantes de D. João II, de Portugal, por um lado, e os representantes dos Reis Católicos, Isabel e Fernando, por outro.<sup>12</sup>

As diferenças com relação a Alcáçovas ou as bulas são muitas, tanto no caráter e natureza, quanto pela extensão e significado. Mas, alguns elementos de fundo são recorrentes em todos os casos. Chama atenção, por exemplo, que mais uma vez são acordos arbitrariamente construídos e não embasados numa formação histórica.

<sup>12</sup> MARTÍNEZ (1992), p. 94. Segundo o autor, o Tratado de Tordesilhas era necessário porque a Bula Papal “não era de molde a contentar os portugueses”. Para um exame da íntegra do texto do tratado, veja-se a tradução existente em SOARES (1939), p. 69 a 84.

Isso quer dizer que além de simplesmente dirimir antagonismos, o que costuma ser a aplicação precípua de acordos diplomáticos em geral, esses tratados e bulas, ao mesmo tempo, previam e incitavam o conflito.

A utilização de expressões tais como *terrás achadas e por achar*<sup>13</sup>, é manifestação sincera e gritante da grande ignorância ou pouco conhecimento que se tinha sobre objetos essenciais dos próprios acordos. A vastidão do que foi designado a ambas as monarquias envolvidas no processo era algo difícil de imaginar, ou de conceber mesmo pelos indivíduos mais sábios da época<sup>14</sup>. Nasceu, o tratado de Tordesilhas, por exemplo, com vícios diplomáticos, pois pela letra morta do texto, poderia ser levantada a suposição que as demais monarquias cristãs da Europa, em geral reconhecidas pelas coroas ibéricas, estariam incluídas na partilha.<sup>15</sup>

De impossível execução literal, tais acordos e tratados, na verdade presumiam muito mais a criação de esferas de influência e seu futuro resguardo jurídico-político. Não se deveria esperar que fossem respeitados pelas populações locais envolvidas ou pelas demais nações cristãs européias. Era feito, sim, para ser respeitado entre as duas grandes concorrentes na corrida naval dos séculos XV e XVI: Portugal e Espanha. Esse quadro se alteraria drasticamente, com o surgimento de novos concorrentes, já a partir da segunda metade do século XVI<sup>16</sup>, mas não

<sup>13</sup> SOARES (1939), p. 73.

<sup>14</sup> MARTÍNEZ (1992), p. 94. "O Tratado de Tordesilhas [...], também deixava margem a dúvidas, sobretudo quanto aos instrumentos adequados para fixar a linha ajustada. SOUZA DOCCA (1939), p. 7, aponta para a falta de execução do Tratado.

<sup>15</sup> O rei francês Henrique, teria feito troça do assunto, questionando se a França pertenceria a Portugal por ter ficado a Leste da linha meridiana.

<sup>16</sup> Principalmente Inglaterra, França e Holanda.

alteraria para as duas nações contratantes o fato jurídico, pelo menos até 1713, com o tratado de Utrecht<sup>17</sup>.

A idéia de que Tordesilhas foi um tratado mais sistemático<sup>18</sup> do que simplesmente um acordo de limites, tem sido retomada, talvez exageradamente, como um prenúncio do que hoje se costuma denominar de globalização. Afora isso, é correto supor que movia engrenagens geopolíticas de grande porte e que criava uma das bases jurídicas daquilo que viria a ser o Sistema Colonial, com duração de mais de três séculos.<sup>19</sup>

Tordesilhas estava fadado a ser desobedecido, na prática, por ambas as potências contratantes. Pela Espanha, pela descoberta e posterior conquista do arquipélago das Filipinas e, por Portugal, no processo de expansão vicentina<sup>20</sup>, a partir da União Ibérica, em 1580<sup>21</sup>. A união das coroas ibéricas na pessoa de Felipe II, inclusive, implicou na inutilidade teórica do tratado de Tordesilhas.

---

17 Na verdade, apenas a letra do Tratado de Madri, em 1750, anulava os efeitos de Tordesilhas, mas o Tratado de Utrecht não questionava a posse portuguesa da área explorada pelas incursões das Entradas e Bandeiras.

18 No sentido de representar um arranjo de forças, um estabelecimento de sistema de poder.

19 "Ainda mais incrível é o fato do Tratado de Tordesilhas ter sido respeitado. Foi a base do entendimento global entre os poderes ibéricos que lhes permitiu exercer durante dezenas de anos uma hegemonia naval bipartida formou o eixo à volta do qual se articulou toda a peculiar relação de forças do 1º sistema mundial. Sem ele, dificilmente se teria formado essa rede de ligações multifacetadas que abarcou todos os continentes e alterou o quotidiano da maior parte da humanidade. Por esse motivo, podemos considerar que o 1º sistema mundial começa em 1494, justamente uma data intermédia entre as duas viagens pioneiras que abrem as principais rotas oceânicas da altura (as das Índias Ocidentais e Orientais)". TELO (1996), p. 13 e 14.

20 A expressão *vicentino(a)* refere-se à Capitania de São Vicente. Os paulistas originais.

21 A batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, foi uma malfadada tentativa portuguesa de retomada e expansão no atual Marrocos e resultou na possível morte do jovem rei D. Sebastião, que foi substituído, no trono, pelo cardeal D. Henrique. Como não havia herdeiros diretos, devido à dificuldade de Henrique em designar sucessor, com a sua morte, em 1580, abriu-se a sucessão que levou ao trono, em 1580, o soberano espanhol Felipe II (Felipe I, em Portugal), inaugurando o período chamado "União Ibérica", que foi uma união pessoal das duas Coroas, as quais permaneceram independentes entre si, que durou até a chamada Restauração de Portugal, em 1640.

A flexibilização das divisas ibéricas sul-americanas, ocorrida a partir de 1580, permitiu, entre outros fatores, que o processo expansionista vicentino, conhecido com bandeirantismo ou ciclo das Entradas e Bandeiras, pudesse ocorrer. Como súditos do mesmo soberano, os vicentinos estavam mais à vontade para ultrapassar os limites de Tordesilhas e buscar novas alternativas econômicas<sup>22</sup> além da linha de 360 léguas<sup>23</sup>.

Durante o mesmo período de 1580 a 1640, ocorreu a primeira fase da formação das reduções jesuítico-guaranis, as missões, que viria a desenvolver todo um sistema social e econômico, numa vasta área compreendida entre o sul do atual Paraguai, o nordeste da atual Argentina e a região central objeto desse estudo, já descrita anteriormente. Esses movimentos, a princípio de caráter mais privado e espontâneo, definiram algumas diretrizes políticas a serem assumidas pelas coroas ibéricas a partir do século XVIII.

A construção do espaço *guarani-missionário* na América do Sul pôde se desenvolver, a princípio, pelo beneplácito das autoridades coloniais, especialmente, pelos primeiros *adelantados* do Paraguai. Hernando Arias de Saavedra<sup>24</sup> foi dos primeiros a ressaltar a necessidade de *civilizar* e *cristianizar* as almas que viviam pelos campos e pelas matas de sua jurisdição. A tarefa foi delegada aos irmãos da Companhia de Jesus, na segunda metade do século XVI.

<sup>22</sup> Buscavam, com mais afinco, metais e pedras preciosas e escravos indígenas, já que não podiam competir com os artigos coloniais de ponta, como o açúcar.

<sup>23</sup> BANDEIRA (1985), p. 26: "os bandeirantes contavam com a tolerância, quando não com a conivência das autoridades de Assunção e Buenos Aires". Também, na mesma obra: "Os luso-brasileiros, pelo contrário, nada encontraram além de pau-brasil e nunca se conformaram com o fato de não descobrirem, em seus domínios, minas de ouro e prata, tão abundantes nas possessões espanholas. A busca do Eldorado, que então nomes como o Peru e Potosí simbolizavam, levou-os, assim, a iniciarem o avanço pelo *hinterland* da América do Sul, rompendo a linha de demarcação que o Tratado de Tordesilhas estabelecera.", p. 23.

<sup>24</sup> Também conhecido como Hernandárias.

A essa altura, já se configuravam dois mundos distintos no universo da colonização espanhola na região do Prata. Um rural, de economia primária e pouco normatizado; e outro, urbano de economia terciária<sup>25</sup> e altamente normatizado. Dessa dicotomia surgiria uma tensão intransponível entre ambos, superada, ainda que mal, apenas pelos processos de revolução agrícola e integração do meio rural, já durante o século XX<sup>26</sup>. O mundo jesuítico não se encaixava nesse esquema, pois era simultaneamente urbano e rural, de economia baseada na agroindústria (economia primário-secundária) e com normatização diferenciada. Destoando completamente, portanto, do resto do espaço colonial espanhol na América do Sul. Esse ponto de vista, na verdade, vê três elementos, onde outros vêm dois.<sup>27</sup>

As missões religiosas em geral e as jesuíticas em particular eram células urbanas, no limiar da ruralidade. Aglomerados humanos perdidos no meio da vastidão continental sul-americana, isolados dos principais pólos urbanos da América espanhola colonial, por opção e por isolamento geográfico.<sup>28</sup>

25 A grandes cidades orbitavam, economicamente, em torno do comércio em larga escala e das atividades administrativas e burocráticas.

26 Esse processo foi assumindo, gradativamente, novas proporções com a crescente concentração política e econômica em torno de cidades portuárias como Montevideu e Buenos Aires. As “duas Argentinas” ou a dicotomia entre “Civilização e Barbárie” podem ser vistas em GARCIA (1990), p. 7 a 54; também VIANA (1990), p. 8 a 33.

27 “se configura también, ya desde el siglo XVI, una sociedad dual, que se basa en la estricta delimitación de dos grandes comunidades étnicas y culturales denominadas oficialmente la república de los españoles la república de los indios, con legislación propia y diferenciada. [...] La inicial estructura dual se mantiene y se acentúa en los siglos siguientes, y se hará más o menos equivalente a sociedad urbana o hispanizada y sociedad rural o indianizada.” LAVIANA CUETOS (1996), p. 68. A abordagem transcrita se refere mais ao aspecto de estamentos sociais legalmente constituídos e sua configuração geográfica a partir de uma ótica específica e dualista e, dentro desse esquema, deve ser considerada certa. O que se propõe, contudo, é uma abordagem social mais ampla, que permita identificar outros matizes intermediários e, a partir disso, uma melhor visualização do teria sido a inserção das sociedades jesuítico-guaranís no sistema colonial.

28 “As the Indian population declined due to disease and the other effects of conquest, friars founded new settlements – the *reducciones*, or *congregaciones* – into which dispersed populations were forcibly moved so as to facilitate the process of conversion and acculturation in Europeans ways.”. EARLY (1998), p. 54.

A opção pelo isolamento representava a opinião generalizada entre os religiosos em torno da noção de uma *pureza infantil e original* das populações indígenas em geral. Esse tipo de postura, na qual está implícito o discurso da corrupção do selvagem pelo branco, é decorrente do descompasso entre os dois grandes vórtices de atração colonial, desde o século XVI: o da riqueza e retorno e o da catequese e permanência. A origem do discurso remonta aos primeiros padres e irmãos evangelizadores do Novo Mundo, tendo, a essa altura, a marca indelével das crônicas e pregações do padre dominicano Bartolomé de las Casas.<sup>29</sup>

O enfrentamento dessas duas posturas seria alimentado pelo crescimento da empresa colonial, com um significativo alargamento de sua projeção geográfica e, portanto, atingindo um número crescente de populações indígenas. Por outro lado, o impacto da conquista e colonização do mundo americano, provocou, na Europa, uma nova onda, dessa vez de caráter mais filosófico que teológico, sobre a questão indígena. Posturas ligadas ao que, posteriormente, Rousseau consagraria com a noção do *bon sauvage* passaram a grassar livremente.

A necessidade de afastar os indígenas da atração pecaminosa e da sede de riquezas dos brancos, passou a ser tônica constante nos discursos.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> "Todos estás en pecado mortal y en él vivís y morís, por la crueldad y tiranía que usáis con estas inocentes gentes.". LAVIANA CUETOS (1996), p. 36. Esta é uma transcrição do sermão *Ego vox clamantis in deserto* pregado pelo frade Antón de Montesinos, em Santo Domingo, ano de 1511, que foi um dos gritos iniciais da batalha política travada entre empreendedores e religiosos espanhóis, relativa aos índios, sua natureza e seus direitos.

<sup>30</sup> "solicitábamos que se nos dieran mil leguas a lo largo de la costa septentrional, en las que se harían fortalezas de ciento y cien leguas, y otras tierras adentro, en triángulo, [...] Las fortalezas las queríamos más para defendernos de los españoles que de los indios.". OLAIZOLA (1992), p. 131 e 132. Parafraseando Las Casas.

As reduções de índios, portanto, se caracterizaram por essa tentativa constante de isolamento, na qual os padres buscavam o mínimo possível de contato com o restante *laico* do império colonial espanhol. Por isso a afirmação de que constituíam meios, simultaneamente, rurais e urbanos. Na prática, os contatos eram mais freqüentes do que poderiam desejar os religiosos, mas ficavam, ainda assim, muito aquém do necessário para permitir uma integração mais ativa e profunda com centros urbanos de maior importância, como Assunção, Santa Fé, Buenos Aires e Montevidéu.

Quanto ao aspecto econômico, as missões jesuítico-guaranis, também desempenhavam um papel diferenciado dentro das economias dos ambientes vizinhos, com um tipo de produção acessória, marginal ao ciclo produtivo principal da América andina: a mineração. O *Cerro de Plata* de Potosí era, como outros centros mineradores da região, a menina dos olhos do vice-reino do Peru. Mas a necessidade crescente de produtos de consumo imediato e de primeira necessidade, abriu novas possibilidades e novas frentes de exploração econômica. Couro, peles, erva-mate e grãos permitiram o desenvolvimento internalizado, ainda que incipiente, de áreas marginais vinculadas à produção mineradora.

É curioso observar como esses dois fenômenos, o bandeirantismo vicentista e as missões jesuítico-guaranis, tiveram um modelo de desenvolvimento econômico muito semelhante, no que tange ao objeto mercantil externo principal da produção. Para os vicentinos era, primeiro a região açucareira nordestina e depois a aurífera das Minas Gerais e, para os guaranis missioneiros, primeiro a região mineradora andina e depois os centros-portos comerciais platinos.

O conflito decorrente entre os dois fenômenos, que durou enquanto durou a União Ibérica, teve características especialíssimas, na medida em que tinha matizes de conflito internacional e conflito interétnico, era, de fato, uma guerra civil, entre súditos do mesmo soberano. Isso se deve, entre outras coisas, ao pacto ocorrido nas Cortes de Tomar, quando Felipe II de Espanha foi aceito como soberano do reino de Portugal. A aceitação de um Habsburgo no trono português foi admitida, na medida em que, dentre outras coisas, houve um comprometimento de manter lusitanos nos postos de administração do Reino e das Colônias. Com isso, as duas nações mantinham forte identidade individual, apesar da união pessoal que as ligava.

Os bandeirantes buscavam apresar índios, para transformá-los em escravos, os jesuítas tentavam impedir que isso ocorresse em sua órbita de influência. Estava posto o conflito. As regiões missionárias guaranis seriam alguns dos pontos principais da discordância de limites entre as coroas ibéricas na América do Sul, ao longo de dois séculos e, posteriormente, pelas jovens nações independentes sul-americanas, como será visto ao seu devido tempo.

Esse tipo de dicotomia foi observado mesmo entre portugueses, tendo como objeto de discordia a mesma questão da escravização de indígenas. Foi o caso da Revolta de Beckman, que contrapôs colonos e padres jesuítas no Norte do Brasil, em 1682, já terminada, portanto, a União Ibérica.

Da mesma forma, a oposição entre *encomenderos* e protetores de índios (quase sempre religiosos), na América espanhola aponta para três pontos de vista diferentes acerca dos indígenas: primeiro, a posição dos colonos,

empreendedores ou terratenentes, que os viam como força de trabalho; segundo, a posição dos religiosos em geral, que os viam como almas a serem salvas ou preservadas; finalmente, a posição oficial e burocrática, que os viam como súditos diferenciados, com potencial para se tornarem massa de manobra ou efetivo militar.<sup>31</sup>

As duas primeiras posições, tanto na esfera portuguesa, como na esfera espanhola, seriam franca e abertamente defendidas pelas partes interessadas. A posição oficial-burocrática, quanto ao tema, contudo, tendia a ser muito delicada e de difícil operacionalização. A questão que se põe é a da manutenção e integridade dos impérios coloniais ibéricos. Para isso era necessário contar com o apoio de colonos, padres e indígenas, em outras palavras, sustentar a autoridade metropolitana em uma base fragmentada, cujas partes possuem poucos interesses comuns e muitos interesses divergentes<sup>32</sup>.

Esse fato se agudizou entre as reduções de índios guaranis. Ali os interesses dos *encomenderos* enfrentavam a força crescente da Companhia de Jesus, na Europa e na América. Porém, legalmente, os padres não poderiam furtar o direito dos *haciendados* à *encomienda*. Tampouco podiam os padres evitar as requisições de alistamento compulsório, pelas autoridades coloniais, em tempos de guerra ou de conflitos iminentes. Havia, portanto, no mundo guarani-missionário, uma fina linha de tensão que equilibrava objetivos opostos.

<sup>31</sup> “O desenvolvimento das Missões, que surpreendeu até a própria Companhia de Jesus, inquietou, porém, os colonizadores espanhóis, já em luta com os padres pela apropriação da força de trabalho indígena.”. MONIZ BANDEIRA (1985), p. 27.

<sup>32</sup> Na verdade, sem a colaboração das forças e agentes presentes no universo colonial, toda a estrutura poderia ruir, pois não existiam condições econômicas ou mesmo demográficas, das metrópoles ibéricas sustentarem a soberania colonial apenas através de policiamento militar.

A diferenciação desse universo social guarani-missionário em relação ao restante colonizado do Continente, nesse contexto, pode ser entendida quase como um corpo estranho dentro dos quadros reinantes do Antigo Sistema Colonial. Se as forças hegemônicas presentes na América ibérica atuavam no sentido de reforçar o Sistema Colonial e essa é uma premissa plenamente aceitável, então, a tentativa de eliminação desse *modus vivendi* estranho e inapropriado seria posto em marcha mais cedo ou mais tarde.<sup>33</sup>

Há que se somar a isso, o fato de as reduções indígenas estarem geralmente postadas, geopoliticamente, nos limites das expansões colonialistas, portuguesa e espanhola, tornando-as objeto de preocupação a ser considerado em qualquer plano de ataque ou defesa militar. E semelhantes cuidados passaram a ser uma constante, ao final do período da União Ibérica.<sup>34</sup>

Após vinte e sete anos de luta, a Guerra de Restauração, iniciada em 1640, chegou ao seu final em Portugal. A partir de 1668, a corte de Lisboa passou a ter um cuidado mais próximo em relação ao seu território sul-americano. O estabelecimento dos limites entre as Colô-

<sup>33</sup> "Evidentemente, como Clovis Lugon salientou, "o mundo colonial de maneira alguma aceitava e não podia aceitar a existência dessas comunidades indígenas livres" e não poupar esforços para suprimi-las: primeiro, permitindo ou incentivando a obra de depredação, que os bandeirantes empreenderam, coadjuvada com igual violência e crueldade pelos encomenderos; depois, unindo-se portugueses e espanhóis em operações militares conjuntas, para esmagar, definitivamente, a República Guarani, a pretexto da execução do Tratado de Limites, firmado, em 1750, pelos Governos de Lisboa e de Madri.". MONIZ BANDEIRA (1985), p. 27 e 28. O autor exibe um estilo narrativo, pelo qual induz o leitor a imaginar uma conspiração luso-hispânica contra uma suposta "República Guarani". Pode ser uma mera consequência estilística ou uma intenção objetiva, mas, de qualquer maneira, exagerada.

<sup>34</sup> "A coesão e a organização interna dos Trinta Povos estão também vinculadas à sua situação fronteiriça. A segurança coletiva destas povoações missionárias, numa das frentes de expansão da colonização ibérica, somente se encontrou plenamente realizada quando se organizou um exército, escudo permanente na fronteira mais exposta do império colonial espanhol na América do Sul.". KERN (1982), p. 262. Sobre o papel fronteiriço das reduções religiosas, ver, também, o trabalho de John Hemming, "Os índios e a fronteira no Brasil colonial.", em BETHELL (1999), vol. II, p. 423 a 470.

nias lusas e hispânicas, por seu turno, permaneceu em aberto. O já ineficaz tratado de Tordesilhas, tornou-se, oficialmente, letra morta com a deflagração do conflito entre as duas nações que o tinham firmado.<sup>35</sup>

O período entre o final da Guerra da Restauração, em Portugal, e o advento da Guerra de Sucessão, na Espanha, de 1667 a 1701, seguiu-se sem confrontos explícitos entre as nações ibéricas, na Europa.

No Novo Mundo, por outro lado, o ano de 1680 foi o início de mais uma etapa de uma série de confrontamentos de caráter exclusivamente colonial. Foi nesse ano que D. Manuel Lobo, à frente de uma expedição, fundou, na margem setentrional do Rio da Prata, a cidadela de Colônia do Santíssimo Sacramento.

O estabelecimento português ficava, ao Norte, num dos pontos mais próximos de Buenos Aires. A posição selecionada era desafiadora demais para permanecer sem uma resposta portenha. Ela veio firme e desalojou os lusitanos naquele mesmo ano. Os fatos que envolveram a fundação, queda e posteriores desdobramentos envolvendo aquela fortificação foram motivo de exaustivos esforços historiográficos. Dessa experiência surgiram hipóteses as mais variadas, das quais cabe destacar, primeiro, a idéia de que haveria uma noção de espaço vital, desenvolvida no seio da geopolítica portuguesa; segun-

<sup>35</sup> “Finda a Guerra da Restauração, duas grandes tarefas nacionais se impunham imediatamente aos Portugueses. Evitar, ou conter uma nova investida militar espanhola e prosseguir na colonização do Brasil. Aliás, durante toda a guerra, o Brasil a fonte mais caudalosa de receitas. Sobretudo através da produção açucareira. Com essas receitas se fomentaram apoios e se dissiparam hostilidades. A conjuntura internacional favoreceria as armas portuguesas durante aqueles 27 anos de guerra. Mas, mais uma vez, eles tinham posto em relevo as dificuldades resultantes do estreito hinterland metropolitano português. Aflorou então a idéia da solidez de uma metrópole portuguesa instalada em terras brasileiras, cujo interior era praticamente inexpugnável e donde se tornaria fácil ameaçar as fontes de riqueza ultramarina do reino vizinho, em termos de retaliação, por qualquer desacato sofrido na Europa.”. MARTINEZ (1992), p. 159 e 160.

do, a idéia da percepção precoce do valor dos campos orientais, principalmente quanto à exploração do gado *cimarrón*; e, terceiro, a existência de uma competição acirrada em torno do comércio ilícito com as demais colônias espanholas da América do Sul especialmente a região mineradora de Potosí.

A construção da fortaleza de Colônia não foi, contudo, fato isolado. Fazia parte da secular prática portuguesa de garantir sua expansão territorial a partir do estabelecimento de praças fortes ou *presídios*. Em geral, exerciam simultaneamente o papel de feitorias comerciais. Na América do Sul, além de Colônia, também foi marcante o exemplo do Real Forte do Príncipe da Beira, o qual garantiu o avanço territorial português para o oeste, ao sul do traçado do rio Amazonas<sup>36</sup>.

Aquela foi uma das estratégias encontradas para a manutenção de um império colonial, a partir de uma metrópole que, a princípios do seu processo de expansão colonial contava com cerca de um milhão de habitantes e sem condições, portanto, de fornecer uma grande multidão de braços à sua própria empresa colonial. Essa escassez praticamente forçava a opção militar e geopolítica de manter uma presença oficial mais agressiva apenas em determinados pontos-chave que garantissem áreas de maior interesse da coroa.

As características do litoral atlântico, ao sul de Laguna, até o rio da Prata, patrocinava ainda mais essa prática. Considerado o maior litoral em linha reta do mundo, segue sem recortes significativos, excetuando-se

---

<sup>36</sup> Essa prática foi transposta ao Brasil, a partir de experiências prévias dos portugueses na África e na Ásia. Os primórdios das colonizações lusitanas se sustentaram mais em *entrepostos*, do que em interiorização territorial (i.e. as feitorias e praças fortificadas da África e da Ásia).

a foz da lagoa dos Patos, ou barra do Rio Grande. Mesmo a margem atlântica, ao norte do rio da Prata, segue esse mesmo padrão de relevo geográfico, com as exceções da baía de Montevidéu e da baía de Maldonado. Com isso, ao proteger-se adequadamente esses pontos, se poderia garantir o domínio, com maior facilidade, da grande planície que, dali, se estende até a serra Geral e as elevações vizinhas ao rio Ibicuí.

As lideranças que viriam a se envolver nas inúmeras guerras e revoluções, em terras - atualmente - uruguaias, aprenderam cedo a necessidade imprescindível de controlar o litoral platino, especialmente Montevidéu, para que se pudesse obter sucesso.

A idéia de que a corte de Lisboa percebia a margem norte do rio da Prata como sendo um dos limites do espaço vital, também descrito como fronteira natural, de seus domínios na América do Sul, foi perseguida por muitos intelectuais, numa tentativa de recriar uma organicidade geográfica no estudo de períodos nos quais seria difícil defender a idéia de uma nacionalidade autônoma e genuinamente brasileira.<sup>37</sup>

A confusão entre as expressões *fronteira natural* e *espaço vital* pode ser buscada, justamente, na correspondência diplomática portuguesa, na qual *fronteira natural* é aparição constante, principalmente para justificar

<sup>37</sup> "Se é verdade que, como registram os velhos mapas, desde os primeiros tempos da colonização Portugal enxergava no estuário o limite meridional dos seus domínios, nem por isso faz sentido interpretar a fundação de Colônia do ponto de vista da organicidade de um território nacional que, à época, não existia. Mas essa é a trajetória seguida pelo discurso geográfico do nacionalismo, que identifica no Rio da Prata a "fronteira natural" da entidade luso-brasileira na América." MAGNOLI (1997), p. 71. Veja-se, também, a expressão literalmente utilizada por ASSUNÇÃO (1978), Tomo I, p. 164: "Si hasta ahora nos referimos a la presencia portuguesa en el Plata en forma genérica y en especial al llamado proceso paulista, más que necesario resulta imprescindible dedicar un particular paréntesis a la tan controvertida población y puesto militar fortificado que los lusitanos fundaron en 1680, con la pretensión de fijar definitivamente sus límites en lo que ellos mismos llamaban 'la frontera natural'."

posições vantajosas a Portugal. A expressão *marcos visíveis* é, da mesma forma, recorrente e sempre com o mesmo significado de *fronteira natural*, o que explica com maior clareza o seu significado, qual seja, a tentativa de dirimir dificuldades de identificação de limites, especialmente em fronteiras secas. Se essa for, de fato, a origem do trânsito entre as expressões, então há incorrencia em erro, pois sempre que aparece na documentação, está desprovida da noção, oitocentista e posterior, de *espaço vital*.

É muito difícil estabelecer em que grau os portugueses e os espanhóis conheciam as riquezas pecuárias dos campos orientais<sup>38</sup>. A riqueza existia e crescia desde o tempo de sua introdução, no século XVI. O gado chimarrão ou *cimarrón* eram animais que, sendo descendentes de indivíduos domesticados, tinham nascido livres e haviam voltado a uma forma de existência selvagem. Sua proliferação foi rápida, assombrosa até, tendo se adaptado plenamente ao novo ecossistema adotado.<sup>39</sup>

A compreensão exata do grau de percepção do potencial regional que tinham as forças coloniais ibéricas em contato no Prata é fundamental para estabelecer em que grau os interesses econômicos de diferentes grupos influenciou o processo de ocupação europeu<sup>40</sup> da margem es-

<sup>38</sup> Sobre a noção de potencialidade econômica da região, naquele período, ver VIANA (1974), p. 40 e 41. Ver também ASSUNÇÃO (1978), Tomo I, p. 18.

<sup>39</sup> “Elementos de atração, afora o sentimento de afirmação política, seriam por certo os densos rebanhos alçados que povoavam estas campanhas, originários da semente aqui lançada pelos jesuítas espanhóis ao tempo de sua primeira tentativa de catequese do gentio que demorava à margem oriental do Uruguai e aí vivia em bandos errantes. Outra origem do gado aqui introduzido, particularmente o muaré e o cavalar, foram sem dúvida os contingentes desembarcados na margem superior do Rio da Prata por Hernandárias de Saavedra, antes de subir os confluentes do grande estuário para assumir o governo do Paraguai.”. VELLINHO (1975), p. 11.

<sup>40</sup> No sentido da origem étnica do processo de ocupação. O termo é balizado pela definição encontrada na documentação da época, onde não há distinção entre o português e o espanhol, no sentido de ser emigrado ou de ser *criollo*.

querda do rio Uruguai. De fato, a antinomia presente na historiografia que aborda o tema se mostra, de um lado, pelos que apostam num ângulo de observação econômica e, por outro lado, dos que defendem uma análise do tipo geopolítico.

Essa discussão é, na verdade, acadêmica e reflete mais a defesa de paradigmas de observação de fenômenos históricos do que uma tentativa mais objetiva e cautelosa de aproximação da realidade. Na verdade, os eventos e os processos que podem ser recuperados desse fenômeno de ocupação apontam para a coexistência de ambas motivações.

Existiram políticas de Estado muito claras, demonstrando uma intenção de alargamento de soberanias. A historiografia contemporânea consagrou esse tipo de atitude política na expressão “imperialismo”. As nações envolvidas, entretanto, são monarquias absolutas e, como tais, são extremamente verticalizadas no aspecto meramente formal de sua estrutura política e essa perspectiva não pode ser perdida, sob pena de comprometer toda o estudo dos fenômenos que envolviam fronteiras nacionais nesse período.

A figura do monarca pretendia ser o amálgama que unia a nação, mas, curiosamente, um indivíduo podia ser soberano de mais de um país e era mentor principal das políticas de Estado, dada a própria estrutura verticalizada do Antigo Regime. Os grupos em disputa pelo poder na Europa moderna, segundo essa lógica, refletiam mais as relações de família, ou até, de blocos de nobreza e aristocracias, com uma alta tendência à internacionalização, do que apenas interesses nacionais.

O poder político é a jóia, o prêmio a ser conquistado. É fonte principal de prestígio e reconhecimento. As ações

dos principais agentes, aqueles com maior grau de influência social, eram determinadas antes por relações envolvendo estruturas de poder político do que por interesses econômicos. Esse padrão persiste em maior ou menor grau até o advento das democracias liberais, quando, a princípio, “qualquer um” passa a ter acesso ao poder político de Estado e o diferencial social determinante do prestígio passou a ser outro: a capacidade de acumular bens pecuniários.

Nem tão preto ou tão branco, contudo. Há um tipo de força social permanentemente presente onde quer que haja pessoas vivendo em sociedade, que é a necessidade daqueles bens requeridos para a manutenção da existência humana. Aí sobrevive e com vigor o argumento economicista e, neste sentido, o mesmo não pode ser negado ou alijado de qualquer estudo histórico mais amplo.

Existiram, então, da mesma forma, interesses econômicos específicos que determinaram o processo não-oficial e não-estatal de ocupação do território ao Norte do Rio da Prata. Os agentes pioneiros, sob essa ótica, foram os contrabandistas, arreadores, corambeiros e outros expertos em sobrevivência na campanha platina, que adotaram esses estilos de vida e atividades como opção de sobrevivência econômica. Eram genérica e pejorativamente chamados pela expressão castelhanizada de *gauchos*. Sinônimo, via de regra, de foras-da-lei, baderneiros, aventureiros e, principalmente, gente da campanha:<sup>41</sup>

<sup>41</sup> “The gaucho changed greatly over the course of two centuries of hunting and tending livestock, and his name was considerably altered as well. Government officials used the term gaucho in 1746 and gaucho in 1774 to describe men who illegally killed cattle for hides and tallow on the pampean frontier. A synonymous term, changador, appeared earlier in documents of the Buenos Aires cabildo, or town council, in 1729. The changador, often an enterprising peon who went into business for himself by killing and marketing hides, without the required license, or *acción*, might be considered the

É possível perceber, dessa forma, dois movimentos distintos quanto à sua natureza, mas interdependentes e com forte influência mútua, no que tange aos interesses de expansão de soberanias. Em outras palavras, na tentativa permanente de colocar a fronteira “um pouco mais para lá”. Torna-se indiscutível que os interesses de tipo mais geopolítico foram os pioneiros. Os esforços oficiais quinhentistas dos espanhóis, iniciando em Assunção, às margens do Paraguai, seguindo o curso do Paraná e culminando em Buenos Aires, no Prata; e, dos portugueses, a partir do séc. XVII, com o litoral Sul de Santa Catarina e, num salto gigantesco, com Colônia do Santíssimo Sacramento são atestado disso.

A Restauração, em Portugal, em 1640 e a fundação, destruição e restituição de Colônia, entre 1680 e 1681, trouxeram um grave problema diplomático que as colônias ibéricas não ousaram tratar mais seriamente senão em 1750, com o Tratado de Madri. A questão da ocupação lusa de terras reclamadas pela coroa espanhola e a inviabilidade política de sua devolução por parte de Portugal, aliada à inviabilidade política de sua entrega pura e simples por parte de Espanha, tornaria as fronteiras entre

---

individual precursor of those who later developed into a social group with distinctive values and an equestrian lifestyle: the gauchos of the Río de la Plata frontier.”. SLATTA (1992), p.9. Também: “El nacimiento del gaucho está condicionado por una cultura augural, consecuencia de un habitat, conjunción de grupos étnicos nativos, características de la colonización europea (hispánica y portuguesa), razones geopolíticas, y otros varios etcéteras, [...] pero, por sobre todo, consecuencia de la introducción de los ganados mayores que se volvieron cimarrones o alzados, en unos territorios semi vacíos y quasi marginales o fronterizos, e introducidos antes del hombre, es decir antes de la efectiva colonización de esas tierras. Y es esta cultura augural la que transforma al colono, hispano o portugués, a sus hijos criollos, a muchos de los indígenas, y a otros tantos hombres de los más diversos orígenes, que se integran al habitat, habitat que resulta centro geográfico de esa misma cultura, en elementos aparentemente negativos para las rígidas estructuras coloniales, pero social y económicamente imprescindibles para las mismas y, especialmente, los hace protagonistas, verdaderos ejes motores, de esa misma cultura y de esa sociedad, que debiendo amarlos y preferirlos, los negó hasta el enronquecimiento, cometiendo el pecado de Pedro.”. ASSUNÇÃO (1978), Tomo I, p. 16.

as duas Américas ibéricas assunto delicado entre as duas cortes e de difícil trato pelas autoridades coloniais.

O espaço sul-americano passara a ocupar posição privilegiada nos temas nacionais e internacionais com os quais as cortes européias se preocupavam.<sup>42</sup>

Destaca-se, sobretudo, o crescimento de um conjunto de relações regionais, ora clandestinas, como o contrabando, ora de caráter diplomático. Mas mesmo essas últimas, mais oficiais, têm a marca da provisoriadade, dada a distância com os principais centros de poder.

Os atos das autoridades coloniais dependem, via de regra, da aprovação das respectivas cortes metropolitanas, especialmente quando têm o efeito ou a natureza de relações internacionais de qualquer espécie. Levando-se em conta que entre a comunicação e o recebimento da resposta metropolitana de um ato qualquer poderia ocorrer um lapso de meses e até anos, percebe-se a origem de tal provisoriadade.

Os fatos e eventos, entretanto, muitas vezes exigiam uma resposta imediata e enérgica por parte daquelas mesmas autoridades coloniais, as quais, nem sempre sustentadas pelo vasto arcabouço de normas e instruções que orientavam suas atividades, necessitavam agir à revelia de autorização prévia. Esse tipo de *diplomacia*

<sup>42</sup> "O desenvolvimento económico do Brasil não constitui apenas a fonte do financiamento das despesas realizadas com a diplomacia portuguesa do século XVIII. Foi também base de toda a política externa de Portugal, cujo prestígio e capacidade de negociação dependiam, em larga medida, daquele mesmo desenvolvimento. É significativo que as instruções aos diplomatas acreditados em Lisboa persistentemente lhes cometessem a indagação do valor do comércio do Brasil e dos lucros que dele adviriam para a coroa portuguesa (cf., por exemplo, Saint-Aymour, Recueil des instructions données aux ambassadeurs et ministres de France... - Portugal, pp. 167, 262, 328). E percorrendo os relatórios dos diplomatas ingleses acreditados em Lisboa, nos séculos XVII e XVIII, apercebemo-nos facilmente da importância que para eles tinha a chegada das frotas do Brasil (cf. Descriptive List of the State Papers Portugal 1661-1780...).". MARTÍNEZ (1991), p.175.

*marginal*<sup>43</sup> ganha expressão à medida que os pontos de contato luso-hispânicos vão se estreitando na região platina, com maior ênfase a partir de 1680. Esse tipo de relação diplomática mostrou ser duradoura no Prata, mesmo após o surgimento de Estados independentes na América do Sul.

## *Da fundação de Colônia ao Tratado de Madri*

A Colônia do Santíssimo Sacramento foi fundada em 1680, através de um empreendimento oficial português previamente arquitetado. Os eventos relacionados àquela localidade, desde sua fundação, até sua entrega definitiva à Espanha, em 1777<sup>44</sup> são objeto de estudo de incontáveis trabalhos de História da Região do Prata e por esse motivo, serão motivo de breve exposição.

A construção da fortaleza iniciou-se a 26 de janeiro de 1680, por ordem do Príncipe regente D. Pedro<sup>45</sup>. Para essa tarefa foram envolvidos 300 soldados de tropa de linha do Exército português, sob o comando de D. Manoel Lobo, então Governador do Rio de Janeiro. Estava localizada na margem esquerda (Norte) do Rio da Prata, praticamente de frente para a cidade de Buenos Aires, na outra margem do mesmo Rio. Esse fato, deve ter tido um

<sup>43</sup> O conceito de *diplomacia marginal*, ou seja, aquela realizada entre agentes de relações internacionais que não necessariamente expressam, ou tenham passado pelo crivo prévio, da posição oficial de um governo nacional soberano, é utilizado, entre outros autores, por RECKZIEGEL (1997).

<sup>44</sup> Sem considerar o período de dominação luso-brasileira, da Banda Oriental do Uruguai, entre 1816 e 1828.

<sup>45</sup> Irmão do rei Afonso VI. Num golpe de Estado, em 1667, D. Pedro afastou o rei e assumiu a regência. Com a morte de D. Afonso VI, ascendeu ao trono, em 1683.

profundo e estarrecedor impacto nas autoridades portenhelas, principalmente porque seria o estabelecimento português mais próximo a um porto marítimo espanhol.<sup>46</sup>

A empresa deveria ser rápida e envolta em segredo, segundo recomendação das próprias autoridades metropolitanas.<sup>47</sup> Tais objetivos, contudo, não foram alcançados a contento, pois a presença portuguesa foi cedo identificada e a reação espanhola foi rápida e enérgica: meses depois, 250 soldados e 3.000 índios missioneiros, sob autoridade do Governo de Buenos Aires, assaltaram Colônia e transformaram o sítio em ruínas.<sup>48</sup>

No campo diplomático, os portugueses lograram a breve recuperação da posição perdida<sup>49</sup>, devolvida por *Tratado Provisional*, celebrado em 7 de Maio de 1681.<sup>50</sup> A questão dos limites de Tordesilhas voltava à cena nesse mesmo acordo, mas com a novidade da instalação de uma comissão bilateral para tratar do caso. Francisco de Paula Cidade, cita Pandiá Calógeras, sobre as dificuldades dessa comissão:<sup>51</sup>

<sup>46</sup> “UM DIA, mal raiara o ano de 1680, andava o marinheiro Marcos Román, de Buenos Aires, bordejando as ilhas fronteiras em busca de lenha, quando o surpreende qualquer coisa que o faz retornar com sofrugidão ao burgo portenho. O marinheiro salta em terra botando a alma pela bôca e vai direto às autoridades. Precisava dar-lhes sem demora uma grave notícia: cinco chalupas portuguêses tinham arribado à outra margem do rio, bem defronte à praça castelhana.”. VELLINHO (1970), p. 21.

<sup>47</sup> Recomendação do Conselho Ultramarino, em Lisboa: “com tanta gente e segredo que quando soubessem já estivesse pronta para a defesa”. A indicação documental é de Aurélio Porto, *apud* VELLINHO (1970), p.27.

<sup>48</sup> BANDEIRA (1985), p. 56. Todo o Capítulo III dessa obra, bem como o final do Capítulo II, tem informações e análises mais elaboradas sobre a questão de Colônia do Sacramento.

<sup>49</sup> As autoridades portuguesas desenvolveram uma forte ação de propaganda internacional, que constou, inclusive, de publicação de livros e libelos onde se buscava retratar uma suposta *bona fide* lusitana em oposição a uma ação violenta e intempestiva da Espanha. Ver ESPÍRITO SANTO (1999), p. 73 e 74.

<sup>50</sup> CIDADE (1948), p. 30: “Os governos das duas metrópoles entraram logo em contacto e o rei de Espanha [...] procurou acomodar as cousas”. Ver Também ESPÍRITO SANTO, p. 74.

<sup>51</sup> “Os espanhóis, que quando se tratava das Molucas, isto é, do oriente, sustentavam que as léguas deviam contar-se a começar pela ilha mais ocidental das do Cabo Verde, pela de Santo Antonio, alegavam agora que a conta devia ser a partir da mais distante, da do Sal. Portugal sustentava o contrário, com igual inconsequência do que antes havia dito.”. CIDADE (1948), p. 30.

Por vinte e quatro anos, a partir da primeira devolução, Colônia do Sacramento permaneceu sob bandeira portuguesa. A situação diplomática da Europa, bem como da metrópole lusa, sofreu forte alteração a partir do final do séc. XVII, culminando com a Guerra de Sucessão da Espanha, a partir de 1701. A questão se colocava, mais uma vez, como disputa política tipicamente moderna, entre blocos hegemônicos, distinguidos por casas nobres: Habsburgo versus Bourbons.<sup>52</sup>

Nessa Guerra, de proporções continentais, foram assentadas as bases que estabeleceriam as duas principais potências a disputar hegemonia européia até, pelo menos, meados do século XIX: França e Inglaterra. Ao longo do século XVIII, as nações ibéricas foram se adaptando aos novos tempos e assumiram alinhamentos distintos, de acordo com seus interesses, às duas crescentes potências. Enquanto Portugal reafirmava os seculares laços diplomáticos com a Inglaterra, a Espanha, então já bourbonica, estreitava laços de família com a França. Tal quadro apontava para um estado de tensão constante, o qual arrastaria lusos e hispânicos para um clima de tensão permanente, que culminaria com a Guerra de 1801 e a posterior invasão de Portugal, em 1807.

Também, nessa mesma Guerra, havia uma estreita possibilidade de Portugal realinhar e reorganizar sua política exterior, no sentido de garantir posições mais favoráveis no cenário internacional. Primeiro, tentando alinhar-se aos Bourbon, numa atitude considerada *insólita*<sup>53</sup> e inesperada, tendo ocorrido o reconhecimento do

<sup>52</sup> "In 1700 (by the will of the childless Charles II) the Duke d'Anjou, grandson of Louis XIV of France, became Philip V of Spain. Austria refused to recognize Philip, a Bourbon, and thereby concede the defeat of its hopes of placing an Austrian candidate on the throne of Spain. To England, a Bourbon king in Spain would disrupt the balance of power in Europe in favour of French hegemony.". "Spain, history of". *Encyclopædia Britannica Online*. Endereço na World Wide Web: <http://members.eb.com/bol/topic?eu=115208&sctn=1>.

<sup>53</sup> MARTÍNEZ (1992), p. 178.

pretendente francês ao trono espanhol, Felipe V, por Tratado de 18 de Junho de 1701.

Apesar de uma tentativa de criar um espaço diplomático próprio e independente, à qual deve se somar o fator de política interna, onde existia uma divisão entre grupos pró-franceses e grupos pró-ingleses, Portugal não escapou de uma projeção marginal nas suas relações internacionais. A necessidade premente empurrou aquela nação, enfim, à aproximação mais contundente com a Inglaterra pelo Tratado de Methwen, de 1703.<sup>54</sup>

A Guerra europeia era, certamente<sup>55</sup>, o pretexto que esperavam as autoridades coloniais espanholas no Prata para se livrarem da sempre incômoda presença lusitana em Colônia do Sacramento. O ataque e conquista castelhana daquela localidade se iniciou em 1704 e foi completada no ano de 1705<sup>56</sup>, sob o comando de Alonso Valdés Inclán, governador de Buenos Aires, com ordens superiores do Vice-Rei do Peru.

<sup>54</sup> "A França não podia prestar tais socorros; e, em vista disso, sucedendo-se os desastres militares franceses na Itália e no Reno, ao mesmo tempo que a esquadra inglesa comandada pelo almirante Stafford andava pelas costas de Portugal, D. Pedro II considerou nulos os tratados celebrados com a França. Passou-se a uma situação de neutralidade, que Portugal aproveitou para rearmar-se; ou no sentido de ver respeitada aquela neutralidade ou no de passar à beligerância em condições satisfatórias. Desde finais de 1702 já se considerava ponto assente nos meios diplomáticos que Portugal estava disposto a aderir à liga antifrancesa, tendo-lhe sido oferecida como recompensa a incorporação no seu território das províncias galegas e estremenhais. Também lhe teriam sido oferecidas pelos Holandeses as Canárias e as Filipinas. [...] Em consequência da mudança de rumo da política de Lisboa, os generais franceses procuravam reunir meios para atacar Portugal; e receavam um assalto português a Buenos Aires. Os receios franceses eram fundados; pois Portugal se aliou aos Ingleses, Austríacos e Holandeses por tratados ofensivos e defensivos de 16 de Maio de 1703.". MARTÍNEZ (1992), p. 178 e 179.

<sup>55</sup> Em texto, cuja contemporaneidade pode ser situada entre o final do século XVIII e 1803, percebe-se que nunca foi admitida a posse portuguesa da margem esquerda do Rio da Prata. "Veinticuatro años hicieron durar los portugueses en sus manos un depósito que según lo convenido debió durar cinco meses;". Havia uma reclamação clara sobre "el uso y aprovechamiento del sitio, labores de sus ganados, madera, caza, pesca, y carbón como antes de que en él se hiciesen la población de la colonia". ANÓNIMO (1988), p. 55.

<sup>56</sup> Aqui ocorre uma pequena confusão de datas na Historiografia. REICHEL & GUTTFREIND (1998), p. 102, apontam para o ano de 1703, enquanto AMEGHINO & BIROCCO, *IN: CERVO & RAPOPORT* (1998), p. 34, apontam para 1705. O sítio à fortaleza inicia-se, de fato, em outubro de 1704, como aponta FLORES (1997), p. 44 e encerra-se cinco meses depois.

Colônia seria devolvida a Portugal na série de tratados assinados em Utrecht, entre 1713 e 1715.<sup>57</sup> Os termos acordados eram curiosos para o caso de Sacramento, estabelecendo uma posse mais sobre um enclave do que sobre um território, na medida em que o perímetro português nas margens do Rio da Prata seria medido pelo raio estabelecido pela marca inconstante de um *tiro de canhão*<sup>58</sup>. No ano de 1716 o perímetro de Colônia e sua fortaleza foram entregues aos representantes lusitanos.<sup>59</sup>

Mais importante que isso, entretanto, os tratados de Utrecht, como foram consagrados pela Historiografia, abriram uma brecha consentida na tradição de dois séculos que, bem ou mal, ainda era oficialmente sustentada por ambas as Coroas.

Conforme já foi observado, esta foi a última tentativa de configuração das fronteiras ibéricas ao redor do mundo e, em especial, na América do Sul, com soluções exclusivamente *de gabinete*, da mesma forma como fôra conduzido o acordo Provisional de 1681. Ainda se esperava uma solução que seguisse os procedimentos decisórios que vinham ocorrendo desde o Tratado de Alcáçovas, sem a necessidade de averiguação *in loco* das dificuldades inerentes à efetivação das fronteiras.

A repetição do apelo à mediação da Santa Sé, que anterior a qualquer tratado de limites entre Portugal e Espanha, foi fenômeno pioneiro no estabelecimento das esferas de influência entre a monarquia fidelíssima e a monarquia católica, ocorreu no acordo de 1681. Segundo o qual, se as comissões negociadoras das respectivas

57 SOARES (1939), p. 114.

58 Costumava ser uma medida-padrão, inclusive, para fins de medição do mar territorial.

59 SOARES (1939), p. 113 a 130.

cortes falhassem na identificação da *verdadeira* linha de Tordesilhas, o assunto deveria ir ao arbítrio do papado.<sup>60</sup>

Os indícios que demonstram que os tratados de Utrecht já apontavam para a superação da linha de Tordesilhas não eram expressos ou óbvios. Na verdade, paradoxalmente, é o tratado de Utrecht, firmado com os franceses, em 11 de abril de 1713, que indica com mais força esse caminho. Isso porque Colônia do Sacramento estava muito próxima da linha mais ocidental (a linha ideal portuguesa), atribuída ao meridiano de Tordesilhas, o que a colocava numa região disputada, dentro da lógica e da essência do Tratado de 1493. Já o Tratado de 1713, não: este último tratava de limites em áreas até então não disputadas à coroa castelhana.<sup>61</sup>

A abertura da questão amazônica entre os representantes de Portugal e os representantes da França era, além de delicada, controversa, pelas questões que suscitava. De um lado, se a intenção dos negociadores era apenas limitar esferas de influência franco-lusitanas, sem descartar os eventuais direitos da monarquia espanhola; ou se, por outro lado, A França dos Bourbons que estavam assumindo o reino espanhol, passara-se como um arremedo de porta-voz dos interesses da nação espanhola, afinal a Guerra de Sucessão da Espanha, acima de tudo, havia sido uma guerra de Luís XIV.

A posição geográfica de Colônia, apesar da vantagem provisória adquirida em Utrecht, era claramente insus-

<sup>60</sup> "y conviniendo de ambas potencias en nombrar comisarios en el término de dos meses que determinasen dentro de tres la controversia suscitada, y el de hacer de ocurrirse a Su Santidad en caso de discordia dentro de un año, quedó acabada la primera guerra al año siguiente de haberse comenzado.". ANONIMO (1988), p. 55.

<sup>61</sup> "S. Magestade Christianissima reconhece pelo presente Tratado, que as duas margens do Rio das Amazonas, assim Meridional, como Septentrional, pertenceu em toda a Propriedade, Dominio, & Soberania a Sua Magestade Portugueza, & promette, que nem elle, nem seus Descendentes, Sucessores, & Herdeiros farão jamais alguma pertença sobre a Navegação, & uso do dito Rio, cõ qualquer pretexto que seja.". Artigo 10º do Tratado de Utrecht de 11 de Abril de 1793. Em SOARES (1939), p. 122.

tentável em longo prazo, se sobre ela decidissem cair os espanhóis. Tendo em mente a necessidade de sanar esse problema logístico, os portugueses decidiram criar outros postos-fortaleza ao longo do litoral Norte do Rio da Prata, especialmente no sítio e baía onde hoje se encontra Montevidéu, no ano de 1723. Foi encarregado da tarefa o Ajudante-de-Campo Manuel de Freitas Fonseca, a qual resultou num completo fracasso devido, novamente, à rápida intervenção de Buenos Aires.<sup>62</sup>

No mesmo local onde os portugueses haviam tentado se estabelecer, os espanhóis iniciaram a edificação de San Felipe de Montevideo, a partir de 1725.

Dez anos mais tarde, Colônia do Sacramento seria, outra vez, motivo de beligerância na América do Sul. Em 22 de janeiro de 1735, a polícia espanhola parece ter entrado na residência do embaixador português em Madrid, no intuito de prender um dos seus criados<sup>63</sup>. Quando a notícia do feito chegou à Lisboa, semelhante ato foi perpetrado contra a casa do embaixador espanhol. Isso foi motivo suficiente para o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

O fato ocorria justamente quando a diplomacia portuguesa intentava, uma vez mais, adquirir maior autonomia e galgar degraus de prestígio e reconhecimento entre as demais cortes européias. Exemplo disso foi a própria criação da Secretaria de Estado dos Negócios Es-

<sup>62</sup> MAGARIÑOS CERVANTES, p. 54. “Apenas lo supo Zabala, gobernador de Buenos Aires, le intimó que inmediatamente se retirase”. Veja-se, também: “As reclamações de Buenos Aires, como sempre apoiadas na força, não se fizeram esperar. Os português, a que naturalmente a distância que os separava de recursos embaraçava, procuraram convencer o governador de Buenos Aires de que a ocupação daquele ponto era necessária, para evitar que outros povos europeus se instalassem ali. [...] O recurso aleatório nenhum efeito produziu, pois o governador de Buenos Aires, que antes de mais nada havia reunido um exército e aprestado uma esquadra, marchou contra Montevidéu. Era, como se vê, tóida a margem setentrional do Prata sob o olhar vigilante da gente da margem oposta.”. CIDADE (1948), p. 33.

<sup>63</sup> CIDADE (1948), p. 34, nota.

trangeiros e da Guerra, em 28 de julho de 1736<sup>64</sup>. E o suporte econômico que parecia respaldar essa nova tomada de posição, durante o reinado de D. João V, foi a descoberta de ouro no Brasil, confirmada a partir de princípios do século XVIII.<sup>65</sup>

O rompimento de 1736 teve como consequência imediata um novo sítio à Colônia, que teria durado de novembro de 1735 a outubro de 1736, imposto pelos espanhóis de Buenos Aires, que foi rechaçado a muito custo pelos defensores de Colônia<sup>66</sup>. Em seguida ocorreu o armistício, patrocinado pela interferência franco-britânica<sup>67</sup>.

A questão central a ser abordada sobre a instalação e insistente defesa e manutenção de Colônia do Sacramento, contudo, é sobre as motivações políticas e/ou econômicas básicas que conduziram a isso. A melhor compreensão desse fenômeno permite, indiretamente e por extensão, averiguar o projeto mais elementar de Portugal com relação à região platina como um todo e, com especial atenção, ao atual território do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesse ponto, o tratamento dado ao tema pela historiografia pode ser visualizado em três grandes grupos de interpretação, não absolutamente distintos e, tampouco, excludentes entre si. Que, como não poderia deixar de ser, indicam tanto elementos que podem levar a uma aproximação mais elaborada da realidade histórica, como também, às próprias projeções individuais e coletivas

<sup>64</sup> MARTÍNEZ (1992), p. 184.

<sup>65</sup> “Já bem enraizada a dinastia de Bragança e enriquecido o País pelas receitas mineiras do Brasil, a corte de Lisboa quis fazer sentir bem a todos os Estados a independência portuguesa.”. MARTÍNEZ (1992), p. 183.

<sup>66</sup> Segundo CIDADE (1948), p. 35, “Os defensores comeram cavalos, cães, gatos e tudo quanto foi animal doméstico.”

<sup>67</sup> MARTÍNEZ (1992), p. 184.

desenvolvidas, *a posteriori*, sobre as narrativas desenvolvidas.

Num primeiro momento, são identificáveis aqueles que avaliam a questão sob um ponto de vista de geopolítica, no qual destacam-se justamente os fatores de política de Estado. Aqui se incluem os que viram tais acontecimentos sob a égide da diplomacia, das relações internacionais de caráter político, da defesa militar e da administração pública do território, e outros fatores afins.

Segundo esse ponto de vista. A idéia de fronteiras naturais, no sentido de serem baluartes da manutenção territorial e da conformação física de um território possuído ou ambicionado, assume proporções de primeira grandeza. Os elementos que, conforme essa lógica, prevaleciam nas questões envolvendo o território da margem esquerda dos rios Uruguai e Pelotas (atuais Estado do Rio Grande do Sul e República Oriental do Uruguai), eram as estratégias gerais de defesa e administração do território, com uma tônica fortemente militarista e imperialista. Prestígio, honra militar, legalidade diplomática e de Direito Internacional Público, são marcos referenciais para a análise desenvolvida por esses autores.

O Capitão Omar Chaves, um dos patrocinadores desse tipo de postura, pôde melhor defini-la:

“É bem de ver que a interferência das zonas de ação de dois ou mais elementos, gera zonas turbadas onde surgem os conflitos que terão de ser resolvidos pela atuação compreensiva dos governos ou por tratados, acordos, convenções e em última instância pela guerra.”

ra, quando os fatos se passam entre pessoas internacionais, entre nações soberanas.”<sup>68</sup>

No mesmo grupo, mas trilhando rumos mais nacionalistas, veja-se Macedo Soares, na introdução de sua obra.

“Por toda a parte a fronteira é o continente do conteúdo nacional. A fronteira completa, define e especifica o país, séde de um povo organizado. A fronteira assegura o instinto de propriedade, tão natural e imperioso nos povos, como nos indivíduos. O território, quer dizer, o que se contém dentro das fronteiras, está para as nações como a casa está para as famílias. Não há família sem lar. A casa é a séde do lar.”<sup>69</sup>

Souza Docca se expressou num discurso menos explicitamente nacionalista, mas ainda distinguido por uma suposta busca da verdade, travestida de legalismo jurídico e diplomático. Mas não sem antes ter combatido veementemente, ponto por ponto, um autor uruguai que reclamava da forma suspeita e insidiosa como os luso-brasileiros teriam se apossado de território – segundo aquele autor – genuinamente oriental.

“Não é com blandícias tendenciosas, nem truncando os fatos, que se solidifica e se perpetua a amizade entre os povos e, sim, colocando ou se colocando cada um no lugar que lhe compete, com a responsabilidade que lhe cabe.”<sup>70</sup>

Mais adiante.

<sup>68</sup> CHAVES (1943), p. 13.

<sup>69</sup> SOARES (1939), p. 3.

<sup>70</sup> SOUZA DOCCA (1939), p. 211.

“Para tão alto quão nobre mistér a historia tem que ser verdadeira e justa ou seja, segundo a definição da Justiça no Direito Romano: a vontade firme e perpetua de dar a cada um o que lhe pertence.”<sup>71</sup>

Um outro grupo, são os que resgatam, com maior ênfase, os condicionamentos econômicos que conduziram o avanço português e espanhol rumo ao Prata. É importante lembrar que, mesmo aqui, como no grupo anterior, a questão é posta e interpretada como sendo, primordialmente, geopolítica. A diferença, sutil apenas na aparência, é que, conforme essa proposta, são os fatores econômicos, mais que quaisquer outros, que determinam as decisões, mesmo as de caráter eminentemente geopolítico.

É importante perceber, da mesma forma, que não apenas autores ligados ao materialismo histórico podem advogar essa mesma causa, não sendo, portanto, privilégio dos historiadores ditos marxistas essa abordagem. A diferença entre as posturas é delineada principalmente, de acordo com as categorias de análise adotadas, que apenas são bem mais rígidas e recorrentes no caso do materialismo histórico.

Segue um exemplo de tal postura, mais economicista, através de um extrato do trabalho de Heloísa Reichel e Ieda Gutfreind, apesar de não apontarem para um exclusivismo absoluto, incluindo elementos de natureza de políticas internas, geopolítica, cultural, entre outros.

---

<sup>71</sup> SOUZA DOCCA (1939), p. 212.

"A idéia recebeu o apoio dos grupos dominantes da elite colonial luso-brasileira e dos governantes da Coroa Portuguesa, pois permitia lucrar com o restabelecimento do tráfico no Rio da Prata e com o vasto movimento de colonização e expansão para o sul que se iniciara. Além disso, a Coroa via, na instalação da Colônia, um elemento importante de seu programa de reformas e reativação econômica motivado pela crise do açúcar brasileiro face à concorrência antilhana."<sup>72</sup>

Outro exemplo, não materialista dialética, mas rico em abordagens de tipo *econômico*, pode ser dado por Guilhermino Cesar.

"É nesse período, justamente, que o ouro converte o interior de Minas numa espécie de novo Potosí e a pecuária gaúcha assume um relevo que nunca dantes tivera. Percebendo-o, o governo de Lisboa, sem embargo de muitas vacilações, decide estabelecer uma fortaleza no Rio de São Pedro. E assim nasce o Rio Grande do Sul português, um enorme trato de terra cuja anexação definitiva à Coroa o respeito ao Tratado de Tordesilhas, durante anos, havia impedido."<sup>73</sup>

Finalmente, um exemplo mais marxista<sup>74</sup>, pode ser resgatado no trabalho de Eduardo Azcuy Ameghino e Carlos Birocco. No qual podem ser identificadas algumas categorias específicas, tais como a propriedade dos meios de produção, no caso, a terra.

<sup>72</sup> RECIHEL & GUTFREIND (1996), p. 67.

<sup>73</sup> CESAR (1978), p. 37.

<sup>74</sup> Nunca é demais recordar que um indivíduo que não professe dos ideais políticos marxistas, ainda assim, pode utilizar o conjunto de categorias e sistemas de análise dos fenômenos históricos propostos por aquela corrente de pensamento.

“Nesse contexto, a agudização dos traços mais característicos da economia e da sociedade na Banda Oriental, especialmente ao norte e a leste de sua geografia, determinaram que, em 1784, as autoridades coloniais começassem a se preocupar com a desordem rural e o crescente contrabando praticado com o Brasil, o que deu origem a um grosso expediente conhecido como “o arranjo dos campos”, a partir de cujas conclusões se pretendeu responder à necessidade de consolidação das fronteiras com Portugal”<sup>75</sup>

O terceiro grupo, apesar de muito comum na historiografia que aborda os processos de ocupação do espaço platino e de delimitação de fronteiras nacionais, é de análise e compreensão bem mais fugidias. Situa-se numa zona nebulosa, envolvida em percepções míticas e conceitos vitalistas e organicistas de *Pátria* e *Nação*.

Socorremo-nos, aqui, do conceito de *Corpo da Pátria*, motivo e título de trabalho recente, sucessor de conceitos anteriores, como o da *Ilha Brasil*, levantado na obra de Jaime Cortesão.

“A força da noção da Ilha-Brasil derivaria, precisamente, da subversão do horizonte histórico e diplomático e da sua substituição por um ordenamento ancestral. No lugar dos tratados entre as coroas - e, em particular, do acerto de Tordesilhas - , ela invocava uma verdade prévia, anterior à história. Por essa via, introduzia-se a lógica da descoberta: a descoberta de uma terra preexistente, de um lugar de contornos definidos, de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como reali-

---

<sup>75</sup> CERVO & RAPOPORT (1998), p. 69.

dade geográfica anterior à colonização, como herança recebida pelos portugueses. Ao invés de conquista e exploração, dádiva e destino.”<sup>76</sup>

Essas correntes interpretativas não se restringem a esse período específico entre as primeiras ocupações e a Paz de Utrecht. Tampouco se restringem ao caso específico de Colônia do Sacramento. Ao contrário, seguem disputando espaços, pelo menos, até à abordagem do tema, ou posição cronológica, da independência política do Brasil, em 1822. Isso se explica, inclusive, pela tendência mais generalista das obras que tratam desses assuntos, nas quais, via de regra, abordar um desses temas significa, em séries nem sempre constantes ou apropriadas de ganchos, abordar a quase todos os *mais consagrados eventos* que envolvam ocupação do espaço platino. Nem que seja *en passant*.

Perceber as principais diferenças interpretativas, conforme foi proposto, é muito importante para que se possa focalizar com maior precisão os inúmeros nuances que envolvem o Tratado de Madri, de 1750. Tanto pelos princípios que o moveram, como pelos padrões de conduta que estabeleceu e, principalmente, pelas consequências drásticas que teve com relação às Missões Orientais do Uruguai.

---

<sup>76</sup> MAGNOLI (1997), p. 47. O autor expõe com clareza a forma como Cortesão distinguiu o conceito de Ilha-Brasil.

## *Do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso*

O período posterior à fundação de Colônia do Sacramento, até a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, na região platina, teve como característica geopolítica principal um grande esforço de ocupação do imenso território da margem esquerda do rio Uruguai. Obviamente, esse esforço se concentrou em áreas consideradas estratégicas, nos litorais fluviais e marítimos da região, com raras exceções. No caso português, a região de Laguna, as barras dos rios principais, como o Mampituba, o Tramandaí e o Rio Grande de São Pedro (Canal de São Gonçalo). No caso espanhol, os litorais internos dos *campos orientales*, nos rios Uruguai e da Prata e no litoral atlântico, até Maldonado.

Nesse contexto estão as fundações de Rio Grande, Viamão, Porto Alegre, Rio Pardo, Montevidéu, Santo Domingo Soriano e Maldonado, entre outras. Esses primeiros estabelecimentos urbanos são uma novidade e, nesse primeiro momento de sua existência, representavam marcos ainda sem vigor, destoando do quase deserto demográfico de seu entorno.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> "Desde a fundação de Sacramento e durante a primeira metade do século XVIII, as disputas entre espanhóis e portugueses não haviam se restringido à posse desta cidadela. Elas tiveram dois outros objetivos: o controle integral da margem setentrional do rio da Prata e o domínio sobre as terras das campanhas da Banda Oriental e das que, futuramente, comporiam o Rio Grande do Sul. Como resposta a tais propósitos, os portugueses haviam fundado os fortés de Santa Tereza e de São Miguel e, mais tarde, o de Jesus Maria José que deu origem à cidade de Rio Grande. Tentaram, também, a criação de outro núcleo de povoamento junto ao rio da Prata, em área que corresponde atualmente a Montevidéu. Os espanhóis, apreensivos com a descida dos portugueses em direção ao sul, haviam tentado bloquear-lhes o acesso a Sacramento, tanto por terra quanto por mar." REICHEL & GUTFREIND (1998), p. 65.

Contingentes humanos de caráter mais fixo passaram a ser observados na zona rural, atraídos pela abundância de terras e pelo *ciclo do couro*, que se iniciava. Deviam ser, fazendo uma *antropologização* muito empírica e superficial, indivíduos tendentes ao risco, à aventura e ao enriquecimento fácil; e, ainda que não fossem emocionalmente *endurecidos* quando nessas terras chegaram, passaram, necessariamente, por esse processo, pela própria necessidade de sobrevivência num mundo que se apresentava hostil e, por si mesmo, duro.

A fundação do presídio de Jesus Maria José, em 1737, permitiu o florescimento, à sua volta, da Vila do Rio Grande de São Pedro que foi, por seu turno, o primeiro agrupamento urbano do atual Estado do Rio Grande do Sul. O estabelecimento do forte foi decisão do Brigadeiro José da Silva Paes, a 1º de Novembro daquele ano, em regresso de campanha, pela Guerra de 1735-37, no Rio da Prata<sup>78</sup>.

A localidade de Rio Grande tem a característica de ser o único porto de melhor qualidade entre Laguna, no Brasil e Laguna de Rocha (Las Palomas)<sup>79</sup>, no Uruguai. Mesmo assim, não se configura por ser um porto de baía, o ideal para o tipo de transporte marítimo da época, mas um porto de barra fluvial - no caso, a Lagoa dos Patos -, e, por isso mesmo, movediço e instável. Sua singularidade, em meio ao maior litoral *sem baías* do mundo, o tornava um ponto vital e estratégico aos interesses portugueses.<sup>80</sup>

<sup>78</sup> NEVES (1981), p. 17 a 36.

<sup>79</sup> Mesmo a Laguna de Rocha não é a mais adequada ao recebimento de navios, sendo preterida pelo porto de Maldonado. Ver também CIDADE (1948), onde à p. 36 escreve, sobre a fundação de Rio Grande: "por se tratar da única abertura marítima entre Santa Catarina e a bocá do Rio da Prata".

<sup>80</sup> "A Povoação principal deste Continente, q' se denomina Villa de São Pedro está situada na latitude de 31°, e 58', e na longitude de 334°, e 25'. A sua barra h̄e perigoza, pe

O porto de Rio Grande passou a exercer uma função vital para a própria ocupação do dito Continente de São Pedro. De fato, nenhuma ocupação européia mais interiorizada tinha grandes chances de sobrevivência sem a existência daquele mesmo porto. Não há grande exagero em dizer, portanto, que o Rio Grande do Sul português deveu seu nascimento e sua posterior existência àquela fundação, em 1737.

A explicação para uma afirmação de tal peso decorre da própria natureza da circulação de bens e pessoas, num contexto ocidental não-indígena, pelo menos até o advento das estradas de ferro. O transporte de maior porte e maior rapidez era feito, essencial e basicamente, através da navegação. O sucesso ou fracasso de projetos geopolíticos decorria, em larga escala, da possibilidade de promover o transbordo de mercadorias e bens, de qualquer natureza e não apenas econômicos, utilizando como base um porto ou uma rede de portos.<sup>81</sup>

Alguns projetos parecem ter fracassado precocemente por esse motivo, confirmando esse ponto de vista. O *Protectorado de Artigas*, ambicioso projeto político falhou, sobretudo, em encontrar sua saída portuária, na medida em que não pode sustentar Montevidéu e nunca conseguiu controlar Buenos Aires; e, sem esses, os portos do litoral dos rios Paraná e Uruguai ficavam relegados à subutilização. Os Farrapos rio-grandenses não lograram submeter Rio Grande e não puderam sustentar e, depois de perdida, reconquistar Porto Alegre e, numa tentativa

los m̄tos bancos mudaveis q' tem de aréa, segundo as enchentes, e correntezas d'agoas. Passando este obstáculo, achão as Embarcações hum óptimo laga mar, para se abrigarem, e ancorarem.". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Manuscritos do Brasil – N° 47, inteiro. Observe-se que a expressão "laga mar" que aparece nesse texto, se refere à Lagoa dos Patos.

<sup>81</sup> CAMARGO (1996), p. 27. Ver todo o primeiro capítulo, acerca da importância do transporte marítimo e fluvial, na época.

desesperada, ocuparam o porto de Laguna, durante a chamada *República Julianiana*.

Mesmo com diferenças interpretativas profundas, é quase ponto pacífico entre os historiadores que um dos maiores conflitos sul-americanos, a Guerra do Paraguai, foi motivado, antes de qualquer outra causa, pela necessidade paraguaia de encontrar sua saída para o mar.

Nesse ponto reside a importância fundamental do Rio Grande de São Pedro para todo o posterior desenrolar da História Geopolítica platina. Sua presença geográfica, ainda que nem sempre tenha sido requisitada de forma direta nos principais eventos políticos posteriores, estava sempre a representar sua significação simbólica e o seu papel sócio-econômico para toda a sua *hinterland*.

Pelo lado das terras de Espanha, a essa época, as missões jesuíticas do Paraguai e do Uruguai, atingiam o ponto culminante de seu desenvolvimento sócio-econômico<sup>82</sup>. Esse fenômeno histórico, como já foi discutido antes, seguia seu ritmo evolutivo como um reduto diferenciado, ainda que integrado, no universo colonial platino.

Os conflitos entre as duas forças contraditórias de expansão na América do Sul, o bandeirantismo paulista e o missioneirismo jesuítico, levaram à transposição das populações reduzidas para a margem direita do rio Uruguai (atual Província de Misiones, Argentina), onde estariam mais seguras frente à agressiva caça luso-brasileira de escravos indígenas. Mas os ataques bandeirantes sofreram um freio mais efetivo na derrota sofrida frente aos índios guaranis cristianizados, agora já autorizados

---

<sup>82</sup> PORTO (1954), II Parte, p. 162 a 197.

armar milícias<sup>83</sup>, na batalha de Mbororé, no ano de 1641<sup>84</sup>.

Já a partir da segunda metade do século XVII, os guaranis e os jesuítas se consolidavam, uma vez mais, na região situada á margem esquerda do Uruguai, dando início consagrado na historiografia como dos *Sete Povos das Missões*. As reduções, ou missões, de San Luís, San Borja, San Miguel, San Ángel, San Juan, San Lorenzo e San Nicolás se desenvolviam a olhos vistos e se transformavam nas pérolas da experiência missionária jesuítica.

O território básico que ocupavam era delimitado pelos rios Uruguai, Ibicuí e Jacuí, mas suas adjacências se estendiam, através das chamadas *estâncias* dos povos, até os campos orientais, às proximidades do rio Negro. As estâncias se configuravam como uma espécie de reserva de caça, nas quais o gado vacum, principalmente; o eqüino e o ovino, secundariamente; e o muar, marginalmente, se desenvolviam de forma livre, com a mínima intervenção humana no sentido de implementar melhoria de plantel e sem uso de práticas mais avançadas de criação, mesmo as conhecidas na Europa, àqueles tempos.

A pressão da população branca na campanha cresceu a partir da *chamada à atenção* das imensas riquezas em couro disponíveis nos campos platinos ao Norte do rio da Prata, com a fundação e disputas relativas a Colônia do Sacramento<sup>85</sup>. Tinha agora, essa pressão, estabelecimentos urbanos ou quase isso, que lhe melhor

<sup>83</sup> KERN (1982), p. 262 e 263. Ver também PORTO (1954), Parte II, p. 14, onde se lê "O Decreto real de 21 de Maio de 1640, concedia-lhes o uso de armas de fogo".

<sup>84</sup> PORTO (1954), I Parte, p. 181 a 196.

<sup>85</sup> Sobre esse assunto, ver ASSUNÇÃO (1978), Tomo I, p. 217 a 220.

Ihe sustentasse o avanço. Esse fato colocou na mira dos interesses coloniais de ambas as nacionalidades a alardeada prosperidade dos povos missioneiros. Deve ser acrescida aí a provável indignação velada que corria com relação aos privilégios régios concedidos aos jesuítas e suas missões religiosas.

O quadro poderia ser comparado ao de uma grande torquês luso-hispânica se fechando contra aquele quisto, aquele corpo diferente e pouco identificado com o restante das colônias ibéricas lideiras. A situação da Companhia de Jesus na Europa e no resto do planeta, tampouco inspirava confiança, onde os anos de proeminência junto às nações católicas européias e junto ao próprio papado, parecem ter criado um profundo sentimento de desconforto e já principiava a rarear quem se dispusesse a prestar franco apoio político aos inacianos.

A Companhia de Jesus se envolveu num processo interessante de desafio ao poder central nos reinos nos quais estava estabelecida. Aparentemente tal fato não se deveu a qualquer contestação direta às autoridades temporais, mas o referido *desafio* ocorria espontaneamente, na medida em a Companhia de Jesus ocupava espaços que o Estados, cada vez mais, reclamavam como seus.<sup>86</sup>

A questão se punha com mais força na medida em que crescia a postura política que ficou conhecida como despotismo esclarecido, já que essa postura entendia como prerrogativa estatal o controle do timão da cultura, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico.

<sup>86</sup> "Mesmo antes de deflagrar a insubordinação dos índios missioneiros contra a injusta aplicação do Tratado de 1750, uma trama insidiosa se tecia na Europa para envolver em suas malhas o que a política reacionária da época chamava de 'poderio jesuítico'.". PORTO (1954), II Parte, p. 242. Ver interessante discussão sobre o tema em SILVEIRA (1909), p. 51 a 82.

De qualquer maneira, o jesuitismo passou a ser identificado com formações políticas indesejáveis, em contextos, nos quais, as monarquias absolutas dos últimos momentos do *Ancien Régime* viam, como já ocorrera em outros tempos, a submissão da nobreza e do clero como tarefa necessária ao desenvolvimento nacional.

Em Portugal, isso ficou claro na política pombalina, que resultou na completa erradicação da ordem jesuítica naquele país e em suas colônias. Os jesuítas enfrentavam problemas sérios junto aos governos de Portugal e da Áustria e a Espanha bourbonica também foi influenciada por essa mesma preocupação frente aos inacianos.<sup>87</sup>

Nesse contexto, celebrou-se em 8 de fevereiro<sup>88</sup> de 1750, o Tratado de Madri, entre as duas nações ibéricas. Os termos do tratado, entre inúmeras outras considerações, previam a entrega à Espanha, de Colônia do Santíssimo Sacramento, bem como, a entrega a Portugal, dos chamados Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai.

O Tratado de 1750, não foi mais uma peça nesse processo de pressão sobre os jesuítas. Por mais tentador que pareça, é difícil estabelecer um nexo sustentado documentalmente que ligue aquele Tratado e sua seqüente entrega dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai a Portugal, como parte de uma estratégia pre-

<sup>87</sup> "Envy and fear fueled this monarchical enmity, fed by rumors spread by enemies of the Jesuits, not a few of them within competing religious orders. The Jesuits, it was said, had secret silver mines on the mission lands; they were stealing the king's treasure; they planned to declare their 'state' independent of the Spanish crown. None of this was true: there were neither mines, nor treasure, nor a hint of a serious sentiment for rebellion. When King Charles' troops arrived at the missions to arrest the Jesuits, they went quietly. They didn't have to, for they controlled a military force greater than that at the disposal of the governor of Buenos Aires, Francisco Bucareli, the man charged with carrying out the expulsion. These were the Indian militias, fanatically loyal to the 'padres'. They had been formed, with royal sanction, to defend the missions from Brazilian slavers. They became a bulwark against incursions into Spanish territory and were frequently deployed to defend Buenos Aires against the French, Dutch, and English.". O'MARA (1999).

<sup>88</sup> A ratificação portuguesa ocorreu antes, em 26 de janeiro do mesmo ano, mas a ratificação última, a espanhola, se deu nessa data, conforme consta da Ementa do Tratado.

meditada de ataque às posições dos jesuítas. Isso, contudo, tampouco significa que os termos do acordo, no que tangem àquelas reduções, não tenham vindo ao encontro a fortes interesses geopolíticos e econômicos, especialmente coloniais.

Por outro lado, foi com o Tratado de Madrid que principiou a decadência, jamais recuperada, da simbiose entre guaranis reduzidos e padres da Companhia de Jesus e até com religiosos católicos de qualquer outra origem ou as autoridades laicas coloniais. Mesmo no curto período de tempo em que os jesuítas retornaram à margem esquerda do Uruguai até a expulsão da Ordem na Espanha (1761-1767), não houve como recuperar as condições anteriores, não apenas pelas destruições materiais ocorridas, mas pelo próprio trauma que o conflito decorrente do Tratado – a Guerra Guaranítica – provocou naquela população.<sup>89</sup>

Nesse mesmo enfoque, sob o aspecto interno do universo guarani-missionário, o conflito deixou profundas seqüelas, oriundas não da expulsão dos padres jesuítas, mas sim, por fazer aflorar as suas próprias tensões e contradições.<sup>90</sup>

O Tratado de Madri, por seu turno, transformou-se num marco de transição nas relações tratadísticas entre

89 "The Jesuits' departure in 1767 was a catastrophe for the Indians under their care. They felt betrayed. Hadn't they been loyal subjects? Paid their yearly tithes to the crown? Hadn't they even fought the king's enemies?". O'MARA (1999). Observe-se que o autor está se referindo aqui a todo o universo das missões jesuíticas na América do Sul e não apenas aos Sete Povos orientais ao rio Uruguai.

90 "A Guerra Guaranítica é o tema recorrente na história das Missões jesuítico-guaranis. Historicamente, significou a maior crise da Província do Paraguai e, em especial, dos Sete Povos localizados no atual território rio-grandense. Ela desencadeou o processo de desestabilização do espaço social missionário. De certa forma, tensionou suas esferas internas, singularmente entre 1752 e 1757, período dos conflitos com os exércitos coligados de Espanha/Portugal e, também, de divergências internas entre os Sete Povos, cabildos e caciques. Essa 'cizânia' interguaraní, conforme expressão do padre Henis, ficou demonstrada nas notas. Desde 1754, revelaram-se 'discórdias no exército dos índios, de sorte que, algumas vezes, [quase tiveram] guerra civil, ou intestina' ". GOLIN (1998), p. 559.

as duas coroas ibéricas na América do Sul, porque previa, além de uma solução de gabinete, como a longa sequência de acordos anteriores, a averiguação *in loco* das condições do tratado, dos limites a serem implementados e da fixação de marcos delimitatórios.

Mais do que apenas isso, o Tratado de Madri marcou o fim das desavenças sustentadas a partir do meridiano de Tordesilhas. Aquela linha meridiana ficava finalmente sepultada com o novo traçado divisório, entre Portugal e Espanha, no Mundo. Também, nesse Tratado de 1750, ficou selado o princípio do *Uti Possidetis* como princípio básico para administrar as diferentes pretensões dos litigantes.<sup>91</sup>

Tentar reconstituir os fatos ligados à Guerra Guaranítica sob a ótica mais formal de enfrentamento entre nacionalidades distintas é, na verdade, incidir em erro de origem, pois o que ocorreu foi a rebeldia de um grupo de súditos espanhóis contra as disposições de um acordo de limites entre a sua coroa – a espanhola – e a nação vizinha.

Em outras palavras, não se pode reforçar a idéia, bastante difundida na historiografia mais tradicional de um *Estado dentro do Estado*. Uma vez que mesmo em circunstâncias bastante penosas para as comunidades guarani-missioneiras, como os recrutamentos militares constantes, nunca se observou um desafio direto à autoridade central do mundo colonial espanhol. Os guaranis reduzidos eram tão ou mais fiéis súditos de Sua Majes-

---

<sup>91</sup> "Alexandre de Gusmão, diplomata português nascido no Brasil, levantou então o princípio do *Uti possidetis*, argumentando que o direito ao território devia caber ao povo que o povoara, que o conquistara aos primitivos habitantes. A consagração deste princípio beneficiava os lusitanos na América do Sul, onde os paulistas haviam provocado o 'recurso do meridiano', mas beneficiava os espanhóis na Ásia, onde eles haviam ocupado as Filipinas.". ANDRADE (1989), p. 16.

tade Católica como qualquer *criollo* ou reinol na América do Sul.<sup>92</sup>

Isso pode parecer paradoxal, na medida em que se vem afirmando, ao longo do texto, que as missões guaranis tinham uma formação distinta das demais instituições coloniais hispânicas. Possuíam um tipo de autonomia que facilmente era confundida como privilégio sob a ótica dos demais agentes sociais e políticos da época e oposta aos fortes interesses econômicos de grupos coloniais de ambas as nacionalidades européias presentes no Cone Sul.

A Companhia de Jesus enfrentava problemas de natureza semelhante, como já foi visto, na Europa. A trágica solução dada à oposição guarani ao Tratado de Madri, não se explica apenas por uma posição econômica, politicista ou culturalista frente àquele fenômeno, mas de uma observação mais global dos acontecimentos. Com o passar do tempo e, principalmente, com a expansão das fronteiras colonialistas sócio-econômicas, a presença da Estrutura representada pelo trípode guaranis-missões-jesuítas ficou insustentável.

Para a evolução histórica do que, hoje, denominamos Rio Grande do Sul, esse efeito do Tratado de Madri, somado à posterior expulsão dos Jesuítas da Espanha e a extinção da Companhia de Jesus pelo Papa, significou o final de um modo de vida muito específico, existente apenas no interior da América do Sul e com existência efêmera. Os guaranis cristianizados, entretanto, tentaram desesperadamente manter intactas suas instituições,

<sup>92</sup> "Ao contrário, a situação de dependência à sociedade global espanhola fica evidente quando se analisam variáveis tais como o pagamento de tributos, a prestação de serviços militares, as visitas de inspeção de governadores e bispos, a delegação de autoridades aos missionários e indígenas pelos detentores do poder ou seus representantes. A área ocupada pelos Trinta Povos estava inserida no interior dos territórios do império espanhol e nas proximidades de duas capitais provinciais.", KERN (1982), p. 264.

transformando o que era fato e presença histórica nos tempos de seu apogeu, nos mitos e ícones de sua decadência, como será visto mais adiante.

No campo da esgrima política entre as nações ibéricas, o Tratado de Madri não representou o idealizado fim das pendengas de fronteiras e limites. A desconfiança mútua, arraigada por cerca de cinco séculos de enfrentamento, impediu que os termos do acordo fossem levados a cabo integralmente.<sup>93</sup>

Em 1759 falecia o rei espanhol Fernando VI, tendo sido substituído por Carlos III, esses foram os primeiros soberanos a propor e a promover, uma verdadeira e profunda reforma política, administrativa, financeira e cultural na monarquia espanhola, com grandes consequências no império colonial hispânico. Com Carlos III a reforma do exército, a modernização e incremento da marinha<sup>94</sup>, a readequação das práticas mercantilistas a mundo cada vez mais liberal e *fisiocrático*, a reforma do ensino, a expulsão dos jesuítas foram, entre outras medidas, as tentativas espanholas de estabelecer um despotismo esclarecido. Era o auge de *las luces*, em terras de Espanha.<sup>95</sup>

Um país em fase de renovação e revigoração econômica e militar, portanto, se apresentava frente a um Portugal que, com o marquês de Pombal, o plenipotente

<sup>93</sup> "A Colônia de Sacramento, contrariando o previsto no Tratado de Permuta, não foi devolvida mas, pelo contrário, foi retida mediante recursos dilatatórios e fortificada pelos portugueses.". CERVO & ROPOORT (1998), p 44. Também: "exige a imparcial verdade que se confessasse que já então se negociava esta demarcação sem desejar concluir-la, esquadrinhando-se de parte a parte pretextos especiosos para paralisá-la, quicá por insinuações privadas como pelo menos pareceram confirmar os fatos posteriores". PINHEIRO (1982), p.87.

<sup>94</sup> A modernização da Marinha já havia sido principiada por Fernando VI, especialmente na atuação do marquês de la Ensenada.

<sup>95</sup> Ver todo o texto de MOREIRA (1987). À página 129, diz: "O reinado de Carlos III, neste contexto, foi um reinado chave e se destaca como aglutinador dos esforços anteriores".

ministro de D. José I, também tentava estabelecer os seus parâmetros de *Iluminismo*. A vã tentativa de restaurar a tranqüilidade sul-americana veio com o Tratado de El Pardo, de 1761, pelo qual, basicamente, se anulava o Tratado de Permuta de 1750.

Não duraria dois anos o novo acordo, contudo. Conforme o quadro geopolítico e os ânimos reinantes, estava pronto o cenário para mais um conflito sul-americano, como de fato se confirmou com o ataque e conquista do governador de Buenos Aires, Pedro Cevallos, sobre a Colônia, em 1762.

Em 1763 foi assinado o Tratado de Paris<sup>96</sup>, o qual se encaixava no contexto do final da Guerra dos Sete Anos na Europa e promoveu a devolução de Colônia do Sacramento aos Portugueses. Nesse ano, também a política de reforma pombalina prescreveu a mudança do centro da administração colonial lusitana na América de Salvador para o Rio de Janeiro, meridionalizando o centro da política brasileira.

Menos ainda durou esse último Tratado, pois Cevallos, sustentado por discordâncias na interpretação do Tratado de Paris, investiu sobre a Vila de Rio Grande, conquistando-a naquele mesmo ano de 1763. Este foi o momento em que as partes meridionais do Brasil estiveram mais ameaçadas de serem perdidas pelos portugueses. De fato, ao longo desse conflito, inclusive a Ilha de Santa Catarina e sua vila - Nossa Senhora do Deserto, atual Florianópolis - foram tomadas pelos hispano-platinos.

Com a perda de Rio Grande, deu-se início ao processo que culminaria com a sua restauração, durante o qual,

---

<sup>96</sup> Sobre a Paz de Paris, ver interessante texto de VALCÁRCEL (1979).

as eficientes coordenações de esforços militares e diplomáticos levaram ao crescimento da presença militar portuguesa no sul do Brasil para níveis inéditos até então<sup>97</sup>, bem como, conduziram à consolidação e à posterior expansão das fronteiras lusófonas naquele setor.

Os enfrentamentos contra a dominação espanhola no Rio Grande (1763-1776) consolidaram a presença de um corpo paramilitar, crescente em número, prestígio e experiência, à disposição da coroa portuguesa: as milícias. Essas eram formadas por colonos e paisanos locais que, em momentos de crise, eram arregimentados para servir junto com as *tropas de linha ou regulares* (o exército profissional).

Tal corpo chegou a se tornar preponderante nas operações militares do território do Rio Grande de São Pedro no período entre a Paz de 1777 e o advento das forças destinadas a enfrentar a ameaça artiguista em, 1811. Formaram o núcleo do futuro exército imperial no Rio Grande do Sul, após a autonomia política de Portugal. Os milicianos também seriam, a seu tempo, um dos principais grupos a se apropriar das terras devolutas no norte e nordeste do Rio Grande do Sul.<sup>98</sup>

Os corpos de milícias também se transformaram uma escola para lideranças militares, tais como os Pinto Bandeira e os Marques de Souza, entre outros, cujo respeito e admiração inspiravam a segurança no comando e a obediência mínima que costumava faltar aos corpos coloniais não regulares.

<sup>97</sup> Segundo GOLIN (1997), p. 62, o imenso esforço português na ação conjunta com os espanhóis para expulsar os guaranis na Guerra de 1754-56, compôs um exército de cerca de 1.600 homens. No caso da restauração do Rio Grande, conforme LINS (1979), p. 315, o "Exército do Sul" português compunha-se de cerca de 6.000 homens, apenas duas décadas depois.

<sup>98</sup> RÜCKERT (1997), p. 28, onde se lê: "define-se a ocupação por posses – principalmente pelos milicianos paulistas".

Experiência semelhante, no mundo colonial hispânico, apesar de reconhecimento um pouco posterior, foram os corpos de *blandengues de la frontera*, com estrutura marcadamente mais disciplinada e regular, mas inspirada no mesmo tipo de arregimentação *criolla*, colocando-os como corporações essencialmente coloniais.

A Restauração do Rio Grande teve a marca da ação geopolítica pombalina. Quer seja por interesses genuinamente nacionais, quer seja por motivos pessoais, o marquês de Pombal determinou o Prata como campo principal da expansão militar e colonial portuguesa. Enquanto a instalação de Colônia do Sacramento, em 1680, pareceu ter a característica de *marco de fronteira*, quase como uma declaração de intenções. As operações da era Pombal possuíam todo um planejamento que ia do aspecto tático ao estratégico e vice-versa.

A formação do Exército do Sul e as expectativas expressas por Pombal com relação ao mesmo, deixam clara essa nova postura. Ações como a *diversão pelo Oeste*, implementadas de forma desastrosa pelo governador de São Paulo, o Morgado de Mateus, permitem entrever a que nível de detalhamento chegou o planejamento da expansão geopolítica lusa na América meridional.

Nesse mesmo quadro, podem ser inseridas medidas administrativas de natureza menos militar, como distribuição de terras até Rio Pardo, em 1767, o desmembramento de vila de Viamão e a elevação daquela à freguesia, em 1772, e a transferência do governo para a mesma Porto Alegre, em 1773.

As ações portuguesas culminaram com a retomada da Vila de Rio Grande, em 1776. Entretanto, nova invasão de Cevallos, dessa vez com um desembarque em Canasvieiras, resultou na conquista espanhola da Ilha

de Santa Catarina. Em uma investida coordenada a essa, Colônia do Sacramento foi de novo e, dessa vez, de forma definitiva<sup>99</sup>, incorporada à Espanha<sup>100</sup>.

A partir dessas duas conquistas, a intenção de Cevallos, conjuntamente com Vértiz y Salcedo –governador de Buenos Aires –, era realizar uma nova invasão do Rio Grande, por mar e terra, num movimento de torquês. Tal operação chegou a ser iniciada, mas quando já se preparavam as forças beligerantes para o que teria sido um dos maiores conflitos da história colonial, entre as duas nações, chegaram as notícias do armistício.<sup>101</sup>

Iniciava-se, nas relações das nações vizinhas no Prata, um período de paz que durou cerca de 24 anos, a partir do Tratado de Preliminar de Paz e de Limites, de 1º de outubro de 1777. Este foi confirmado e aperfeiçoado pelo Tratado de Amizade, Garantia e Comércio, de 11 de março de 1778.<sup>102</sup>

Durante esse período, mais do qualquer outro antes, as nações ibéricas entravam como coadjuvantes de ingleses e franceses no jogo político pela hegemonia européia. Mais do que nunca, também, apesar dos esforços bourbonicos e pombalinos de renovação e desenvolvimento interno, percebiam as elites ibéricas que, de superpotências, tinham passado à categoria de potências secun-

<sup>99</sup> Exceto se for levado em consideração o período de dominação portuguesa em toda a Banda Oriental, entre 1816 e 1824. Objeto de estudo do terceiro capítulo.

<sup>100</sup> Nos dizeres de VELLINHO (1970), p. 40: “após um assédio que durou por assim dizer quase cem anos”.

<sup>101</sup> “Saiu a campo o general Vértiz à testa de 4.000 homens, e se encaminhava ao Albardão, quando ferraram o porto de Maldonado duas fragatas, e largaram um expresso para o exército; achava-se este já tão próximo à fronteira, que as nossas patrulhas cativaram um alferes e três soldados, que se aventurem a explorar a guarda do Albardão.”, PINHEIRO (1982), p. 115. O autor possui interessante narrativa sobre os eventos de 1762 a 1777, que cobrem as páginas 88 a 117 dessa mesma obra. O mesmo autor, na mesma obra, diz: “Aproximavam-se os exércitos, e uma inevitável peleja ia a decidir da perícia e da fortuna dos dois generais, quando chega a suspensão de armas.”

<sup>102</sup> SOARES (1939), p. 165 a 192. Existe aí transcrição do Tratado, artigos separados e outras referências.

dárias, apesar de terem, por esporádicas vezes, papéis preponderantes naquela disputa política cada vez mais intensa e complexa.

Essa decadência e quase ostracismo foi muito mais precoce e dramático no caso português, que já vivia semelhante realidade desde os tempos da Guerra da Restauração, em fins do século XVII. Faltava à orgulhosa Espanha, por sua vez, sofrer os custos de seu íntimo relacionamento com a França, no final do século XVIII.

## *A Paz de Santo Ildefonso*

O Tratado de 1778, conhecido como de Santo Ildefonso<sup>103</sup>, elaborado a partir do acordo preliminar de 1777, seguia as linhas gerais do Tratado de Madri, com alguns ajustes decorrentes dos últimos conflitos, especialmente os mais recentemente acontecidos na fronteira do Rio Grande de São Pedro com o Vice-Reino do Rio da Prata.

A paz garantida pelo Tratado de Santo Ildefonso foi bastante duradoura, se comparada aos períodos anteriores, desde a restauração da soberania portuguesa frente à Espanha, em 1640. Na verdade, ela foi quebrada apenas pela Guerra das Laranjas, de 1801, cujas consequências na América do Sul são o objeto mais central do presente estudo.

Em linhas gerais, na parte mais meridional da disputada divisa ibérica, Santo Ildefonso previa que, à Espan-

<sup>103</sup> É curioso observar que a historiografia brasileira consagrou o termo *Santo Ildefonso* para ambos os tratados (1777 e 1778), mas apenas o primeiro e preliminar foi firmado naquela localidade espanhola. Outros autores, como MARTÍNEZ (1992), p. 202, designam o acordo definitivo (1778) pelo termo *El Pardo*, por ter sido ali realizado.

nha, caberia a Colônia do Sacramento e toda a Banda Oriental do Uruguai, incluindo o território das Missões Orientais. Portugal, por sua vez, garantia sua soberania sobre Rio Grande e adjacências, passando o limite fronteiriço pelo rio Jacuí e, quando esse rio faz sua curva de quase 90°, pelo caminho seco entre os galhos do mesmo Jacuí e do Ibicuí. Alguns ajustes foram feitos também nas divisas de Mato Grosso e do Amazonas<sup>104</sup>.

A exemplo do Tratado de 1750, porém, deveriam ser designadas partidas demarcadoras que conduzissem a averiguação pessoal das divisas e definissem os pontos onde deveriam ser erigidos os marcos designativos de soberania de cada uma das duas nações.

Tal como sucedera com o Tratado de Madri, tampouco as novas partidas demarcadoras obtiveram êxito em atingir consensos sobre a maioria dos pontos pelos quais devia de estabelecer a linha demarcatória. Foram décadas de tentativas infrutíferas de negociação pelas partes, mas dessa vez a diferença estava no fato que a falta de concordância entre as partidas de ambas as nações não serviu de pretexto para novos confrontos militares. Durante a paz de 1777 a 1801, portanto, a disposição das coroas ibéricas parecia ser a de evitar o conflito e as ameaças das autoridades políticas sempre foram nesse sentido.<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> São designações genéricas, sem exata correspondência territorial com os atuais estados da federação brasileira.

<sup>105</sup> Existe vasto e farto acervo documental, em variados arquivos históricos, dispondo sobre as questões relativas aos impasses e dificuldades encontradas pelas partidas demarcadoras, já a partir de 1779. Um dos mais completos, provavelmente, está em Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa 915 (designação alternativa: Caixa nº 3, 1778 a 1796). São centenas de páginas muito bem organizadas e conservadas, exclusivamente sobre esse tema.

Já em 1779, o delegado português, Roscio, futuro governador do Rio Grande, observava que a tentativa de demarcação seria tarefa quase impossível.<sup>106</sup>

Deu-se início a uma política de policiamento fronteiriço ostensivo, caracterizado pela instalação de *guardas*, ou postos avançados, com efetivo mínimo cuja finalidade era o estabelecimento unilateral de marcos, à revelia das partidas, como se ambas as partes não acreditassem no sucesso das demarcações e pretendessem garantir, de forma particular, seu espaço de domínio.<sup>107</sup>

Apesar das continuadas desavenças, aquele foi um período propício para o desenvolvimento social e econômico da região mais afetada pelos conflitos anteriores. De imediato, diminui-se o custo social e financeiro da manutenção da força militar envolvida nas operações do período de 1763 a 1776. Isso desonerou a incipiente economia local, como também, as economias das províncias e capitarias próximas, especialmente a de São Paulo, já à época maior parceira comercial do Rio Grande.<sup>108</sup>

<sup>106</sup> "V Exa me ordena lhe diga o q' me parece sobre o q' na Sua Carta expoem o Sargento Mor Engro Franco João Roscio, em cuja execução so poso dizer a V Exa falando em geral; q' aquela materia me parece digna das Reflexoens de V Exa; e de expor ao Ministerio de S Mage as dificuldades, q' ele pondera, seão de encontrar no acto da Demarcação, ou seja pelo q' respeita ao Terreno, ou seja pelo concernente à inteligencia do Tratado.". AHU – "Rio Grande do Sul" – Caixa 3, doc. 71. No anexo dessa correspondência, Francisco João Roscio fala das impossibilidades que, fatalmente, impediriam a conclusão dos trabalhos demarcatórios.

<sup>107</sup> "Em resulta dos Officios que dirigi ao Vice Rey do Rio da Prata nas datas de 10 de Julho, 4, e 7 de Setembro, e 26 de Novembro do anno proximo precedente, como participei a V. Ex.<sup>a</sup> nos meus Officios anteriores, tornando-se inuteis, e infructuosos todos os esforços, com que intentei obrigado á convenção de fazer evacuar os Postos estabelecidos na Fronteira do Rio Grande; pondo-lhe a vista a execução proposta em o referido Officio de 10 de Julho, para á imitação do que practicase com as suas Guardas, reduzir-se aquela Frontr.<sup>a</sup> ao estado em que se achavão ambas as naçoes no anno de 1777, fazendo eu tão bem retirar as Portuguezas.". Ofício do Vice-Rei do Brasil para Luiz Pinto de Souza, ministro português, em 11 de novembro de 1796. ANTT, Negócios Estrangeiros, Caixa 3, maço sob nº 3.

<sup>108</sup> "restabelecendo a harmonia entre as duas nações, pôde esta capitania aliviar-se do acabrunhante ónus de tantas tropas. Até fins de dezembro de 1778 efetuou-se reversão para o Rio de Janeiro daqueles corpos, que propriamente não lhe pertenciam, à exceção do regimento de infantaria da praça de Santos, e do esquadrão da guarda dos vice-reis, que foram guarnecer a Ilha de Santa Catarina". PINHEIRO (1982), p. 117.

O novo período de recuperação econômica provavelmente incentivou a prática do comércio ilícito, tão comum nas estruturas coloniais e sempre presente nas relações luso-hispânicas no Prata. O contrabando representava, ambigamente, um desafio e um fator solidificador do sistema colonial, na medida em que era constantemente perseguido pelas autoridades, que viam nessa prática a perda de valores pecuniários representados pela arrecadação de impostos e taxas. Por outro lado, sem o tipo de intercâmbio mais livre de bens patrocinado pelo comércio ilícito, o crescimento sócio-econômico de regiões como o Prata seria sensivelmente afetado.

No caso das possessões espanholas no Prata, o centralismo econômico e administrativo representado pelo exclusivismo mercantil do porto de Lima, no Peru, permitiu um estrangulamento econômico, dentro do qual, apenas o contrabando representava uma válvula de escape viável para o desenvolvimento regional. Segundo alguns dados, os valores das mercadorias européias, em geral, e metropolitanas, em particular, chegavam ao Prata faturados em 500 a 1000 por cento de seu preço original na Europa. Dessa forma, *fechar os olhos* ao comércio ilícito era, muitas vezes, a única maneira de proporcionar um mínimo de bem-estar e de possibilidade de crescimento econômico às comunidades espalhadas pelo subcontinente hispânico.<sup>109</sup>

Ao contrário da crença comum, o contrabando internacional<sup>110</sup> platino não se organizava exclusivamente na

<sup>109</sup> "Por outro lado, a política restritiva desenvolvida pelo Vice-Reino do Peru favorecia o contrabando na região do Prata. Impedidos de uma participação legal no comércio com a hinterlândia platina, os portenhos viam-se atraídos para o exercício de práticas comerciais ilícitas.", GARCIA (1982), p. 47. É interessante ver o capítulo inteiro, na mesma obra, que trata sobre o semimonopólio limenho.

<sup>110</sup> Existia também a categoria de contrabando nacional, na medida em que havia sérias restrições ao comércio entre as próprias colônias ibéricas, especialmente quanto ao comércio marítimo e fluvial. Ver GARCIA (1982).

forma de arreadas e *faenas* clandestinas de gado vacum, através de um sistema ao qual a historiografia dá um certo tom de guerrilha: introdução em território estrangeiro, *preia* do gado e fuga. Existiu, na verdade, uma rede bem organizada de exploração do contrabando, com agentes ativos em todos os setores da sociedade e regiões geográficas.

Essa inferência pode ser depreendida de inúmeros processos judiciais referentes a crimes dessa natureza. Chamamos a atenção para um processo<sup>111</sup> existente no Archivo General de la Nación, em Buenos Aires, que tratava da entrada de supostos contrabandistas em território das Missões Orientais. O destaque advém do fato tais contrabandistas, portugueses, terem conseguido fugir por duas ocasiões, acobertados pela população local. A forma como está estruturado o tal processo, por seu turno, aponta para a conivéncia da própria administração colonial, pois estão deliberadamente desaparecidas partes, autos e ocorrem inúmeros vírios - inaceitáveis mesmo à época -, como, por exemplo, a substituição inexplicada de dois dos réus originais portugueses por dois chilenos que nada tinham a ver com os eventos julgados.

Em depoimento, na parte inicial dos autos, prestado ainda em São Miguel, nas Missões, um dos réus portugueses deixou claro como era comum essa prática.<sup>112</sup>

Tratando desse tema, Guilhermino Cesar chegou a afirmar que as Missões foram um presente do contrabando para Portugal. Escreve isso na convicção de que o

<sup>111</sup> "Gentes introducidas de los dominios de Portugal en estos establecimientos de Yndios Guaranís". Archivo General de la Nación, Buenos Aires. División Colonial - Tribunales. Sala IX. Topográfico: 37-2-3.

<sup>112</sup> "Que no sabe lo que es el Puerto de San Antonio, que el que y lo declara a oido allá, que era guardia de San Antonio que así lo hablaban los hombres, que havian entrado de los Dominios de Portugal por hacer negocio". Idem à nota anterior.

intenso contato com a região missioneira, através do comércio ilícito, teria incentivado o avanço sobre aquele território, no raiar do século XIX. Isso porque teria permitido o melhor conhecimento da região, porque teria feito crescer a cobiça por suas riquezas ganadeiras e, finalmente, porque os principais protagonistas da conquista de 1801 tinham o contrabando por atividade principal.<sup>113</sup>

No campo da administração colonial espanhola, durante a Paz de Santo Ildefonso, ocorreram duas das medidas mais importantes para o mundo hispano-platino. Primeiro, a criação do Vice-Reino do Rio da Prata, em 1776 e, posteriormente, a publicação do Regulamento do Comércio Livre, de 1778.

Desde o final do século XVII, com a fundação de Colônia do Sacramento, foi chamada a atenção do governo espanhol para o rio da Prata. Buenos Aires deixava de ser uma cidade-porto secundária e quase desconhecida e, gradativamente, passou a ser pauta de discussão prioritária. A percepção do avanço português, espontâneo ou planejado, rumo àquela região, assim como, o crescimento das rendas oriundas da exploração da imensa riqueza ganadeira da Pampa argentina e uruguaia, apenas vieram a reforçar a importância do espaço platino.

Não foi à toa, portanto, que o governo de Carlos III elevou, em 1776, a região do rio da Prata à categoria de Vice-Reino, justamente em meio ao recrudescimento dos conflitos do período entre o Tratado de Madri e o Tratado de Santo Ildefonso, tendo justamente Pedro Cevallos como seu primeiro Vice-Rei. A medida veio com certo atraso se cotejada com a expressão que Buenos Aires já havia

---

<sup>113</sup> CÉSAR (1978), p. 49 a 55.

adquirido, sendo, até, a primeira cidade a romper com sucesso os laços colonialistas, apenas 34 anos depois.

No universo das inúmeras reformas de Carlos III, encontra-se o *Reglamento y Aranceles Reales para el comercio libre de España a Indias*, no qual, essencialmente, se fazia uma ampliação gigantesca dos portos e mercadorias habilitados ao comércio intra-hispânico e se diminuía os entraves burocráticos ao comércio em geral. No Rio da Prata, os portos habilitados foram, obviamente, Buenos Aires e Montevidéu.

Essa medida teve significação tão profunda que chegou a alterar o eixo da dependência mercantil na América do Sul espanhola, pois, a partir de então, Lima e o comércio do Pacífico foram solapados por Buenos Aires e o comércio do Atlântico. Nessa alteração, os comerciantes limenhas, antes protagonistas do sufocamento do comércio de grande porte na bacia do Rio da Prata, passaram a depender dos agentes comerciais portenhos.

A região do recém-criado Vice-Reino viveria um período de desenvolvimento econômico sem precedentes.<sup>114</sup>

No lado de Portugal as coisas tomaram rumos bastante diversos. A morte do rei D. José I, em fevereiro de 1777 e a condução de sua filha, D. Maria I, ao trono teve como consequência relevante mais imediata a destituição do marquês do Pombal de seus cargos na administração central portuguesa.

---

<sup>114</sup> “O incremento das relações mercantis entre Buenos Aires e os portos habilitados espanhóis foi uma promoção feliz da parte da cúpula espanhola. O êxito da nova legislação instituída pelo Regulamento de 12 de outubro de 1778 mostrou-se incontestável. Tratou-se de inteligente ensaio que marcou o fim do mercantilismo tradicional espanhol. Inaugurava-se com essa nova experiência comercial a derradeira tentativa da Metrópole no sentido de preservar seu vasto patrimônio colonial. Surgia o “mercantilismo ilustrado”, que significava, sobretudo, o rompimento da estrutura econômica teimosamente mantida pelos antecessores de Carlos III.”. GARCIA (1982), p. 114.

O período de governo de D. Maria é apontado como um retrocesso com relação à evolução do despotismo esclarecido, através da negação de quase tudo o que fosse explicitamente pombalino. Portugal não voltou a ser um país dominado por padres e nobres apenas porque as reformas do período Pombal deixaram profundas marcas e modificaram, em níveis mais profundos, o estilo de vida português. Claro que não somente isso, pois a conjuntura cultural, política e econômica internacional já não permitia o retorno, puro e simples, às práticas mercantilistas mais tradicionais e à sustentação política no sistema clérigo-nobiliárquico.

Nos aspectos econômico e social, a alteração paradigmática da administração portuguesa trouxe pouca ou nenhuma alteração para o Rio Grande do Sul. Mesmo o discutido Alvará de 1785, que restringia com força a produção manufatureira brasileira, cancelando muitas conquistas do período pombalino, não teve maiores repercussões na porção Sul do Brasil, porque não existia aí produção industrial de relevo, ressalvada a agroindústria do charque, que não fora afetado pelo referido Alvará. Os efeitos nocivos daquela medida seriam sentidos mais intensamente em regiões com uma maior concentração de capital, como Minas Gerais e Rio de Janeiro e, consequentemente, mais aptas e já iniciadas no setor manufatureiro.

Não obstante, o sistema de exploração saladeril prometia ser uma excelente saída para o desenvolvimento econômico do Rio Grande: promessa que se cumpriria ao longo do século XIX e teria sua evolução natural na exploração mais sistemática e organizada no período de advento dos frigoríficos. A carne e seus derivados foram responsáveis por uma das fases de maior acumulação de

capital na Argentina, no Uruguai e no sul do Brasil, entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX.

Foi muito precocemente, por outro lado, que se percebeu que o Rio Grande podia ser explorado economicamente de maneira mais eclética e diversificada. Nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, encontra-se um material precioso e que assume o papel de ser a primeira apresentação social, econômica e geográfica geral do Rio Grande da época<sup>115</sup>.

O documento, escrito em 1790, pelo então tenente-coronel Domingos Alvez Branco Munis Barreto, tinha a intenção de mostrar à rainha de Portugal as possibilidades que se apresentavam à exploração econômica e ao desenvolvimento social do Rio Grande. Enxergava aquele oficial um futuro muito promissor, mas apenas se a coroa resolvesse investir, de fato, naquelas terras, as quais, deixa claro, só se encontravam em estado de miséria pelo descaso que então se fazia delas.

Esse mesmo tipo de descrição/reclamação, curiosamente, foi o modelo seguido poucos anos mais tarde pelos demarcadores espanhóis do Tratado de 1778, tais como, D. Miguel de Lastarria, D. Felix de Azara e D. Gonzalo de Doblas. Nesses materiais, o mote principal é sempre o mesmo: a terra é muito boa, mas o abandono a torna infértil e subutilizada. Esses três e o tenente Barreto falavam, na verdade, do atual território do Rio Grande do Sul.<sup>116</sup>

<sup>115</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Manuscritos do Brasil – Nº 47, inteiro.

<sup>116</sup> “A fatal situação desprêzo, e abatimento em que se achão as admiraveis, e ricas Conquistas do Brasil, estando condenados os seus habitantes a huma profunda ignorancia, como se a pouco tivessem sahido das mãos da barbaridade, me fez emprender o meyo de salvar da ultima ruina, pela presente descrição a mais util, e principal parte daquelle novo descoberto, q' se denomina = Continente do Rio Grande de S. Pedro”. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Manuscritos do Brasil – Nº 47, inteiro.

Barreto nos fala de um território fértil, pródigo até, onde tudo quer comparar, sempre com vantagem, aos semelhantes produzidos na Europa. Fala de frutos grandes e abundantes, fala de trigos e farinhas, de couros e charques. Também se refere a uma gente que, apesar de algumas ressalvas, se mostraobreira, dócil e construtiva e da necessidade de trazer mais gentes da Europa e de organizar melhor os índios. Barreto, enfim, está trazendo à luz do conhecimento de Sua Majestade Fidelíssima uma porção do que ele chama “conquistas” e que já gozava de 13 anos de paz e 11 mais iria gozar.

Parece que tudo são alvíssaras nas duas porções da Bacia do Prata, uma de fala portuguesa, outra de fala castelhana. Entretanto, os acontecimentos geopolíticos da Europa, destarte os vigorosos esforços em contrário realizados por ambas as nações ibéricas, trouxe de volta o clamor das armas, em uma guerra um tanto quanto estranha, na qual, com certeza, ninguém desejava lutar.

Nas fronteiras do Rio Grande, contudo, velhas feridas iriam se reabrir. A última guerra colonial entre Portugal e Espanha estava sendo gestada.



## II.

# *Laranjas e mate*

### *Contexto Imediato*

A situação política da Europa, no final do século XVIII, tomava rumos novos e inesperados, cujas marcas seriam sentidas no mundo todo e que até os nossos dias são lembradas como o ponto de desequilíbrio do Antigo Regime e suas formas de conduzir os assuntos de Estado. A Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa, talvez não tenham significado tanto para as pessoas comuns e desavisadas que viveram esse período de transição, como significaram em termos de impacto na formação de opinião das nascentes e das futuras gerações de pensadores e de políticos.<sup>1</sup>

Para as camadas sociais que gozavam das benesses do absolutismo aristocrático, o espanto e o medo; para as altas e médias camadas urbanas, representadas por comerciantes, industriais e profissionais liberais não li-

---

<sup>1</sup> Sobre a influência ideológica da Revolução Francesa na península Ibérica, veja-se coletânea organizada por NETO (1988).

gados à aristocracia, o sopro de esperança de participação política ativa; para as camadas mais baixas, com profundas carências educacionais e, portanto, menos politizadas, a possibilidade de exasperar em golfadas de fúria as suas profundas frustrações.

Um novo modelo de *fazer política* estava nascendo, mas seu lugar de direito ainda estava por vir. O final do século XVIII e os primeiros terços do século XIX, assistiram à desesperada reação do *Ancien Régime*, buscando os meios para sufocar ou contornar as bandeiras políticas que ainda engatinhavam: o liberalismo e o socialismo.

No caso das Américas, a guerra de independência movida pelas treze colônias inglesas contra a sua metrópole, trouxe para muitas lideranças políticas, de todo o continente, o modelo vitorioso no qual se inspirar para estender a autonomia política a todos os povos colonizados.

Os *minutemen* norte-americanos alçaram armas pela primeira vez contra as forças de Sua Majestade Britânica em 1776. Nessa época, portugueses e espanhóis se batiam pela posse de Rio Grande, Santa Catarina e tantos outros postos fronteiriços. A independência dos E.U.A. foi consolidada em 1783. Seis anos depois, a população de Paris saía às ruas, em furor revolucionário.

A conturbação política desses fatos, notadamente os eventos de 1789, talvez seja um dos principais liames para a explicação da aparente calmaria nas relações luso-hispanicas na América do Sul. Em outras palavras, já havia demasiado com que se preocupar com referência à Europa, além de surgir um novo e forte motivo para o policiamento interno das colônias sul-americanas. Seria uma temeridade empreender qualquer campanha mili-

tar de maior porte em um cenário tão confuso para um observador à época.

Foi nessa conjuntura e mesmo antes, no correr dos setecentos, que a Espanha, primeiro por afinidade, depois por necessidade, estreitou suas relações com a França. Portugal, por seu turno, reforçou mercantil e diplomaticamente seus laços seculares com a Inglaterra. A situação dos vizinhos ibéricos era, como sempre, a uma só vez, tão próxima e tão distante.

Para se ter um ângulo mais abrangente desse tema, é necessário retornar a análise ao princípio daquele século, no universo da Guerra de Sucessão da Espanha, pois foi quando a Paz de Utrecht confirmou a presença de um monarca Bourbon no trono espanhol, que a ligação entre esta nação e a francesa, passou a ter a conotação de assunto de família.

O único momento de afastamento mais sério entre a França e a Espanha bourbonicas se deu no período de 1718 a 1720, quando os franceses foram envolvidos na Guerra da Quádrupla Aliança contra a Espanha, após a morte de Luís XIV, em 1715, motivada pelo fato de Felipe V, então monarca espanhol, se candidatar à regência da França, enquanto Luís XV ainda era uma criança, em detrimento de Felipe, duque d'Orléans. O casamento do filho do rei espanhol com a filha do regente francês selou a paz.

Os acordos franco-hispânicos de 1733, 1743 e 1761, genericamente denominados de *pactos de família*, todavia, confirmaram a forte tendência de aproximação entre os dois grandes Estados bourbonicos. O primeiro pacto, selado com o Tratado do Escorial, em 1733, previa a ajuda mútua, especialmente a ajuda militar, em distintas situações. O segundo, o Tratado de Fontainebleu, inspi-

rado no primeiro, foi assinado em 1743. O terceiro tratado e que deu origem à designação *Pacto de Família*, foi assinado em Paris, em 1761, no contexto da Guerra dos Sete Anos. Conforme este último, não apenas França e Espanha se protegiam mutuamente contra quaisquer inimigos, como também previam proteção aos Estados bourbonicos na Itália, em casos específicos.

A partir desse nexo íntimo com os interesses franceses, os espanhóis foram lançados em uma série de empreitadas militares e políticas, durante a segunda metade do século XVIII. Pode-se discutir se havia ou não algum benefício à Espanha nessa tomada de posição, mas é indiscutível que o ônus político e econômico disso levou a Espanha a um processo quase irreversível de desarticulação.<sup>2</sup>

Foi durante aquele século, tendo os pactos de família e a dinastia Bourbon, aqui, um papel importante, que as elites políticas e culturais espanholas se dividiram em dois grandes grupos: os *estrangeirados* ou *afrancesados*, com fortes influências culturais estrangeiras, especialmente francesas; e os que se consideravam apenas espanhóis, numa espécie de ensaio de nacionalismo. Situação semelhante, porém um pouco mais velada, ocorreu em Portugal.

Essa discussão marcou as alterações de postura quanto à política exterior de Portugal e Espanha. Mas não apenas nesse aspecto, como em toda a organização

<sup>2</sup> "The *Pactes de Famille* generally had the effect of involving Spain in European and colonial wars on the side of the French Bourbons (e.g., the Seven Years' War, 1756-63). Spain also followed French policy in the U.S. War of Independence (1775-83). After the outbreak of the French Revolution, Charles IV of Spain sought to intervene to save Louis XVI and, after his execution, engaged Spain in the war of 1793-95, ending in the humiliating Peace of Basel. After the restoration of the French Bourbons in 1814-15, the French intervened in 1823 to restore the authority of Ferdinand VII of Spain." "Famille, Pacte de". *Encyclopædia Britannica Online*. Endereço na World Wide Web: <http://members.eb.com/bol/topic?idxref=587676&pm=1>.

política daquelas nações. Exemplo clássico dessa dicotomização, foi o motim de Esquillace, quando a população espanhola se levantou contra as medidas impopulares do ministro estrangeiro de Carlos III, fato que levou aquele monarca a rever alguns aspectos de sua política reformista e foi justificativa para a expulsão dos jesuítas da Espanha, em 1767.

Em tal conjuntura, numa tentativa de superar a tensão constante, desde a Restauração, os rumos contraditórios das relações internacionais dos países ibéricos foram amenizados com o casamento do príncipe português, D. João, com a princesa espanhola, D. Carlota, em 1788<sup>3</sup>.

Outro fator que apontava para uma maior aproximação luso-hispânica, foi a operação conjunta na chamada campanha do Rossilhão, de 1793 a 1795. Essa malfadada campanha contra a recém criada República Francesa fez parte de uma tentativa de colaborar com as outras nações da coligação européia contra os revolucionários. Foi iniciada um ano após os franceses fazeram o maior ataque simbólico ao Antigo Regime e que apavorou as elites aristocráticas européias, a execução de Luís XVI,<sup>4</sup> não mais ostentando o título real, mas sob a modesta denominação de *cidadão Luís Capeto*.

Essa campanha serviu de argumento, apesar de pouco considerado, em futuras reclamações portuguesas ante a Corte de Madri, durante a agitada era napoleônica, como um exemplo de solidariedade e boas intenções prestadas para com o país vizinho. Funcionava mais como

3 PEREIRA (1953), p. 30.

4 A Revolução Francesa e a execução de Luís XVI teriam sido algumas das causas da loucura de D. Maria I, de Portugal. Esse fato colocou o jovem príncipe D. João na regência da monarquia portuguesa. Ver também PEREIRA (1953), p. 57 e SERRÃO (1982), p. 314 a 316.

argumento moral do que uma reclamação de fato. A campanha ou Guerra do Rossilhão, nas relações práticas e na mentalidade da gente comum, todavia serviu como mais um elemento acirrador de discórdias e alimentador de rivalidades e desconfianças, seja pelas discórdias no encaminhamento da campanha militar, seja pelo acordo em separado, pelo qual os espanhóis puseram termo ao conflito.<sup>5</sup>

Enquanto o governo de Madri se enredava cada vez mais na órbita de influência francesa, a corte de Lisboa almejava por uma maior autonomia em suas relações exteriores, mas via-se, da mesma forma, sendo empurrada pelos acontecimentos a mais uma na histórica série de aproximações com a Inglaterra. A economia portuguesa e o quadro geopolítico internacional ditavam essa tendência.

Muito mais antiga e com inúmeros períodos de altos e baixos, era a aproximação diplomática e comercial entre Portugal e Inglaterra. Desde o surgimento do reino luso, no século XII, foi fundamental a presença de cavaleiros cruzados ingleses nas lutas contra os mouros. O apoio inglês também foi marcante no enfrentamento contra o expansionismo castelhano. Acordos, como o de livre trânsito marítimo, de 1293, o de comércio, de 1308, bem como as alianças político-militares de Tagilde, em 1372 e Westminster, em 1373, confirmaram isso.

<sup>5</sup> “Não foi brilhante, na guerra do Rossilhão, o esforço militar dos portugueses, dos espanhóis, ou dos franceses. E as muitas perdas sofridas pelo corpo expedicionário português foram devidas, sobretudo, à má preparação, à falta de transportes, à falta de agasalhos adequados e de alimentos com o consequente cortejo de doenças. Como os serviços de abastecimento cabiam às autoridades espanholas, para além dos vícios de organização não deverá excluir-se a hipótese de desigualdades de tratamentos. [...] O aspecto mais doloroso para os portugueses da Guerra do Rossilhão respeita, porém, à paz separada que a Espanha negocia com a República Francesa, sem pôr Portugal ao corrente das negociações”. MARTÍNEZ (1992), p. 213.

A quebra das relações, oriunda da União Ibérica<sup>6</sup> de 1580, foi solucionada com os acordos de 1642, 1654 e 1661, considerados leoninos pela historiografia, pois seriam bastante prejudiciais a Portugal.<sup>7</sup>

Em 1703, foi firmado o Tratado de Methwen, que regularizava o comércio luso-britânico, estabelecendo mercadorias privilegiadas a serem comercializadas entre as duas nações, corrigindo algumas distorções dos acordos de 1642 a 1661.<sup>8</sup> Basicamente, Portugal ficava com um mercado privilegiado para os seus vinhos, em detrimento dos vinhos franceses, enquanto os ingleses desfrutariam de um mercado privilegiado para suas manufaturas têxteis.

Portugal e Inglaterra também entraram o século XVIII como aliados na Guerra de Sucessão Espanhola, apoiando o candidato da casa de Habsburgo, contra o candidato da casa de Bourbon.

Ao longo daquele século, entretanto, a corte de Lisboa procurou assumir a postura de neutralidade frente aos conflitos europeus, na permanente tentativa de adquirir maior independência e prestígio em suas relações internacionais. O isolamento e a autonomia absolutos, por outro lado, estavam fora de questão, pois era necessário ter um aliado mais fixo como demonstrou a série de conflitos coloniais, ligados à Colônia do Sacramento, às Missões Orientais do Uruguai e ao Rio Grande de São Pedro.

<sup>6</sup> A quebra não se deu por interesses das elites portuguesas, mas pela própria política exterior dos Habsburgo, o que determinou, também, o afastamento entre Portugal e os Países Baixos, que estavam em guerra contra a dominação espanhola da Casa da Áustria.

<sup>7</sup> Sobre os laços de relações internacionais entre Inglaterra e Portugal, ver também MANCHESTER (1973), p. 17 a 60. Para uma abordagem mais resumida, ver CAMARGO (1996), p. 46 a 56. Para alguns outros detalhes, ver MARTÍNEZ (1992), p. 34 e 35; p. 52 e 53; p. 59 e 60; p. 151 a 156.

<sup>8</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o Tratado de Methwen e suas consequências, ver SIDERI (1978).

É comum encontrar a afirmação de que o Tratado de Methwen tenha significado a mais absoluta sujeição econômica de Portugal com relação aos ingleses. Entretanto, ao longo do século XVIII, seja pelas reformas pombalinas, por fatores de mercado externo ou outros motivos, ocorreu uma reação econômica portuguesa.

Os dados apontam para uma demorada mas constante recuperação da balanças comercial portuguesa a partir do período pombalino, com uma virada significativa a favor de Portugal, a partir da década de 1790.

Período	Exportações	Importações	Saldo
1701-1750	3.209.000	8.737.000	-5.528.004
1751-1775	1.562.000	4.571.000	-3.009.000
1776-1795	2.042.000	2.363.000	-321.000
1796-1807	92.593.814	68.760.115	23.833.699

Fonte: BETHELL (1998), Volume I, p.471, 502, 513 e 515. Valores dos três primeiros períodos expressos em libras. Para o último período, valores expressos em mil-reis.

No período entre 1791 e 1795, já ocorrerá um superávit de 130 mil libras.

O quadro acima mostra como a Inglaterra passou a ser uma fonte de superávit na frágil balança mercantil portuguesa, já a partir de 1791. Porém, tornava a eficiência da economia de exportação portuguesa ainda mais dependente das flutuações do mercado inglês. Por outro lado, cada vez mais a balança comercial, entre a metrópole lusa e suas colônias, favorecia estas últimas, tornando o Brasil, mais do que nunca, o ponto nevrálgico da economia e da política portuguesa no mundo.

É curioso observar que a virada econômica portuguesa se deu, justamente, quando começavam a escassear os minerais preciosos oriundos do Brasil. Mesmo assim,

a dependência econômica da metrópole em relação à colônia americana não diminuiu e, ao contrário, progrediu.<sup>9</sup>

Apesar de Andrée Silva atribuir o superávit comercial português do final dos setecentos aos acertos administrativos do *grupo de Coimbra* (Sebastião José de Carvalho e Melo - Marquês do Pombal -, Martinho de Mello e Castro e D. Rodrigo de Souza Coutinho)<sup>10</sup> e sem contestar essa afirmativa, um outro fator deve ser considerado: a situação política e econômica inglesa no período.

A Inglaterra havia perdido o controle das suas Treze Colônias, na América do Norte, desde 1783, com a consolidação da Independência dos E.U.A.. Por outro lado, a construção do Império Colonial britânico na Ásia e na África estava, ainda, em sua fase inicial e, portanto, era muito embrionário. Os conflitos com a França revolucionária, tendo esta já conquistado parte da Bélgica, colocando em risco a posição holandesa, ameaçava colocar a Inglaterra em isolamento. As tentativas francesas subsequentes, por vezes bem sucedidas, de bloquear o comércio inglês, se tornaram um quadro real e preocupante no período napoleônico posterior. A cabeça-de-ponte principal da diplomacia e do comércio inglês no continente europeu era, sem dúvida, Portugal.

O atrelamento econômico entre Portugal e Inglaterra havia se tornado demasiado forte. Com isso, o reino luso ficava em situação delicada, compartilhando geographicamente a península com um único vizinho, o qual estava firmemente atrelado à política exterior francesa, adversária expressa dos interesses britânicos. Em seme-

<sup>9</sup> A percepção desse fenômeno é importante para desvincular a dependência de Portugal ao Brasil apenas a partir da ótica do metalismo. Contudo, pode ainda servir para explicar a reação portuguesa frente à balança comercial com a Inglaterra, na medida em que não se trocava mais tanto moeda por produto, mas produto por produto.

<sup>10</sup> BETHELL (1998), Volume I , p. 477 a 518.

Inteiro contexto, o Brasil, de longe a principal colônia portuguesa, passou a ser fator de importância crescente nas preocupações, tanto de portugueses, como de ingleses.

Na América do Sul, os infrutíferos trabalhos de demarcação se arrastaram por todo o final do século XVIII. Serviram aqueles trabalhos, contudo, para desenvolver dois fatores: primeiro, a reanulação dos ânimos belicosos e da rivalidade luso-brasileira e hispano-platina; segundo, para fornecer um conhecimento geográfico do interior da América do Sul como nunca antes fora possível.

Portugueses e espanhóis haviam espalhado, pelos quatro cantos do subcontinente sul-americano, geógrafos, astrônomos, naturalistas e demais indivíduos imbuídos do que, à época, era considerado *espírito científico*. São estes mesmos que trouxeram à tona relatos da mais variada natureza, mostrando as diferentes realidades ecológicas e sociais do vasto espaço sul-americano. No que coube à política, entretanto, esse conhecimento serviu muito mais para apontar os sítios estratégicos e os de maior interesse econômico e militar. Não devem ter sido diminuídos o papel e o impacto que os relatórios descritivos dos comissários da demarcação tiveram na execução das diretrizes geopolíticas do final daquele século.

Até bem pouco tempo, a geopolítica era assunto essencialmente militar. Era expresso não em discussões teóricas sobre sua natureza e tendências, mas sim através de mapas, que exprimiam esferas de influência, zonas estratégicas, áreas a conquistar, disputar e barganhar e assim por diante. Ora, tendo isso em vista, o profundo detalhamento da geografia física e humana da América do Sul teria feito saltar, da cartografia, novas posturas frente ao limites luso-hispânicos na América.

No que compete às populações, à gente comum, da bacia do Prata espanhola e à gente da bacia do Prata portuguesa, ficava a forma mais simplória de manifestação geopolítica: o ódio e a desconfiança frente ao vizinho estrangeiro, num reflexo ainda muito incipiente do que viria a ser o nacionalismo chauvinista do final do século XIX e princípio do século XX.

A herança cultural disso é percebida ainda hoje, na forma de xenofobia - aberta ou mal-disfarçada - entre parcelas das populações brasileira e argentina. Não foi tão espontânea, contudo, a manutenção desse triste quadro, de fato, foi metodicamente alimentada por gerações de professores de História e livros didáticos, cujos reais e nocivos efeitos ainda se espalham pelo senso comum das gentes envolvidas nesse processo.

A origem dessa rivalidade, não foi artificialmente construída, apenas sua manutenção o foi, respeitando interesses os mais variados. No princípio, não obstante, a desconfiança mútua se forjou na disputa por terras e pela sua riqueza abundante – o gado. E o tempero dessa forja foi a guerra, a luta, que ergueu um muro de sangue numa gente muito simples, que pouca condição intelectual tinha de sublimar ou contornar o ódio e o desejo de vingança.

As altas autoridades, de certa forma, patrocinavam esse sentimento, uma vez que, da mesma forma que expressavam essa rivalidade na documentação interna, certamente expressavam oralmente aos seus subordinados. Existe aí uma rede de disseminação, que vai passando das mais altas às menores patentes militares e burocráticas e, destas, vai se espalhando pela população em geral. Da mesma maneira, as manifestações, em geral xenófobas, dos comissários das demarcações, amplamente

documentadas, podem ter sido formadoras de opinião, especialmente se considerarmos o respeito a uma certa aura de *eminência intelectual* que os acompanhava, técnicos e cientistas de projeção que eram, coisa rara na América Latina colonial.

Na virada para o século XIX, as principais formações militares no sul do Brasil e no Prata eram os corpos irregulares. Especialmente o policiamento de fronteiras era feito por milicianos e *blandengues*, cujos efetivos eram extraídos da população local ou *criolla*. Nesse caso, o discurso interno agressivo, ao contrário do suave e amistoso discurso diplomático, com relação aos vizinhos, servia também para manter esses corpos e a população em geral, em permanente estado de alerta. O histórico de incontáveis conflitos nessas regiões levava a um estado, se não de beligerância, ao menos de constante cautela e atenção com relação ao adversário em potencial.

Na sua fronteira mais meridional, na América do Sul, os espanhóis montaram um interessante sistema de vigilância, utilizando-se, para isso, dos comissários demarcadores. Tratava-se do sistema de guardas. Modalidade de policiamento semelhante foi utilizada pelos portugueses, em menor escala. As *guardias* espanholas totalizavam 11, a saber: Santa Teresa, San Miguel, Ariedondo, San Antonio, Melo, San Joseph, Santa Rosa, Santa Tecla, Tarquerembó<sup>11</sup>, Mbatobi<sup>12</sup>, San Martin<sup>13</sup>, sendo essa última a mais setentrional, com latitude Sul de 29° e 33'<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> Taquarembó, República Oriental do Uruguai.

<sup>12</sup> Batovi, em São Gabriel, Rio Grande do Sul.

<sup>13</sup> São Martinho, próximo a Santa Maria, Rio Grande do Sul.

<sup>14</sup> *TELÉGRAFO MERCANTIL* (1914), 20 de junio de 1802, p. 156.

Cada guarda mantinha, em geral, de três a oito homens, cuja função expressa seria a de coibir o contrabando, evitar correrias e arreadas, dar primeiro fogo ao eventual inimigo e avisar as principais posições defensivas da iminência de alguma invasão. Entretanto, é seguro que a principal função a ser exercida por tão esquálidas linhas de defesa era, na verdade, a de marcar o território com presença humana de natureza militar, para impedir qualquer discussão a respeito de *uti possidetis* nessas áreas. Isso fica explícito pela própria disposição geográfica das guardas, pois mais ao Norte, onde o direito de posse era incontestável, devido às comunidades guaranis missionárias, não foram dispostas guardas.

Poder-se-ia argumentar que não foram colocadas guardas mais ao Norte devido às dificuldades que as matas das serranias e dos vales do rio Ibicuí e do rio Jacuí contraporiam a uma invasão. Contudo, deve ser lembrado que os campos de Soledade não interpunham tantas dificuldades e, também o Albardão que separa águas do Jacuí e do Uruguai – atual Passo Fundo – já fôra utilizado como ponto de entrada às incursões bandeirantes até 1640.<sup>15</sup>

De fato, as ordens que tinham os militares designados para aquelas praças era de abandonar o posto à vista de qualquer força superior ou quando a situação ficasse insustentável, evitando, quando possível deixar munições e víveres para o inimigo.<sup>16</sup>

De qualquer maneira, as guardas acabaram se transformando em bases para a efetiva ocupação populacional

15 CAFRUNI (1966), p. 307 a 386. O autor faz exaustiva exposição sobre o assunto.

16 “que siendo unos infelices Ranchos con 5, 6 ú 8, soldados solo para mantener la posesión, les estaba a estos prevenidos se abandonasen à presencia de superiores fuerzas como se ha echo”. *TELÉGRAFO MERCANTIL* (1914), 12 de agosto de 1801, p. 26 (346).

da campanha uruguaia. O papel de símbolo, ainda que débil, da autoridade espanhola, teria permitido uma mais forte presença hispânica na região, se aquela já não estivesse tomada de fazendeiros de origem luso-brasileira (apesar de muitas vezes gozarem de dupla nacionalidade e, até, registrarem suas terras nas duas nações, simultaneamente). Felix de Azara, em seu esforço para povoar aquelas campanhas, imaginava esse quadro, mas sua tarefa teve curta duração e foi abortada com a Guerra de 1801.<sup>17</sup>

O sistema português de defesa se baseava no policiamento constante, a cavalo, bem como, a manutenção de partidas, em caráter temporário, nos principais passos de rios e nos trechos de fronteira seca. A forma de ocupação humana se dava pelo incentivo velado ou, pelo menos, a não interposição de obstáculos ao estabelecimento de colonos lusitanos em áreas litigiosas.

As posições fortificadas de Rio Pardo e Rio Grande estavam mais próximas e tinham mais condições de prestar socorro a qualquer operação militar nos campos do Norte da Banda Oriental do que as principais posições hispano-platinas, em Montevidéu, Santo Domingo Soriano ou Maldonado. Isso facilitava muito para a ação militar portuguesa, em caso de beligerância, pois permi-

<sup>17</sup> Veja-se um retalho do quadro geral das guardas espanholas, em 1800: "En esta ocasión hago presente a V. S. hallarze las abitaciones de este Puesto en un deplorable estado, pues hallo inidspensable ocurrir a su reparo de Quarteles, Cocinas, Guardia de Prevención, repuestos de utiles, Polvora y Artillería, Quaros para oficiales que no hay, como tampoco un Calabozo y crujida, cuyo lugár estan supliendo unos Ranchos destruidos, y de cortísima duración, aun quando estos se reparen con Cueros con que se estan tapando grandes boquetes de techo y paredes arruinadas y todos enteramente sin ningun abrigo de fríos y llubias por estar poco menos que ála inclemencia; así mismo no hay quartel para alojar los Blandengues de Maldonado que estan cada uno en Ranchitos de arcos que ellos se han echo de que resulta que no solamente no estan como debian unidos en su quartel, sinó quelo padecen las Armas y Municiones por el poco o ningun paraje que tienen para conservarlas, [...] Cerro Largo 6 de Agosto de 1800.". De Juan Antonio Martínez para o Sub-Inspector Geral da Campanha, Marquês de Sobremonte. Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Div. Colonial. Guerra y Marina. Sala IX. Topográfico 24-3-6. Expediente 45.

tia uma ação rápida e efetiva, a partir de uns poucos pontos de concentração altamente defensáveis.

Em 1806, a composição do corpo de Milícias, no Rio Grande do Sul, constava de:

1 Ten Coronel,  
27 Capitaens  
1 Ajudante  
29 Alferes  
1 Cirurg.<sup>m</sup> Mor  
31 Furrieis – 50 agregados  
31 P. Estand.<sup>es</sup> – 12 agregados  
155 Cabos  
8 Tambores  
2.603 Soldados  
2.913 Totalid.<sup>e</sup> – 63 agregados<sup>18</sup>

Essa era, aproximadamente, a conformação do mesmo corpo, pouco antes de 1801, tendência numérica que se manteria ainda por vários anos. o Corpo de Linha do Rio Grande do Sul nunca ultrapassou vinte por cento desse número, exceto quando temporariamente engrossado por tropas regulares de outras capitania ou da metrópole.

Os comissários demarcadores espanhóis estavam preocupados, à época, com a debilidade das linhas fronteiriças de sua nação. Atentavam, principalmente, para a necessidade de povoar os imensos espaços vazios desde as margens do rio da Prata até os limites do Rio Grande e, especialmente, com a necessidade de reestruturar as antigas Missões de índios guaranis.

---

<sup>18</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). “Rio Grande do Sul”. Caixa 17, doc. 25.

Dom Félix de Azara foi um crítico ácido da atuação das autoridades hispânicas na região. Esse notável observador que fez as vezes de geógrafo, naturalista, sociólogo e economista, apontou, vezes sem conta, para as deficiências de cunho administrativo e para o potencial econômico das campanhas platinas e das Missões. Foi firme, ainda que não agressivo, em seu discurso, mesmo quando esse se destinava aos altos dignitários da corte de Madri. Sua obra é celebrada hoje em dia na Argentina, no Paraguai, no Uruguai e na Espanha, como um Humboldt ibérico. As constantes reedições de sua obra são prova disso.<sup>19</sup>

Há também o caso de Gonzalo de Doblas. Crítico como Azara, defendeu profundas alterações na administração dos povos missioneiros. Esses, segundo ele, deveriam abandonar o sistema arcaico e pouco produtivo (sem a presença dos padres jesuítas) de economia comunal, partindo para formas, a princípio intermediárias e depois plenas, de propriedade privada da terra. Só assim acreditava que os guaranis superassem o estado de miséria em que se encontravam.<sup>20</sup>

Nos tempos em que Azara ainda percorria e América do Sul e fazia suas observações, teve a oportunidade de fazer descrições sobre um grupo étnico que, cerca de quarenta anos após a volta daquele pesquisador à Europa, já estaria praticamente extinto: os charruas.

Aquela nação indígena era a ocupante de imensos territórios das planícies pampeanas, especialmente às margens do rio Uruguai e do rio Negro. Foram muito mitificados pela historiografia, chegando a representar

<sup>19</sup> Veja-se, por exemplo, as três obras relacionadas na Bibliografia.

<sup>20</sup> O trabalho e as idéias de Gonzalo de Doblas estão expostos, mais detalhadamente, no Capítulo III.

uma espécie de símbolo da natureza indômita do povo uruguai, apesar dos pouquíssimos traços antropológicos que deixaram naquele país. Na verdade, os traços e a influência dos guaranis missioneiros, levados ao Uruguai por Rivera, em 1828, são mais presentes na vida interiorana da Banda Oriental, do que qualquer outro deixado pelos Charruas.<sup>21</sup>

Durante seu contato com os povos europeus, desde o século XVI, os charruas desempenharam diferentes papéis no jogo político e econômico platino. Durante os períodos iniciais da conquista colonial hispânica, serviram de entrave ao avanço populacional branco na campanha uruguai<sup>22</sup>. Na fase de crescimento das reduções jesuíticas, com raras exceções, não se deixaram cristianizar ou aculturar, inclusive assumindo a postura de inimigos dos guaranis reduzidos e servindo de obstáculo ao avanço geográfico desses<sup>23</sup>. Na época pré-independência, entre 1790 e 1810, aproximadamente, serviram de amortecedor geopolítico, massa de manobra e justificativa para operações militares. Após as independências, assumiu-se o discurso, principalmente no Uruguai, que seria impossível incorporá-los à República como cidadãos e procedeu-se ao seu extermínio planejado e sistemático.

As razias feitas por aqueles indígenas em estâncias, fazendas e vilarejos ficaram famosas, recebendo a denominação local de *malón*, significando, mais ou menos,

<sup>21</sup> “Ese proceso de creación de una identidad nacional a partir del charrúa, no fue más que una invención caprichosa que se consolidó en las primeras décadas de este siglo. Sin embargo, esa afirmación del charrúa como “el indio uruguayo”, en realidad contenía la más absoluta negación del tema del indígena y sus problemas en nuestro país. [Parágrafo] El charruismo era el principio fundante que permitía alardear la excepcionalidad uruguaya frente al resto de América”. PADRÓN FAVRE (1996), p. 13.

<sup>22</sup> “Las encomiendas en el Uruguay no llegaron a concretarse porque los charruas no admitieron esa sorte de sujeción”. ZANÓN (1998), p. 135.

<sup>23</sup> Houve inúmeras tentativas de reduzir os charruas e chanás, mas nunca “alcanzaron los resultados duraderos deseados por sus inspiradores. ZANÓN (1998), p. 139.

ataque de gente que vive em malocas. Ação de *maloqueros*, sendo que entre esses estavam não apenas charruas, mas muitos luso-brasileiros e hispano-platinos que viviam à margem da sociedade colonial, bem como, grupos errantes de minuanos, chanás ou guaranis desgarrados.

*El malón* devia ter significado de terror entre a população branca sedentária e entre os viajantes, *pulperos*<sup>24</sup> e mascates do Pampa. Era comum a eliminação da população masculina, o rapto de mulheres e crianças, o saque de igrejas e, o mais significativo, o roubo ou sacrifício de gado.

O impacto das investidas urbanas dos charruas pode ter sido hipertrofiado, com o objetivo de criar uma imagem negativa com relação àqueles indivíduos. O problema mais sério, repetidamente citado na documentação, era a questão do gado. Ao se transformarem em ameaça à principal, quase única na verdade, riqueza do país, os charruas foram considerados inimigos do Estado, o que, definitivamente, selou o seu destino.

Em 11 de abril de 1831, no sítio denominado Salsipuedes, perto do arroio Queguay, os últimos quinhentos charruas livres foram pegos, em armadilha. Os varões foram presos, torturados e os poucos sobreviventes embarcados em navios com destino à Europa, onde alguns sobreviveram como peças de curiosidade pública, animais de circo, na verdade. Por decreto da jovem República uruguaia, as *chinas* deveriam ser separadas de suas *crías*. Etnocídio oficial e calculado.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> As *pulperías* (*bolichos*) eram estabelecimentos comerciais tipicamente rurais, espalhados pelos campos uruguaios e argentinos.

<sup>25</sup> "Luego de la acción de Salsipuedes, donde quizá murieron alrededor de cien guerreros indígenas dio comienzo la segunda fase del plan de exterminio. Si el genocidio, o sea la muerte física de las tribus charrúas, no había sido total, sí lo fue el etnocidio.". VIDART (1998), p. 103.

De volta ao cenário europeu no ano de 1799, a administração central da República Francesa sofreria uma alteração profunda. O chamado golpe do 18 do Brumário de Napoleão Bonaparte, representou o início de uma carreira política que influenciaria a Europa e mundo por todo o século XIX. A ascensão de Bonaparte ao consulado fez a França assumir, de forma mais agressiva e definitiva, uma política expansionista que já fôra anteriormente ensaiada por Luís XIV. Napoleão encarnou a busca francesa pela hegemonia européia, numa mistura explosiva de carisma e gênio militar, temperada com aspirações de glória.

As campanhas militares que se seguiram à sua ascensão ao poder, mostraram que havia apenas um inimigo a ser temido: a Inglaterra. O período napoleônico representou o ápice da vigorosa tensão existente entre as duas nações separadas pelo canal da Mancha, que vinha num crescendo desde o princípio do século XVIII e até antes.

O embate entre as duas potências européias arrastou todo o Continente europeu para inúmeros conflitos. Mas nada comparável à imersão forçada em que se viram as nações ibéricas, cada uma atrelada a um lado querelante, no vórtice diplomático e militar que caracterizou o período napoleônico.<sup>26</sup>

No caso português, as principais exigências francesas diziam respeito ao fechamento de seus portos aos navios de bandeira inglesa, antecipando os movimentos de boicote conhecidos como Bloqueio Continental e Bloqueio Marítimo. A situação portuguesa ficava, com isso,

<sup>26</sup> “Para a Europa em geral, mas principalmente para as nacionalidades menores e mais fracas, é um período difícil em que os seus diplomatas têm de exercer toda a habilidade diante das exigências francesas e das próprias magras possibilidades.”. CUNHA (1988), p. 67.

muito mais complicada que a espanhola. Apesar de o atrelamento hispânico à França ter sido forçado, logo o afloramento da antiga rivalidade hispano-britânica tornou mais suave aos espanhóis a dependência francesa.

Quanto a Portugal, o alinhamento com a Inglaterra garantia o único verdadeiro sustento econômico do Reino, ou seja, o comércio com suas colônias, o qual poderia e deveria ser seriamente prejudicado se fossem tomadas medidas drásticas, como o fechamento de portos. Por outro lado, Portugal vizinhava, geograficamente, com a principal aliada dos franceses, tornando uma invasão por terra cada vez mais plausível, à medida que Napoleão se irritava com a indecisão lusitana e instava seus aliados espanhóis a punirem Portugal.

A hesitação, contudo, também foi espanhola, pois o interesse napoleônico era o da invasão imediata de Portugal, pela Espanha, auxiliada por tropas francesas. Para a demora dos espanhóis, podem ser levantadas algumas possibilidades. Primeiro, há que se considerar a mais celebrizada, ou seja, o fato de que Carlos IV, da Espanha, era sogro do Príncipe Regente de Portugal, D. João. Segundo, também é importante lembrar que os espanhóis não confiavam muito em seus aliados impostos - e a desconfiança era mútua -, sendo necessário evitar a entrada de efetivos franceses em seu território. Finalmente, havia que se considerar os gastos que precisariam ser despendidos para um conflito que, na verdade, ninguém desejava.

Os portugueses se preparavam para a situação danosa que se avizinhava. É comum pichar a figura de D. João como indeciso e este momento histórico é um dos argumentos apresentados para defender semelhante opinião. Todavia, foi a morosidade de D. João que garantiu um tempo extra para negociações, atrasando o furacão que parecia inevitável.

Isso se confirmaria, com muita brevidade, no grande *mise en scène* militar conhecido como a Guerra das Laranjas.

## *Preparativos*

No período entre 1799 e 1801, Portugal se preparava para o pior. A situação pendular da política exterior lusitana, entre as duas fontes de pressão, a inglesa, por um lado, a hispano-francesa por outro, levariam a um conflito inevitável.

As reiteradas exigências francesas de um completo fechamento dos portos de Portugal e suas colônias ao comércio britânico não eram opção plausível aos olhos da corte de Lisboa. O cumprimento das demandas napoleônicas provocaria um forte isolamento com as colônias asiáticas, africanas e, o pior na avaliação portuguesa, com o Brasil.

Não era possível medir até que ponto eram concretas as ameaças vindas de Paris e intermediadas por Madri, de uma invasão iminente. Mas, levando em conta a ousadia e o ímpeto do cônsul dos franceses, assim como a subserviência do governo espanhol, os preparativos deveriam ser organizados com brevidade. Os magros recursos de que dispunha Portugal, no entanto, fazia preferível a tergiversação diplomática do que a adoção de um alinhamento definitivo com uma das partes beligerantes, Inglaterra ou França. É muito provável que a característica de *indecisão*, geralmente atribuída a D. João, pela historiografia, seja originada de sua postura quanto às relações internacionais lusitanas nesse período.

Havia um agravante no quadro de avaliação em Lisboa, já que a irrupção de um conflito, envolvendo a Espanha como inimiga, significava a abertura de duas frentes de batalha muito importantes. Uma, na América do Sul, especialmente no Mato Grosso e no Rio Grande e, outra, na Europa. O planejamento de semelhante conflito precisava prever ações táticas e estratégicas para tão diferentes teatros de operação.

Na Europa, o plano básico era de sustentar a defesa, o tanto quanto possível, nas praças fortificadas. É possível que se esperasse um apoio militar efetivo dos ingleses em caso de invasão, uma vez que a Inglaterra estava reticente a enviar efetivos para a península Ibérica, tanto quanto a financiar o esforço militar de preparação português quando ainda não existia ameaça real. De qualquer forma, não era esperada uma guerra rápida na Europa, o que daria tempo para maiores negociações.

Na América do Sul, os planos principais se sustentavam em modelos mais antigos, chamados de *diversão*, que já haviam sido anteriormente detalhados, como, por exemplo, pelo Morgado de Mateus<sup>27</sup>, para os conflitos de 1763 a 1776. Basicamente consistiam em abrir várias frentes contra as posições espanholas, de forma a confundí-los, fazendo com que dividissem suas forças, o que permitiria aos luso-brasileiros uma ação vitoriosa sobre um alvo previamente escolhido.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, nomeado Capitão-General de São Paulo em 1765. BELLOTO (1979), p. 333.

<sup>28</sup> “A tese de que, fazendo uma “poderosa diversão pelo oeste”, o governo português teria uma forma eficaz de “sangrar” a força espanhola invasora da área sulina, foi o mais audacioso – e o mais acalentado – projeto que o Morgado de Mateus procurou sustentar, a despeito de obstáculos e resistências de toda ordem.” BELOTTO (1979), p. 332.

Há, por exemplo, um documento completo, elaborado por dois oficiais portugueses, com data limite de 31 de janeiro de 1800, que trata de um plano de guerra, de ataque às possessões espanholas no Paraguai, Moxos e Chiquitos, a partir das posições portuguesas de Cuiabá e Príncipe da Beira, entre outras. Ou seja, às vésperas da Guerra das Laranjas, de 1801, os preparativos pareciam, de fato, intensos.<sup>29</sup>

No ano de 1800, o tenente-coronel Joaquim Xavier Curado, por determinação das autoridades portuguesas coloniais e metropolitanas, fez uma viagem, de seis meses, ao Sul do Brasil, a Buenos Aires e a Montevideu, passando também por outras povoações e fortificações espanholas. Na verdade, foi um grande ato de espionagem, sendo que, inclusive, estava aquele agente autorizado a aliciar simpatizantes e aliados. Xavier Curado, que depois seria comandante da primeira operação contra Artigas, na Banda Oriental, logrou recolher preciosas informações para Portugal.<sup>30</sup>

Em 31 de agosto de 1801, O Vice Rei do Brasil encaminhou a Lisboa um vasto plano de ataque à praticamente todas as posições espanholas vizinhas aos domínios de Portugal. Isso objetivava conquistar apenas algumas delas, especialmente ao Sul. Nesse plano, a palavra *diversão* aparece mais uma vez como proposta tática e estratégia dos luso-brasileiros.<sup>31</sup>

No contexto colonial, ambas as coroas ibéricas tinham problemas de efetivos militares. Essa preocupação fica clara quando se observam os indultos emergenciais con-

<sup>29</sup> Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Diversos Códices - SDH. Códice 772. Não consta o nome dos dois oficiais.

<sup>30</sup> PORTO (1954), p. 264 a 266.

<sup>31</sup> Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Fundo Secretaria de Estado do Brasil. Códice 69 - Vol. 12.

cedidos, entre 1799 e 1801, para os desertores dos corpos de linha ou de milícias. A medida era pouco eficaz, já que o problema e motivo principal para as deserções, que era o atraso - de meses e até anos - nos soldos, não foi resolvido a contento.<sup>32</sup>

As tropas regulares portuguesas haviam tido uma modernização estrutural significativa com a adoção do sistema proposto pelo Conde de Lippe<sup>33</sup>, ainda no século XVIII. Tal modelo de organização das tropas, apesar de muito superior ao que antes existia, já tinha ficado obsoleto com o advento das novas formações que fariam a glória dos franceses nos campos de batalha do início do século XIX: uma cavalaria extremamente especializada, versátil e autônoma e uma artilharia de alta mobilidade.

O modelo de Lippe, ainda que eficiente, não fora, entretanto, projetado para as peculiaridades dos combates no Pampa, onde havia um problema crônico quanto às linhas de comunicação e suprimento, ou para as particularidades dos combates na floresta equatorial de transição do Mato Grosso, onde um tipo de tropa com habilidades mais *anfíbias*<sup>34</sup> era preferível.

Pelas repetidas admoestações destinadas às autoridades coloniais para que permanecessem alerta, é indubitável que o conflito era esperado. O menos desejável,

<sup>32</sup> "Por quanto son muchos los Desertores de los cuerpos de esta Provincia que vagan por varios parages de ella y de las inmediatas sin poderse asi proporcionar destino ú ocupacion estable e util para su subsistencia por aquel temor de ser descubiertos y castigados; el qual les detiene en presentarse y ahoga acaso sus sentimientos de fidelidad y patriotismo en las actuales estrechas circunstancias de estar frecuentemente amenazadas las costas de este Rio por las enemigas de la Corona: por tanto, y en uso de las latas facultades que me competen, he venido en conceder indulto á los expresados Desertores". Decreto do vice-rei do Rio da Prata, marques de Aviléz, datado de 21 de março de 1801. Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Fondo Documental Bandos de los Virreyes y Gobernadores del Río de la Plata. Sala IX. Topográfico 8-10-8. Folios 61 a 63.

<sup>33</sup> Sobre a reforma no exército português ver artigo de WIEDERSPAHN (1979), na íntegra.

<sup>34</sup> Construção e operação de canoas e lanchas, por exemplo.

naquele momento, seria que as posições coloniais fossem colhidas de surpresa.<sup>35</sup>

As autoridades coloniais, por seu turno, recordavam às autoridades metropolitanas o estado de penúria em que se encontravam as suas forças e seus erários. Uma das formas de contornar essa situação delicada, seria a de mover para as regiões confinantes dos territórios inimigos as forças disponíveis em áreas menos ameaçadas, mas isso nem sempre era viável.<sup>36</sup>

Na Europa, os últimos esforços de contemporização e pacificação estavam sendo, um a um, solapados pelo crescente clima de tensão. O próprio rei inglês, Jorge III, havia demitido o conceituado primeiro-ministro Pitt, por ser demasiado belicoso, tendo-o substituído por Fox. Isso tampouco acalmou os ânimos. No início do século XIX, os franceses bateram os austríacos na batalha de Marengo, dando novo impulso às aspirações napoleônicas de hegemonia continental.

35. "Tendo respondido a tudo o que V. Ex.<sup>a</sup> propõem, devo sómente acrescentar que Sua Alteza Real recommenda muito a V. Ex.<sup>a</sup> que tenha a maior vigilância com os seus vizinhos, e confinantes Hespanhoes, conservando-se sempre prompto a repelir com força qualquer ataque, que elles intentem: E Determina outro si que V. Ex.<sup>a</sup>, informando-se circunstancialmente do estado da Povoação de toda essa Capitania, e das Tropas Regulares, e de Milícias, que podem ajuntar-se em caso de Rebate, procure também averiguar com toda a certeza, quaes são as forças dos referidos Hespanhoes em Maldonado, Monte-Vidio, Buenos-Ayres, e na Colonia, e qual a sua total Povoação de Brancos, e Índios nas duas margens do Rio-da-Prata; e muito particularmente na Septentrional, e ao longo dos Rios Uruguay, Paraná, e Paraguay, que do nosso Território descem á mesma margem". Em ofício de Dom Rodrigo de Souza Coutinho para Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Fundo Secretaria do Estado do Brasil. Códice 104. Volume 15. Fls. 56 e 57.

36. "Por ordem de Sua Magestade torna V. Ex.<sup>a</sup> a prevenir-me na sua Carta de 2 de Novembro de 1798, contra a má fé dos Francezes, e Espanhoes, para que eu me conserve sempre na maior vigilância, tendo tudo prompto, não só para repelir qualquer ataque, mas para obrar activamente, logo que alguma, ou ambas aquellas Nações mostrarem as suas intenções hostis por meio de alguma aggressão. [Parágrafo] Eu tenho tomado as medidas possíveis, mas tenho grande falta de Ouro, Gente, Oficiaes, Petrechos, e Munições de Guerra, segundo reprezentei já a V Ex<sup>a</sup>. [Parágrafo] Espero pois que Sua Magestade dará as Suas Rheaes Providências, para que esta Capitania esteja mais prompta, e aparelhada para o ataque, ou para a defesa, conforme as circunstancias occorrentes.". Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). "Mato Grosso". Caixa 38. Doc. 1887. Há um bilhete anexado, sem autoria, que diz: "Ha de responderse q elle deve procurar os Auxilios nas Vizinhas e Confinantes Capitanias, não havendo no momento actual meios de lhe fazer passar logo daqui, o q. contudo se fará com a possivel brevid.<sup>e</sup>". O ofício data de 21 de abril de 1800.

O sensível contexto em que Portugal estava inserido, chegava ao ponto extremo de solicitar a intermediação espanhola junto às negociações com Paris. A corte de Madri, entretanto, estava amarrada pela pressão que, por seu turno, sofria dos franceses. Godoy<sup>37</sup> e Carlos IV também tinham suas desconfianças, as quais se concretizariam, em 1808.<sup>38</sup>

Nada de novo. Apenas uma dança que já beirava a monotonia: Inglaterra e França, em rota de colisão, carregando consigo as enfraquecidas nações ibéricas.<sup>39</sup>

O ultimato viria na forma de exigências leoninas. Já não bastava fechar os portos às embarcações britânicas. Portugal teria de abandonar suas intenções de neutralidade e ingressar na órbita francesa.

A corte de Lisboa intentou, uma vez mais, empurrar o problema um pouco mais adiante, com respostas genéricas e inconsistentes. O limite da paciência napoleônica foi atingido. O governo de Madri foi instado positivamente a agir, declarando guerra a Portugal e a invadir imediatamente a pequena nação ibérica.

Tinha início a última guerra entre Portugal e Espanha<sup>40</sup>. Curiosamente, seria também a última guerra colonial entre os dois reinos.

<sup>37</sup> Manuel Godoy, o príncipe da Paz e outros inúmeros qualitativos. Preferido do rei Carlos IV, tornou-se poderoso muito logo, sendo que o rei delegou a ele quase todos os assuntos de Estado. Os indícios são muitos fortes de que fosse amante da rainha, sendo que a historiografia costuma afirmar isso positivamente. Era extremamente ambicioso e dominava o panorama político espanhol nessa época.

<sup>38</sup> "Portugal continuou tentando negociar a paz com a França, especialmente através da corte de Madrid. Mas a posição desta era dúbia, ou, pelo menos, a do ministro Manuel Godoy, já preparado para invadir Portugal, apenas receando que o auxílio militar franceses acabasse por significar uma ocupação do território espanhol.". MARTÍNEZ (1992), p. 215.

<sup>39</sup> "Uma vez que a Espanha estava totalmente inserida na órbita francesa e Portugal, mas que tradicional aliado, era inteiramente dependente da Inglaterra, é fácil definir o quadro em termos contemporâneos como uma situação em que os participantes estão numa órbita de colisão.". CUNHA (1988), p. 69.

<sup>40</sup> A afirmação é válida se concebermos os eventos de 1807 como uma invasão não apenas de Portugal, mas também da Espanha, por parte das tropas francesas.

## A Guerra

A declaração de guerra foi publicada em Madri, a 27 de fevereiro de 1801. Nela constaram as explicações de Carlos IV sobre a delicada decisão de invadir um país vizinho que não tinha intenções beligerantes contra a Espanha, sendo que, inclusive, Portugal tinha-lhe recentemente prestado auxílio militar durante a campanha do Rossilhão. Para agravar a posição delicada de Carlos IV, o príncipe regente D. João era seu genro.<sup>41</sup>

Se existiram guerras nas quais nenhuma das partes desejava o conflito, um ótimo exemplo delas seria a Guerra das Laranjas, de 1801. Foi rápida também, pois apesar de o estado de guerra permanecer declarado por cerca de três meses, os combates duraram apenas duas semanas. O duque de Lafões, um dos principais comandantes das operações portuguesas, teria dito o seguinte a um general espanhol:

“Para que havemos de nos bater? Portugal e a Espanha são duas bestas de carga. A Inglaterra nos excita a nós, e a França vos aguilhoa a vós. Agitemos e toquemos, pois, as nossas sinetas; mas, pelo amor de Deus, não nos façamos mal algum”<sup>42</sup>

Curta e indesejada na Europa. Mais duradoura e, de certa maneira, ansiada, na América do Sul, onde velhas rixas, desconfianças e vinganças precisavam de uma

<sup>41</sup> Carlos IV teria dito a Lucien Bonaparte, irmão de Napoleão: “¡Ay, querido amigo mío! ¡Qué desgracia es ser rey y verse forzado a guerrear con la propia hija!”. ROJAS (1997), p. 94.

<sup>42</sup> MARTÍNEZ (1992), p. 278, nota.

válvula de escape. Para não citar os oportunistas de plantão, espreitando por uma boa oportunidade de pilhagem, de arreamento de gados ou de graças - como uma sesmaria - junto às autoridades.

É intrigante que, de 27 de fevereiro a 16 de maio, não tenham ocorrido combates. Tão curioso quanto isso, é a pouca atenção que a historiografia dirige a esse fato. Foi um tempo muito longo, durante o qual, se Portugal tivesse condições econômicas, poderia ter preparado uma formidável defesa.

A melhor explicação para aquele fato, talvez resida na resistência espanhola em levar a declaração de guerra às vias de fato. Não é absurdo supor que se estava concedendo a Portugal um tempo, no qual poderia rever sua posição ou até promover algum movimento diplomático que pudesse acalmar os franceses. De fato, parecia que toda a Espanha estava incomodada com aquele conflito.<sup>43</sup>

No lado português, D. João confiou os preparativos do confronto ao duque de Lafões, homem ilustrado que havia ganhado fama de estrategista na Áustria, porém já octogenário<sup>44</sup>. Esse, por seu turno, fiou-se em alguns planos construídos por um militar mais jovem, igualmente dado às letras e à ilustração, mas com pouca ou nenhuma experiência militar efetiva, Garção Stockler.

Havia uma certa prepotência no alto oficialato português, que pareceu estar confiante na defesa de suas posições fortificadas. A relação entre as hierarquias militares deteriorou-se rapidamente e já de algum tempo ficaram comuns os desmandos e os descuidos na disciplina, fenômeno já observado na malfadada campanha do

<sup>43</sup> "Godoy dirá en sus *Memorias* que todos los generales se excusaban de tomar el mando del ejército, al no estar asegurado el servicio imprescindible para el mismo". GONZÁLES SANTOS (1994), p. 103.

<sup>44</sup> SERRÃO, Joaquim (1982), p. 325.

Rossilhão, em contradição direta às saudáveis máximas do conde de Lippe.

De qualquer maneira, era esperado um auxílio massivo da Grã-Bretanha, o qual nunca chegou. Desse momento se originam as primeiras instâncias dos embai-xadores de Sua Majestade Britânica, em Lisboa, no sentido de uma possível transladação da corte, de Lisboa para alguma cidade do Brasil.

A 16 de maio de 1801 se iniciaram, efetivamente, as operações militares. Os espanhóis, até então relutantes, sofreram a pressão definitiva: a chegada de cerca de 30.000 soldados franceses para auxiliar na campanha de invasão de Portugal. Como já foi referido, o governo espanhol temia que essa inevitável presença de tropas napoleônica em seu território pudesse ser o trampolim para uma futura invasão daquele reino também.

Dentro dessa concepção, a forma mais rápida para se livrar da incômoda intromissão - ainda que consentida - era levar a cabo os propósitos de Napoleão com respeito a Portugal.

As tropas espanholas, compostas de 60.000 mil soldados se dividiram em três frentes: vinte mil atacariam o Minho, dez mil entrariam pelo Algarves e o restante forçaria a fronteira do Alentejo. As tropas francesas, comandadas pelo general Saint-Cyr permaneceram estacionadas na localidade de Castuera e acabaram por não tomar parte nos combates que se seguiram.<sup>45</sup>

Uma a uma, e rapidamente, as posições portuguesas foram caindo. As tropas do duque de Lafões fugiam, deixando armas, munições e demais apetrechos para aos espanhóis. Exceto por algumas pequenas vitórias ao

---

<sup>45</sup> GONZÁLES SANTOS (1994), p. 103.

Norte, nas tropas comandadas por Gomes Freire, que chegaram a acossar os espanhóis em seu próprio território, o restante da operação lusitana representou, talvez, o maior fiasco militar da História daquele país.

Cidadelas fundamentais foram tomadas rapidamente. Caíram, em mãos espanholas, Campo Maior, Arronches, Olivença, Portalegre, Castelo de Vide e Jurumenga. As forças invasoras haviam chegado à linha do Tejo. Tinham franco o caminho para Lisboa ou para a cidade do Porto. Apenas Elvas e Campo Maior ofereceram significativa resistência.<sup>46</sup>

Em princípios de junho, nos dias 2, 3 e 4, as cidades eram conquistadas sem a necessidade de qualquer combate. A situação do governo português havia ficado insustentável. A negociação era inevitável e precisava ser feita antes que ocorressem danos maiores e diplomaticamente irreversíveis.

Essa derrota calou fundo no imaginário popular português. A indignação coletiva foi destilada em ironia e não foram poucas e tampouco suaves as críticas, piadas e sátiras que se seguiram ao evento. exemplo disso está na poesia coeva, onde há um exemplo interessante na obra *Diálogo que precedeu a partida dos três cagões, Batalha, Stockler e Lafões*. Veja-se essa passagem, na qual o desembargador Batalha tenta dissuadir o velho duque de seguir os planos de Stockler:<sup>47</sup>

"Não coma petas, meu Duque, / Nem creia  
nesse Quixote; / Nada petisca de guerra / E  
quer fazer de Carnote"<sup>48</sup>

<sup>46</sup> SERRÃO, Joaquim (1982), p. 326.

<sup>47</sup> A poesia é atribuída a Nicolau Tolentino. Consta a íntegra do texto em VENTURA (1994), p. 55 a 65.

<sup>48</sup> Referência a Carnot, estrategista militar da França republicana.

Com dimensões e xadreses<sup>49</sup> / O Exército embrulha / E como pilhou o ofício / Há de meter-nos à bulha.

A nossa tropa bisonha / Os oficiais petulantes, / Peritos em namorar / E na Guerra os mais pedantes.”

Os diplomatas portugueses tinham à sua frente um péssimo quadro de negociação. Precisavam contar com toda a capacidade de argumentação possível, já que pouco tinham a oferecer numa barganha. A posição napoleônica era esperada com um tom vingativo, já que Portugal havia perdido a chance de acatar as exigências de Paris em melhores circunstâncias do que agora. Os emissários representantes dos três países interessados se encontraram em Badajóz, na Extremadura, em 5 de junho de 1801.

A firma do Tratado de Paz data, oficialmente, de 6 de junho de 1801. É muito improvável, contudo, que esta tenha sido a data verdadeira, dada a exigüidade de tempo que as partes contratantes dispunham. É possível que a antecipação da data, se realmente ocorreu, tenha sido um ardil para enganar Napoleão Bonaparte, conforme se discutirá mais adiante.

Na América do Sul, a informação oficial da Declaração de Guerra chegou somente em 15 de junho, em Buenos Aires

“Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

Del orden del Rey dirijo a V. el adjunto exemplar de la R.<sup>1</sup> Cedula en que S. M. se ha ser-

<sup>49</sup> O suposto autor - Tolentino - diz a respeito: “Tinha Stockler inventado dentro do seu gabinete uma manobra, marcha e disposição para o nosso exército vencer o castelhano sem custo e em um dia. Porém viu tudo malogrado.”. VENTURA (1994), p. 58.

vido declarar la guerra à la Reina Fidelissima, sus reinos, y vassalos, a fin de que disponga V. S. lo correspond.<sup>te</sup> à su devido cumplimiento en la comprehension del distrito de ese mando.

Dios gue à V. E. m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> Aranjuez 28 de Febrero de 1801

Caballero

Buenos Aires 15 de Junio de 1801

Cumplase la antecedente R.<sup>l</sup> orn. Y en su conseq.<sup>a</sup> pasandose à la Escrivania de ese superior Govierno con el Exemplar de R.<sup>l</sup> Cedula que la acompaña para su publicacion por tanto, pasense ordenes à igual efecto à los governadores y gefes que corresponde.

Pino"<sup>50</sup>

No Rio Grande, em meados de junho parece ter chegado a notícia oficial da guerra<sup>51</sup> mas apenas a versão espanhola, pois a declaração portuguesa, em Lisboa, através de decreto, somente ocorreu em 24 de maio de 1801<sup>52</sup>.

Esse aspecto das datas dos recebimentos dos informes *oficiais* acerca da guerra, mostra-se intrigante, na medida que não corresponde ao ritmo normal de trânsito de informações entre as metrópoles ibéricas e suas colônias sul-americanas. Considerando que a navegação

<sup>50</sup> Bilhete de Joseph Antonio Caballero, recebido pelo marquês de Aviléz. Acompanha a Real Cédula de declaração de guerra. Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Fondo Documental "Bandos de los Virreyes y Gobernadores del Río de la Plata". Sala IX. Topog. 8-10-8. Folio 69.

<sup>51</sup> PINHEIRO (1982), p. 134: "Aqui apareceram em princípios de junho cópias do manifesto de guerra, publicado em Madri a 27 de fevereiro precedente."

<sup>52</sup> PINHEIRO (1982), p. 135; nota. Também: "Na mesma indecisam de Limites se achavam os Povos da Capitania do Rio-Grande, quando nésta se rompeu a alegre nova, de que Hispanha tinha declarado a Portugal guerra: veio esta noticia por uma embarcaçam da Bahia em 15 de Junho de 1801.". Arquivo Histórico Militar (Lisboa). 2<sup>a</sup> Divisão (Possessões Ultramarinas). 1<sup>a</sup> Secção (Brasil). Caixa 1, nº 33. "Descripçam Chorographica, Politica, Civil, e Militar ...". Folha 67.

marítima entre a Europa e o Brasil levava cerca de 40 dias, é demasiado o tempo que se levou para trazer ao Rio Grande a notícia, ou seja, 105 dias. De fato se pode arguir que, no caso espanhol, as dificuldades de navegação atlântica imposta pelos ingleses pode ter atrapalhado - como de fato atrapalhou - , o fluxo normal de intercâmbio entre os portos espanhóis e os portos do Rio da Prata. Para Portugal, contudo, o mesmo argumento não parece válido, ainda que os mares estivessem perigosos devidos a alguns corsários franceses.

Uma explicação possível está no retardo geral que ambas as nações conflitantes impuseram ao andamento da indesejada guerra. A contra-declaração portuguesa, ocorrendo somente em fins de maio de 1801, é argumento significativo a apoiar a proposição de que se estava evitando o conflito. Tanto que tal declaração de Portugal coincidiu com o princípio da efetiva invasão espanhola, ou seja, esperou-se até o último instante pela solução diplomática.

Deve ser considerado que o fato se limita tão somente às declarações oficiais. Apesar de não ter sido localizada documentação que ateste cabalmente isso, é plausível supor que seria impossível conter a boataria, com os inúmeros navios chegados aos portos brasileiros no segundo e no terceiro mês após a declaração espanhola. Isso é significativo, porém, uma vez que apenas as correspondências oficiais poderiam induzir as autoridades coloniais brasileiras a agir positivamente.

Ainda assim, nesse caso, se põe a questão sobre como se mantiveram as forças portuguesas e espanholas limítrofes em calma aparente até a chegada do informe oficial. Havia motivos para isso, dentre estes e todos intimamente imbricados, pode-se destacar: a escassez de

recursos, tanto nas posições espanholas, como nas portuguesas; o desconhecimento dos possíveis movimentos do inimigo; e, a intenção de evitar maior tensão militar fronteiriça, quando ainda era não-oficial a guerra e havia esperanças de saídas negociadas.<sup>53</sup>

No lado espanhol, os preparativos seguramente já corriam, antes da chegada das notícias *oficiais* do conflito. Isso é claramente demonstrável através de documento pelo qual o Vice-Rei do Rio da Prata<sup>54</sup> autorizou uma embarcação francesa a proceder ao corso contra os luso-brasileiros. A solicitação do corsário Etienne, recebeu ordens de ser traduzida, em 13 de junho de 1801 e, nessa mesma data, foi autorizado o corso. Ora, oficialmente, a declaração de guerra chegou apenas em 15 de junho de 1801.

*"Les choses etant insy je soia libre et disposé à entreprendre toute laspedition persuadé que sa magesté Catolique a declaré la guere aux portuguais, je suis pres son excellence me de permettant de sortire pour cruise à lentrée de Rio Grande et pour se moyen faire mon possible pour les portuguais ne puisent introduire dan ce port des efets et munision de guére, et me proposant d'introduire en ce port cy les prises que je pourirá faire ansy faire mon possible pour chasé la corsaire ennemie qui croisent a lentrée de cette Riviere cy -*

<sup>53</sup> O Visconde de São Leopoldo legou um vislumbre disso: "basta dizer que o tenente-general Veiga lançou mão de quantas medidas permitia a escassez dos meios e a gravidade dos perigos; um momento só não perdido para a causa da pátria. Ainda não autorizado para declarar a guerra, querendo, porém, prevenir avessas inteligências, publicou a 4 de julho um edital, em que recomendava aos seus súditos se limitassem à natural defensa no caso de irrupção da parte da nação vizinha, entretanto foi puxando á raia as forças disponíveis.". PINHEIRO (1982), p. 135.

<sup>54</sup> À época, era Vice-Rei o marquês de Aviléz. Entretanto, no dia 19 do mesmo mês e ano, foi substituído por Joaquín del Pino.

ayant pour cette effet une superbe fregatte portant du 18 In Battrie It monter dune supperbe equipage.

[...]

Etienne .A.

Montevideo le 10 juin 1801.<sup>55</sup>

De qualquer forma, após a chegada dos informes sobre a guerra, foi deflagrado o confronto militar na América do Sul. Isso depois que a Paz de Badajoz havia sido firmada entre os dois países mais diretamente envolvidos. Esse foi um dos fatores que mais polêmicas internacionais provocaram com respeito ao conflito na América do Sul. Futuras gerações de historiadores, principalmente argentinos e uruguaios, chamariam as vitórias portuguesas, especialmente no território das Missões Orientais do Uruguai, uma usurpação, sustentando-se na premissa de que tinha sido esta conquista em tempo de paz, numa flagrante violação do direito internacional público.<sup>56</sup>

À época da guerra, era comandante e governador do Rio Grande o general Sebastião José da Veiga Cabral, que havia sido um dos oficiais demarcadores do tratado de 1778. Quando recebeu as cópias da declaração espanhola, vestiu seu melhor traje de gala vermelho, guar-

<sup>55</sup> Archivo General de la Nación (Buenos Aires). División Colonial. Guerra y Marina. Sala IX. Topog. 24-3-8. Expediente 02. “El ciudadano frances Etienne Capitan Comandante de la Fragata Valiente. Sobre que se le permita salir a hostilizar y apresar los buques enemigos e introducir y vender aqui los q.e aprese”.

<sup>56</sup> “La guerra que en 1801 estalló entre Francia y España contra Portugal, terminó por el tratado de Badajoz, estableciendo las condiciones de la victoria. Tres meses después de este tratado, Portugal invadió, sin previa declaración de guerra, las Misiones Orientales del Uruguay, con flagrante violación del tratado de límites de 1777.”. ZEBALLOS (1894), p. 115. Apesar da obra ser fortemente tendenciosa, já que se destinava ao convencimento de um árbitro numa questão de limites, o argumento é bastante claro. Sobre esse arbitramento, ver a obra de HEINSFELD (1996).

necido com largos passadores de ouro e foi falar às demais autoridades, aos altos escalões militares e à população curiosa. Anunciou a guerra e, acompanhado dos *grandes* da província, foi passar revista nos armazéns reais, nas fortificações e nas tropas.

Imediatamente despachou para Porto Alegre o brigadeiro Francisco João Roscio<sup>57</sup> e, para o Rio Pardo, o tenente-coronel Patrício José Correia da Câmara. Ambos tinham instruções para proceder às devidas vistorias nos armazéns, apetrechos de guerra e nas tropas. Também levavam notícia de outra importante novidade, decidida pelo governador: todos os desertores que retornassem para ser reincorporados obteriam perdão do crime de deserção.

Segundo a descrição detalhada dos eventos, fornecida pelo sargento-mor Domingos José Marques Fernandes, com data de setembro de 1804, as tropas estavam descalças e sem roupas adequadas, os armazéns estavam em estado de penúria e as finanças da capitania em grande miséria. De alguma forma, entretanto, ocorreu uma mobilização popular de proporções remarcáveis. As palavras daquele sargento falam de *alegria* por parte da população local com a notícia da guerra. essa palavra apesar de estar sendo usada num texto dedicado ao Príncipe Regente e, portanto plena dos vícios inerentes ao interesse de *impressionar* uma autoridade, ainda assim é muito significativa.

De fato, o autor dita que:

"O mesmo espirito de patriotismo, que havia feito gostar da Guerra, declara contra os Hispanhois, foi bastante para que dentro em

---

<sup>57</sup> Também ele um oficial demarcador do tratado de 1778.

oito dias se-visse toda a tropa da Capitania guarneida de tudo; o que se podia desejar; porque os que nam podéram dar dinheiro, pannos, coiros, bois, cavalos, carros, escravos, e as proprias pessoas, offereceram-se a trabalhar náquillo que cada qual sabia por officio, a beneficio da Tropa, e do Estado.”<sup>58</sup>

As versões dos eventos que se seguiram, desde então, até o início das hostilidades, não permitem extrair maiores minúcias sobre o restante dos preparativos. Especialmente quanto ao lado espanhol, não foram localizados documentos com tais indícios.

Mesmo as narrativas dos confrontos militares em si necessitam de uma observação mais *desconfiada*, na medida em que parecem sempre aumentar as vitórias e minimizar os erros. A documentação básica localizada foi a seguinte: um Processo, movido contra o coronel D. Francisco Rodrigo devido à entrega que fez, pacificamente, do Povo de São Miguel<sup>59</sup>; uma descrição detalhada feita por um contemporâneo, o sargento-mor Domingos José Marques Fernandes<sup>60</sup>; e, a *Memória sobre a tomada dos sete povos*, de autoria do furriel Gabriel Ribeiro de Almeida<sup>61</sup>.

<sup>58</sup> Arquivo Histórico Militar (Lisboa). 2<sup>a</sup> Divisão (Possessões Ultramarinas). 1<sup>a</sup> Secção (Brasil). Caixa 1, nº 33. “Descriçam Chorographica, Política, Civil, e Militar ...”. Folha 70. Aqui reside um caso aparente de plágio, pois são muito semelhantes às descrições desse fato feitas por Gabriel Ribeiro de Almeida, em suas Memórias, citadas em SILVEIRA (1909), p. 88, onde se lê: “O mesmo espírito de patriotismo, que havia feito com que os povos preferissem entrar voluntariamente fez com que, em poucos dias, se vestisse a tropa, pois os que não podiam dar dinheiro davam pannos, bois, cavallos, carros, escravos”. Como Velloso da Silveira confessa que o documento de suposta autoria de Almeida tem procedência e data de criação incerta, parece ser este o espúrio, se for o caso, já que o de Marques Fernandes tem data certa (1804) e recebimento oficial por arquivo público. Isso é muito significativo, pois grande parte da historiografia, posterior à publicação de Velloso da Silveira, tem se sustentado nesse documento para narrar a tomada das Missões.

<sup>59</sup> Archivo General de la Nación (Buenos Aires). División Colonial. Tribunales. Legajo 7, Expediente 10.

<sup>60</sup> Arquivo Histórico Militar (Lisboa). 2<sup>a</sup> Divisão (Possessões Ultramarinas). 1<sup>a</sup> Secção (Brasil). Caixa 1, nº 33. “Descriçam Chorographica, Política, Civil, e Militar ...”.

<sup>61</sup> Já publicada. Consta em SILVEIRA (1909), p. 87 a 110.

Inúmeros outros documentos de menor tamanho os quais, em geral, não objetivavam uma reconstituição dos fatos foram estudados, entre estes é digno de nota o conjunto denominado *Documentos relativos à incorporação do território das Missões ao domínio portuguez no anno de 1801*.<sup>62</sup>

Quatro foram os cenários principais dos conflitos entre espanhós e portugueses na América do Sul: as Missões Orientais do Uruguai, a área de Santa Tecla e Batovi<sup>63</sup>, a área de Serro Largo e o litoral atlântico ao sul da Lagoa Mirim<sup>64</sup>, e, finalmente, a área do forte de Nova Coimbra<sup>65</sup>. Destes, sem dúvida os episódios ocorridos nas Missões Orientais foram os mais narrados pelos contemporâneos e, posteriormente, os mais discutidos pela Histriografia.

Os confrontos diretos principiaram em julho de 1801. No teatro de operações dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, as primeiras manobras foram deflagradas entre o final de julho e o começo de agosto.

Apresentou-se, no quartel do Rio Pardo, em algum momento entre 16 de junho e a duas primeiras semanas de julho, o *fazendeiro* e miliciano Manoel dos Santos Pedroso, à frente de um grupo de, aproximadamente, 20 homens. Solicitou autorização ao tenente Correia da Câmara para atacar guardas espanholas e fazer arreadas de gados e correrias pelos territórios espanhóis. Partiu, em seguida, com o consentimento daquele oficial.

Como resposta ao perdão geral de desertores que se reincorporassem, proclamado pelo governador Veiga Cabral se apresentou, também no quartel de Rio Pardo,

<sup>62</sup> Publicação impressa, disponível na Biblioteca de Referência do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre).

<sup>63</sup> Hoje, respectivamente, Bagé e São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>64</sup> Atualmente na República Oriental do Uruguai.

<sup>65</sup> Às margens do rio Paraguai, atual Estado do Mato Grosso.

o soldado desertor do corpo de dragões, José Borges do Canto. No primeiro momento, não se mostrou pessoalmente, pedindo que outrem intercedesse por ele. Muito provavelmente estava desconfiado, como deveriam estar todos os demais desertores, de que pudesse ser uma armadilha para pegá-los.

Borges do Canto se propôs a juntar alguns companheiros e fazer hostilidades aos espanhóis. Devia estar imaginando em saquear o território e as estâncias das missões, aproveitando para fazer algumas arreadas. Também devia imaginar que uma recompensa, talvez em títulos de sesmaria, pudessem estar aguardando aqueles que se dispusessem a enfrentar o inimigo.

Nesse ponto, a resposta oficial fica nebulosa, e a historiografia faz menções um tanto vagas, sobre uma incumbência que Borges do Canto teria recebido para atacar, abertamente, as missões. É inclusive mencionado um improvável acordo, segundo o qual, se ele fosse vitorioso em suas ações receberia perdão e terras, porém, caso fosse infeliz em suas disposições, seria *abandonado* como desertor.

É descrito, por outro lado, que ao se apresentar a Patrício Correia da Câmara, teria solicitado homens, armas e munições para fazer hostilidades aos espanhóis. Terse-lhe-ia contestado que receberia apenas munição - *pólvora e projéteis* -, correndo por conta dele conseguir homens e armas. Teria aparecido, poucas horas mais tarde, com cerca de uma dúzia de homens, munidos de armas brancas e armas de fogo. Recebeu, então, a munição prometida.

Enquanto isso, Manoel dos Santos Pedroso partia para o acampamento português de São Pedro. Na historiografia posterior e no duvidoso relato de Almeida, ci-

tam-na como *guarda* de São Pedro, que teria sido conquistada aos espanhóis. Entretanto, não foi localizada nenhuma referência à existência de uma guarda com semelhante nome, nas listagens disponíveis. É bem possível que se tratasse de alguma povoação guarani na qual foram postados alguns soldados espanhóis, ou ainda, que se tratasse de uma guarda portuguesa abandonada.<sup>66</sup>

Dali partiu Pedroso e seus companheiros para a Guarda de São Martinho, entrada sudeste do território das Missões orientais e que segurava o trânsito da antiga Estrada Geral das Missões, mandada abrir durante a Guerra Guaranítica. À vista das forças luso-brasileiras, a guranição abandonou sua posição, conforme ocorreu em quase todas as demais guardas, devido às ordens, já mencionadas, de não fazer frente a forças numericamente superiores.

Naquele sítio, Maneco Pedroso, como era conhecido, deixou uma pequena guarnição e partiu para seu objetivo, que eram os roubos e os saques, onde estivessem mais disponíveis, em toda a área missioneira.

Correia da Câmara instruiu Borges do Canto a partir para São Martinho, provavelmente para realizar as mesmas operações de guerrilha, sabotagem e arreadas de gados que Pedroso já estava fazendo. Quando chegou naquela localidade, já a encontrou guarneida por luso-brasileiros e resolveu se adentrar mais em na região dos Sete Povos. Foi acompanhado pelo furriel Gabriel Ribeiro de Almeida, que havia engrossado a guarnição de São

<sup>66</sup> É grande a confusão sobre o tema. PORTO (1954), p. 274 e SILVEIRA (1909), p. 85, afirmaram que era guarda espanhola e teria sido tomada por Canto e Almeida. PINHEIRO (1982), p. 139, afirmou que era guarda avançada portuguesa e que havia sido ponto de partida de Maneco Pedroso e, posteriormente, Borges do Canto. É possível, como afirma ARAÚJO (1991), p. 37, que fossem duas localidades distintas, mas mesmo essa explicação, ainda que mais explicativa, é questionável, pois dificilmente se poriam nomes idênticos em localidades vizinhas.

Martinho, por ordem do capitão Francisco Barreto Pereira Pinto e estava sob as ordens do alferes André Ferreira, este último tendo ali permanecido.<sup>67</sup>

Partiu, então, o grupo, se encaminhando à tomada do *posto* de Santo Inácio e da guarda de São João Mirim<sup>68</sup>, onde teriam obtido o conhecimento de um grande acampamento espanhol que se preparava, a cerca de cinco léguas dali. Também teriam logrado arrebanhar, naque-las duas localidades, grande cavalhada e demais gados.

Na marcha para as Missões<sup>69</sup>, encontraram um indígena que fugia das Missões e, parece, se passava para o lado português. Esse sujeito, um conhecido de Borges do Canto<sup>70</sup>, teria passado informações preciosas sobre a situação das posições espanholas. Munido dessas informações e sabendo que os hispano-platinos e os guaranis preparavam um acampamento de defesa, em Chuniveri, aquele bando de aventureiros foi assaltado por algum sentimento, que já não se pode resgatar, que os fez ou-sados e os fez bolar planos maiores de conquista.

Chuniveri era exatamente o mesmo sítio onde, quase cinqüenta anos antes, durante a Guerra Guaranítica, tinha se feito uma grande concentração de guaranis, com artilharia, para fazer frente ao avanço de portugueses e espanhóis rumo aos povos das Missões<sup>71</sup>.

67 SILVEIRA (1909), p. 90.

68 Por não constar dos informes sobre guardas, essa denominação está inadequada, mas é a única disponível na historiografia.

69 Os autores estão em desacordo quanto a se tal encontro ocorreu antes ou depois de São Martinho.

70 José Borges do Canto era famoso por andar entre charruas e minuanos. Nessa passagem, um índio guarani - seu conhecido - lhe prestou informações. Ora, parece estranho que Canto, como afirma Almeida em sua *Memória* - SILVEIRA (1909), p. 91 - ,não entendesse guarani.

71 O arroio que determina o local foi chamado Cherieby, Chuniebi, entre outros. SILVEIRA (1909), p. 47. Ver GOLIN (1999), p. 484, nota: "O conflito do Churieby foi o último realmente sério das tropas luso-castelhanas com os guaranis". Seguindo indicação de SILVEIRA (1909), O Professor Tau Golin acredita se tratar do atual arroio Chuni, próximo a São Miguel.

Para levar a cabo o audacioso plano de Canto e seus companheiros de armas, era necessário desbaratar a defesa espanhola de Chuniveri. Ali, estavam estacionados, preparando as trincheiras, cerca de 30 hispano-platinos e cerca de 300 guaranis, assim sendo, era necessário que a tropilha de 40 luso-brasileiros os supreendesse, isolando os guaranis, para que houvesse alguma possibilidade de sucesso.

De fato, conseguiram se aproximar do acampamento totalmente despercebidos. Gabriel Ribeiro de Almeida atribui parte da surpresa ao mau tempo e os rigores do inverno em princípios de agosto.<sup>72</sup> O processo movido contra D. Francisco Rodrigo, por seu turno, parece apontar para uma outra possibilidade, já suspeitada pela historiografia, mas sem indícios mais confiáveis.

Ocorre que o encarregado de organizar o acampamento, o mestre de escola D. Jose Manzuela Lascano se desentendeu profundamente com um importante cacique do Povo de São Miguel, ambos parecem ter chegado às vias de fato e o mestre de escola feriu gravemente o cacique. Este, então, foi mandando a São Miguel com sua esposa, onde foi encarcerado. Apesar de ser desconhecido o motivo da desavença, ela indica claramente o descontentamento dos guaranis com a situação.

Pode-se desconfiar da tão repetida declaração, por parte dos portugueses, de que os guaranis e demais povos indígenas, sob domínio espanhol, afirmavam abertamente pretender passar para a soberania portuguesa.<sup>73</sup> Isso é bastante improvável e mesmo que tenha havido semelhantes manifestações, são naturais quando não se

<sup>72</sup> SILVEIRA (1909), p. 90 e 91.

<sup>73</sup> Idem, p. 91: "ao verem as Missões invadidas pelos portugueses, tomaram o partido dos invasores".

quer ficar em posição ruim frente a qualquer das partes beligerantes. Esses eventos de Chuniveri, por outro lado, demonstram um nível elevado de tensão entre guaranis e espanhóis naquele momento e baixo aquelas especiais circunstâncias. Foi tão importante esse fato, a ponto de ser a única memória resgatada por Herrera, quando foi testemunha no processo de Francisco Rodrigo, sobre incidentes ocorridos no dito acampamento.

Bem cedo, numa fria manhã de agosto, o pequeno grupo de portugueses caiu sobre os espanhóis, se interpôndo entre estes e os guaranis. Estranha tática, pois caso os guaranis estivessem atados aos espanhóis por um laço um pouco mais firme de fidelidade ou solidariedade, os luso-brasileiros teriam ficado entre dois fogos e teriam sido massacrados. Aqui também a tática é demonstração de que algo ia muito mal nos preparativos de Chuniveri, pois somente poderia ser concebida se Canto e Almeida estivessem muito fiados na posição que os 300 guaranis assumiriam.

O desastre espanhol do acampamento de Chuniveri também se deveu a profundas falhas de comunicação e a um certo desdém da parte de Francisco Rodrigo. pouco tempo antes da investida protuguesa, batedores do Povo de São João avisaram ao comandante Rodrigo da presença e provável intenção beligerante de um grupo de portugueses, que viria a ser Canto e seu pessoal. Aquele comandante achou desnecessário informar isso aos responsáveis pelo acampamento, prevenindo-os e evitando que fossem colhidos de surpresa.

O grupo que atacou Chuniveri agora contava com o reforço, algo voluntário, algo por constrangimento, de mais de 300 indios. Marcharam, então, diretamente para São Miguel, que ficava pouco mais de uma légua distante

dali. Lá chegando, encontrou o Povo guarnecido por tropa de 150 homens, entre *criollos* paraguaios, correntinos, entrerrianos e uma meia dúzia de europeus, bem armados, municiados e disposto de artilharia.

Canto sabia que não seria possível fazer um ataque direto àquele reduto. Dessa forma, foi iniciado o sítio de São Miguel. O ex-desertor e seus companheiros principiaram uma série de jogos psicológicos os quais poderiam parecer deslocados partindo de um sujeito com tão rasa instrução. Por outro lado, para uma gente acostumada à matreira das lidas do arreamento clandestino e do contrabando, não fica difícil de entender.

Postaram-se, os sitiados em uma linha estendida, ao redor do perímetro de São Miguel e colocaram os guaranis do acampamento de Chuniveri e os demais índios que os acompanhavam de forma bastante visível. Esse interessante movimento preenchia diversas funções simultaneamente: a linha estendida garantia a eficácia do cerco e fazia com que as forças portuguesas parecessem maiores do que realmente eram; e, a demonstração de apoio dos índios poderia levar os demais indígenas e mestiços de dentro do Povo ao constrangimento de uma ação contra os seus, ao mesmo tempo em que podia criar, nos sitiados, uma sensação de isolamento e abandono. Guerra psicológica.<sup>74</sup>

O primeiro ato após o cerco foi mandar alguns dentre os índios supostamente aprisionados no acampamento de volta para São Miguel. O sargento-mor espanhol não permitiu a entrada desses indivíduos no Povo, por considerá-los suspeitos, apesar de levarem garrotes. A

<sup>74</sup> FLORES (1996), p. 65, se refere a disparos de armas e ao fato de terem os espanhóis esgotado sua munição. Isso é completamente contradito por todos os depoimentos do processo contra D. Francisco Rodrigo.

possibilidade mais forte é que o grupo de Borges do Canto pretendesse infiltrar, naquela localidade sitiada, alguns guaranis que já tivessem optado por agir em favor dos luso-brasileiros.

Depois disso, apresentou-se à entrada de São Miguel uma criança indígena, encarregada da solicitação dos luso-brasileiros, que pediam papel e tinteiro para escrever uma mensagem, o que lhes foi concedido.

No dia seguinte, D. Francisco Rodrigo recebia uma proposta de capitulação, sugerida pelo próprio Canto. Em tom firme, era colocado ao comandante espanhol que deveria render-se, para que as vidas e os bens de todos os de São Miguel fossem poupadados. Do contrário, dizia a missiva, Cantos e seus homens não se responsabilizariam pelo derramamento de sangue e pelo saque que, inevitavelmente, se seguiriam se fossem forçados a entrar em combate e romper as defesas daquele Povo.

Interessante jogo de palavras, a mensagem de Canto era clara: nós vamos vencer e não há como controlar a fúria desses homens no calor da batalha. mas não precisa ser assim, vocês têm uma outra opção e uma chacina pode ser evitada e os bens poupadados.

O comandante espanhol precisava ganhar tempo. A resposta dada foi a de que não podia capitular tão facilmente e que acreditava que o Governador das Missões já estava, com socorros, no Povo de S. Nicolau. Solicitou mais três dias, com o que Canto concordou.

Logo em seguida, porém, os luso-brasileiros lograram interceptar uma carta do Governador, na qual afirmava estar preocupado com a situação do território dos Sete Povos, mas que devido à cheia do rio Piraju, não pode se por em marcha para socorrer seus compatriotas espanhóis, mas que faria isso no dia seguinte ou assim que

as enchentes permitissem. Com isso, o sentimento de urgência deve ter tomado os portugueses. Canto anunciou ao tenente-governador Rodrigo que já não mais concedia os três dias e necessitava de uma resposta imediata e mais uma vez reforçou a idéia de que não seria responsável por uma eventual efusão de sangue.

*"a que contestó que el no podia determinar sin noticia de el Governor de quien sabrá hallarse ya en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Nicolas, y que a este fin se le concediesen tres dias para responder. Que efectivamente se concedieron los tres dias, pero haviendo interceptado una carta de el S.<sup>or</sup> Governor aparentaron q.<sup>e</sup> en ella venian disposiciones de Guerra, enviandole una carta de amistad de el expresado Governor, en que le decia;*

*Estara Vmd. afligido, y yo no estoy menos: no he podido marchar por la creciente de el Pirayú, pero mañana verificare mi salida; y con esto le escrivio el Comandante Portuges, que ya no concedia los tres dias sino que al siguiente dia por la mañana habra de entregar el pueblo"<sup>75</sup>*

Os espanhóis, tendo por porta-voz o sargento-mor Domingo Santos, capitularam aos portugueses, sob a condição de que suas vidas e bens fossem preservados e que fossem escoltados, em liberdade e segurança, até a margem direita do rio Uruguai.

Saiu a guarnição espanhola com a pompa que podia ter naquele momento, a toque de caixa. Receberam todos os auxílios necessários e marcharam, acompanhados das carretas que levavam os pavilhões reais, artilha-

<sup>75</sup> Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Tribunales. Legajo 7. Expediente 10.

ria, armas, munições, familiares e bens pessoais dos soldados e oficiais que estavam em São Miguel.

São Miguel era, sob o domínio espanhol, capital do departamento de mesmo nome, que abarcava o antigo território dos Sete Povos e suas estâncias, subordinada apenas ao governador das Missões. Também foi ali que os espanhóis concentraram o grosso de suas defesas. Com a queda daquele Povo, os demais foram caindo, um a um, sem oferecer resistência, a um grupo de cerca de vinte homens, liderados pelo furriel Gabriel Ribeiro de Almeida. Faltava apenas o Povo de São Borja, que devia ser mais temido, devido à proximidade do Povo de Santo Tomé, já nas Missões Ocidentais, ambos separados apenas pelas águas do rio Uruguai.

De fato, parece que os remanescentes das forças espanholas, espalhados pelas Missões Orientais, dirigiram-se ao complexo São Borja - Santo Tomé, formando a última linha de resistência castelhana. A recomendação, entretanto, dada inclusive aos guaranis de São Borja, era que se passassem todos para a margem direita do Uruguai, impedindo que os luso-brasileiros pudessem adentrar o território das Missões Ocidentais.

A campanha das Missões teve inúmeros ingredientes diferenciados das demais frentes de batalha da guerra de 1801, na América do Sul. Mas o principal, sem dúvida, era a presença de uma população sedentária e estável, representada pelos guaranis reduzidos. Na verdade, ninguém sabia, com certeza, de que lado aqueles ficariam e, seguramente, o lado para o qual pudessem maciçamente teria vencido aqueles confrontos. Mas da mesma maneira que não tiveram um consenso em sua maior crise histórica, a Guerra Guaranítica, muito menos chegaram a um consenso, em 1801. Se há uma ex-

pressão adequada para definir a postura da maioria dos guaranis dos povos essa é a de *indiferentes*.

Canto, Almeida e os outros aventureiros que assaltaram São Miguel sabiam disso, Utilizaram o ardil de mostrar uma colaboração ostensiva dos guaranis pela causa portuguesa, que pode não ter sido verdadeira ou, pelo menos, tão intensa. Francisco Rodrigo tinha mais de duzentos homens à disposição no colégio de São Miguel, tinha uma boa peça de artilharia e um artilheiro treinado. Havia uns dez militares de tropa de linha, experimentados em batalhas com utilização de fuzilaria e táticas de defesa de perímetro. Teria aquele tenente-governador podido bater os portugueses? Um de seus homens acreditava que sim.

Preg.<sup>do</sup> ¿Si concibe que con esta gente, Artilleria, armas de fuego, y blancas con sus correspondientes municiones pudo el expresado Teniente Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo haber atacado aquel corto numero de enemigos, que no tenia Artilleria, como lleva declarado, con provabilidad de arrollarlos si entraban en accion de Guerra, principalmente en el dia que se pusieron ala vista de el pueblo? Dixo: Que concibe, que si hubieran los Enemigos entrado en convate aquella mañana hubieran sido vencidos, y responde -<sup>76</sup>

A tomada das missões, destarte a ousadia de seus perpetradores, pareceu mais uma série incrível de acasos e fortunas, favoráveis aos portugueses. Havia o tempo ruim, citado por Almeida, as informações preciosas e corretas a respeito do acampamento de Chuniveri e sua po-

<sup>76</sup> Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Tribunales. Legajo 7. Expediente 10.

sição, o desentendimento do mestre-escola encarregado do acampamento com um cacique, a cheia do rio Piraju, enfim, é de se questionar se a conquista teria sido possível se alguns desses eventos fortuitos não tivessem ocorrido.

Depois da sua rendição condicional, Francisco Rodrigo partiu rumo ao outro lado do rio Uruguai, escoltado por uma partida de cinco homens, comandada pelo tenente Lara. Esse tenente era muito amigo de Manoel dos Santos Pedroso, o Maneco Pedroso da tomada de São Martinho. Levavam os hispano-platinos 300 cavalos, sete carretas e gado para município. Acompanhavam quarenta índios que não queriam se submeter aos portugueses.

Quando os espanhóis chegaram ao Povo de São Luís, em seu caminho para o rio Uruguai, D. Francisco Rodrigo decidiu fazer uma parada de cerca de três dias. Imediatamente chegou ali a partida de Maneco Pedroso, que colocou todos os hispano-platinos sob guarda e roubou-lhes tudo o que havia, inclusive parte da roupa que levavam no corpo. tendo prendido a todos, principiou a conduzí-los - Francisco Rodrigo, Herrera, Domingo Santos e Lascano é certo que iam, para os demais não há confirmação -, sob escolta, para o Rio Pardo, onde deveriam ser encarcerados.

Manoel dos Santos Pedroso tomou essa medida com duas motivações prováveis: primeiro, ofuscar a conquista do Departamento de São Miguel, levada a cabo por José Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida, pois se ele conduzia presos os soldados e oficiais espanhóis, poderia alegar que a conquista fôra sua; segundo, proceder ao saque das riquezas que o dito tenente-governador Rodrigo supostamente estaria carregando consigo.

Para esse ato, contou coma conivência do tenente Lara, o que deve explicar também outro fato, qual seja,

o de ter sabido, com precisão, como havia sido a rendição, por que caminho estava indo a força espanhola capitulada e em que sítio havia, efetivamente estacionado.

Apenas ignorava o Maneco que Borges do Canto, imediatamente após a tomada de São Miguel, tinha remetido correspondência a Patrício Correia da Câmara, informando-lhe da conquista, no dia 12 de agosto de 1801. Dessa forma, Manoel Pedroso passou a constar como sendo mentiroso, vil e desonrado.<sup>77</sup>

Enquanto se dirigiam a Rio Pardo, numa parada no Povo de São João, foram interceptados por tropa de linha portuguesa, nessa ocasião, um oficial português impediu sua remessa para Rio Pardo e fez com que retornassem, uma vez mais, ao Povo de São Miguel. Ali foi refeito o acordo com Francisco Rodrigo, sendo a ele e aos demais espanhóis passarem para o lado de lá do rio Uruguai, mas desta vez apenas com seus bens pessoais, sem poderem levar a artilharia, as munições e os estandartes reais. Chegando na banda ocidental do Uruguai, passaram para o Povo de Itapuã, onde estava o Governador das Missões.

A tomada do Povo de São Borja encerrou o capítulo da tomada das Missões pelas armas portuguesas. Exetuando-se momentos nos quais os espanhóis intentaram forçar os passos do rio Uruguai, tendo sido repelidos em todas as tentativas. Uma partida portuguesa ousou ainda, dia 19 de novembro de 1801, cruzar o rio, atacando e saqueando o povoado de São Lucas da Conceição. No dia 23 do mesmo mês, os hispano-platinos fizeram a última grande investida contra São Borja.

<sup>77</sup> Na carta de José de Saldanha para Manoel Antônio de Magalhães, datada de 22 de setembro de 1801, se lê: "hum M.<sup>el</sup> dos S.<sup>tos</sup>, q. mais lhe competeria o nome de M.<sup>el</sup> do Diabo pelas crueld.<sup>es</sup> q. tem praticado nos seus saques". Arquivo Histórico Ultramarino. "Rio Grande do Sul". Caixa 8. Doc. 49.

### “Corrientes 3 de Diciembre de 1801

Las noticias de nustras tropas de la Costa del Rio Uruguay en Misiones son varias, pero convinadas resulta: que los Establecimientos de aquella banda subsisten en poder de los Portugueses. Las tropas se reunieron hacia Santo Tomè, con el fin de pasar á aquella banda y atacar al enemigo en San Borja, dejando guarnicion en los pasos de arriva hacia Concepcion. El dia 19 pasó el Rio una Partida Portuguesa, abanzó la Guardia del paso de San Lucas de Concepcion, mataron, hirieron y prendieron a algunos de los nuestros, con alguna perdida de los enemigos, quienes se apoderaron del puesto y peltrechos que havia.

Se asegura que en el Pueblo de San Borja se hallan 300 hombres Portugueses y mucha Indiada con 10 Cañones Trincheras, y Fosos en las bocas calles.

Acava de recibir una Carta D Manuel de Basave, Comandante de Armas de esta Ciudad, escrita por el Capitan D. Bernardo Gonzales en el Campamento de San Fernando del Uruguay con fecha 28 del que acaba que en P D. dice asi:

‘No quiero perder la ocasion de decirle el estato presente de la Guerra, en esta Frontera, y es, que el dia 23 del que acaba, pasaron los nuestros al Pueblo de San Borja como 300 hombres, y fueron rechazados por los enemigos, despues de una larga escaramuza que durò desde las 4 de la mañana hasta las 11 del dia en la que hubo muchos muertos, y eridos de parte á parte.’<sup>78</sup>

<sup>78</sup> TELÉGRAFO MERCANTIL (1914), 20 de dezembro de 1801, p. 298 (622). Esses eventos são, provavelmente, os que PORTO (1954), p. 277 e PINHEIRO (1982), p. 142 e 143, atribuem às ações do comandante espanhol denominado *Rubio-Dulce*.

Se na área dos Sete Povos das Missões foram os luso-brasileiros que tomaram a iniciativa do confronto, no Mato Grosso foram os espanhóis que principiaram as operações beligerantes, em data de 16 de setembro de 1801. Vieram de surpresa, na tentativa de tomar a fortificação portuguesa de Nova Coimbra, região cuja posse era contestada desde o Tratado anterior, de 1778, pois os espanhóis alegavam que sua construção era irregular e o forte deveria ser demolido.

Por isso, os portugueses já antecipavam que os espanhóis intentariam um ataque por aquele setor e o Vice-Rei do Brasil, conde de Rezende, advertia a corte de Lisboa sobre essa possibilidade.<sup>79</sup>

Como em 16 de setembro o Governador do Paraguai, D. Lázaro de Rivera, certamente já havia recebido as notícias referentes à conquista de São Miguel e demais povos orientais, é possível que imaginasse que as demais posições portuguesas estavam um tanto desguarnecidas, ou então, que o excesso de confiança pudesse levá-los a cometer algum erro na defesa do Mato Grosso.

Deve-se ressaltar o fato de que aquela região era uma presa invejável, dadas as conhecidas boas áreas mineradoras, principalmente de ouro<sup>80</sup>, que possuia. De qualquer maneira, num quadro no qual os hispano-platinos vinham sendo batidos fragorosamente em todas as frentes, quem fizesse qualquer conquista seria considerado um herói e esperar por boas mercês de sua corte.

<sup>79</sup> "Poder-se-há dizer que as Capitanias Centraes deverão fornecer a gente necessaria; mas hé precizo exceptuar deste numero a Capitania de Goiás, e o Cuiabá; porque este pode ser igualmente atacado, e com forças muito superiores, e aquella por ser a mais vizinha, e a única, que lhe poderá prestar alguns socorros: e alem disso hum ataque no Mato Grosso chamaría a si todas as forças destas duas Províncias.". Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Fundo Secretaria de Estado do Brasil. Código 69 - Vol. 12.

<sup>80</sup> Cuiabá, capital do Mato Grosso, foi fundada durante uma corrida do ouro na região.

Como todos os demais, o ataque à fortaleza de Nova Coimbra falhou, apesar do forte contingente e da artilharia que D. Lázaro conduziu naquela operação.<sup>81</sup>

Os movimentos militares mais meridionais, na área de Chuí e Serro Largo, no primeiro momento, foram similares aos das Missões, com as guardas espanholas sendo completamente abandonadas frente ao avanço das forças portuguesas na região vizinha à Lagoa Mirim, confirmado, outra vez, que a disposição oficial espanhola era de não tentar manter essas posições frente a forças superiores. A tomada e posterior perda de Serro Largo, contudo, foram as operações em maior escala da guerra, com enfrentamento de tropas regulares.

Sobre aquela área se registraram os primeiros informes das operações no *Telegrafo Mercantil*, de Buenos Aires.

“En la tarde del 28 del mismo llego un expreso de Santa Teresa com la novedad de que del puesto avanzado del Chay se veian varias partidas numerosas de Portugueses”<sup>82</sup>

Em agosto, os portugueses adentravam o território ao sul do Jaguarão de do Chuí, para fazer alguns pequenos ataques às estâncias e roubar gados.

“Montevideo 9 del que rige.

El 29 del proximo pasado Agosto la Partida del Capitan de Blandengues de Buenos Ayres

<sup>81</sup> “apresentandose no dia 16 de Setembro o Governador d'Assumpção D. Lazaro de Ríbera, seguido por quatro Sumacas com Artilharia e tropa de desembarque diante do Fórté Portuguez da Nova Coimbra, abrindo o fogo contra o mesmo Fórté desde o dia da sua chegada até o dia 21, depois de haver o General Espanhol ao Commandante Portuguez, que lhe entregasse o Fórté, proposta que este repelio com a merecida indignação.”. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Negócios Estrangeiros. Livro 598.Fls. 14 e 15

<sup>82</sup> *TELÉGRAFO MERCANTIL* (1914), 1º de agosto de 1801, p. 8 (328).

mediante los avisos, y ordenes que le dió el Sr. Marques de Sobre Monte Sub Inspector, y Comandante General de la Campaña, encontrò á otra de los Portugueses que habian abanzado las Estancias de la Cale-  
ra, propias de D. Juan Francisco Garcia; y en el Arroyo del Olimar atacó a 18 enemigos, quitandoles 420 caballos de los robados, y 1 negro del expresado Garcia, les mató un hombre, é hirió á algunos, y los demás se escondieron en el Monte.<sup>83</sup>

Durante o mês de setembro, várias partidas de portugueses e espanhóis se encontraram nas margens opositas do rio Jaguarão, ali trocavam inúmeros insultos, aos gritos. Por duas vezes passaram os luso-brasileiros para o outro lado, para apanhar de surpresa pequenos grupos de inimigos, em operações bem sucedidas, principalmente pelo roubo de gado e cavalhada.

No princípio de outubro de 1801 foi vista uma companhia volante de duzentos espanhóis, rondando as margens do Jaguarão. Decidido a dar-lhes combate, o Coronel Pinto, encarregado das operações naquele setor, enviou ao outro lado dois capitães de milícias, Antônio Rodrigues Barbosa e Antônio Xavier de Azambuja. Eram acompanhados por 40 cavaleiros da tropa regular. Atravessaram o aquele rio a nado, com as armas e munições acomodadas em sacos de couro para não se molharem. Por dois dias procuraram os inimigos que haviam sido avistados pelos bombeiros. No terceiro dia se encontraram as forças adversárias.

Os hispano-platinos estavam em terreno ruim, estratégicamente, pois não tinham por onde formar retirada

---

<sup>83</sup> TELÉGRAFO MERCANTIL (1914), 16 de setembro de 1801, p. 101 (421).

organizada. Apearam, então, dos cavalos e os utilizaram como barricada, postaram uns poucos homens montados e bem armados na retaguarda para evitar deserções e principiaram a insultar os portugueses.

Depois de algumas discussões entre os oficiais mais graduados, pondo à tona os desentendimentos entre as lideranças portuguesas, especialmente no que toca à tropa miliciana, decidiram os luso-brasileiros abrir duas colunas e cercar os inimigos. O procedimento funcionou. Avançaram atirando com suas clavinas, depois com as pistolas e, finalmente, apertaram os inimigos com carga de espadas e demais armas brancas. Cerca de cinqüenta espanhóis pereceram no campo de batalha e aquilo teria se transformado numa carnificina, caso os oficiais não tivessem interrompido, com severidade, a disposição violenta dos seus comandados.<sup>84</sup>

A marcha para Serro Largo iniciou-se a 26 de novembro de 1801. Comandava a tropa o tenente-coronel Manuel Marques de Souza. Acompanhavam seiscentos soldados da Legião de Cavalaria Ligeira, entre os quais, iam também, o tenente-coronel Jerônimo Xavier de Azambuja e o sargento-mor Vasco Pinto Bandeira. A artilharia constava de três peças de artilharia, uma de calibre 4 e outras duas de calibre 6.

A tropa transpôs o rio Jaguarão em balsas. Ao chegar no outro lado, saíram bastante do rumo, pois o guia tinha se perdido, fizeram pouso em uma coxilha alta e se manteve a tropa em alerta durante toda a noite. Dia

<sup>84</sup> “e finalmente sendo-lhes partidas as cabeças a golpes de espada lastimosamente; de maneira que vendo o Capitam Antônio Rodrigues Barboza decidida a vitória pelos seus, foi excessivo, e como elle seu irmam Francisco Rodrigues Barboza em aplacar os soldados, para que não matassem mais..”. Arquivo Histórico Militar (Lisboa). 2º Divisão (Possessões Ultramarinas). 1ª Secção (Brasil). Caixa 1, nº 33. “Descripçam Chorographica, Politica, Civil, e Militar [...]”, fls. 94.

seguinte, precisaram voltar do caminho que tinham feito, até encontrar a estrada geral que conduzia à fortificação de Serro Largo.

A fortificação espanhola contava com uma guarnição de, aproximadamente, setecentos homens. Os luso-brasileiros chegaram ao seu destino no dia 30 de novembro. O comandante então mandou o sargento também chamado Manuel Marques de Souza, seu filho, para propor aos espanhóis a oferta de praxe: rendição ou ataque. Como os espanhóis tivessem decidido se defender, o comandante resolveu mudar a tropa de posição para iniciar as operações a partir de um sítio que considerasse mais apropriado, fazendo marchar o grupo em duas colunas.

À vista disso, os defensores do forte principiaram fogo de artilharia, usando peças de amiudar e metralhas. Da mesma forma, fizeram um fusilação, mas a única coisa que conseguiram foi matar um cavalo. A essa altura se abriram os portões da fortificação e de lá saiu, em disparada de ataque uma partida de cavalaria dos espanhóis. Dirigia-se para a coluna esquerda da formação de Marques de Souza, tentando fazer surpresa e aproveitar o momento em que, ao mesmo tempo, não se poderia revidar com artilharia, devido ao movimento, e as forças estavam divididas em duas.

O comandante Marques de Souza determinou que Vasco Pinto Bandeira e seus cavalarianos impedissem o passo da cavalaria hispânica. Aqueles, entretanto, à vista do rápido contra-ataque português, se recolheram de novo para dentro do Forte.

O restante da operação se resumiu a um combate de artilharia de parte a parte. Parece que nesse particular, se sobressaiu a figura de um cabo de esquadra, chama-

do Joaquim Luís, o qual, com seus disparos certeiros, provocou grandes estragos e incendios na posição espanhola.

Naquele mesmo dia, os espanhóis se renderam. O comandante espanhol, à saída, teria perguntado a Marques de Souza quem era o hábil artilheiro que tantos estragos tinha feito e ofereceu um barril de vinho a Joaquim Luís, por reconhecimento à sua habilidade nas artes da artilharia. Os portugueses encontraram, naquele estabelecimento, cinco mil pesos, várias peças de artilharia, pólvora, balas e outros íntens.

A posição, entretanto, não era muito defensável, perdida na imensidão dos campos orientais, sem a proteção geográfica de um rio de maior porte ou de uma serrania de respeito. A llerda reação espanhola, a cargo do marques de Sobremonte, sub-inspetor e comandante geral da fronteira, escolheu aquele ponto para concentração de suas gentes, planejando um ataque em grande escala às posições lusitanas de além do rio Jaguarão. Poucos dias depois, Serro Largo era retomada pelos espanhóis.<sup>85</sup>

Finalmente, o teatro de operações da área de Batoví - Santa Tecla, juntamente além do das Missões Orientais, foi outro que provocou grandes alterações na fronteira do Brasil com a Banda Oriental espanhola. De fato, os documentos localizados são, por vezes, mais enfáticos

<sup>85</sup> "O Coronel Manoel Marquez de Souza com seis centos homens atacou o intrinxeiramento do Serro Largo guarnecido com mais de setecentos homens com alqua Artelharia os quais fez logo Capitular e sahir por entre as fileiras Portuguezas; mas como a Tropa era m.<sup>lo</sup> pouca e nescessaria p.<sup>a</sup> acodir a outro lugar deixou o d.<sup>o</sup> Coronel Marquez quarenta homens naquelle intrinxeiramento já quaze demolido, retirandose com o resto. Neste tempo morreu o Tenente General Governador, e aproveitandose o Marquez de Sobre Monte que Comandava as Tropas Hespanholas da desordem que cauza a morte de hum General atacou o Serro Largo com hum Troço de Tropa que elle conduzia p.<sup>a</sup> auxiliar os já Capitulados, e retomou sem q' comtudo ficase algum dos nossos prizioneiro.". Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). "Rio Grande do Sul". Caixa 9. Doc.1.

quanto à perda de Batovi e Santa Tecla, do que quanto às Missões.

Parece que, sob o ponto de vista estratégico, Batovi era o ponto que permitia o controle sobre um amplo setor da campanha oriental. Sua posse permitia amplo acesso às fazendas e aos gados mansos e chimarrões numa ampla área desde o rio Ibicuí até o rio Arapeí.<sup>86</sup>

Segundo alguns comentários que parecem bastante fidedignos, foram encontrados, em Santa Tecla, ou Batovi, instrumentos astronômicos e matemáticos que ali teriam sido deixados pelo próprio Azara.<sup>87</sup>

<sup>86</sup> “Declarada la Guerra en estos Dominios el año de 1801 dieron principio asus conquistas è irrupciones estos lusitanos fronteirizos, destruyendo con indecible dolor mas de 300 posesiones rurales propias del Pueblo que representamos, de sumo valor, como vinculadas por esta Ciudad en ellas la parte mas considerable de su riqueza y adelanto del Estado, llebandose esta rayana Nacion como se ha llevado y traspuesto crecidísimo numero de ganados de todas especies, talando y destruyendo los sembradíos è incendiando las Estancias siendo lo mas lamentable que oy [assim] se señorea y defiende todo el inmenso campo en que se hallavan establecidas, inclusa la Villa de Batovi poblada por el Capitan de Navio dela R.<sup>1</sup> Armada D.<sup>n</sup> Felix de Azara” . “Exposición del Ayuntamiento de Montevideo”. 15 de marzo de 1802. Archivo Histórico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 3410. Apartado 15.

<sup>87</sup> “A Fortaleza de Santa Thecla, comandada pelo Cap.<sup>am</sup> de M.<sup>r</sup> e Gr.<sup>a</sup> Hespanhol Fellis Azara, foi atacada pelos Dragoens Comandados pelo Sargento Maior Jozé de Moraes de Castro: os Hespanhoes retiraram se perecepidamente deixando athe os instrumentos Mathematicos do d.<sup>o</sup> Azara: esta Fortaleza foi logo arrazada inteiramente e com bem pouco intervalo de tempo perderam os Hespanhoes hum Comboio de dez, ou doze Carretas que transportavam varios efeitos para sua Povoacām que elles principiavam a formar.”. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). “Rio Grande do Sul”. Caixa 9. Doc.1. A citada povoação que estavam construindo, era justamente Batovi, que Azara principiara a erigir alguns meses antes. Existe uma outra versão muito semelhante, porém com outro protagonista, na qual, ao invés de um sargento-mor Jozé de Moraes de Castro, aparece um alferes Antonio Alves: “cómmandava os Portuguezes um Alferes por nome Antonio Alves, muito gordo, e segundo parecia, inhabil por natureza para pelejar; porém vendo que era occasiam de mostrar que era um Soldado, tirou também da espada, dispôz a sua gente, esperou ao Inimigo, e o bateu fortemente, athe por em fugida a muitos; porque entam prisionou quantos lhe nam podérâm fugir; e lhes-tomou a bagagem, e nella seis carretas, sette centos cavalos, duzentos bois mansos, um caixam com instrumentos de Mathematica, varios livros d'esta faculdade, e de outras materias, alguma polvora, e bala, enxadas, machados, varias ferramentas Etc.”. Arquivo Histórico Militar (Lisboa). 2<sup>a</sup> Divisão (Possessões Ultramarinas). 1<sup>a</sup> Secção (Brasil). Caixa 1, n<sup>o</sup> 33. “Descripcām Chorographica, Politica, Civil, e Militar...”, fls. 76. É possível que ambos estivessem envolvidos nesse combate, mas se isso for verdade e se os postos estiverem corretos, então a tropa teria de ser comandada por este último, uma vez que o posto de alferes era da categoria de oficiais de campanha, superior, portanto, ao de sargento-mor, que pertencia à categoria dos oficiais inferiores. Ver documento denominado “Postos do Estado Maior e do Estado Efetivo portugués, em 1809”. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 886. Mapa estatístico.

Depois de todos os avanços portugueses e já entrado o mês de novembro, recém haviam começado os preparativos espanhóis de contra-ataque. A estratégia permanecia a mesma originalmente encetada pelo marquês de Sobremonte, qual seja, estabelecer em Serro Largo o quartel-general e o ponto de partida das operações hispano-platinas. É possível que dali pretendesse avançar sobre a cidadela de Rio Grande, mas se essa era sua intenção, demorou-se demasiado, permitindo que os portugueses aprestassem as defesas do Rio Grande e tomassem posições importantes na fronteira Sul.

Em todo caso, não se pode esquecer que Sobremonte viria a ser Vice-Rei do Rio da Prata, em substituição a Joaquin del Píno, ocasião em que não conseguiu defender Buenos Aires da invasão inglesa de 1805, fugindo para Corrientes.<sup>88</sup>

Naquelas pradarias abertas das campanhas uruguaias e sul-riograndense, existiam apenas dois tipos de operações militares realmente eficazes: o uso de pequenas forças rápidas volantes, com cavalhada de reserva; ou, a grande concentração de tropas, apoiada por artilharia e cavalaria pesada.<sup>89</sup> Talvez o marquês de Sobremonte estivesse pensando em adotar a segunda possibilidade e, dessa forma, recuperar de maneira mais segura as posições perdidas.

A essa altura, porém, ambos os lados já sabiam da paz há bastante tempo. Permanecia o conflito porque os luso-brasileiros esperavam expandir suas conquistas e saques e porque os hispano-platinos esperavam poder

<sup>88</sup> Nesse episódio, Sobremonte angariou para si a fama de covarde, que acompanha algumas de suas biografias posteriores.

<sup>89</sup> O segundo tipo, foi amplamente utilizado pelo comandante português Xavier Curado, em 1811, nas campanhas contra Artigas, porém, de maneira inefetiva, pois o inimigo não sofria grandes baixas, por se negar ao combate frontal.

revidar e ainda dar o troco aos inimigos. No final de novembro de 1801, com os passos do Jaguarão bem guardados pelos portugueses e os avanços ao Sul impossibilitados pela reforçada presença espanhola, em Serro Largo, a situação parecia chegar a um impasse.<sup>90</sup>

Assim, os luso-brasileiros deram a Sobremonte o aviso de terem ficado sabendo da Paz e o desejo do governador do Rio Grande, João Roscio de interromper as hostilidades. Curiosamente, Sobremonte acedeu a isso, determinando um cessar-fogo imediato, enquanto esperava por determinações superiores de Buenos Aires. Essas logo chegaram e foram no sentido de baixar as armas. Com isso, ambas as partes se davam por satisfeitas com os informes chegados da Europa.

Iniciava-se uma nova batalha, dessa vez diplomática, pela posse dos territórios conquistados por Portugal.

Conforme já foi citado, a 5 de junho de 1801 se assinou a Paz de Badajoz, entre os representantes das monarquias fidelíssima e católica, juntamente com o representante da república dos franceses. Ali ficou decidido o novo contorno da fronteira luso-hispânica na Europa, as indenizações que o reino luso deveria pagar às outras duas nações e a velha e delicada questão sobre o fechamento dos portos aos navios ingleses.

<sup>90</sup> "que aunque ya hacia dias que el virey de Buenos Ayres tenia noticia extrajudicial de la Paz y sabia tenerla igualmente los Portugueses, como viese que estos continuaban sus hostilidades, prosiguió él sus operaciones, y los obligó a evacuar el Pueblo de Cerro-largo, y à retirarse al otro lado del Arroyo Yaguaron; y que quando el Comandante Portugues empezó à alarmarse con los progresos de las tropas de S. M. pasó un oficio al Comandante español Marques de Sobremonte participandole hallarse con ordenes de su Gefe de cesar las hostilidades mediante la conclusion de la paz de Badajoz. Cotejadas las fechas de sus mismos oficios no queda duda al virey de Buenos Ayres de que los Gefes fronterizos portugueses tuvieron reservada esta noticia mientras les convino, y la participaron quando llegaron à temer acontecimientos menos felices, como de que el ataque y rendicion de Cerro largo y otras hostilidades las ejecutaron quando ya la tenian." . "Extracto hecho en el año de 1803. correspondiente à los asuntos de limites entre los dominios de España y Portugal en la America meridional". Archivo Historico Nacional (Madrid). Estado. Legajo 3410 (Caixa 1- Apartado 14 - n. 4).

Nada dizia, porém, no tocante à América do Sul, tampouco trazia a idéia de um *status quo ante bellum*, o que resolveria a questão, na medida em Portugal simplesmente teria de devolver as conquistas feitas. A tomada de Santa Tecla, Batovi e Missões Orientais, nessas circunstâncias não estavam asseguradas por qualquer tratado e permaneceriam assim, até que Brasil, Uruguai e Argentina decidissem resolver suas pendengas fronteiriças. Mas então, já não mais constavam Portugal e Espanha nesse cenário.

O Tratado de Badajoz, em face das circunstâncias desoladoras que se encontrava o reino de Portugal durante a Guerra das Laranjas, pareceu, no seu conjunto, bastante favorável e benevolente. Reforça isso, o alegado estado de furor que teria tomado Napoleão Bonaparte quando ficou sabendo dos termos do referido acordo.<sup>91</sup>

Parece que o negociador francês que participou dos ajustes de Badajoz, Luciano Bonaparte, irmão do primeiro cônsul dos franceses, teria recebido uma grande propina<sup>92</sup>, oferecida por Portugal, com a anuência do Príncipe da Paz, permitindo que fossem devolvidas todas as praças portuguesas tomadas, exceto a cidadela de Olivença, hoje incorporada ao território da Espanha.

Napoleão, apesar de tudo, não aceitou os acertos combinados. Ameaçou enviar mais tropas e submeter Portugal completamente. A corte de Madri, indignou-se com a pretensão de dispor mais tropas francesas em solo ibérico, pelo mesmo temor de sempre e não concordou com isso. Dessa maneira, até o final de setembro, a França

<sup>91</sup> "El cônsul monto em cólera contra su hermano y contra Godoy, amenazó con no ratificar el tratado y con enviar un ejército contra la nación portuguesa". GONZÁLEZ SANTOS (1994), p. 104.

<sup>92</sup> Aparentemente, as jóias e diamantes da princesa do Brasil, D. Carlota Joaquina. MARTÍNEZ (1992), p. 279, nota 124.

ainda não havia ratificado, oficialmente, o tratado de Badajoz, colocando em sério risco a sua validade<sup>93</sup>. A ratificação ocorreu somente a 29 de setembro de 1801, após uma longa negociação.<sup>94</sup>

Havia, porém, um outro agravante, pois aquele tratado não incluía as demais nações em guerra com a França e a Espanha. Somente o tratado de Amiens, de 27 de março de 1802, o qual, conforme alguns de seus ítems poderia ser argumento de anulação do tratado de Badajoz. Apenas no documento diplomático de Amiens, portanto, seria definido o verdadeiro encerramento da guerra de 1801.<sup>95</sup>

A essa altura das narrativas dos detalhes e das operações da guerra de 1801, cabe questionar sobre os motivos e o sentido que ela teve na América do Sul. Com especial atenção à tomada das Missões Orientais do Uruguai, fica a expectativa do porque mais imediato e até a indagação a respeito de forças mais *trancendentes* atuando nos eventos narrados.

<sup>93</sup> Arquivos Nacionais - Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 647. Folhas soltas. Correspondência do encarregado português, Cipriano Ribeiro Freire, em 1801, ao gabinete português, pela qual se demonstra, claramente, que o tratado de Badajoz necessitava ser ratificado pela França para que tivesse validade, e que todos esperavam fosse conseguido. Os espanhóis por que, segundo o Príncipe da Paz, queriam se ver livres das tropas francesas e portuguesas para não sofrerem novas ameaças.

<sup>94</sup> GONZÁLEZ SANTOS (1994), p. 105. Note-se o que diz um documento: "Pello referido Oficio de V. Ex.a fico na inteligencia de que o Governo de França não fora incluido do Tratado de paz celebrado com a Corte de Madrid, por não convir nas propozições, que da parte de S.A.R. se lhe fizerão, e que em consequencia, continua o estado de Guerra com aquella Nação, devendo eu tomar todas as precauções para se evitar algum ataque, que da sua parte se possa intentar contra esta Capitania, e acutelar, quanto seja possível, as hostilidades dos Corsarios e Armadores Franceses." Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Fundo Secretaria de Estado do Brasil. Código 69. Volume 11. Folhas 30. Correspondência de 3 de dezembro de 1801, entre o visconde de Anadia e D. Fernando José de Portugal.

<sup>95</sup> Arquivos Nacionais Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 924. Folhas soltas. Anexo a uma cópia do tratado de Badajoz existe um documento em inglês com título de "Memorandum", sem autor, mas em papel usual dos encarregados ingleses, em Lisboa, onde se especula sobre a provisoriamente deste tratado e sua nulidade, devido aos artigos que determinam essa mesma nulidade e sua vinculação ao Tratado com a França. Afirma, também, que o tratado de Amiens entre França e Inglaterra e Espanha e Holanda, então, anulou o tratado de Badajoz, por permitir a entrada de navios britânicos em portos portugueses.

Aqui se pode vislumbrar uma encruzilhada, na medida em que se pode tentar localizar motivações econômicas ou políticas e, dentre estas, motivações mais individuais, mais coletivas ou, ainda, de caráter mais universal e teleológico.

Uma saída mais rápida seria agarrar-se estritamente ao papel que as normativas e linhas gerais de geopolítica dos Estados colonialistas ibéricos tiveram nesse contexto. Na verdade, quem descartar esse elemento, no processo de construção dos espaços históricos platinos, estará perdendo um fator de análise poderoso e, ademais, legítimo e demonstrável. Mas a explicação toda não pode se resumir a isso, do contrário precisaríamos presumir que toda a vida colonial daquela região estaria atrelada a um padrão de pensamento ditado por alguma corte distante, total absurdo, portanto.

Uma olhada nas pessoas diretamente envolvidas, seja um olhar para o indivíduo, como um olhar para o grupo, enxergará gentes demasiado simples, cujo horizonte intelectual<sup>96</sup> era muito restrito. O que o futuro esperava daquela gente, não era nada promissor, ou seja, ser arreador, contrabandista e corambeiro; ser lavrador, em tempos nos quais isso deveria ser tarefa de escravos; ser criador empobrecido, numa época em que a pouca acumulação se dava no setor da agro-indústria saladeril; ou, finalmente, ser soldado e, ao menos, ter algumas migalhas de respeito em uma sociedade extremamente militarizada e marcada pela violência.

Dessa forma, para muitos, entrar numa peleia poderia ser equiparado à participação em um grande evento esportivo. Não há nenhum louvor aqui, pelo contrário

<sup>96</sup> Claro, levando em consideração do que seria “intelectualidade” à época e com uma inegável dose de eurocentrismo na afirmação.

deve haver muito pesar de que uma sociedade nasça sob os auspícios de Marte. Existe apenas a constatação de um sistema social, político e econômico que permitiu a brutalização do cotidiano e a banalização da vida. Uma série interminável de célebres caudilhos brutais, matadores, degoladores e genocidas infestaram o Prata ao longo de todo o século XIX, tornando-o pleno de revoluções, contra-revoluções e guerras, é a prova cabal disso.

Por outro lado, também seria muito tranquilo explicar os eventos de 1801 por esse certo *padrão cultural* e apelo social às artes da guerra. Vejamos o Maneco Pedroso que, ao contrário do Canto, preferiu os combates onde tinha absoluta vantagem numérica. Esse queria apenas o lucro mais absolutamente imediato. Quantos como ele não correram às Missões em busca do lendário tesouro dos jesuítas? E a possibilidade de arrear gados era preciosa demais para ser dispensada.

Mas além do saque e do lucro imediato, poderiam os luso-brasileiros, seja através de seus indivíduos, de grupos sócio-econômicos ou das autoridades, ter alguma motivação econômica de maior prazo, que justificasse as empreitadas feitas? Os documentos não apontam, com clareza, para essas questões, entretanto, se havia esse tipo de fator impulsionador, então, ele deve ser buscado com maior atenção em dois produtos: o gado muar e a erva-mate.

A erva-mate, denominação técnica *Ilex paraguaiensis*, era a beberragem não alcoólica mais profundamente difundida em todo o ambiente platino, e desde os primórdios da conquista e colonização ibérica nessas terras, já foi sendo adotada pelas populações brancas adventícias. A importância econômica real da erva-mate no primeiro desenvolvimento da economia das regiões pla-

tinas superiores - norte do Rio Grande do Sul, Paraná, Misiones, Corrientes, Paraguai e Mato Grosso do Sul, ainda está para ser melhor definida, mas seu papel de destaque é consenso entre os historiadores.<sup>97</sup>

Deve-se atentar para o fato de que, àquela época, os ervaateiros exerciam uma função meramente extrativa, que exigia grande conhecimento geográfico da região de extração da erva. Não existiam plantações organizadas e as árvores precisavam ser localizadas no meio do mato e ali ser feita a extração das folhas e ramos. Para esse procedimento, muitas vezes, eram requisitados índios, preferentemente tapes e reduzidos, para irem na frente, indicando a localização das árvores.

No Rio Grande, à entrada do século XIX, já se consumia muita erva-mate, que fazia uma grande volta para ali chegar. Dos ervais das Missões e do Paraguai, ia para Buenos Aires e Montevidéu de onde, via contrabando, chagava a Rio Grande e Rio Pardo. Não havia produção de erva-mate, em larga escala, em território sul-riograndense.

O gado muar, outra especialidade de criação dos jesuítas, além das considerações sobre ser um motivo ou não para a tomada das Missões, certamente foi fator preponderante na ocupação lusitana do norte do atual Estado do Rio Grande do Sul. Pela ação dos tropeiros de mulas e o conveniente econômico de cubrir suas necessi-

<sup>97</sup> "Not only did exports increase dramatically, but production in the Upper Plata also expanded into areas hitherto untouched by the trade. An instance of this growth was seen at Concepción, the small but important port high on the Río Paraguay that served as a focal point for yerba export. By 1804, more than sixty speculators at Concepción controlled approximately 4,000 yerba gatherers (*yerberos* or *yerbateros*). The Vice-roy considered these activities so important that, in the same year, he suggested that the consulado of Buenos Aires appoint a deputy for Concepción to regulate and report on the yerba trade. The appointment came two years later.". WHIGHAM (1991), p. 112. O Vice-Rei a que o texto se refere é o marquês de Sobremonte, que, então, já havia substituído Joaquín del Pino.

dades de abastecimento, se consolidaram inúmeros povoados urbanos ao longo dos caminhos de tropas.<sup>98</sup>

É apontada a existência de um forte comércio de contrabando entre o interior do rio da Prata e a capitania de São Paulo, que teria existido desde que se descobriram as ricas jazidas minerais de Minas Gerais. Ali era necessário um meio de transporte humano e de carga ao qual pequeno jegue<sup>99</sup> não era adequado. Esse tipo de tráfico ilícito de muares foi muito lucrativo durante todo o período colonial e se fazia por duas vias principais: pelas missões jesuíticas do Guaíra e, dali, para Curitiba e depois Sorocaba; ou, pelas missões jesuíticas orientais do Uruguai, depois seguindo trajeto semelhante até Sorocaba.

Na verdade, não há como negar o contrabando muar, uma vez que desde o século XVIII se realizavam, exatamente em Sorocaba feiras de muares que se tornaram célebres e persistem até os nossos dias. De fato, a importância do gado muar vindo do sul era tão grande que o governo colonial resolveu instalar um posto de cobrança de impostos junto à ponte do rio que tem o mesmo nome da cidade, para aquele sítio afluíam os compradores de Goiás, das Gerais e do Mato Grosso, bem como os tropeiros sulistas.

O Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná, contudo, tinham uma produção de gado muar tão escassa que mal dava para suprir suas próprias necessidades. As mulas tropereadas, assim, vinham dos ranchos dos colégios jesuíticos da região centro-norte da atual Argentina, tais como Córdoba, Santiago del Estero e Tucuman.

<sup>98</sup> "Divulgada a notícia dessas audaciosas aventuras, depressa afluíu para o novo caminho toda a comunicação que o comércio de muares, então em grande prosperidade, alimentava pela antiga estrada, que foi abandonada pelos tropeiros, visto que o trajeto pela região Missionária, sobre curtar enormemente a distância reunia ainda a vantagem de ser feito por terrenos mais favoráveis, quase todos de campo e sem o grande inconveniente de rios de nado.". OLIVEIRA (1990), p. 74.

<sup>99</sup> Jumento do nordeste do Brasil.

Trata-se de uma criação muito complexa, uma vez que a mula é um híbrido estéril do cruzamento de um asno macho com uma égua. é provável que as mulas destinadas ao Brasil viessem, em sua maioria de Córdoba e algumas outras das Missões Ocidentais do Uruguai. É certo que as criações de Santiago del Estero e Tucuman se dirigiam par Salta, de onde partiam para uma outra região mineradora, Potosi. Entretanto, haviam outros centros criatórios de mula, ainda mais próximos do território luso-brasileiro: Buenos Aires, Assunção e Santa Fé.<sup>100</sup>

Mesmo levando em conta a importância econômica do gado muar e da erva mate, não há possibilidade de estabelecer, com a documentação disponível um nexo mais preciso entre o acesso àqueles produtos e a tomada das Missões Orientais, em 1801. Apesar disso, a hipótese é muito interessante para ser simplesmente descartada.

Talvez a explicação do *malón* de 1801 resida não somente neste ou naquele argumento, mas no conjunto de expectativas individuais e coletivas que calavam fundo no espírito e nas necessidades dos homens e mulheres que se envolveram diretamente nos acontecimentos, as quais deviam ser as mais variadas e díspares, sem contudo, impedir que possamos efetuar uma aproximação histórica, no sentido de construir um quadro panorâmico e compreensível, a partir dos elementos de análise e interpretação que dispomos.

É certo, porém, que a guerra de 1801 teria consequências que ainda se arrastariam por toda a primeira metade do século em que começara.

<sup>100</sup> "Three other institutions that had extensive mule breeding enterprises were the Colleges of Buenos Aires (ranch of Areco), the College os Asunción (ranch of Paraquari), and the College of Santa Fe (ranch of Santo Tome). Of these three, the massive farm and ranch of Areco (with 42,500 head of cattle, 9,500 brood mares, and 4,700 mules in 1767) had the largest enterprise, folowed by Asunción and Santa Fe.". CUSHNER (1983), p. 56.



# III.

## *Eventos e contextos posteriores*

### *Jogo Diplomático*

Mal terminara a guerra, principiou a discussão diplomática. Essa batalha de ofícios e cartas, assumia diferentes matizes à medida que evoluía, sendo-lhe sempre agregados argumentos novos e reforçados os mais antigos. Não há exagero em afirmar que foram poucos os exercícios de atenção e paciência a exigir tanto dos diplomatas portugueses e espanhóis, quanto essa disputa pelos territórios conquistados na guerra de 1801. Foram, aproximadamente 24 anos de entabulações completamente estéreis, pois, ao final, nada ficou decidido.

As primeiras reclamações partiram do Cabildo de Montevidéu, na data de 15 de março de 1802, não mais

que três meses, portanto, de declarada a paz em terras sul-americanas.<sup>1</sup>

No dia 20 de março, o encarregado dos negócios estrangeiros espanhóis, D. Pedro Cevallos, solicitou de Félix de Azara, informações mais precisas sobre que territórios poderiam ter os portugueses se apossado na América do Sul. Azara respondeu, em tom indignado, como que numa amarga vingança, já que todas as desgraças que ele havia profetizado para aquelas regiões pareciam ter se concretizado.<sup>2</sup>

A discussão diplomática se efetiva somente em 5 de julho de 1802, quando, pela primeira vez, o gabinete português recebeu demandas oficiais, por parte do encarregado espanhol em Lisboa, Evaristo Perez de Castro.<sup>3</sup>

O encarregado português em Madri, Cipriano Ribeiro Freire, não deveria andar às cegas sobre um assunto que

<sup>1</sup> "La infeliz deplorable constucion à que ha quedado reducida la Campaña de esta Jurisdiccion con las Conquistas de la Nacion Lucitana confinante, y en que siempre tube vinculada su mayor riqueza y esplendor, con aumento del Estado, esta Ciudad y Puerto el mas interesante de toda la America Meridional como llave principal de tan basto Reyno, impelen a este Caivido à dirigir a la Magestad por el Superior conducto de V. Ex.a la adjunta sumisa representacion p.a q.e oyendo la Soberana piedad los tristes clamores de estos sus constantes fieles Vasallos empeñado todo el Poder de su Real Mano provea el remedio conveniente à mal tan grabe, y a sacarnos de la affliction que nos opprime y consterna.". "Exposición del Ayuntamiento de Montevideo". Archivo Histórico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 3410. Apartado 15.

<sup>2</sup> "Por otra parte, dudo que tratado de limites deba ser la base de mis reflexiones; por que parece, que el de 1777, que se me encargó demarcar, debió quedar y reputarse anulado y roto, con la declaración de la ultima Guerra; y no se si en la Paz actual se ha comprobado en el mismo, ó en otro, ni en que términos, pues no he visto el tratado de ella. [Parágrafo] Bien pudiera yo decir lo que entiendo sobre los medios de verificar la deseada demarcacion segun el citado tratado de 77; pero como preveo, segun el estado en que se dexé nuestras cosas, y las de los Portugueses en aquella America, que estos nos habran tomado en la ultima Guerra enormes extensiones de los mejores campos de Montevideo, grande parte ó todas nuestras Misiones Guaranis, y quizas las de Chiquitos y Moxos, è interceptado talvez nuestra comunicación por tierra de Buenos Ayres al Paraguay: recelo mucho que servirian de poco mis consideraciones, por que los Portugueses querrán conserbar lo adquirido sin hacer caso de un tratado roto: ellos que jamás le han hecho de los mas solemnes y positivos en sana Paz, y que ni siquiera han permitido establecer linea alguna divisoria desde el descubrimiento de la America.". Archivo Histórico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 3389. Pepeletes sem número. Está datado de 22 de marzo de 1802.

<sup>3</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 432. Duas folhas soltas.

prometia ser muito importante e complicado. Assim, em 18 de julho de 1802, lhe foi remetida correspondência que informava sobre as exigências espanholas, anexando, como de praxe, uma cópia do ofício de Perez de Castro daquele mesmo mês.<sup>4</sup> Essa correspondência demonstra claramente que se desconhecia, na Corte, a extensão das conquistas feitas na América do Sul, o que fica aparente quando o encarregado dos negócios estrangeiros portugueses, João de Almeida de Mello e Castro, diz estar aguardando maiores informações sobre a área e os eventos, apesar de dizer saber que as armas de Portugal tiveram sido muito *felizes* naquelas partes.

Depois de quase um mês de silêncio, a resposta portuguesa veio através de uma nota oficial, de 31 de julho de 1802, segundo a qual, o príncipe D. João, expressava seu interesse em retomar os paralisados trabalhos de demarcação de limites na América Meridional. Na data de 3 de agosto, Perez de Castro acusou o recebimento da nota, informando que a passaria para seu monarca, mas que, contudo, insistia uma vez mais nas demandas já feitas.

A situação portuguesa era por demais complicada, pois a derrota portuguesa pusera à mostra a debilidade de suas defesas militares. O momento não era propício para posições diplomáticas mais duras em oposição às exigências espanholas. Nesse contexto, desconhecendo a realidade da conquista e o verdadeiro ânimo dos súditos luso-brasileiros na porção meridional do Brasil, D. João, em ofício de 14 de agosto de 1802, tomou uma atitude apaziguadora: deveriam ser devolvidos aos espanhóis

<sup>4</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 598. Fls. 14 e 15.

todos os territórios ocupados na guerra de 1801, referindo-se, especialmente, às Missões Orientais do Uruguai.<sup>5</sup>

Entretanto, nesta mesma nota, o gabinete português incluía um novo fator de discussão, o qual viria a ser utilizado, repetidas vezes, como fator de truncamento das negociações. Trata-se de questão do *termo de Jurumenha*, decorrente de interpretações divergentes quanto à execução do tratado de Badajós.

Em 17 de agosto, sem conhecimento da nova disposição de D. João, acerca da devolução, Evaristo Perez de Castro fez nova insistência, na qual acrescentou uma breve descrição da conquista dos Sete Povos e área próxima. Em 19 daquele mês, se respondeu ao encarregado espanhol em Lisboa, com teor semelhante ao que havia sido contestado ao gabinete de Madri.

Na verdade, durante algum tempo o procedimento português, contrariando a praxe, foi o de enviar as respostas diretamente ao seu próprio encarregado, em Madri, para que fizesse o mesmo junto ao ministério espanhol. Dessa forma, o encarregado espanhol em Lisboa estava, geralmente, alguns dias atrasado, quanto às respostas dadas, fazendo papel de tolo quando reclamava por respostas que já haviam sido dadas e gerando pequenos transtornos para a ação diplomática espanhola.

Quando a corte espanhola entrou em contato com a nota portuguesa, que, ao mesmo tempo, acedia na devolução dos territórios conquistados e solicitava a correção

<sup>5</sup> Diz a nota: "comprehendidos nelle os Sete Povos das Missoens dos Indios". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 598. Fls 18 a 20. No mesmo documento: "Os constantes e exemplares principios de justiça, rectidão, e magnanimidade, que constantemente animão a S. A. RI o Príncipe Regente Nossa Senhor, e que dirigem as Suas tão respeitáveis como gloriósas Accções, sugerirão a S. <sup>a</sup> RI a Determinação de mandar restituir a S. Mage Catholica as Conquistas, que as Suas Armas fizerão do Territorio Espanhol na America durante esta ultima Campanha, ordenando o Mesmo Senhor que as cousas se restabelcessem no estado em que se achavão antes desteultimo e inesperado rompimento de Hostilidades."

da ocupação espanhola do território de Jurumenha, ela respondeu ao gabinete português em tom amigável, porém lacônico quanto às contra-demandas lusitanas.<sup>6</sup>

Em virtude da demora da corte de Lisboa em emitir as ordens solicitadas para evacuar a área conquistada na guerra, Perez de Castro insistiu nesse mesmo assunto, em correspondência datada 31 de agosto de 1802, mas, dessa vez, é incorporada nova demanda por parte de Madri: os portugueses além da devolução do território, deveriam pagar indenização pelos prejuízos causados. Também, falando em nome de Sua Majestade Católica, o encarregado espanhol afirmou que havia concordância em restabelecer os trabalhos de definição dos limites entre as duas nações na América do Sul.<sup>7</sup>

Nessa mesma correspondência, os espanhóis repetem a fórmula de recordar a alegada *má-fé histórica* de Portugal, no que se refere aos diferentes tratados e acordos de limites encetados com a coroa espanhola. Esse argumento foi bastante utilizado nas argumentações acerca dos tratados de Madri e Santo Ildefonso, bem como, as demarcações deles decorrentes. Essa fórmula, de uma maneira geral, recorre ao tratado inicial e costuma conter a expressão recorrente *desde Tordesilhas*, utilizan-

<sup>6</sup> "Mui S.or mio. Tengo el honor de presentar á V. E. mis respetos y decirle que acabo de recibir su nota de 19 des corriente participandome, en contextacion á otra mia de 17 del mismo mes, que desde que S. A. R.I fue informado de q.e sus tropas havian ocupado algunos Territorios en la America Espanola, durante la ultima guerra, se ha servido mandar expedir las ordenes correspondientes para que todos sean restituidos de modo que las cosas queden en el mismo ser y estado que tenian antes del rompimiento; y que se ha preventido aun antes del recivo de mi oficio de reclamacion, al Ministro de S. A. R.I en Madrid que lo comunique asi à S. M. Pondré en noticia de mi Corte esta participacion que recivo de V. E. y que seguramente ya havia llegado al conocimiento de S. M; y asi mismo todo lo demas que V. E. se sirve añadirme sobre los deseos de S. A. R.I el S.or Principe regente de que se cumpla reciprocamiente por S. M. todo lo ofrecido en el ultimo tratado relativamente a la restitucion de los territorios pertenecientes al Portugal, tratado que ha sido hasta aqui cumplido puntualmente por S. M. y que no dejara nunca de serlo.". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 432. Folha solta. Tem data de 21 de agosto de 1802.

<sup>7</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 432. Duas folhas soltas.

do a não observância daquele instrumento diplomático, como indício histórico incontestável de uma culpabilidade crônica lusitana em descumprir acordos.<sup>8</sup>

Posteriormente, em 10 de outubro de 1802, Perez de Castro voltou à carga, mas com novo tema. Dessa vez, a reclamação era feita acerca de uns territórios supostamente ocupados pelos portugueses, após a guerra de 1801, na região do Mato Grosso. Reclama com veemência que os luso-brasileiros, sob inspiração do governador do Mato Grosso, teriam feito um pacto com grupos indígenas, com a finalidade de hostilizar os espanhóis, principalmente em Vila Rica, citando um grupo de nativos em especial.<sup>9</sup>

Demonstrando, visivelmente, que o gabinete português não estava emitindo respostas oficiais às notas de Perez de Castro, este insistiu, em 15 de outubro de 1802, com nota de teor idêntico à de cinco dias antes. A embajada espanhola em Lisboa parecia determinada a manter uma pressão constante sobre a corte portuguesa. Isso pode ser atribuído a Pedro Cevallos, secretario de Estado, responsável dos Negócios Estrangeiros, pois sendo

<sup>8</sup> "S. M. el Rey mi Amo encuentra que el lenguage, de que usa ahora el Gabinete Portugués para contextar á esta reclamacion del Español, es el mismo que ha empleado desde el tratado de Tordesillas". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 432. Duas folhas soltas. Na carta, já mencionada, de Félix de Azara, se lê: "ellos que jamás le han hecho de los mas solemnes y positivos en sana Paz, y que ni siquiera han permitido establecer linea alguna divisoria desde el descubrimiento de la America". Archivo Histórico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 3389. Pepeletes sem número.

<sup>9</sup> "S. M. havido oficialmente informado, de que los Portugueses ademas de aumentar la fuerza del Fuerte de Coimbra, y de ocuparse en amurar y fortificar el establecimiento de Guachie, y otros puntos todos adquiridos por una injusta ocupacion, se estaban estableciendo en la parte superior del Rio Apa, esto es dentro de los dominios del Rei mi Amo mas de 30 leguas al S. desas ocupaciones clandestinas, y adelantando asi sus establecimientos desde el presidio de la Nueva Coimbra, el Guachie y otros parages, van acercandose á la poblacion de Villa Real, y estrechando su termino. Sabe tambien S. M. que los Portugueses en aquella frontera del Paraguay han ofrecido ultimamente á los Yndios infieles Mbayas sus aliados, armas y municiones para invadir el territorio de Villa Real, concitandoles efectivamente á hostilizar las posiciones y los vasallos de S. M.". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 432. Duas folhas soltas.

protegido do príncipe da Paz, estava defendendo os interesses de seu superior, na medida em que tentava tapar o enorme erro que se incorreu no tratado de Badajós, quando não foram incluídas cláusulas sobre eventuais alterações territoriais fora da Europa.

A reação portuguesa começou a se esboçar no princípio de novembro. No dia 3 daquele mês, o gabinete português, na pessoa de João e Almeida de Mello Castro, encaminhou diretrizes ao representante português em Madri, para que fossem repassadas ao gabinete espanhol, decisões duras acerca da questão de Jurumenha. Basicamente, Lisboa mandava a mensagem de que não admitia outra interpretação que não a sua própria, sobre a fronteira luso-hispânica pelas margens do rio Guadiana, acrescentando, confidencialmente, que a devolução dos territórios conquistados no sul do Brasil dependia da Espanha convir nessa reivindicação portuguesa.<sup>10</sup>

Em 20 de novembro, o representante espanhol em Lisboa entregou ao gabinete português novas demandas. Retornava à questão da falta de cumprimento de acordos desde Tordesilhas, retornando a questões abertas antes da guerra de 1801 e conduzidas pelos oficiais demarcadores. Reclamava da necessidade dos portugueses evacuarem posições como o forte Príncipe da Beira, forte de Nova Coimbra, forte de Santa Tecla e inúmeras outras.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> "o resultado desta negociação se faz tanto mais necessário quanto delle depende a devolução definitiva, q' S. A. RI. houver de tomar para a restituição efectiva das Conquistas, que as Suas Armas fizerão no Continente do Brasil, e não he outro o objecto da expedição deste Correio do Gabinete, mais que o de trasmittir a V. Sa esta comunicação confidencial, para que V. Sa., sem que haja de fazer por agora uso della nas suas conferencias, possa com tudo conhecer o motivo porque se deseja, q' esta discussão se encaminhe a um resultado, que habilite esta Corte a tomar huma determinação.". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 598. Fls. 36 a 38.

<sup>11</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Negócios Estrangeiros. Caixa 432. 5 folhas soltas.

Em 27 de dezembro de 1802, Mello e Castro enviou instruções ao representante encarregado português em Madri, pelas quais, deveria insistir em nova nomeação de comissários para que averiguassem os limites entre as Américas portuguesa e espanhola. Isso contrariava diretamente a proposta espanhola de se proceder diretamente a um tratado, pois a corte de Madri acreditava que ambas as monarquias possuíam dados suficientes para proceder arranjo de limites sem a intervenção de custosas e demoradas partidas demarcadoras.

A pendência diplomática entre as duas nações ainda não tinha dado nenhum passo efetivo para sua regularização, quando um outro fator agravante surgiu no cenário sul-americano: a posse das antigas estâncias dos Sete Povos das Missões.

O território das estâncias missionárias na porção oriental do rio Uruguai, conforme já anteriormente referido, representava uma vasta área situada entre o rio Ibicuí e as proximidades do rio Negro. Região das mais pródigas na presença de gado chimarrão e domesticado, devido à riqueza de suas pastagens, a qual ainda hoje se encontra entre as melhores do continente, era um dos principais objetos de interesse nas disputas entre hispano-platinos e luso-brasileiros.

A região era infestada por grupos de charruas que viviam, exatamente, da exploração extractiva daqueles gados. Isso, somado à quase inexistência de núcleos urbanos, mesmo que embrionários<sup>12</sup>, tornava aquela campanha extremamente difícil de patrulhar. Apenas ocasionalmente algumas partidas se dirigiam para aquelas

---

<sup>12</sup> A tentativa mais marcante de povoamento da área havia sido, justamente, a fundação de vila de Batovi, por Félix de Azara.

paragens e, em geral, com o objetivo de conseguir gado de município.

Em de março de 1803, os espanhóis decidiram enviar uma partida que teria o objetivo explícito de punir os infiéis<sup>13</sup> que andavam fazendo estripulias e pilhando fazendas. No sentido estritamente positivo do ponto de vista da alegada soberania espanhola essa deveria ser uma medida de policiamento territorial interno, sobre o qual não precisaria prestar contas a qualquer outra nação. Entretanto, no dia 17 daquele mesmo mês, D. Fernando José de Portugal, enviou correspondência ao Visconde de Anadia, informando que o Vice-Rei do Rio da Prata anunciava o envio de Tropa para perseguir os infiéis e solicitava a cooperação das forças portuguesas. D. Fernando José se mostrou desconfiado e cauteloso, temendo uma tentativa de retomada dos Sete Povos.<sup>14</sup>

Os receios portugueses, apesar das insistentes considerações em contrário vindas do rio da Prata, não eram de todo infundadas. Afinal, porque os espanhóis avisariam, com antecedência, sobre uma medida punitiva que, a princípio, somente a eles caberia deliberar? De fato, o ofício enviado por Joaquín del Pino, Vice-Rei do Rio da Prata, em 18 de fevereiro de 1803, tentava apaziguar os ânimos dos portugueses.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Forma com que eram denominados os charruas e os minuanos, por sua negativa em aderir à fé cristã, ao contrário dos guaranis.

<sup>14</sup> Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Código 69. Volume 13. Fls. 24 e 25.

<sup>15</sup> "Aunque las ordenes con que me hallo son conformes a las que V. S. tiene no se me ha excusado el disgusto de que con motivo de una salida de doscientos hombres con dos cañones de a 2 que dispuse para asujentar, y perseguir a los Yndios Ynfieldes Charruas, los malhechores que los dirigen y otros igualmente dedicados a cometer asesinatos y robos en las Estancias Españolas de la otra vanda de este Rio, se huyiese llegado a concibir por el Antecesor de V. S. D Francisco Juan Roscio que esta seu una Expedicion de gran fuerza, dirigida al pretexto del castigo de aquellos Ynfieldes y malhechores a ocupar algunos territorios de los tomados por las Tropas Portuguesas en la ultima Guerra. Y aun que el oficio que suponiendolo aun en ese Mando le pasé sobre el asunto en 10 del corriente y habrá V. S. recibido me parece suficiente a desvanecer aquellos recelos, dimanados sin duda de haver dado un indevido ascenso

O vice-rei del Pino, sobre os territórios ocupados na última guerra, declara a questão que os luso-brasileiros não deviam deixar em aberto, entretanto, era se esses mesmos *territórios ocupados* abrangiam ou não as antigas estâncias. Ora, como os charruas habitavam as serranias de Taquarembó e do Jarau, parecia óbvio que os espanhóis estavam mandando 200 homens e dois canhões de campanha para garantir a sua posse sobre aqueles terrenos.

Em 19 de julho de 1803, o gabinete português se dignou responder a mais uma insistência espanhola acerca da restituição dos terrenos ocupados durante a guerra. Naquela mesma data de julho, voltou a insistir sobre o mesmo tema o novo encarregado espanhol em Lisboa, conde del Campo de Alange. A resposta portuguesa permanece vaga, apontando para a devolução, mas reclamando sobre os territórios perdidos do termo de Jurumenha.<sup>16</sup>

Nova demanda foi agregada em ofício de 24 de julho de 1803. Tratava-se da solicitação de pagamento de indenização de embarcação apresada, conforme estava previsto no tratado de Badajós. Era o bergantim espanhol San Salvador, apresado em 14 de junho de 1801, a vinte e cinco léguas de Montevidéu. Se a data estiver correta, isso teria ocorrido um dia antes do então governador do Rio Grande, Roscio, ter recebido as primeiras

à especies forjadas por ociosos y Gentes vulgares, no excuso recordar a V. S. la conducta constantemente observada por la Nacion Española en estas materias, esperando se sirva dar ordenes para que se dediquen en las Fronteras de su mando al descubrimiento, persecucion y castigo de dichos Ynfieles y malhechores, que vayan à refugiarse à ellas como asi lo pedí en el citado Oficio.". Arquivo Histórico Ultramarino. "Rio Grande do Sul". Caixa 10. Doc. 23. No mesmo documento, em correspondência entre o governador do Rio Grande, Paulo José da Silva Gama para o Visconde de Anadia, se lê: "porem eu não deixo de estar sempre com toda a cautela naqueles vizinhos, e principalmente em quanto lhe vir conservar Tropa no Campo".

<sup>16</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa) Negócios Estrangeiros. Livro 598. Fls. 71.

notícias da guerra, segundo a maioria dos cronistas e da historiografia.<sup>17</sup>

Nova seqüência intensiva de reclamações espanholas seria verificada a partir de agosto de 1801, principiando pelo dia 2, quando Campo de Alange remeteu a Pedro Cevallos, explicação da situação das negociações com Portugal.<sup>18</sup>

O gabinete português recebeu explicação, já em 3 de agosto do mesmo ano, sobre a linha de ação adotada por seu próprio encarregado em Madri, acerca dos argumentos que oferecia para rebater a posição castelhana. As considerações de Cipriano Freire parecem ir no sentido de tergiversar, rebatendo, pontualmente, as questões levantadas pelos espanhóis, visto que a correspondência, já mencionada, de João de Mello Castro, de 3 de novembro de 1802, instigava Cipriano Freire a agir no sentido de alcançar sucesso na demanda portuguesa sobre a questão de Jurumenha, sem contudo, demonstrar abertamente que daquilo dependia a entrega das Missões e demais conquistas.<sup>19</sup>

17 Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 432. Folha solta.

18 "Dijome entonces que en efecto se havian mandado expedir las ordenes, pero que la contextacion ocurrida sobre el territorio de Jurumenha havia sido la causa de que aquellas se suspendieron. Reconvine le con la seguridad terminantemente contenida en su nota al Encargado de Negocios, de que S. A. R.I havia mandado restituir todos aquellos terrenos de modo que las cosas quedasen en el ser y estado que tenian antes de la ultima guerra, con lo que S. M. havia quedado tan persuadido de la expedicion de estas ordenes que sin los avisos que ha recibido posteriormente de su Virrey de Buenos-aires no huiviera podido desengañarse; y pensé en decirle que era obrar de mala fé el ofrecer una cosa y despues no cumplirla con un vano pretexto sin indicar siquiera la razón de la suspension de las ordenes, pero preferi usar de otra expresion menos fuerte y me contente con manifestarle, que semejante conducta era un proceder de poca franqueza, á lo que no me respondió una sola palabra.". Archivo Histórico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 3389. Papel isolado.

19 "Na ultima Conferencia que tive com este Ministro de Estado, antes de auzentar-se para S.to Ildefonso, fallou-me sobre a indecisão das Reclamações pendentes em Lisboa, e falta da entrega dos Territorios Hespanhóes na America ocupados pelas Forças Portuguezas, dizendo-me que da Nossa parte se começaram as hostilidades, e se tomáram os ditos Paizes e Povoaçãoens, depois de nos ser conhecida naquelle parte do Mundo a conclusão da Paz entre Hespanha e Portugal. Ao que respondi, que pelas Relaçoens dos Nossos Governadores, tinham sido indubitablemente os Hespanhóes

Pelo teor dessa informação, seria possível inferir que a corte de Lisboa criou toda uma estratégia de simular a devolução para ganhar tempo. Entretanto, os fatos posteriores apontam mais para uma decisão apressada de devolução que precisou ser, posteriormente, revista e contornada. É verdade que, apenas na esperança de breve solução, os espanhóis cessaram suas reclamações pelo largo período entre dezembro de 1802 e julho de 1803. Sua não concretização forçou os espanhóis a reabilitarem demandas ainda mais duras.

A partir daquele momento, não bastava mais a palavra lusitana de que as coisas seriam corrigidas de acordo com as solicitações espanholas, passou-se a exigir que cópias das ordens que fossem remetidas às autoridades coloniais no Brasil fossem também encaminhadas ao encarregado espanhol em Lisboa. A nova postura do gabinete de Madri objetiva evitar escusas que largassem sobre os ombros do vice-rei, dos capitães e dos governadores a culpa pela demora na execução de eventuais determinações da corte lisboeta.<sup>20</sup>

Nesse ínterim, Mello e Castro seria substituído, no gabinete português de negócios estrangeiros, pelo visconde de Balsemão, o mesmo octogenário que havia lidera-

---

os agressores, e os que haviam cometido as primeiras hostilidades, atacando formal e expressamente as Possessoens Portuguezas; e que tambem estava certo de que a Paz da Europa, entre Portugal e Hespanha, era então ignorada na America Portugueza, e particularmente dos Governadores daquellas Provincias ou Capitanias. O dito Ministro de Estado insistio em que as Relaçoens do Vice-Rey de Buenos Ayres provavam o contrário; e eu não cedi da minha asserçāo.". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. 647. Folha sob nº 294.

<sup>20</sup> "Mui Señor mio. He recibido la Carta de 29 de Julio p.o p.o en la que de R.I orden se sirva V. E. prevenirme, instruido del contenido de mia n.o 181, que insista sobre que se comuniquen por este Gobierno las ordenes para la pronta restitucion de los terrenos, puestos, y lugares que desde la ult.a guerra estan ocupando aun los Portugueses en la America Meridional; y sobre que se remitan à esa Corte copias autenticas por duplicado de las expresadas ordenes para que intimando con ellas nro Gobierno de Buenos-ayres à la respectiva autoridad portuguesa, se evite toda excusa en su cumplimiento: lo que executaré desde luego dando aviso à V. E.". Archivo Histórico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 3389. Papel isolado. Está datado de 6 de agosto de 1803.

do os portugueses na guerra das Laranjas. Ao assumir o posto tornou-se, propositadamente ou não, um grave estorvo às pretensões diplomáticas espanholas junto à corte de Lisboa. O motivo era muito simples: o visconde era demasiado idoso e vivia doente ou seriamente indisposto.

Essa situação se prolongaria por todo o final de 1803, temporada durante a qual, os espanhóis permaneceriam suas instâncias junto ao governo português para a devolução das Missões e demais terrenos conquistados. As *indisposições* de Balsemão e o respeito devido à sua avançada idade, acabaram sendo ferramentas eficazes nas mãos da diplomacia portuguesa para protelar os assuntos que já estavam ficando muito difíceis de explicar à nação vizinha.

“O Visconde de Balsemão tem a honra de offerecer os seus obsequiosos respeitos ao Exmo S.<sup>r</sup> Conde del Campo de Alange, Embaixador de S Mag<sup>e</sup> Catholica, e acusando a V. Ex.<sup>a</sup> a recepção das suas duas notas, que vem de lhe dirigir, ambas na data de hoje, deve dicer à V. Ex<sup>a</sup> que o estado actual da sua saude sumamente enfraquecida por huma indisposição que acaba de soffrer, lhe não permitte de responder immediatamente a ellas, mas o fará positivamente logo que a sua saude lho permita, e se offerece entre tanto a S. Ex.<sup>a</sup> para quanto possa ser do seu obsequio e serviço = Belem 23 de Septembro de 1803.”<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Archivo Histórico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 3389. Anexo ao Oficio 251.

O governo de Lisboa criou um outro artifício de proteção. O príncipe já havia empenhado sua palavra quanto à entrega dos territórios conquistados, porém, era uma determinação que não pretendia cumprir. Estabeleceu-se um triângulo de informações e contra-informações, apenas para espanhol ver, entre o próprio príncipe, o gabinete de negócios estrangeiros e o gabinete de marinha e ultramar. Dom João assegurava ter dado ordens explícitas para evacuação dos territórios demandados; o visconde de Balsemão dizia estar a par, mas que esse era um assunto para o encarregado da marinha para quem já havia expedido as reais ordens; o encarregado da marinha e ultramar afirmava não ter recebido as ordens diretamente do príncipe regente. Quando o encarregado espanhol percorria toda essa via sacra - de tempos em tempos obstruída pelas doenças do visconde - acabava no ponto onde começara, implorando ao príncipe o cumprimento das medidas prometidas.

A essa altura, principiava novamente todo o estressante ciclo, mas invertendo as posições, pois as medidas que o encarregado da marinha recebia do príncipe, não eram abonadas pelo gabinete de negócios estrangeiros, o qual alegava, nessa volta, não ter recebido conta das novidades decididas pelo príncipe, emperrando o processo.

Em correspondência interna com o seu governo, em Madri, o representante espanhol em Portugal precisou fazer um grande desabafo. Na verdade, já não sabia mais o que fazer para escapar da imensa teia de confusões, obstáculos e vai-e-vens na qual os portugueses o haviam enredado. Apesar de sua afirmação de permanecer pressionando e esse era seu ofício, já não parecia tão entusiasmado com a possibilidade de um resultado feliz para

aquela missão. Era 19 de fevereiro de 1804 e fazia mais de um ano que as Missões haviam sido tomadas.

“La indisposicion de este Secretario de Estado, Vizconde de Balsemão ha suspendido la eficacia de mis diligencias, pues no obstante á conseguir lo que tan justamente pide S.M. ni las repetidas palabras de S.A.R.<sup>1</sup> dadas à mi en persona, que no se verifican, ni las ordenes de S.A. á sus Ministros, que no se obedecen, ni mis repetidas instancias por escrito, que quedan sin contaxtacion, he querido estrechar nuevamente de palabra á este Ministro, y no he logrado verle, por que no está en estado de tratar de negocios, sin embargo de que no declarandose por excusado enteramente, no se le nombra sucesor interino, y asi hace mas de un mes que puede decirse que no hay con quien tratar, y que solo se da curso à los oficios ó notas de menor consideracion. Sin embargo me propongo volver á escrivir haciendo merito de tantas palabras no cumplidas, y de tantas dilaciones inconcebibles, si se procediese en este importante asunto con un asomo siquiera de regularidad por parte de este Gobierno.”<sup>22</sup>

Ministros que não obedecem, ministros muito doentes que não são substituídos, ordens que todos dizem conhecer, mas não chegam a lugar algum. Os espanhóis, ao que parece, se fartaram de insistir nessa linha de conduta mais amigável. Na verdade, as discussões diretas sobre a devolução das Missões praticamente desapareceram depois dessa mensagem. A diplomacia voltaria a ter debates aquecidos somente em novembro de 1804,

---

<sup>22</sup> Archivo Histórico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 3389. Papéis soltos.

quando uma pequena batalha extemporânea, da guerra das Laranjas, teve lugar entre luso-brasileiros e hispano-platinos nas planícies sul-americanas.

## *A pequena guerra do Jarau*

Na América do Sul, enquanto as autoridades coloniais aguardavam disposições claras das respectivas cortes sobre a posse dos territórios conquistados em 1801, uma nova questão começava a ganhar corpo. Ela dizia respeito à verdadeira extensão das conquistas<sup>23</sup> portuguesas.

O ponto indefinido era o território das antigas estâncias dos Sete Povos das Missões. Cada uma das partes assumia como de sua posse legítima aqueles terrenos e, consequentemente, suas riquezas em gado vacum. A mais abertamente disputada foi a região situada entre os rios Ibicuí e Quaraí, planície dominada pelo Serro do Jarau.

No dia 16 de outubro de 1804, o governador português dos Sete Povos, major José de Saldanha, redigiu uma portaria autorizando o alferes Francisco Barreto Pereira Pinto a sair com partida, rumo ao Sul do Ibicuí e fazer policiamento na área do Serro do Jarau.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Apesar de na correspondência interna espanhola aparecer freqüentemente a palavra *usurpaciones*, na diplomacia entre Buenos Aires e Porto Alegre/ Rio de Janeiro, a referência é sempre a *conquistas*.

<sup>24</sup> "Nº 1º. O Alferes de Dragoens Francisco Barreto Pinto Commandante dos mesmos, que se achão destacados nesta Fronteria, e do Districto de São Francisco de Borja passará com huma escolta competente ao outro lado do Ybicuý, e atue os Serros do Yaráo; recorrerá a Campanha afim de que se não estendão mais alem os Povoadores Portuguezes; E prenderá a minha ordem todos os vagabundos, de qual quer qualidade que forem, que achar empregados em Corridas de Gado, ou de outros animaes por aquellas imediaçoens, ou fazendo trato algum com os Charruas, e Minuanos, como tambem lhe recomendo toda a armonia, e atenção para qualquer Partida Espanholla que possa encontrar no dito sitio do Jaráo. = Povo de São Nicolão dezaceis de Outubro de mil oito centos e quatro. = Saldanha =". Arquivo Histórico Ultramarino. "Brasil - Limites". Caixa 3. Doc. 284.

A força comandada pelo alferes Pereira Pinto se pôs em marcha no dia 21 de outubro, tendo cruzado o Ibicuí naquele mesmo dia. No dia 24, acamparam às margens do Igarupá, após dois dias e meio de andanças. No dia seguinte, um dos bombeiros - que era índio tape - percebeu o galope de alguns cavalos e, curioso, foi verificar de que se tratava. Percebeu, então, cinco cavaleiros espanhóis e imediatamente retornou ao acampamento português para comunicar ao cabo João Nunes o que tinha visto.

Quando o alferes foi informado do fato, decidiu partir para maiores averiguações, acompanhado de dois soldados. Seguiram os espanhóis um tempo e quando viram aqueles entrando em um mato ou capão, mandou chamar o cabo Nunes e mais alguns homens para efetuarem a operação de arresto dos desconhecidos. O cabo João Guilherme ficara encarregado do acampamento português.

Cercaram apropriadamente o capão, quando o alferes determinou que o cabo entrasse no mato com alguns soldados. Eles conseguiram surpreender os espanhóis que se renderam imediatamente, tendo sido levados presos. Declararam ao alferes saberem da existência de uma partida espanhola de mais de cem homens a cerca de duas léguas dali.

No dia seguinte, 26 de outubro, portanto, encontraram-se as duas partidas armadas. Ambas as partes fizeram alto. O alferes mandou que o cabo e mais dois soldados fossem identificar o oficial espanhol em comando e lhe transmitissem as intenções não hostis dos portugueses, bem como, examinar da possibilidade de trocar portarias de determinações superiores e estabelecer a forma como se portariam as duas forças.

O cabo retornou com o aceite espanhol de que se encontrassem os comandantes das partidas. O oficial espanhol era o capitão de blandengues José Rondeau. É bem possível que o, então, pouco conhecido José Artigas integrasse aquela força. Encontraram-se, assim, Rondeau e Pereira Pinto, pactuando, entre outras coisas, que a nenhum soldado seria permitido sair de seu grupo e ir ter com o grupo do outro, por qualquer motivo, para evitar algum contratempo ou imprevisto.

Quando a noite caiu, encontraram-se, sorrateiramente, dois bombeiros, um hispano-platino e outro luso-brasileiro. É praticamente impossível determinar o que se passou exatamente entre os dois, mas seja lá o que for, pode ter tido uma séria influência sobre a atual configuração territorial do Rio Grande do Sul e da República do Uruguai. Embalado, fosse pelo álcool, fosse pela excitação do momento, ou por qualquer outro motivo, um dos batedores decidiu relatar ao outro que seu comandante planejava atacar, de surpresa, o acampamento adversário.

Imediatamente o bombeiro português aproximou-se do alferes para confidenciar-lhe a conversa que havia tido com o bombeiro espanhol. O alarme tomou conta do acampamento. Aquela noite poucos descansaram, a maioria permaneceu alerta, com as armas em prontidão. Apesar disso, o comandante português não acreditava que os espanhóis tivessem más intenções e não se fiou na palavra do seu batedor.

Quando raiou a manhã de 27 de outubro, no entanto, se pode ter a visão da partida espanhola muito próxima, em formação, com as armas preparadas. Para chegarem até aquele ponto precisariam ter marchado a noite inteira. Aquela altura, o alferes já passava a acreditar no que lhe fora dito. Determinou, nesse momento que

sua gente marchasse, também em formação de combate, ao encontro dos hispano-platinos, que já estavam demasiado próximos.

Fizeram alto as duas formações. Estavam postadas frente a frente forças militares com um longo histórico de rivalidades e desconfianças mútuas. O ar deveria estar denso com a tensão reinante. Nenhum dos dois grupos fazia menção de abandonar sua posição. Partiram, então, os dois comandantes para uma última confabulação e situaram entre as duas prováveis linhas de fogo, um pouco mais próximos da linha dos blandengues.

O cabo Nunes narrou breve descrição que o alferes havia feito daquela pequena tratativa:

“Diz tambem este Cabo que o Alferes dicera depois disto tudo, por que antes não teve tempo, que a converça que tivera com o Official Espanhol fôra comunicar-lhe a parte que lhe deu o Bombeiro, e o Espanhol lhe respondeu que o seu Bombeiro lhe tinha dito o mesmo do Bombeiro Portuguez; e o Alferes lhe respondeu que não havia tal; a isto disse o Espanhol que como ja estavão naquelle figura que des de logo se entregasse prezo com a sua gente toda, entregando-lhe as Armas, e quando não que os havia de prender a força de Armas, ou matallos, lhe respondeu o Alferes que obrace o que quizesse, e que lhe protestava os prejuizos que qual das Naçōens experimentacem que elle prezo se não entregava.”<sup>25</sup>

Nisso, os dois comandantes retornaram, a galope, para perto de suas tropas. Como Rondeau estava bem

---

<sup>25</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. “Brasil - Limites”. Caixa 3. Doc. 284.

mais próximo, já chegou ordenando uma carga de tiros sobre a formação portuguesa, a qual matou um miliciano da companhia de naturais – guarani missionário – e mais dois soldados.

Francisco Barreto Pereira Pinto não tinha condições de ordenar retirada, porque os cavalos dos luso-brasileiros estavam muito cansados e judiados pela longa marcha e falta de descanso. Em tais circunstâncias, seriam logo alcançados pelos espanhóis e sofreriam perdas ainda maiores.

Ordenou o alferes uma descarga imediata, para ver se intimidava os espanhóis e os demovia de avançar sobre a posição portuguesa. Não alcançando sucesso, determinou, sob a segunda descarga, que os seus comandados avançassem, antes que os espanhóis o fizessem. Entretanto, estes já haviam iniciado sua marcha para o combate mano-a-mano, talvez com idêntico propósito de demover os portugueses.

Vendo o choque iminente, Rondeau ordenou que os espanhóis recuassem para um mato próximo, apeassem os cavalos e entrassem no capão, para se aproveitarem da densa cobertura vegetal. Esse pequeno erro de avaliação permitiu que o alferes pudesse vislumbrar uma possibilidade fuga.

Reuniu Pereira Pinto um grupo de homens e fazendo fogo de cobertura constante sobre o mato, se aproximou da cavalaria espanhola, à beira do capão. Tarde perceberam os espanhóis a manobra portuguesa, iniciaram fogo de dentro do mato, matando um soldado que acompanhava Pereira Pinto na operação e depois saíram alguns espanhóis para tentar, em vão, defender os cavalos. Conseguiram apenas ferir o alferes.

Estando os luso-brasileiros de posse dos cavalos, o cabo Nunes assumiu o comando da operação, mandan-

do um grupo com o alferes numa rede, mais os trens da partida e os cinco espanhóis anteriormente presos para São Borja. Os demais permaneceram sitiando o mato.

Quando o cabo percebeu que o primeiro grupo e os trens estavam em segurança, deixou sua posição para acompanhá-los. Ficaram os espanhóis ali, praticamente sem cavalhada e impedidos de uma imediata perseguição aos portugueses.

O combate do Jarau, tão esquecido da historiografia, foi o último enfrentamento militar efetivo, entre portugueses e espanhóis, na América do Sul, após dois séculos de conflitos, inaugurados com as incursões bandeirantes sobre as reduções jesuíticas, no alvorecer do século XVII. A última guerra colonial sequer era conhecida pela História.

Muito mais importante, porém, foi o fato de que esse confronto ter aberto, com muita força, a série de negociações sobre a posse dos territórios situados entre os rios Ibicuí e Arapeí. Essa discussão só seria resolvida com os acordos de limites entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em 1851. Mesmo assim, permanece pendente para os uruguaios, ainda em nossos dias, a questão do Rincão de Artigas.

Em 12 de novembro de 1804, D. Bernardo Velasco escreveu para José de Saldanha, solicitando que indicasse onde ficariam estabelecidas as guardas e patrulhas portuguesas, para evitar semelhantes acontecimentos.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> "Me tem sido dezagradável em summo Gráo o encontro das Partidas Portugueza, e Espanholla, em os tempos que V.S.a me expressa em seu Oficio de seis do Corrente, e como não tenho conhecimento de Oficio da existencia em á comprehenção do meu Governo do Corpo de que depende dita Partida Espanholla; despacho a Buenos Ayres neste momento hum Correio em diligencia, comprego para o Ex.mo Snr. Vice Rey, incluindo Copia do atenciozo oficio de VSa e da que o acompanhou do Alferes de Dragoens Dom Francisco Barreto, para que inteirado, providencie o que achar justo, pedindo ao mesmo tempo a S. Ex.a me indique os Limites a que devão avançar-se as Partidas, ou Guardas, afim de poder com conhecimento tratar com VSa este ponto em os termos amigaveis, e de boa armonia, que deve Reinar entre as duas Potencias, ao mesmo tempo espero, que S. Ex.a terá a bem comunicar-me as ordens relativas à dita Tropa situada em territorio deste Governo.", Arquivo Histórico Ultramarino. "Brasil - Limites". Caixa 3. Doc. 284. É cópia sob nº 9.

A partir daí, iniciaram as dissensões de diplomacia marginal entre o vice-reino do rio da Prata e a governânci a do Rio Grande de São Pedro. A linha que os portugueses tinham em mente, lhes agregava todo o território das antigas estâncias das Missões e, para comprovar um suposto direito sobre essa área, o governador Paulo José da Silva Gama recolheu farto material nesse sentido. A posição do marquês de Sobremonte, vice-rei em Buenos Aires, porém contrariava completamente aquela demanda, reclamando uma linha divisória muito mais ao Norte, pela costa do rio Ibicuí.

Em meio aos documentos diplomáticos concernentes aos eventos o Jarau, foi localizado um informe acerca do destino final de Borges do Canto.

"Comfirmou-se ser certa a apreheñão do Capitão de Milicias Jozé Borges do Canto pelos Espanhoes, que tinhão sahido em Partida contra os Charruas, do Acamapmaneto do Tenente Coronel D.<sup>n</sup> Roque Moira, sitto nos Galhos dos Irápéyz, distante daqui mais de cem legoas, em frente ás extremidades Meridionais da Fronteira do Rio Grande. = A dita apreheñão foi feita na Costa dos referidos Irápéyz para a parte da Barra no Uruguaÿ, a igual distancia daqui, athe onde se rezolveu a seguir o mencionado Capitão, e a gente de Serviço, que o acompanhavão, contra as incinuações, e faculdade que eu lhe havia dado, as quaes só se limitavam athe as Cabeceiras do Jaraó, sete legoas ao Sul do Ybicuÿ, e a distancia de coiza de cincoenta legoas, deste Povo, porem somente vinte e duas do de S. Borja. = Não houve rezistencia alguma da parte dos nossos, que forão surpreendidos de dia, e no meio do Campo, es-

tando no maior descuido; intentarão escapar-se depois de cinco dias de Viagem, e com efeito sempre fugirão de noite para hum pequeno Capão, porem sendo cercados pelos Espanhôes os tornarão a prender, menos dois que de tal sorte se esconderão pelos vãos ôccos de humas raizes d'arvores, que os deixarão; e estes são os que vierão contar este facto.”<sup>27</sup>

Não se tem notícia de que Canto tenha chegado com vida a nenhuma localidade espanhola para ser julgado. É provável que os ressentimentos tenham falado mais alto e ele tenha sido executado, sumariamente, pelos hispano-platinos.

Em 18 de julho de 1806, a exemplo da longa tradição diplomática portuguesa nesse sentido<sup>28</sup>, foi firmado um acordo formal entre a governância do Rio Grande - em nome de monarquia -, e um importante cacique charrua que atendia por D. Gaspar. Percebe-se, claramente, a intenção de utilizar os charruas com fins militares ou, pelo menos, conquistar sua neutralidade em caso de conflito. O governador Paulo Gama fez todos os presentes e as altas autoridades do Rio Grande firmarem o dito pacto.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). “Brasil - Limites”. Caixa 3. Doc. 284.

<sup>28</sup> Estudos mais recentes apontam para a tendência portuguesa em estabelecer pactos de vassalagem com populações nativas, desde o princípio da expansão marítima, como forma de legitimar a autoridade lusitana.

<sup>29</sup> “Aos dezoito dias do mez de Julho de mil oito centos e seis nesta Villa de Porto Alegre, na Salla da Prezidencia deste Governo, onde se achava o III.mo e Ex.mo Snr. Governador desta Capitania, Paulo Józé da Silva Gama, acompanhado da principal nobreza desta Villa, Compareceu hum Cassique dos Povos Charruas, que havia no Sítio Chamado Vararaucay, ao Sul do Rio Ibicuy, perto da Guarda Portugueza Nhänduy, entao em idioma Guarani, que se fazia entender por meio do seu lingoa, ou Interprete Agostinho Martins, disse que elle se chamava D. Gaspar, que era chefe de um Toldo, ou Povo, que constava de cincuenta individuos d'armas; e entre todos (incluindo hum, e outro Sexo menores) cento e cincuenta pessoas, que vinha procurar a protecção do dito Snr. Governador para viver em páz e socego, no mesmo Sítio em que se achava, debaixo do amparo e abrigo da Nação Portugueza, com quem dejejava só ter amizade permitendo que nem a sua gente, nem suas mulheres, nem filhos, fossem jamais perseguidos ou deteriorados: O que sendo ouvido lhe respondeu o Ex.mo Snr. Governador, que em nome do Príncipe Regente Nosso Senhor, Nos-

As discussões sobre a posse dos terrenos ao Sul do Ibicuí se arrastaram até os primeiros meses de 1806<sup>30</sup>. Então um agente estranho surgiu, com força, no cenário platino: as tropas de Sua Majestade Britânica. Em junho de 1806 as forças britânicas invadiram a capital de vice-reino, Buenos Aires, tomando enorme tesouro espanhol ali guardado. O marquês de Sobremonte fugiu imediatamente para Córdoba, deixando a principal cidadela platina à sua própria sorte.

Esse foi o primeiro de uma série de eventos que interromperam e anularam qualquer utilidade em eventuais discussões diplomáticas entre espanhóis e portugueses acerca das fronteiras platinas.

Apesar de terem sido expulsos de Buenos Aires, os ingleses voltaram a atacar o Prata, desta vez Montevidéu, conquistando-a de assalto, no mês de fevereiro do ano de 1807. Em julho, as forças que ocupavam Montevidéu intentaram, uma vez mais, tomar Buenos Aires. Dessa vez a invasão foi um completo fracasso e o estuário do rio da Prata se viu livre da incômoda e preocupante presença militar britânica.

Aquele momento teria sido perfeito para o reanudamento das demandas espanholas sobre a devolução dos territórios conquistados pela guerra, seis anos

---

so Augusto Soberano, prometia a elle e a seus sobordinados toda proteção e amparo, e que sempre acharião na Nação Portugueza a melhor amizade, com tanto porém que elles nos correspondessem em todos os tempos com iguaes provas de boa fé e alliance, conservando-se em socego, e sem perturbarem e roubarem as Estancias, e estabelecimentos da Nação Hespanholla, em quanto com esta tivesse-mos páz, máz que em tempo de Guerra se onírião as Tropas Portuguezas, e serião obrigados a dar-lhes todo o genero de auxilio e Socorro; que praticando assim Ihes protestava que se algum Vasallo Portuguez leve-mente os Offendesse e insultasse, seria exemplar-mente punido. O que tudo sendo prometido pelo Mencionado Cassique D. Gaspar, mandou o dito Ex.mo Snr. Governador lavrar este Auto para que constasse deste ajuste e promessa Solemne, no qual não assignou o referido Cassique por ignorar o uso da escripta, e só sim a Signarão o mesmo Ex.mo Snr, e alguns Assistentes.". Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). "Rio Grande do Sul". Caixa 18. Doc. 40.

<sup>30</sup> Constam extratos dessas discussões, nos Anexos.

antes. Mas, uma vez mais, os ventos de Marte, na Europa, desassogariam as debilitadas nações ibéricas.

## *Bloqueios, invasões, fugas e revoluções*

O combate naval de Trafalgar, significou um desastre para as marinhas aliadas da França e da Espanha. Ocorrida em 21 de outubro de 1805, próxima ao cabo de Trafalgar, entre Cádiz e Gibraltar, envolveu 33 navios (18 franceses e 15 espanhóis) sob o comando do almirante francês Pierre de Villeneuve e 27 navios sob o comando do almirante inglês Horatio Nelson.

Os aliados franco-hispânicos perderam 20 navios e 14.000 homens, metade desse número em prisioneiros de guerra. Os ingleses perderam 1.500 homens. A vitória britânica garantiu a supremacia marítima daquela nação, em todo o mundo por cerca de um século depois.

O combate naval contribuiu para hipertrofiar a tendência que vinha sendo constituída por todo o século XVIII, ou seja, a supremacia continental européia francesa e a hegemonia marítima inglesa. Com isso, qualquer plano que Napoleão tivesse de fazer a Inglaterra se curvar aos seus interesses teria de ser realizado em outros cenários além dos campos de batalha. De fato, a opção napoleônica recaiu sobre o principal gerador de prestígio e poder da Grã-Bretanha: seu comércio internacional e sua formidável marinha mercante.

Ainda que não tivesse acesso aos mares, Bonaparte tinha cesso aos portos marítimos de quase toda a Europa. Bastava que pudesse efetivar seu poder de policiamento sobre as nações aliadas e sobre as nações neutras

do continente para lograr fazer um poderoso estrago na economia inglesa.

Nesse intuito, foi publicado o decreto de Berlin, em 21 de novembro de 1806<sup>31</sup>, pelo qual fechava o acesso de navios ingleses aos portos das nações aliadas e neutras em toda a Europa. Qualquer navio de bandeira neutra ou aliada que ousasse tocar as ilhas britânicas também teria seu acesso vedado á Europa continental. Quem desobedecesse, deveria sentir o peso do formidável exército internacional sob o comando de Bonaparte e seus generais.

O governo inglês, por sua vez, não ficaria impassível diante da medida do imperador dos franceses. Entre novembro e dezembro de 1807, por indicação do próprio soberano inglês, se fizeram valer *ordens de conselho*, segundo as quais, se estabelecia uma espécie de contra-bloqueio por parte dos ingleses. Agora os navios de qualquer nação que acatasse o bloqueio napoleônico seriam considerados presas de guerra e imediatamente tomados pela marinha de guerra e corsários associados à Grã-Bretanha.

Todas as nações neutras da Europa foram virtualmente lançadas ao torvelinho do conflito anglo-francês.

Para os portugueses, era como se o pesadelo diplomático imediatamente anterior à guerra das Laranjas tomasse vida mais uma vez. Dessa feita, contudo, qualquer decisão tomada poderia significar um grande desastre para aquela nação ibérica. Desde Trafalgar, utilizando como porta-vozes seus aliados em Madri, os franceses passaram a instar, repetidamente para que a corte de Lisboa fechasse seus portos para os ingleses. Após o de-

---

<sup>31</sup> Depois confirmado pelo decreto de Milão, de 17 de dezembro de 1807.

creto oficial de bloqueio, no final de 1806, as exigências passaram a se constituir em quase ultimatos.

Fechar os portos, no contexto político de então, significava ficar em oposição à Inglaterra. Isso tendia a ser tão nefasto como uma nova invasão franco-hispânica em terras de Portugal, pois poderia significar a interrupção de todo o comércio colonial lusitano, do qual dependia completamente a economia da metrópole.

A tentativa de se esconder sob a capa da neutralidade era inútil para o governo de Lisboa. Cedo ou tarde uma opção deveria ser feita. Em 1806, a Inglaterra procurou renovar um antigo projeto lusitano, recorrente em períodos de grave ameaça à independência e soberania do reino: a transferência da corte para o Brasil.<sup>32</sup>

A corte de Lisboa, contudo, tentava por todos os meios contornar a situação. Fazia promessas a todas as partes envolvidas, buscando retardar ou evitar o desastre iminente. Essa batalha diplomática em duas frentes pouco ou nada melhorou a situação portuguesa, pelo contrário, mais e mais Bonaparte se indignava com a postura lusitana. Mas quando chegaram notícias mais precisas sobre a invasão, D. João, decidiu aquiescer com as exigências francesas.<sup>33</sup>

Em 27 de outubro de 1807, em Fontainebleu, foi assinado o tratado, segundo o qual, Portugal seria invadido pelas forças unificadas de franceses e espanhóis e

<sup>32</sup> "Por instruções do seu Governo, Lord Rosslyn propunha-se defender Portugal do ataque francês que se esperava ou, não sendo a defesa possível, cobrir a retirada da Corte para o Brasil. Mas, entretanto, ou porque se julgou afastado o perigo de invasão, ou por outras razões, a esquadra inglesa recebeu instruções do seu Governo para abandonar Lisboa.". MARTÍNEZ (1992), p. 218.

<sup>33</sup> "Amedrontado com os rumores de invasão, D. João abandonou um tanto tarde sua política de adiar as decisões, com a qual procurava não desagravar a inimigos e aliados. O governo de Lisboa havia falhado na sua política muito claramente definida por Tobias Monteiro de "política bifronte". A 30 de outubro, um decreto de D. João exigia o sequestro dos bens dos ingleses residentes em Portugal e ordenava a prisão dos mesmos.". ALGRANTI (1987), p. 20.

seria dividido em três partes: uma ficaria com o rei da Etrúria, outra ficaria com o príncipe da Paz e uma terceira para mútuo usufruto dos conquistadores. Era o momento do desespero. Tentou-se comprar políticos e aplacar a ira de Napoleão com diamantes, em Paris. Apelou-se para o governo de Madri. Mas nada parecia barrar a marcha constante do general francês Junot rumo à fronteira hispano-portuguesa.

Não havia outra solução. Acatou-se a idéia britânica de transferir a corte para a América do Sul. Outra vez Espanha e França marchavam unidas para invadir Portugal. Os invasores chegaram rapidamente a Lisboa, porém, não encontraram mais que altos serviços e burocratas de baixo escalão. O centro administrativo do mundo lusitano estava rumando para o Rio de Janeiro. O que sobrara do exército havia rumado para o Norte, onde, na cidade do Porto, seria organizada a resistência com o desembarque de forças inglesas.

A aliança franco-espanhola pouco duraria, por seu turno. A sede napoleônica de poder estenderia seu olhar para a Espanha. Os incidentes de Aranjuez<sup>34</sup> foram o pretexto esperado para que o imperador francês forçasse a abdicação de toda a família real espanhola e colocasse no trono de Madri seu irmão<sup>35</sup>, José Bonaparte, sustentando pela presença maciça de tropas francesas. Logo se sentiu a violenta indignação popular. Em 1808, a Espanha se levantou em armas para expulsar o invasor.

<sup>34</sup> Quando o príncipe Fernando beneficiou-se de um motim de seus partidários, logrando a abdicação de Carlos IV em seu nome, assumindo o trono como Fernando VII. Naquele momento, a fúria popular concentrou-se na figura de Manuel Godoy, que precisou esconder-se.

<sup>35</sup> O corso simulou um convite, que era, na verdade, uma convocação, para que a família real espanhola fosse à Bayonne, na França, supostamente para resolver a questão de Aranjuez. Ali, forçou a abdicação, em seu próprio favor, de toda a casa real, incluindo Fernando VII. O próprio napoleão, então, abdicou em favor de seu irmão, José Bonaparte, como rei da Espanha.

A resistência antifrancesa na Espanha, de caráter popular, se organizou através de um sistema *juntas*, as quais diziam estar assumindo o governo local ou regional em nome do rei Fernando VII, preso na França. Essas juntas estavam, em tese, sujeitas às determinações de uma Junta Central Suprema, estabelecida em Aranjuez.

Apesar dos primeiros sucessos espanhóis, nessa que ficou conhecida como a guerra de Independência da Espanha, Napoleão Bonaparte, em pessoa, viria a coordenar as operações na península Ibérica, em 1809. Apesar do pouco tempo que permaneceu na península, os sucessos militares obtidos pelos franceses a partir de então lograram submeter, no sentido da guerra regular,<sup>36</sup> quase toda a Espanha, forçando a Junta Central a se deslocar para defensável cidade de Cádiz.

Nesse ínterim, as colônias espanholas na América começavam a vivenciar uma série crise de autoridade. Por um lado, o pacto colonial se rompera, e o comércio hispano-americano passou a ser suprido, mais regularmente, por ingleses, norte-americanos e luso-brasileiros. Por outro lado, a sujeição à uma Junta Suprema era duvidosa e contestada, especialmente quando os bourbonos espanhóis da família real eram prisioneiros dos franceses ou estavam ligados à corte lusitana.

Durante o sítio de Cádiz, a Junta Suprema se autoproclamou Conselho de Regência e deu início à elaboração de uma nova constituição para os espanhóis.

Essa medida não seria unanimemente aceita pelo mundo hispânico. De fato, em 25 de maio de 1810 os

<sup>36</sup> Essa ressalva é importante, porque a sujeição absoluta jamais existiu, principalmente porque a resistência ocorria mais na forma de boicotes, sabotagens e, sobretudo, a guerra de guerrilhas.

hispano-platino passaram a contestá-la abertamente e, em um ato revolucionário, foi constituído um *Cabildo Abierto*, composto de notáveis locais, em Buenos Aires, o qual proclamou uma junta governativa local, que assumiria o comando dos negócios platinos até o retorno do soberano Fernando VII.

O vice-reino do rio da Prata estava, desde os movimentos que culminaram com a expulsão dos ingleses de Buenos Aires e Montevidéu, entre 1805 e 1807, profundamente divididos em duas colorações políticas: os *criollos*, que buscavam uma maior autonomia, ainda que independência não fosse, ainda, pauta de discussão; e os realistas ou espanhóis<sup>37</sup>, que defendiam a mais absoluta submissão às determinações metropolitanas.

A revolução de maio de 1810, foi, essencialmente, um movimento *criollo* e autonomista. Sua efetivação, no entanto, aguçou muito mais a crise de autoridade vivida naquela região. A lógica era simples, se Buenos Aires contestou o Conselho de Regência por não acreditá-lo autorizado a agir como representante da autoridade monárquica, então, as províncias que compunham o vice-reino, podiam alegar o mesmo para contestar a autoridade portenha.

Tinha início, mais claramente a famosa dicotomia entre *civilização* e *barbárie*, no mundo platino. As cidades dos doutores e as campanhas dos caudilhos, no mundo platino, mergulhavam em um século de efervescência política e social. Os luso-brasileiros, agora, em suas rugas fronteiriças com os vizinhos meridionais passavam não a se preocupar com um inimigo único, mas com uma miríade de lideranças regionais, sempre ameaçadoras.

<sup>37</sup> Que não eram, necessariamente, europeus de nascimento, mas que defendiam a idéia da manutenção irrestrita do pacto colonial.

No processo de desagregação política do antigo vice-reino e, a partir de 1816, com a proclamação expressa de independência, das chamadas Províncias Unidas do Rio da Prata<sup>38</sup>, possibilitou o surgimento de dois grandes caudilhos uruguaios, que se tornariam os últimos a contestar a posse luso-brasileira sobre as antigas Missões Orientais do Uruguai.

Quanto à disputa diplomática, uma série de acasos fez com que, felizmente para Portugal, fosse interrompida por cerca de dez anos. A começar pela invasão de Buenos Aires (1805), seguida pela de Montevidéu (1806) e depois pela invasão de Portugal (1807). Em 1814, quando, finalmente, Fernando VII retornou triunfante à Espanha que o aguardava, encontrou o Prata em plena revolução, sem pretender acatar, em termos absolutos, sua autoridade. Pouco ou nenhum espaço havia sobrado, portanto, para discutir um assunto tão improvável quanto a devolução das Missões, de Santa Tecla e de Batovi.

## *Lenta e implacável desintegração*

Mesmo após as guerras guaranítica ou a expulsão dos jesuítas, em 1767, ou ainda, após a guerra de 1801 e a dominação portuguesa; incrivelmente, as estruturas sociais, culturais e políticas básicas dos guaranis-missioneiros permaneceram. Provavelmente, o amálgama principal que manteve a existência do modo de vida dos missioneiros, tenha sido a conservação do tipo peculiar de economia comunal daquelas populações.

<sup>38</sup> A independência formal das Províncias Unidas do Rio da Prata, núcleo da futura República Argentina, foi proclamada pelo Congresso de Tucuman, em 9 de julho de 1816.

Em 1805, o rei Carlos IV havia determinado, por cédula real, a extinção do sistema de comunidades nas missões espanholas. Preocupado com o que poderia suceder disso, D. Gonzalo Doblas sugeriu algumas formas de transição, a serem efetivadas nas Missões. Sugeria, por exemplo, que fosse estabelecido um fundo comum, de terras, gado e município, para a manutenção dos povos em tempos de crise ou necessidade, bem como, a repartição arbitrária dos terrenos particulares, para evitar a dispersão populacional.<sup>39</sup>

É interessante observar que, em 1829, quando do estabelecimento às margens do rio Uruguai, perto do rio Quaraí, dos guaranis missioneiros emigrados, que acompanhavam Fructuoso Rivera, eles mantiveram a tradição de conservar uma parte dos gados conduzidos numa forma de exploração comunal, separados por *pueblos* de origem.<sup>40</sup> Pese que, após décadas de exploração desordenada e espoliações diversas, pouco gado havia restado.<sup>41</sup>

Assim, é plausível inferir que durante todo o período da dominação portuguesa sobre os povos missioneiros, estes tenham mantido as estruturas essenciais de convivência e sobrevivência, construída conjuntamente com a atuação dos padres da Companhia de Jesus.

<sup>39</sup> "Los terrenos restantes de la espresada jurisdicción señalada a los pueblos, sería conveniente repartirlos gratuitamente a los Indios y españoles, que quieran dedicarse a cultivarlos, señalandoles aquellas porciones que cada uno pudiera labrar, con tal que estuvieran situadas dentro de los términos demarcados para sementeras, (y no para estancias), que a lo más deberían dilatarse dos o tres leguas, por la circunferencia de cada pueblo, para evitar que los naturales y españoles se dispersaran por los campos, como sucedería si se dejara a su arbitrio la elección del terreno que habían de ocupar". DOBLAS, p. 185 a 186.

<sup>40</sup> PADRÓN FAVRE (1996), p. 127 a 137.

<sup>41</sup> "Todas las familias q.e tengam sus ganaditos, caballos, etc. y con ellos puedan poblar una estanzuela o chacra a estas se les colocará a una distancia regular asta de 12 leguas de la población, teniendo entendido q.e por estas familias no será ocupado el rincón en q.e ya se allan en depósito los ganados de los pueblos". De Fructuoso Rivera para Barnabé Rivera, em 1929. *Apud* PADRÓN FAVRE (1996), p. 127.

O verdadeiro impacto que as constantes alterações políticas platinas, sobre as populações missioneiras, se deu no aspecto demográfico. O quadro seguinte, mostra o abalo demográfico representado pela Guerra Guaranítica na população dos povos orientais, levando em consideração que, a partir de 1757, as estatísticas passam a mostrar, também os orientais dispersos pelos *pueblos* ocidentais, como se vê.

Anos	1742	1752	1755	1756	1764	
					total	nos próprios povos
San Nicolás	2.506	4.511	5.031	416	3.925	3.925
San Luis Gonzaga	2.591	3.746	4.121	3.828	3.575	2.381
San Lorenzo	1.507	1.884	2.321	1.459	1.173	1.149
San Miguel Arcángel	5.125	7.047	6.460	1.035	2.726	2.679
San Juan Bautista	2.603	3.735	4.059	3.347	3.805	1.505
San Ángel	4.125	5.275	5.692	2.531	3.112	1.310
San Borja	3.511	3.487	3.018	1.668	2.893	2.738
Total	21.968	29.685	30.702	14.284	21.209	15.687

Fonte: Archivo General de la Nación (Montevideo). Colección Andrés Lamas. "Estadística de los Pueblos de las Misiones del Paraná y del Uruguay". Legajo 6.

O *total*, de 1764, leva em consideração as populações orientais dispersas entre os povos orientais e ocidentais.

Observe-se, em comparação, as estatísticas, que mantêm um padrão de crescimento, nos povos ocidentais, durante o mesmo período.

Ano	1742	1752	1755	1756	1764
Yapeyú	4.965	7.360	7.169	7.597	7.501
La Cruz	2.370	2.625	3.123	2.982	3.561
Total	7.335	9.985	10.292	10.579	11.062

Fonte: Archivo General de la Nación (Montevideo). Colección Andrés Lamas. "Estadística de los Pueblos de las Misiones del Paraná y del Uruguay". Legajo 6.

Posteriormente, com a expulsão definitiva dos jesuítas, o passou demográfico das Missões Orientais passou a minguar continuadamente, até ser reduzida a apenas cerca de 6 por cento do período de seu ápice, em 1755. Pelo quadro a seguir, poder-se-á perceber que, durante o período espanhol pós-jesuítico, a população missionária cresceu negativamente, à taxa média de 1,21% ao ano. Enquanto aquela mesma população, sob a dominação portuguesa, cresceu, também negativamente, à taxa de 5,36% ao ano.

Ano	Famílias	Indivíduos	Crescimento
1768	4.766	22.349	5,37%
1784	4.183	16.731	-25,13%
1794	3.968	15.421	-7,80%
1801	3.477	14.010	-9,14%
1814	1.614	6.395	-54,35%
1822	586	2.350	-63,25%
1827	467	1.874	-20,25%

Fonte: PORTO (1954), Quadro, entre as páginas 198 e 199. Note-se que o percentual de crescimento atribuído a 1768, refere-se ao total dos povos, incluindo os dispersos na Banda Ocidental. Caso se trate apenas dos residentes nos povos, o valor chegaria a improváveis 42,46%, sem ter como medir as migrações internas.

A taxa de decréscimo extremamente alta verificada no período entre 1814 e 1822, indica o grau de comprometimento da população missionária nas campanhas de José Gervasio Artigas (1816 a 1820). Não implicam, necessariamente, em morte populacional, mas nas consequentes migrações oriundas dos conflitos e no engajamento de guaranis em corpos militares de ambos os lados envolvidos.

Semelhante queda demográfica foi observada, ainda que com índices menores, na população dos 23 povos ocidentais e, da mesma forma, o pior período foi o das guerras artiguistas, quando paraguaios, correntinos e portenhos hostilizaram os guaranis-missioneiros ocidentais, que figuravam entre os principais pontos de arregimentação de tropas dos artiguistas e dos seus aliados.

Quando se instalou a Capitania do Rio Grande, em 1809, D. João determinou ao seu novo capitão-geral, D. Diogo de Souza, atenção especial para os povos indígenas em geral e missioneiros em particular.

“E cumprindo m.<sup>to</sup> ao Meu Serviço, que nada se altere a este Respeito em benefício dos Povos; Recomendo a vossa consideração, não só os Índios das duas Aldeias de S. Lourenço e de Nosa Sr.<sup>a</sup> dos Anjos, já formadas naquelle Governo, mas a redução, e união dos mais, que poderem estabelecerse; conservando lhes as terras, já distribuidas, e dando lhes, as que demais carecerem; uzando com elles dos meios de moderassão, e brandura, recomendados nos Cap.<sup>os</sup> 4<sup>º</sup> e 5<sup>º</sup> do d<sup>º</sup> Regim.<sup>to</sup> Geral: Observareis o mesmo com as sete Aldeias, ou Missoens Hispanholas, que se unirão ao mesmo Governo, em quanto nelle permane-

cerem. E porque sou Informado que o Cassique Gaspar com o Seu Povo veio amparar-se, e dedicar-se ao Meu Serviço na quelle Governo, lhe prestareis toda a protecção, e auxilio compativel com a sua fidelid.<sup>e</sup>, e com o zello, que mostrar pelo mesmo serviço.”<sup>42</sup>

A subsistência do modo de vida guarani-missionário se deu em aspectos como a manutenção da estrutura política de caciques *corregidores* e de *mayordomos*. Manifestou-se, também, na conservação, ainda que em momentos de exílio e crise, na permanência de bens comuns à manutenção de toda a comunidade. Porém, foi muito mais marcante na conservação de práticas religiosas herdadas dos padres inacianos.

Não pode ser subestimado o elo cultural representado por práticas religiosas extremas, tais como a representação *real* da paixão de Cristo, na qual o indivíduo escondido para representar o *Salvador* era surrado violentamente por membros de sua comunidade e, depois, crucificado, de fato. Aquela gente parecia pouco se importar com o que vestia ou comia, mas não podiam ficar sem suas alfaias, imagens e demais paramentos religiosos, tampouco sem seus rituais periódicos do calendário católico.

A longa agonia demográfica, significou apenas uma parte da tragédia missionária. Logo após a partida dos sacerdotes da Companhia de Jesus, outros elementos vieram suprir a falta de liderança, confiança e inspiração que jesuítas cumpriam: o álcool, a promiscuidade e o banditismo. Esses *vícios* foram justamente os argumentos encontrados por seus principais provocadores, os portugueses e os espanhóis, para justificar o porque de uma

<sup>42</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). “Rio Grande do Sul”. Caixa 19. Doc.27.

suposta inutilidade e insignificância daquela gente. Tal como os charruas que haviam ajudado a exterminar, os guaranis das missões eram indesejados e sua sina seria optar por uma entre duas soluções violentas: aculturação e sujeição humilde ou extermínio.

Sua última parada antes da dispersão completa, em San Borja del Yí, no atual Uruguai, uma voz ainda se levantaria para defendê-los. Justamente um indivíduo que tinha acompanhado Azara em suas andanças: José Artigas. Seu principal lugar-tenente era um guarani de São Borja, Andrés Guacurarí, que adotado pelo caudilho oriental, assumiu o sobrenome Artigas de seu protetor.

## *Artigas, Congresso de Viena e Rivera*

Após a Revolução de Maio, de Buenos Aires, as forças espanholas leais, na região platina, se concentraram na cidade fortificada de Montevidéu e no Alto Peru. Nos campos da Banda Oriental, a derrota dos espanhóis ocorreu no combate de Las Piedras, de 18 de maio de 1811<sup>43</sup>, batidos por forças *criollas* comandadas por um oficial, de 37 anos, que havia pertencido ao corpo de *blandengues de la frontera*, José Gervasio Artigas.

A presença artiguista logo se tornaria um grande incômodo para os interesses de Buenos Aires, principalmente por sua intransigente defesa do federalismo, contrário aos interesses centralizadores dos portenhos.

---

<sup>43</sup> Essa data é comemorada, atualmente, como o dia do exército uruguaio.

Outro elemento importante era o proclamado igualitarismo dos ideais artiguistas, segundo o qual, todos eram cidadãos, com plena igualdade jurídica e de oportunidades, pouco importando sua origem social ou étnica, pressupondo a necessidade de uma reforma agrária, permitindo o acesso dos cidadãos às riquezas da terra. Essa *novidade* do programa político de Artigas perturbou as elites agrárias de todo o Prata de do sul do Brasil.

Quanto aos luso-brasileiros, Artigas poderia ser um excelente pretexto para lubrificar as engrenagens do antigo projeto de dominação da Banda Oriental, acalentado e justificado desde a fundação de Colônia e sua conturbada existência em mãos lusitanas.

Foi sem muita hesitação, portanto, que D. João concordou com a solicitação de auxílio das autoridades hispanófilas de Montevidéu para interromper as atividades artiguistas na região. Agregue-se a isso o fato de ser precoce a manifestação de interesse do caudilho uruguai em retomar as Missões Orientais perdidas dez anos antes.

O governo português pôs em marcha um exército numeroso e bem armado, rumo à Banda Oriental. A partir de então, até o final definitivo das operações de Artigas, em 1820, aquele líder e seus seguidores seriam considerados foras-da-lei para o governo de D. João. Não se pode perder a perspectiva de que os portugueses defendiam, teoricamente, a manutenção do sistema colonial ibérico na América do Sul, uma vez que a Espanha, envolta na sua Guerra de Independência, não tinha a menor condição de intervir diretamente para evitar os processos autonomistas. Isso não significa que a corte do Rio de Janeiro não pensava em fruir vantagens territoriais dessa intervenção.

O jogo político platino tornou-se, a partir de 1810, extremamente complexo, através do surgimento de múltiplos interesses regionais e locais contraditórios entre si, claramente representados nas figuras dos caudilhos que empunhavam distintas bandeiras políticas, desde as ideológicas até as mais personalistas.

Essa pulverização e inconstância de interesses explica, por exemplo, porque se pôde em determinadas épocas, ver Artigas aliado aos buenairenses e, em outras, verem-se inimigos declarados. O mesmo tipo de fenômeno também ocorreu, com as lideranças caudilhescas das demais províncias platinas.

Desde a reaproximação com a Espanha, a partir da Guerra de Independência (1808, - 1814), a diplomacia portuguesa procurou atuar em duas frentes, bastante interdependentes, relativas aos interesses das monarquias ibéricas na América do Sul. Uma dizia respeito aos *direitos eventuais* da esposa de D. João, a princesa Carlota Joaquina; a outra, tratava da intervenção militar lusitana para sufocar, onde possível, os movimentos revolucionários nas colônias espanholas da América do Sul.

Sendo a parente mais próxima de Fernando VII ainda gozando de liberdade, Carlota Joaquina era candidata à sucessão daquela monarquia, em caso de extinção dos demais membros. Incentivada, a princípio, por D. João, D. Carlota iniciou um movimento em torno de si para garantir o reconhecimento de seus direitos eventuais ao trono, como também, para ser proclamada regente, em nome do seu irmão, nas colônias espanholas na América. Não de todo estéril ou ridículo, o movimento conseguiu adeptos e simpatizantes da Nova Espanha ao Rio da Prata.

As primeiras instâncias nesse sentido, dada a desorganização administrativa espanhola, foram feitas à Inglaterra.

"La premièré de ces deux Notes renferme les Trois Propositions suivantes. 1º Que les changemens politiques qui sont survenus à Buenos Ayres, donnent les plus grandes inquiétudes à Son Altesse Royale; qu'Elle ne peut les regarder que comme le commencement d'une Revolution qui pourra étendre les flammes jusqu'aux Territoires Limitrophes de S. A. R.: et que Son Altesse Royale se voit dans la nécessité absolue de prendre de promptes mesures pour arrêter le progrés du Mal dont Elle se voit ménacée. 2º Que, S.A.R. a crû qu'a cet effet il fallait se rendre Maître du Territoire qui s'étend de l'un Coté depuis la Frontière Brésilienne, jusqu'à la rive septentrionale du Rio de la Plata, et de l'autre jusqu'à la Rivière du Paraguay. 3º Que, comme mesure de précaution ultérieure, il est essentiel que Son Altesse Royale Madame la Princesse du Brésil, se charge de la Régence des Possessions Espagnoles, et que Sa Magesté sanctionne cette démarche de la part de S.A.R."<sup>44</sup>

Em outro documento.

"No N° 171 viu Sua Alteza Real o que V. Ex<sup>a</sup> refere sobre o que havia feito a respeito de diversas Negociaçõens particulares de que tem sido encarregado; e Sua Alteza Real foi servido aprovar a época que V. Ex<sup>a</sup> tomou

<sup>44</sup> Minuta de contestação de lord Strangford ao gabinete português, contém uma justificada desaprovação britânica a essas proposições de Portugal alegando, inclusive, exagero de temores. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Negócios Estrangeiros. Caixa 462. Folhas soltas amarradas entre si.

para tocar de novo sobre o Reconhecimento dos Direitos Eventuaes de Sua Alteza Real A Princeza Nossa Senhora, que talvez muito podessem ágora convir aos interesses de Sua Magestade Britannica, tanto para abrir os Portos da America Espanhola ao mais livre e geral Commercio, como para evitar os excessos em que provavelmente vão cahir as Cortes; o que certamente de modo algum convém aos interesses da Gram Bretanha.”<sup>45</sup>

Enquanto esses temas eram tratados com o encarregado no Rio de Janeiro e com o gabinete britânico, o governo português entrava em rota de colisão direta com o representante do Conselho de regência junto à corte carioca, o marques de Casa Irujo, relativamente aos assuntos de Montevidéu e da Banda Oriental.

Por um lado, o gabinete português defendia a intervenção direta das suas tropas naquela região para controlar os revolucionários e salvar o governo espanhol de Montevidéu. Casa Irujo não admitia semelhante hipótese, insistindo que o auxílio português era necessário sim, mas na forma de subsídios em dinheiro, armas, munições e demais necessidades dos montevideanos. Enquanto o tema era discutido, ficava cada vez mais desesperadora a manutenção de Montevidéu na órbita de fidelidade à Espanha. Entretanto, apesar do auxílio oferecido por Portugal, o vice-rei Xavier Elío, acantonado em Montevidéu com suas tropas realistas leais, sentia-se muito seguro em sua posição.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> Do conde de Linhares para Souza Coutinho, datada de 11 de fevereiro de 1811. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Negócios Estrangeiros. Livro 566. Fls. não numeradas.

<sup>46</sup> “Havendo-se demorado o Brig que vai com o Correio Marítimo a Lisbôa, e que devia ter sahido hoje para o seo destino; Ordennou-me S.A.R. o Principe Regente Nossa Senhor que participasse a V. Sa que acaba de chegar hum Bergantim do Rio Grande, com

Em 23 de julho de 1811, D. João fez marchar sobre a Banda Oriental o seu *Exército Pacificador*, comandado por D. Diogo de Souza, cuja função básica era a de acalmar os ânimos e buscar o fim das hostilidades entre a Junta de Buenos Aires e os realistas de Montevidéu. Inúmeras vezes o gabinete português afirmou para o representante inglês, lord Strangford e para o espanhol, Casa Irujo, que os domínios de Sua Majestade Católica Fernando VII não seriam prejudicados ou alterados com essa medida.<sup>47</sup>

À vista desse exército e na impossibilidade de batê-lo em campo aberto, o verdadeiro senhor da campanha oriental, Artigas, iniciou a migração de milhares de famílias e indivíduos para a margem oposta do rio Uruguai. O episódio ficou conhecido como o *Exodo del Pueblo*

---

Cartas do Governador e Capitão General daquella Capitania athe 9 de Março, e das quaes consta que no momento em que se dispunha a fazer avançar huma Columna de 1000 homens de excellente Tropa em soccorro do Governador Velasco contra Belgram, que se havia retirado até Santa Roza, donde facilmente poderia reunirse a Rocamore q' estava no porto de Itapuá diante de Candelaria, receberá huma Carta tão orgulhoza e desdenhoza do Vice-Rey Elio, sobre soccorro que hia a fazer marchar, que tomára a Rezolução de o suspender, tanto mais que o revoltavão os indiginos procedimtos que o Vice-Rey Elio estava praticando contra os Portuguezes que estavão em Montevideo, e contra todos os que estavão ao Serviço da nossa Corte, com ultimamente praticára com Guezzi, que havendo sido mandado por esta Corte á Buenos Ayres para conhecer os animos daquelle Povo, fóra prezo na occasião da sua volta a esta Corte. O Governo Espanhol não deve admirar-se destes successos continuando a empregar Homens cujo caracter he conhecido, qual Elio, Casa Yrujo Vco e V. Sa assim o deve ahí manifestar para que se conheça que a falta de Cordeal intelligencia, he a única Couza pela qual o Governo Espanhol deixa consolidar na America os principios Revolucionarios que a desolão.". Do conde de Linhares para D. Pedro de Souza e Holstein, datado de 7 de abril de 1811. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 599. Fls. 110.

<sup>47</sup> "Havendo S.A.R. o Príncipe Regente Nossa Senhor, mandado dirigir ao Vice-Rey Elio, e a junta de Buenos-Ayres Notas Oficiaes, em que lhes offerecia a Sua Mediação, para o fim de se efectuar huma completa Reconciliação, não somente entre os Povos habitantes daquelle Vice-Reynado, divididos em partidos, mas tambem entre o Governo de Buenos-Ayres, e a Regencia de Espanha, ordenou ao mesmo tempo S.A.R. ao Governador, e Capitão General da Capitania de São Pedro, D. Diogo de Souza, que entrasse com as Tropas, que tinha á sua disposição no Territorio Espanhol, Determinando-lhe que elle se houvesse de retirar, logo que o mesmo Vice-Rey, e a Junta de Buenos-Ayres lhe segurassem obrigando-se por hum Acto Solemne, que farião cesar sobre toda a Fronteira, desde a Costa do Mar ate Matto-Grosso, toda a sorte de hostilidades; e que entre todos conviessem no restabelecimento da mais perfeita harmonia". Do conde de Linhares para o conde de Palmela, datado de 11 de novembro de 1811. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Negócios Estrangeiros. Livro 599. Fls. 135 e 136.

*Oriental*, e provocou o deslocamento de uma multidão de cerca de 16 mil pessoas.

Parece que a medida portuguesa havia surtido efeito parcial, na medida em que a corte do Rio de Janeiro logrou estabelecer acordo com os revolucionários de Buenos Aires, tranqüilizando um pouco as fronteiras brasileiras. Com tal acordo, Buenos Aires dava as costas a Artigas, quem a partir de então passou a não confiar mais na suposta amizade portenha. O armistício foi firmado, em maio de 1812, por Nicolás Herrera, em nome da Junta de Buenos Aires e pelo tenente-coronel João Rademaker, em nome de Sua Alteza, o príncipe do Brasil.

“Artº 1. Cessarão imediatamente as Hostilidades entre as Tropas de S.A.R. o P.R de Portugal ou outros Corpos de Portuguezes Armados, e as tropas ou outros Corpos armados da dependencia do Ex.<sup>mo</sup> Governo Provisional destas Provincias e para este efeito se mandará com toda a diligencia possivel o Correspondente Aviso d'este ajuste e convenção aos Ex.<sup>mos</sup> Generaes em Chefe dos Respectivos Exercitos.

Artº 2. Se observará hum Armesticio illimitado entre os dois Exercitos e em caso de que por algumas circonstancias infelizes (que não se podem prever nem Deos permita aconteção) fósse necessário recorrer ás Armas ficão obrigados reciprocamente e em força deste Armesticio os Ex.<sup>mos</sup> Generaes dos Exercitos oppostos a passarem os respectivos avisos da rotura desta convenção trez mezes antes de poderem rompesse de novo as hostilidades, esperando mui sinceramente que esta clausula de pura cautela em nenhum tempo será necessaria.

Artº 3. Logo que os Ex.<sup>mos</sup> Generaes dos dois Exercitos tenhão recebido a noticia desta convenção darão ordens necessarias tanto para evitar toda a accão de Guerra como para retirar as tropas dos seus Comandos com a mayor brevidade possivel para os limites dos territorios de seus Estados respectivos, entendendose estes Iemites serem aquelles mesmos que se reconhecião como taes antes do Exercito Portugues principiar as suas marchas para o territorio Hespanhol em fé do que ficão inviolaveis ambos os territorios em quanto subsista esta convenção e de que será exactamente cumprido tudo q<sup>to</sup> nela se estipula assignamos este documento para que conste. B.<sup>s</sup> A.<sup>s</sup> 26 Mayo 1812. De ordem de V.E.<sup>xa</sup> o Superior Governo das Provincias Unidas do Rio da Prata Nicolas Herrera, João Rademaker.<sup>48</sup>

Com o armistício, D. João determinou que o Exército Pacificador retornasse ao Rio Grande, onde ficaria em permanente estado de alerta, já que não se confiava que os revolucionários fossem cumprir o que fôra pactuado. Imediatamente o governo provisório espanhol foi comunicado, bem como o governo britânico, para evitar qualquer mal-entendido ou mais reações adversas à presença luso-brasileira na Banda Oriental.<sup>49</sup>

O ambiente político das relações luso-platinas se acalmou por um curto período a partir de então. Pelo menos

<sup>48</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. "Nova Colónia do Sacramento". Caixa 11. Doc. 21.

<sup>49</sup> "... haja de fazer as devidas comunicacōens para que a Regencia de Hespanha seja instruída da resolução que S.A.R. se dignou tomar de fazer recolher ás Suas Fronteiras, em consequencia do Armistício ajustado com o actual Governo de Buenos Ayres, o Exercito Commandado pelo Governador, e Capitão General do Rio Grande D. Diogo de Souza, que o Mesmo Senhor havia mandado avançar no Territorio Hespanhol das Provincias do Rio da Prata a instancias do Capitão General Vigodet, e do Marques de Casa Yrujo, com o intuito tão somente do poder restabelecer nellas a Ordem e tranquilidade que infelizmente tem sido interrompidas pelos procedimentos revolucionarios, que se manifestarão em alguns dos seus habitantes.". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 599. Fls. 144 e 145.

até 1814, os informes tratam da evolução dos eventos revolucionários na América do Sul. Os realistas haviam sido parcialmente vitoriosos, pois puderam manter Montevidéu no Prata, apesar de terem sido derrotados no Paraguai, onde iniciava a ditadura do Dr. Francia, *el Supremo*, e nas províncias mais ligadas a Buenos Aires, tal como Corrientes, Santa Fé, Misiones, Entre Ríos. A situação no Alto Peru permanecia indefinida. Já no Peru, e Nova Granada, a maciça presença de forças realistas havia garantido a fidelidade à metrópole.

O ano 1814, por sinal, significou o tão esperado retorno de Fernando VII ao trono espanhol. A intransigência absolutista e colonialista daquele monarca viria a ser, na década de 1820, um dos motivos essenciais para as inúmeras revoluções independentistas na América hispânica.

Para o gabinete português, após a derrota e exílio de Napoleão Bonaparte, era o momento de se concentrar na questões que viriam a ser discutidas no grande Congresso de Viena, no qual as nações européias tentariam reorganizar a geopolítica daquele continente e até do mundo, depois de passado o vendaval napoleônico. Portugal tinha sua própria pauta de demandas e pontos a ser colocada nas mesas de negociação.

Nas instruções passadas pela regência do reino, em Lisboa, para o encarregado português no Congresso de Viena, ainda em junho de 1814, sugere-se propor à Espanha que os limites na América meridional corram por fenômenos naturais não duvidosos, citando, especificamente, os rios Amazonas e Uruguai.<sup>50</sup>

<sup>50</sup> “O Plano para este fim se reduz a ajustar-mos, e fixar-mos Limites os menos contenciosos, que são aquelles que a Natureza tem marcado: debaixo destes principios, nenhum outros serão mais vantajozos para as duas Naçoens, do que de hum lado de seus Dominios o Uruguay e do outro o Amazonas; e para facilitar a adopção deste Plano de Demarcação, Sua Alteza Real não terá duvida em compensar amplamente todo o

A regência do reino também propôs, ao mesmo encarregado, que se pudesse estabelecer o *status quo ante bellum*, retroativo á Guerra das Laranjas, sempre objetivando lograr a devolução da cidade Olivença, cedida à Espanha na mesma Guerra.<sup>51</sup>

Porém, havia o risco claro de que o estabelecimento do *status quo* levaria a corte de Madri a pleitear a devolução das Missões Orientais do Uruguai, sob os mesmo princípios que orientariam a devolução de Olivença. A regência busca munir o encarregado em Viena de uma série de argumentos que deveriam ser usados para evitar a devolução do que fôra conquistado na América do Sul.<sup>52</sup>

Reagiu imediatamente a corte do Rio de Janeiro. Os princípios propostos pela regência do reino de Lisboa deveriam ser completamente ignorados. Essa surpreen-

---

Territorio, que lhe for cedido da parte do Sul com os extensos Dominios, que posse no Norte de Amazonas. Outro sim O Mesmo Senhor, em conformidade das Suas Visitas de animar, e facilitar o Commercio Interior, não difficultará o ajustar a mutua liberdade de Navegação, não só dos Ríos Divizorios mas também de outros, que para elles dimanão pelos respectivos Dominios de ambas as Potencias.". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 47. Fls. 17 a 24.

51 "Nesta conformidade seria muito util o poder Negociar fora do Congresso hum Tratado Preliminar de novos Limites traçados em geral pouco mais ou menos, como abaixo se dirá, de huma maneira não definitiva, mas de sorte que se incluisse nella a restituição de Olivença, porque assim evitavamos o compromettimento de Cacheu e Bissáo. No cazo, que se não possa estipular logo esta preliminar Convenção, nem por isso se deve omitir, ou retardar a solicitação no Congresso do *in statu quo ante bellum* de 1801: porque ainda depois desta delcaração se pode fazer aquele ajuste em separado de maneira que nos possamos de alguma sorte salvar do referido compromettimento; e conservar a Integridade dos Dominios de Sua Alteza Real.". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 47. Fls. 17 a 24.

52 "Estabelecida a base do *in statu quo ante bellum* de 1801, he mui provavel, que os Plenipotenciarios Hespanhoes reclamem o Paiz das sette Missões; poderá então V. Exa impugnar-lhes esta pertenção energicamente allegando, que a restituição de Olivença he não só huma devida reparação da injusta Guerra, que a Hespanha nos fez em 1801, e da fatal invasão feita em Portugal no Anno de 1807, mas huma bem entendida gratificação dos efficazes auxilios, que lhe temos prestado assim na Guerra do Roussillon, como agora para a Independencia da sua Monarchia: e que pelo contrario o Paiz das Missões he huma legitima Conquista da Sua Alteza Real, e huma hypotheca / ainda não equivalente / das importantes Restituiçōens, que pelos Tratados de 1777, e 1801, a Corte de Madrid nos deve e até agora tem omitido fazer. Esta mesma Requisição dos Plenipotenciarios Hespanhoes poderá dar logar á V. Exa para tratar separadamente da Convenção preliminar acima referida.". Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 47. Fls. 17 a 24.

dente demonstração de desentendimento na direção dos assuntos estrangeiros durante o período do Congresso de Viena, aponta para a importância que a posse das Missões Orientais tinha adquirido aos olhos da corte e do próprio príncipe.<sup>53</sup>

Em instrução, no ano seguinte, a ordem era separar a aceitação de uma eventual devolução da praça de Olivença de qualquer demanda espanhola no sentido de ver restituídos os territórios das Missões Orientais. Portugal já os entendia como temas distintos na disputa diplomática corrente.<sup>54</sup>

O Congresso de Viena terminou sem ter dado uma solução definitiva às questões territoriais pendentes entre Portugal e Espanha.

A partir de 1815, a presença artiguista começou a fazer-se novamente poderosa na Banda Oriental e em toda a região platina. Os portenhos haviam tomado Montevidéu, derrotando as forças regalistas, apenas para serem batidos pelos artiguistas. O *jefe* dos orientais conseguira efetivar um intrincado sistema de alianças, a partir de um federalismo radical, e já controlava a Banda Oriental, Entre Ríos e Misiones, tinha pleno apoio do

<sup>53</sup> "Esta questão de Limites que deve ser objecto separado, por isso que he de outra importância, como V. Sa não declara de reconhecer, e para a qual Sua Alteza Real a seu tempo dará as Suas Reaes Ordens, não convem que se trate conjuntamente, nem que por agora V. Sa toque nella: e por este motivo cumpre desviar na Negociação da restituição de Olivença o princípio do *Status quo ante bellum* isto he o de 1792 como incompetentemente insinuarão os Governadores do Reino: por tanto sobre este objecto nada resta a accrescentar ao que se tem escrito a V. Sa ultimamente.". Do marques de Aguiar para D. José Luís de Souza, datada de 31 de outubro de 1814. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 600. Fls. 8.

<sup>54</sup> "V. Sa como sabe, deve reduzir a Negociação com o mesmo Cevallos em parte da a entender, a simples, e pura aceitação de Olivença com o Territorio, alem do Guadiana affastando a idéa da pertençao do Ministerio Hespanhol de se lhe restituir em reciprocidade o Paiz de Missões da Capitania de S. Pedro do Rio Grande. Negociações sobre este interessante objecto só pode ter lugar depois de se alcançar a tranquilidade neste Continente, regulando-se então entre os dous Estados os Limites que ficarão incertos e não finalizadas a diligencias para elles serem fixados em virtude do Tractado de 1777.". Do marques de Aguiar para D. José Luís de Souza, datada de 10 de outubro de 1815. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 600. Fls. 20

Paraguai, conseguiu impor um governo favorável em Corrientes e outro em Santa Fé e, mesmo a intransigente Buenos Aires, passara a admitir, ainda que a contragosto, a liderança de José Artigas.

Era o início do *Protectorado*, quando Artigas passou a denominar-se protetor dos povos livres. Pouco faltava para o seu sonho federalista tornar-se realidade. E, nesse pouco, estava incluída a retomada das Missões Orientais. O próprio mapa elaborado, à época, para mostrar a extensão do *Protectorado*, tem a metade ocidental do atual estado do Rio Grande do Sul, como terras a reclamar.

O governo português não fez vistas grossas ao *Protectorado* e suas intenções. Desde logo principiou a formação de um exército ainda mais numeroso e melhor equipado que o *pacificador*, de 1811, contando com tropas vindas da Europa. O pretexto para a invasão da Banda Oriental estava posto. Andrés Guacurarí y Artigas, o Andresito, arregimentava tropas para a retomada dos antigos Sete Povos Orientais. Na verdade, não foram poucos os guaranis que acompanharam as tropas artiguistas.

Nessa época, era comandante-geral das Missões Orientais portuguesas o general Francisco das Chagas Santos, o qual teve de fazer frente a uma série de investidas de Andresito, este vindo das Missões Ocidentais, do outro lado do Uruguai.<sup>55</sup>

Para eliminar a sementeira de soldados guaranis que representavam os povos missioneiros ocidentais, o governador do Rio Grande, marquês do Alegrete, mandou Chagas Santos e seus homens atacarem e destruírem as

---

<sup>55</sup> SILVEIRA (1909), p. 114 e 115.

Missões Ocidentais. A ordem foi cumprida e quinze reduções foram completamente reduzidas. Dos trinta originais, sobrariam apenas os povos que ficaram em território paraguaio.<sup>56</sup>

Andrés Artigas ainda intentou duas incursões às Missões Orientais, uma em 1818 e outra, em 1819. Nessa última teve suas forças desbaratadas e acabou ficando prisioneiro com mais alguns companheiros. Foi encaminhado ao Rio de Janeiro, local onde veio a falecer, por enfermidade, conforme foi alegado.<sup>57</sup> Escreveu uma última carta da prisão, pela qual buscava descobrir quem havia comprado a liberdade de seus companheiros e se alguém havia comprado a sua.<sup>58</sup>

Não foi possível identificar que graça era essa que havia sido concedida, mas, de qualquer maneira, é interessante observar a insistência do governo espanhol em interferir em tais questões.

Em 1817, D. José Artigas, havia sofrido uma grande derrota em Catalan, a qual decidiu a sorte da guerra. Em 1820, a saga artiguista na América do Sul se encerraria com a derrota final do caudilho uruguai no combate de Taquarembó. Artigas, sob a proteção do Dr. Francia, *el Supremo*, caudilho e líder dos paraguaios, exilou-se em Assunção, onde permaneceu até o fim de seus dias.

56 SILVEIRA (1909), p. 116 e 117.

57 SILVEIRA (1909), p. 119 e 120.

58 "Ilm.mo, e Exm.mo Snr. Consul de Hespanha. Diz André Artigas, q' sendo prisioneiro nos Dominios dos Sete Povos de Missoens, pela Tropa do Ilm.mo e Exm.mo Snr. Conde de Figueira, veio remitido a esta Corte com outros Prisioneiros; os quais, e o Sup.e sendo todos soltos: por húa Grasa especial de S. Magestáde: Forão os dimais Prisioneiros remetidos aos Portos mais próximos, de Montevideo, e Bones Aires, p.a seguirem livremente aos seos Paizes; e como ficássé o Sup.e nesta Corte do Rio de Janeiro p.a seguir com hum companheiro seu de nome Jozé Leão; pertendo o Sup.e q' V. Ex a lhe mande passár por Certidão dos Livros Competentes; se se pagou p.r cada hum daquelles que seguirão sua de rota, o presso e q.ta em q' cada hum foi arbitrado; e se o sup.e e seu companheiro foi contempládo na mesma dispéza, e a custa de quem forão remetidos p.a aquelle Paez = pr c...". Archivo Histórico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 3764<sub>(2)</sub>. "Varios - sin fecha"

Antes do derradeiro fim do *Protectorado* artiguista, entretanto, o general Lecor, comandante das forças luso-brasileiras que haviam invadido a Banda Oriental, com o objetivo de destruir a ameaça de Artigas, teriam firmado um tratado ou convênio com o governo de Montevidéu, em 1819, acerca dos limites entre a Banda Oriental e o Brasil.

Esse documento foi apontado por diversos historiadores brasileiros como o referendo diplomático que ainda faltava para a incorporação *oficial* das Missões Orientais ao domínio luso-brasileiro.

Apesar de ter sido muito especificamente procurado, não foi possível localizar cópia de tal tratado ou convênio nos diferentes arquivos consultados. Mesmo a esperança de que pudesse estar em Lisboa ou Madri foi frustrada. Mas, um outro documento interno português fez referência a isso.

"Elle se refere a huma nova Fronteira: e desse arranjoamento entre as duas Capitanias para o socego de ambos; remetto a V Ex<sup>a</sup> a copia da proposta do Cabildo de Montevidéu: faz-nos muita commodidade a linha que se aponta, e seria bom não se perder pelo Tratado projetado de limites."<sup>59</sup>

Os documentos dessa época geralmente indicam uma proposta de convênio e nunca um convênio firmado, apesar da clara boataria em torno do assunto. Pelo contrário, as respostas dadas à corte de Madri sobre esses eventos foram sempre categóricas.

<sup>59</sup> De Tomás Antonio de Villanova Portugal, para o encarregado no Congresso de Viena, conde de Palmela, em 5 de abril de 1819. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Livro 47. Fls. 131.

“A suspeita de Ajustes e Convenções Secretas he tão injuriosa quanto inattendivel, e impropria da mais leve discussão, Taes receios se terião talvez no Rio da Prata relativamente ás negociações pendentes com a Corte de Espanha: rumores vagos, meras desconfianças, ou receios, não merecem consideração bastante para se formarem logo queixas, e pertenções: se assim fosse, quantos motivos mais bem fundados não teria este Governo para as fazer, e proceder vigorosamente contra individuos que naquelle Praça tem dado as mais vehementes suspeitas de formarem Partidos, dirigidos e fomentados por pessoas que se deverião abster de os suscitar, e promover, se realmente estimassem a tranquilidade Publica, e a conservação da bôa ordem.”<sup>60</sup>

A invasão da Banda Oriental, ainda que fosse a pretexto de enfrentar um inimigo comum às duas coroas, como não podia ser diferente, abriu sério desentendimento diplomático entre Espanha e Portugal. O governo de Madri temia, conforme veio a se confirmar posteriormente, que os portugueses, uma vez tendo invadido a Banda Oriental, não mais abandonariam a área, completando, assim, o velho sonho de estabelecer-se na margem setentrional do Rio da Prata, alimentado desde a fundação de Colônia do Sacramento.<sup>61</sup>

O rei Fernando VII preparava, desde 1819, uma grande expedição para efetuar a retomada do rio da Prata. Ela contaria com vários navios de guerra e um nú-

<sup>60</sup> Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 440. Folha solta.

<sup>61</sup> Vários documentos relativos às discussões diplomáticas sobre a presença portuguesa na Banda Oriental constam como anexo a esse trabalho.

mero entre 20 mil homens, comandados por Murillo, homem de experiência anti-independentista na Venezuela.

A expedição preocupava tanto os platinos quanto os luso-brasileiros. A possibilidade de conflito com as forças portuguesas ocupantes de Montevidéu era clara. A Espanha vinha reivindicar seu direito sobre seus antigos domínios no Prata, entre eles estavam as antigas Missões Orientais do Uruguai, restava saber se seriam ou não reclamadas à força das armas.

Contudo, a própria armada que Fernando VII preparava para subjugar os insurgentes sul-americanos rebelou-se, dando início a mais um movimento liberal na Espanha. Esse fato impediu qualquer outra tentativa de reatar o antigo império colonial hispânico.<sup>62</sup> Ainda mais, abriu caminho para a onda de movimentos autonomistas que varreu a América Latina entre 1822 e 1824, durante a qual, uma a uma, as colônias espanholas se tornaram repúblicas independentes.

*"A todo esto hay que añadir que dichas tropas estaban destinadas a ser embarcadas en la flotilla que el gobierno de Fernando VII había comprado de los rusos y que, por su precario estado, no reunía las mínimas condiciones para emprender viaje, sino, más bien, era un gran riesgo salir, incluso, del puerto*

<sup>62</sup> Na região do rio da Prata, as notícias da expedição acirraram ainda mais os ânimos exaltados. Veja-se algumas estrofes de um poema composto na época: "Que ymporta que con Artigas / tengamos nuestras questiones / si para degollar godos / se unen nuestros corazones"; mais adiante "Si esta Expedicion viniera / nosotros ya la esperamos / con las tropas que tenemos / saldran bien escarmentados"; ou esta outra, "Los Barbaros Españoles / piensan que han de dominar / a los Valientes Americanos / y estos no se han de sujetar". Archivo Histórico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 3767. Apartado 1.

Así, cuando el 1º de enero, el teniente coronel Rafael del Riego, en Las Cabezas de San Juan, proclamó la Constitución de 1812, la tropa le apoya.”<sup>63</sup>

A partir de então, qualquer discussão acerca da posse legítima das Missões Orientais e demais territórios tomados durante a guerra de 1801 não teria qualquer sentido, sob a perspectiva das cortes ibéricas. Na América do Sul, entretanto, haveria ainda um último lance de contestação sobre o controle da região.

Com o encerramento das atividades de José Artigas e seu exílio no Paraguai, a maior parte das lideranças políticas e militares que o suportavam migrou para as Províncias Unidas. Um importante líder decidiu permanecer na Banda Oriental e colaborar com as forças luso-brasileiras: Fructuoso Rivera.<sup>64</sup>

Em 1821, a Banda Oriental foi incorporada ao império colonial português sob a denominação de Província Cisplatina, separada do Reino do Brasil. Dessa forma, a autonomia política do Brasil, em 1822, alterou pouco o panorama uruguai, na medida em que era território guarnecido por tropas, em sua maioria, fiéis a Lisboa.

O processo de reconhecimento da independência brasileira, a partir daquele ano, até 1825, quando Portugal admitiu e reconheceu o surgimento do Brasil, criava uma situação de indefinição com relação à Banda Oriental.

63 BRANCATO (1999), p. 74 e 75.

64 Essa atitude de Rivera, apesar de suas explicações posteriores, ficou muito mal vista nas demais lideranças uruguaias, principalmente com seu próprio comrade, Juan Antonio Lavalleja.

Quando as forças de Lecor, o barão de Laguna, partiram de Montevidéu, o recém-criado Império do Brasil pretendeu incorporar a Cisplatina aos seus domínios. Mas o mesmo vácuo de poder que poderia beneficiar, geopoliticamente, o Brasil, também foi visto como uma grande oportunidade pelo governo das Províncias Unidas e pelas lideranças orientais exiladas. Dessa forma, em 1825, forças orientais cruzaram o rio Uruguai<sup>65</sup>, próximo à embocadura do rio Negro e deram início ao movimento que visava expurgar a presença brasileira na Banda Oriental<sup>66</sup>. Um dos principais combates da guerra que surgia, foi a Batalha do Passo do Rosário<sup>67</sup>, em territórios que haviam sido tomados ainda na Guerra de 1801.

A guerra envolveu as Províncias Unidas<sup>68</sup> contra o Império do Brasil. Durou até 1828, quando se recorreu ao arbitramento internacional da Inglaterra. Lord Ponsonby, o árbitro escolhido, logo percebeu que seria impossível agradar a gregos e troianos e que qualquer lado que escolhesse, ao invés de solucionar o conflito, abriria caminho para mais confrontos. A opção, portanto, foi sugerir a criação de um Estado-tampão, um amortecedor de conflitos e tensões entre o Brasil e o que, futuramente, viria a ser a Argentina. O Acordo Preliminar de 1828 pôs fim à Guerra de Independência na Banda Oriental e fez nascer a República Oriental do Uruguai.

<sup>65</sup> Ficou consagrado como o desembarque dos *Treinta y tres orientales*, muito celebrado pela historiografia tradicional uruguaia, sendo considerado o princípio do movimento de independência daquele país.

<sup>66</sup> O objetivo era, de fato a expulsão dos brasileiros, pois ainda é cedo para se falar em independência. O certo é que a maioria dos envolvidos acreditava que conseguiram a autonomia da banda Oriental, dentro das Províncias Unidas do Rio da Prata.

<sup>67</sup> Poucos quilômetros a Leste da atual cidade de Rosário do Sul, no Rio Grande do Sul.

<sup>68</sup> Leia-se Buenos Aires, na medida em que várias províncias não tinham condições ou interesse em mobilizar forças para o conflito.

Logo que se iniciaram as hostilidades, Fructuoso Rivera abandonou seu colaboracionismo com o Brasil e aderiu às forças revolucionárias. Sua adesão, contudo, foi por um bom tempo unilateral, na medida que as demais lideranças não conseguiam esquecer sua defecção após a derrota final artiguista. Considerado um alto traidor, não lograva ser aceito entre aqueles que supunha serem seus companheiros de armas. Precisava realizar um grande e significativo ato, que, a um só tempo fizesse com que os uruguaios e suas lideranças voltassem a confiar nele e o tornasse quase indispensável à causa autonomista.

Rivera andava, à época, na região das Missões Ocidentais, onde teve uma boa acolhida e conseguiu reunir tropas. Voltou, então, seu olhar para a região onde teria a possibilidade de conduzir a suprema retaliação contra os brasileiros: as Missões Orientais.

Invadiu as Missões brasileiras em 1828, ocupando a região por alguns meses. Quando decidiu se retirar, foi acompanhado por milhares de guaranis-missioneiros, numa *barafunda de chinas, chalanas y campanas*<sup>69</sup>. Era o exílio definitivo de uma população inteira e um dos últimos capítulos da impressionante saga iniciada, ainda em fins do século XVI, pelos padres jesuítas e pelas populações indígenas reduzidas. As antigas Missões Orientais do Uruguai ficaram praticamente desertas.

Após terem cruzado o rio Quaraí, que acabou se confirmado como marco divisório entre Brasil e Uruguai, sob a inspiração de Rivera, os guaranis fundaram a *Colonia de Bella Unión* e o *Pueblo de Santa Rosa del*

---

<sup>69</sup> PADRÓN FAVRE (1996), p. 73.

*Cuareim*.<sup>70</sup> Depois, em outra transmigração, foram até as margens do rio Yy, onde fundaram *San Borja Del Yy*.<sup>71</sup>

Com a Paz de 1828, as Missões Orientais nunca voltaram a ser ameaçadas, permanecendo em poder do Brasil. A legitimidade da posse, contudo, ocorreu apenas com os Tratados de Limites de 1851,<sup>72</sup> entre o Brasil e o Uruguai. No caso da linha divisória entre Brasil e Argentina, a solução veio mais tarde, no final do século XIX, com o arbitramento norte-americano da Questão de Palmas<sup>73</sup>.

A região do atual Estado do Rio Grande do Sul, conhecida apenas por *Missões*, é uma das áreas de maior exploração agrícola e pecuária do país. Dali vem a maior parte de sua produção de Trigo e demais cereais. Em sua porção mais oriental, conhecida como o Planalto Médio, concentra-se uma grande produção de soja e cevada, e a herança colonial da produção de erva-mate. Os terrenos do Jarau, Santa tecla e Batovi, conhecidos como Fron-teira ou Campanha, tem, ainda hoje a tradição da pro- dução de gado de corte em grande escala.

<sup>70</sup> Idem, p. 101.

<sup>71</sup> Idem, p. 207.

<sup>72</sup> Para maiores informações sobre os tratados de 1851, ver SOUZA DOCCA (1939), GRUB (1951) e THÉVENET (1954).

<sup>73</sup> Sobre essa questão, ver HEINSFELD (1996) e ZEBALLOS (1894).

# *Considerações finais*

O *Malón* de 1801 não foi um evento isolado nas relações luso-hispânicas e brasileiro-platinas. Fez, com certeza, parte de um sistema geopolítico que definiu as ações relacionadas àquele evento, mas apenas em sua motivação mais primária. Pois, por outro lado e sem constituir um paradoxo, tampouco o *Malón* fez parte de um projeto específico no sentido de estabelecer a conquista das Missões pelos portugueses e com suas operações políticas e militares específicas.

É certo que as fontes não revelam o interesse específico do governo português nas Missões Orientais ou na campanha sul-riograndense. Entretanto, poder-se-ia questionar se, de fato, alguma fonte iria se referir tão abertamente a um assunto tão delicado, mas ainda nesse caso, a resposta pode ser afirmativa. Os documentos internos trocados entre as secretarias de Estado das nações envolvidas poderiam, sem problema fazer alguma referência, caso existisse um projeto geopolítico tão específico.

Ainda restaria a forte impressão causada pela persistência portuguesa em manter Colônia do Sacramento, apesar das imensas dificuldades e o idêntico esforço espanhol para se ver livre de um enclave português no

rio da Prata. É possível que a imagem das inúmeras lutas pela posse de Colônia, tenha criado tal impacto na historiografia a ponto de levar muitos à crença de um grande e centenário projeto geopolítico português de conquista da margem esquerda dos rios Uruguai e da Prata. Esse plano teria sido coroado com a anexação da província Cisplatina, às vésperas da independência do Brasil.

Tal projeto, dedutivamente posto, não pode ser empiricamente demonstrado. Por outro lado, talvez a explicação de tais acontecimentos, seja um pouco mais simples e, portanto, sem muitos atrativos de explicação histórica, dada a sua obviedade. Ou seja, é muito provável que o *Malón* e demais fenômenos históricos relacionados ou assemelhados sejam fruto da própria lógica da expansão colonialista e imperialista.

Além disso, existe uma outra imposição, ainda mais simples e óbvia, representada por obstáculos e facilidades que o próprio relevo geográfico e as condições políticas e militares das áreas fronteiriças ofereciam. No caso específico desse estudo, “a ocasião fez o ladrão”.

Do contrário, caso existisse um plano prévio e claro seria muito improvável que D. João, logo ao saber das primeiras reclamações espanholas sobre a devolução dos territórios conquistados, não tivesse, tão prontamente, oferecido a restituição pura e simples. Tampouco teria oferecido, posteriormente, restituir sob a condição de a Espanha devolver os terrenos disputados na região de Jurumenha, os quais não representavam sequer um por cento da área que havia sido tomada na América do Sul.

A influência que as conjunturas platinas precedentes tiveram nos eventos de 1801 e suas decorrências residiu, basicamente, na construção de um modelo geopo-

lítico expansionista e imperialista por parte das nações ibéricas<sup>1</sup>. A tradição ibérica foi precoce nesse sentido, desde os primórdios, em Astúrias, a idéia fixa dos reinos cristão ibéricos era a expansão. Quando na Europa não foi mais possível expandir, por já se ter chegado aos Algarves e, posteriormente, com a queda do reino de Granada, então passaram-se à África e à América.

Essa é uma lógica altamente voraz. Onde existe uma oportunidade de conquista, ela é aproveitada. Onde existe uma chance de anexação, ela não é desperdiçada.

Na América do Sul, essa voracidade levou ao conflito, quando as duas frentes de expansão se defrontaram e o conflito foi alimentado pela dificuldade de definição de uma fronteira clara e pelo incentivo à rivalidade e à desconfiança mútua.

A percepção desses fenômenos exclusivamente à luz das políticas de Estado não é possível. Inclusive porque os agentes que, efetivamente, participaram dos eventos eram pessoas apenas tangencialmente ligadas àquelas mesmas políticas de Estado. Eram soldados de tropas de linha ou milicianos, de uma área colonial periférica e sem grande interesses econômicos, à margem, portanto, do que deveria ser prioridade. O Rio Grande só interessava como barreira militar e populacional ao avanço espanhol sobre o que realmente interessava: as capitâncias centrais e a área de produção do Nordeste brasileiro.

Mesmo a motivação mais imediata daqueles indivíduos, parece mais simples do que poderia parecer: a esperança de recompensa pecuniária imediata ou o sim-

---

<sup>1</sup> Geralmente, apenas Portugal é apontado como expansionista, mas isso representa uma clara falta de perspectiva e visão de conjunto, na medida em que a Espanha sempre manteve o mesmo tipo de postura, sempre buscando a reincorporação de seu antigo condado portucalense por mais de seis séculos.

bles prestígio, se bem que ambos podem andar concorrentemente.

Ainda que seja possível identificar a grande importância econômica da erva-mate e do gado muar isso, por si só, não justificaria a decisão, por quem quer que primeiro a tenha tomado, de invasão das Missões Orientais e demais setores espanhóis. Assim como a grande riqueza do gado vacum, pura e simplesmente, não serve para explicar a intransigente postura espanhola de defender Cerro Largo, em detrimento dos demais setores. Existem aí motivações individuais que estão intimamente relacionadas à origem sócio-econômica<sup>2</sup> de seus agentes e àqueles interesses em benesses oficiais, prestígio ou bens.

Muitas foram as “memórias” que surgiram depois de 1801. Em geral, com franca louvação aos seus respectivos autores ou aos seus preferidos. Todas buscavam mostrar às autoridades um desusado amor a um soberano que jamais haviam visto e que vivia a milhares de quilômetros dali, mas, pelo menos, poderiam servir para que se ganhasse uma sesmaria ou para que se galgasse alguns postos na carreira.

Porque atacar as Missões, então? Por dois motivos básicos: a postura geopolítica, como a tela de fundo. Os interesses e oportunidades pessoais e imediatos, como os elementos visíveis da pintura. Ambos convergindo para que, a partir de uma motivação tão alheia à América do Sul como poderiam ser as guerras napoleônicas, fosse possível a concretização do *Malón*. Não foi um mero acaso, mas tampouco foi resultado de uma grande maquiagem histórica, situando-se na tênue e opaca linha das propensões.

---

<sup>2</sup> Teriam ousado tanto Canto, Pedroso, Almeida e seus homens caso não fossem gente acostumada à vida conturbada das arreadas, correrias e contrabandos?

Após a Guerra das Laranjas, o governo de Madri moveu incansável campanha diplomática no intuito de recuperar o território perdido, mas encontrou, por seu turno, a esquiva, também incansável, da diplomacia portuguesa. Uma sucessão de eventos fortuitos, quais sejam, a pequena guerra do Jarau, em 1804, as invasões de Buenos Aires e Montevidéu, em 1805 e 1806, a invasão de Portugal, em 1807, a Guerra de Independência da Espanha, em 1808, a Revolução de Maio de Buenos Aires, em 1810, as campanhas artiguistas, em 1811, o *Protectorado*, de 1814 a 1820, a Revolução Liberal na Espanha, em 1820 e o reconhecimento das independências sul-americanas, entre 1824 e 1826, impediu a continuidade do pleito diplomático, exceto no tempo das discussões do Congresso de Viena.

Nesse quadro, parece que o acaso motivou a interrupção das negociações e permitiu que Portugal e, depois, o Brasil garantissem a posse sobre a área conquistada em 1801. Entretanto, se a discussão teve de ser abortada na Espanha, seus supostos herdeiros sul-americanos mantiveram acesa a questão, com Artigas e Andresito, com Rivera e, até, com Estanislau Zeballos e a questão de Palmas, há pouco mais de um século.

Contudo, parece que os historiadores herdaram mais definitivamente essas questões. Os eventos de 1801 foram motivos de incontáveis parágrafos e capítulos de livros, muitas vezes com um tom nacionalista e épico. Não apenas serviu a guerra de 1801 para alterar a língua que falam, atualmente, as populações que vivem nas áreas afetadas, como também, infelizmente, para alimentar a rivalidade e xenofobia entre vizinhos.



# *Bibliografia*

ABADIE AICARDI, Anibal & ABADIE AICARDI, Oscar. *Portugueses y Brasileños Hacia el Río de la Plata - un informe geopolítico (1816)*. Recife: Pool Editorial Ltda., 1977.

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu / Livraria Briguiet, 1960.

ALGRANTI, Leila Mezan. *D. João VI: os bastidores da Independência*. Série Princípios 115. São Paulo: Ática, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. Série Princípios 165. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANONIMO. *Noticias sobre el Río de la Plata: Montevideo en el siglo XVIII*. Ed. de Nelson Martínez Díaz. Colección "Crónicas de América". Historia 16. Madrid: Información y Revistas, S.A., 1988.

ARAÚJO, Rubens Vidal. *Tempestade sobre o rio da Prata*. Porto Alegre: Edições Renascença, 1991.

ARRUDA, José Jobson de A. & PILETTI, Nélson. *Toda a História*. São Paulo: Ática, 1994.

ASSUNÇÃO, Fernando O. *El Gaucho - Estudio socio-cultural*. 2 Tomos. Montevideo: Dirección General de

Extensión Universitaria - División Publicaciones y Ediciones, 1978.

AZARA, Félix de. *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*. Buenos Aires: Bajel, 1943.

AZARA, Félix de. *Geografía física y esférica de las provincias del Paraguay y misiones guaraníes*. Montevideo: Museo nacional, 1904.

AZARA, Félix de. *Memoria sobre el estado rural Del Río de la Plata y otros informes*. Buenos Aires: Bajel, 1943.

BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata - Da Colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

BELOTTO, Heloísa Liberalli. "O Presídio do Iguatemi: singularidade no processo da luta contra a dominação espanhola no Rio Grande (1767-1777)." In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. I Vol. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, p. 331 a 375.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. 2 vols. São Paulo: Ediusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Coleção Fórum da História. Sintra: Publicações Europa-América, 1990.

BRANCATO, Braz A. A. *Don Pedro I de Brasil, posible Rey de España: una conspiración liberal*. Coleção História 26. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História. Coleção O Homem e a História*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CAFRUNI, Jorge Edete. *Passo Fundo das Missões*. Passo Fundo: Municipalidade de Passo Fundo, 1966.

CAMARGO, Fernando. *Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia*. Série Ciência – História. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

CERVO, Amado Luiz & RAPOPORT, Mário (orgs.) *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

CHAVES, Omar Emir. *Fronteiras do Brasil (Limites com a República da Colômbia - Os Tratados)*. Biblioteca Militar - Volume LXIII. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1943.

CIDADE, Francisco de Paula. *Lutas, ao Sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680 - 1828)*. Biblioteca Militar, vols. CXXVII e CXXVIII. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1948.

CUNHA, P. Penner. *Sob fogo – Portugal e Espanha entre 1800 e 1820*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

CUSHNER, Nicolas P. *Jesuit Ranches and the Agrarian Development of Colonial Argentina, 1650-1767*. Albany: State University of New York Press, 1983.

DIEHL, Astor Antônio. *Do Método Histórico*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

DIEHL, Astor Antônio. *Vinho velho em pipa nova: o pós-moderno e o fim da história*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

DOBLAS, Gonzalo de. *Escritos de D. Gonzalo de Doblas relativos a la Provincia de Misiones, 1785 & 1805*. Montevideo: Embajada de España en el Uruguay, [1988?].

EARLY, Edwin [et al.]. *History Atlas of South America*. New York: MacMillan, 1998.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. *O Rio Grande de São Pedro entre a fé e a razão: introdução à história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul, 1503 – 1960*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FLORES, Moacyr. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. 3<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Edições EST, 1996.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 6<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro (povoamento e conquista)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, [1940?].

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no Sul do Brasil e Paraguai (1580-1640): um estudo comparativo*. Série Acadêmica. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *As duas Argentinas*. Série Princípios 194. São Paulo: Ática, 1990.

GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata*. Coleção Khronos 13. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

GAY, (Cônego) João Pedro. *História da República Jesuítica do Paraguai – Desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1862*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

GOLIN, Tau. *A expedição: imaginário artístico na conquista militar dos Sete Povos*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo/Porto Alegre: Ediupf/Editora da Universidade – UFRGS, 1998.

GONZÁLEZ SANTOS, Luis. *Biografia Historica: Godoy*. Madrid: Silex, 1994.

GONZALEZ, Julio V. *História Argentina*. Tomo I. "La Era Colonial". Colección Terra Firme, 63. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1957.

GONZÁLEZ, Luis Rodolfo & RODRÍGUEZ VARESE, Susana. *Guaraníes y Paisanos*. Nuestras Raíces 3. Montevideo: Editorial Nuestra Tierra, 1990.

GRUB, Ulises Rubens. *Evolucional Histórica Geográfica y Política de las Fronteras del Uruguay con Brasil*. Montevideo: Imprensa Nacional, 1951.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

HEINSFELD, Adelar. *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe – SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996.

Junta de Historia y Numismática Americana (dir.). *Telégrafo Mercantil = Rural, Político-Económico e Historiógrafo*

*del Río de la Plata (1801-1802).* Reimpresión Facsimilar. Tomo VI - año 1801. Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1914.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.* 6<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política.* Série Documenta 14. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez. *Utopias e Missões Jesuíticas.* Síntese Universitária – 40. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

LA TORRE, Nelson de. RODRIGUEZ, Julio Carlos; SALA DE TOURON, Lucia. *Después de Artigas (1820 – 1836).* Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1972.

LAVIANA CUETOS, María Luisa. *La América española, 1492 -1898: de las Indias a nuestra América.* Colección Historia de España 14. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 1996.

LE GOFF, Jacques (dir.). *A História Nova.* Coleção O Homem e a História. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. "Martim Lopes Lobo de Saldanha: a presença de São Paulo nas Guerras do Sul: 1775-1776". In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande.* I Volume. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, p. 306-326.

LOPES NETO, João Simões. *Terra Gaúcha.* Coleção Meridional 6. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1955.

MACHADO, Carlos. *Historia de los Orientales*. Tomo I: de la Colonia a Rivera y Oribe. Montevideo: Grupo Editor/ Ediciones de la Banda Oriental, 1997.

MAGARIÑOS CERVANTES, Alejandro. *Estudios Históricos, Políticos y Sociales sobre el Río de la Plata*. Prólogo de Juan E. Pivel Devoto. Tomo I. Colección de Clásicos Uruguayos Vol. 35. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Prevención Social - Biblioteca Artigas, 1963.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista - Moderna, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. *O que é Geopolítica*. Coleção Primeiros Passos, 183. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*. 2<sup>a</sup>. Ed. Lisboa: Verbo, 1992.

MEDEIROS, Laudelino. *Formação da Sociedade Rio Grandense (ensaios)*. Porto Alegre: Edições URGs, 1975.

MOREIRA, Earle D. Macarthy. "A Ilustração no Poder: Carlos III". Em: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Separata. Vol. XIII – nº 2. Porto Alegre: PUCRS – Departamento de História, dezembro de 1987

NETO, Vítor (org.). *Revista de História das Idéias: a Revolução Francesa e a Península Ibérica*. Nº 10. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1988.

NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande - da Cidade e do Município*. Primeiro Tomo. Santa Maria: Pallotti, 1981.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

O'MARA, Richard. "The Jesuit Republic of South America". In: *The Virginia Quarterly Review*. Volume 75, Issue 2. Charlottesville: University of Virginia, spring 1999.

OLAIZOLA, José Luis. *Bartolomé de Las Casas, crónica de un sueño*. Colección Memoria de la Historia 57. 3<sup>a</sup> edición. Barcelona: Editorial Planeta, 1992.

OLIVERIA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do muni-cípio de Passo Fundo*. [reimpressão revisada]. Passo Fundo: Gráfica e Editora da UPF, 1990.

PADRÓN FAVRE, Oscar. *Ocaso de un pueblo indio: Histó-ria del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Montevideo: Fin de Siglo, 1996.

PEREIRA, Ângelo. *D. João VI Príncipe e Rei – A retirada da Família Real para o Brasil, 1807*. Vol. I. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953.

PESSOA, Corina de Abreu. *Cartas de Montevideó sobre al-guns textos de História Platina*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1949.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo). *Anais da Província de São Pedro*. Série Documenta 11. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Segunda Edição revista e melhorada pelo P. Luís Gonza-ga Jaeger, S. J. 2 partes. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A Diplomacia Marginal: vinculação entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, 1893 - 1904*. Porto Alegre. Tese. Porto Alegre: PUCRS, 1997.

REICHEL, Heloísa Jochims & GUTTFREIND, Ieda. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial.* São Leopoldo: Unisinos, 1996.

RIVERA, Fructuoso. *Correspondencia con Julián Gregorio Espinosa.* Prologo de Elisa Silva Cazet. Montevideo: República Oriental del Uruguay – Câmara de Representantes, 1993.

ROJAS, Carlos. *Carlos IV.* Los Reyes de España, 11. Barcelona: Editorial Planeta, 1997.

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Ocidente: introdução à América Latina.* São Paulo: Edusp, 1991.

RÜCKERT, Aldomar A. *A Trajetória da Terra. Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul, 1827 – 1931.* Série Ciência – Geografia. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial.* Ó by Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. *Rio Grande do Sul: Aspectos das Missões (em tempo de Despotismo Esclarecido).* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal.* Vol VI. “O Despotismo Iluminado (1750 – 1807)”. Lisboa: Editorial Verbo, 1982.

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal.* Vol. III. Lisboa: Fiança, 1985.

SEVERAL, Rejane da Silveira. *A Guerra Guaranítica.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

SIDERI, Sandro. *Comércio e Poder.* Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.

SLATTA, Richard W. *Gauchos and the Vanishing Frontier*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1992.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Coleção Documentos Brasileiros 19. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes de. *Limites entre o Brasil e o Uruguai*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Estabelecimento Central de Intendencia, 1939.

TELO, António José. *Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria: reflexões sobre o sistema mundial*. Blumenau: Editora da FURB, 1996.

THÉVENET, Alberto Reyes. *Misiones diplomáticas sobre límites*. Montevideo: Ministerio de Relaciones Exteriores, 1954.

VALCÁRCEL, C. D. "La Paz de Paris, Aranda y Abalos". In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. I Volume. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, p. 42-49.

VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El Rei: aspectos polémicos da Formação Rio-Grandense*. 2<sup>a</sup> ed. Coleção Província. Porto Alegre: Editóra do Globo, 1970.

VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Coleção Província. Porto Alegre: Editora Globo - URGS, 1975.

VENTURA, António. "A 'Guerra das Laranjas' na poesia coeva. Uma sátira atribuída a Nicolau Tolentino". In: *Revista da Biblioteca Nacional*. S. 2. Vol. 9. Nº 1. Lisboa: Biblioteca Nacional, janeiro a junho de 1994.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. 3<sup>a</sup> edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

VIANA, Francisco. *Argentina, Civilização e Barbárie*. Série História Viva. São Paulo: Atual, 1990.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Vol. 2, “O Campeador Rio-Grandense”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

VIDART, Daniel. *El mundo de los charrúas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.

WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

WHIGHAM, Thomas. *The politics of river trade: tradition and development in the Upper Plata, 1780-1870*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1991.

WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. “O famoso Conde de Lippe e o primeiro exército luso-brasileiro unificado nas lutas contra os hispânicos no sul até 1777”. In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. I Vol. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, p. 249 a 283.

ZANÓN, Ángel. *Charrúas, Minuanes, Chanáes, Guaraníes – Pueblos y culturas aborígenes del Uruguay*. Montevideo: Rosebud Ediciones, 1998.

ZEBALLOS, Estanislao S. *Alegato de la Republica Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil en el Territorio de Misiones, sometida al Presidente de los Estados Unidos*. Washington: Republica Argentina, 1894.



# Anexo I

*Diversos documentos transcritos  
relativos às discordâncias  
no processo de demarcação  
de limites (1779-1796)*



**Local:** Arquivo Histórico Ultramarino. "Rio Grande do Sul".  
Caixa 3. Doc. 71.

II<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Snr

V Ex<sup>a</sup> me ordena lhe diga o q' me parece sobre o q' na Sua Carta expoem o Sarg<sup>to</sup> Mor Engr<sup>o</sup> Franc<sup>co</sup> João Roscio, em cuja execução so poso dizer a V Ex<sup>a</sup> falando em geral; q' aquela materia me parece digna das Reflexoens de V Ex<sup>a</sup>; e de expor ao Ministerio de S Mag<sup>e</sup> as dificuldades, q' ele pondera, seão de encontrar no acto da Demarcação, ou seja pelo q' respeita ao Terreno, ou seja pelo concernente á inteligencia do Tratado.

Fico aos pes de V Ex<sup>a</sup> com a maior obd<sup>a</sup> e escravidão.  
DEOS g<sup>e</sup> a V Ex<sup>a</sup> m<sup>s</sup> a<sup>s</sup>.

II<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Snr Luiz  
de Vasc<sup>os</sup> e Souza

Rio de Janr<sup>o</sup> 6 de  
Maio de 1779

Fran<sup>co</sup> de Barros Moraes Araujo Teix<sup>a</sup> Omem

[A carta anexa fala da impossibilidade de realização da demarcação]

**Local:** Arquivos Nacionais - Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 428. Folha solta.

**Observações:** Tem um bilhete em papel diferente, com carimbo do Arquivo, onde se lê: "com demarcaç<sup>s</sup> e cond[ilegível]s m<sup>to</sup> especificadas. Ratificado C[cortado por um traço] El Rey de Portugal em 20 de Junho. 1530 = Martins supp[ilegível] = T.1 [ou I]

Ex<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

Mui S.<sup>or</sup> mio. Por cartas de D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Requena, y D<sup>n</sup> Felipe de Arechuza y Sarmento comisarios de limites de las quadrillas Española de la demarcacion del norte escritas en Egas en febrero de este año resulta.[assim] Han sido vanos todos los oficios que antes de entrar en el río Yapurá pasò dicho Requena al Comisario Principal Portugues para que les digese donde està la comunicacion, ó canal de que se servian entre aquel río y el negro; haviendole negado el mapa que levantò el año pasado para conocimiento y uso de las dos partidas combinadas el segundo Comisario D.<sup>n</sup> Enrique Wilckens, y el de la colocacion de los pueblos immediatos al río negro, que devén cubrirse con la linea divisoria. Representan igualmente estos Comisarios, que aprovechándose de la necesidad los naturales abusan de ella à un punto en el aumento de los precios de lo necesario que perjudican à las operaciones sin que en esta parte se ponga limite alguno à su desordenada avaricia como deviera executarse, no obstante haverlo representado repetidas veces.

Enterado de todo el Rey mi S.<sup>or</sup> me manda manifestar à S. M. F. quan sensible le es haver de hacerle presente de nuevo estos procedimientos tan contrarios à las intenciones, y ordenes expresas de ambos monarcas, que solo desean la buena correspondencia, y armonia que devén conducirnos al fin de esta empresa. Exige y espera S. M. se pasen

immediatamente las ordenes mas positivas, y claras para que cesando en adelante estos abusos se proceda con la franqueza y union que es precisa; se presten ás nuestros comisarios todos los ausilios, y luces que cada qual haga adquirido, y conduzcan al pronto logro de la operacion; se les den á precio razonables los viveres y demas ausilios necesarios para su subsistencia y la de sus dependientes, y para el desenpeño de su encargo; y que se manden al Capitan General del Pará á fin de que sin reparo alguno se les faciliten la venta de buenos barcos, y demas utensilios sin permitir de ningun modo se alteren indevidamente sus precios. Igualmente espera S. M. una respuesta al oficio pasado ultimamente por mi en asunto a la entrega de Tavatinga en consuicion de las poderosas razones que le ogligan á exigir en esta parte el cumplimiento de los ultimos tratados.

La notoria jstificacion de esta Augusta Soverana, y el vivo interes que toma en la conclusion de estos asuntos son el mas poderoso motivo para aderir á las justas representaciones, y miras del Rey mi Amo tan conformes á las de S. M. F. y para que dè como lo espero las prontas providencias que crea exigen las presentes circunstancias, á fin de evitar que despues de infinitos retardos, y dispendios dexe de concluirse una ovra tan util para perpetuar la union, y amistad que se desea y conviene conserven entre si ambas naciones vecinas en todos sus dominios.

No dudo que las rectas intenciones de V. E. y de los demas Ministros contribuirán con sus oficios al pronto logro de un fin tan util para todos.

Dios gue. á V. E. m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> como lo deseó. Lisboa y Nov.<sup>re</sup> 30 de 1782.

Ex<sup>mo</sup> S<sup>r</sup>

B I m. de VE su

mas att<sup>o</sup>. seg<sup>o</sup>. ser<sup>r</sup>

EI Conde de Fernan Nuñez [é assinatura]

Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup> Ayres de Saá y Mello

**Local:** Arquivos Nacionais - Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 428. Duas folhas soltas.

**Observações:** Tem um bilhete: "Se lhe responda de recado que recebi esta sua carta, a copia da do s<sup>o</sup> Florida branca, e que conforme as ordens da Rainha Fid<sup>ma</sup> as remeti ao s<sup>o</sup> Martinho de Mello e Castro para fazerse o expediente respetivo; e que quanto ao Espanhol de sua antecedente carta, mandou S. Mag<sup>e</sup> tirar informaçoens recomendando toda a brevidade. = E ao s<sup>o</sup> Martinho de Mello se mande Copia da carta de Florida Branca com hum officio em que se diga para o Encarregado dos negocios de Espanha me remeter aquela Memoria 6 em outra, pedindo resposta daquelle proposição, e da queixa dos Commissarios Portuguesas".

Ex<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

Mui S.<sup>or</sup> mio. Dirijo à V. E. copia à la letra de una carta del S.<sup>or</sup> Conde de Floridablanca relativa à la demarcacion de limites en la America Meridional. Pos su contenido vera V. E. tengo ordenes positivas del Rey mi Señor de informar del todo à la Reyna F.<sup>ma</sup> para que se digne mandar se expidan las ordenes combenientes à los fines que s desea para utilidad reciproca de ambas monarchias.

Lo que mi Corte propone y juzga indispensable se efectue enquanto à fixar por uno de los puntos de la demarcacion la boca del Rio Apaporis en el Yapurá, en la forma que aali se explica; se dirige à cubrir por nuestra parte los Establecimientos Portugueses que poseian el año de 1750. Facilita al mismo tiempo la grande y dificil obra de la demarcacion, sin cuio medio juzga seria imposible por obstaculos invencibles del terreno y demas que ocurririan a cada paso.

El embarazo que manifiesta hallaron los Comisarios Españoles de parte de los Portugueses, es preciso confesar que debe sorprendernos mucho mas. Verdaderamente no es facil entender que lexos de facilitar viveres à los Españoles, no se los permitiesen llebar hasta los establecimientos del Orinoco, y Gayana al Proveedor que pretendia acopiarlos en los Fuertes de S.<sup>n</sup> Carlos y S.<sup>n</sup> Felipe, pagandolos à un justo y razonable precio.

Adoptando S. M. F.<sup>ma</sup> esta proposicion para facilitar aquella grande obra de la demarcacion tan util à los dos Naciones, combiene se dén inmediatamente las ordenes mas positivas y eficaces para que se ponga todo en ejecucion como S. M. Catolica lo espera. La conducta de qualquier Comisionado que no procure contribuir con desvelo, eficacia, y buena fé à tan altos fines, absteniendose de aumentar embarazos que la dificultem, merece ciertamente el R.<sup>l</sup> desagrado de ambos Soberanos.

Suplico pues à V. E. que enterando à S. M. F.<sup>ma</sup> de las intenciones del Rey mi Señor en los puntos que indica el oficio de mi Corte, y este que acompaña, se sirba manifestarme quanto antes fuere posible lo que S. M. F.<sup>ma</sup> se dignare [assim] resolver. La importancia del asunto, la remota distancia del sitio, y los enormes gastos que sufren ambos Estados, exigen de nuestra parte la maior eficacia y brevedad en las providencias.

Ofrezco à V. E. con este motivo mi respeto y pronta disposicion à serbirle y obsequiarle en todas ocasiones.

Dios gue. à V. E. m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> como deseo. Lisboa 25 de Noviembre de 1783.

Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

B. L. M. de V. Ex.<sup>a</sup>

Su mas atento y oblig.<sup>do</sup> serv.<sup>or</sup>

El Cavallero D. Josef Caamaño

Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup> Ayres de Sà y Mello.

Copia

No siendo la intencion del Rey estender sus Dominios en la America Meridional à costa dos de la Reyna, su Augusta Sobrina, y constandole que no lo es tampoco la de S. M. F.<sup>ma</sup> el adquirir mas de lo que la pertenece en perjuicio de la España, se persuade S. M. que ese Ministerio no encontrará el menor reparo en dar sin la menor dilacion ordenes positivas à los Comisarios Portugueses destinados à la demarcacion de limites en aquellos parages (assi comode aqui se expediran à los nuestros) à fin que se comuniquen reciprocamente de buena fé las luces, y noticias, q<sup>e</sup> tuvieran para establecer la linea divisoria de un modo permanente, invariable, y tal qual corresponde para perpetuar la paz, y armonia entre las dos Naciones, alejando todo motivo de perturbarlas.

Para lograr este saludable, e importante fin con la prontitud posible creemos acertado, que una vez que en el reconocimiento hecho ultimamente por nuestros respectivos Comisarios hasta el salto grande del Yapurá, y exploracion del Rio de los Engaños con los otros que desaguan en él, no se ha hallado la decantada comunicacion del Yapurá con el Negro, ni tampoco la Cordillera de Montes que se pretende sea Líndero, fijemos por uno de los puntos de la demarcacion la boca del Rio Apaporis en el Yapurá, desde el qual siguiendo su curso, que viene del Norte, y el de los Ríos que reciba por el mismo rumbo quedan cubiertos los establecimientos, que en el año de 1750 tenian los Portugueses en las orillas de Yapurá, y Negro, y por consiguiente se cumplirá nuestra obligacion en cubrirselos. Fijado como llevo dicho, por punto de demarcacion la boca del Apoporis convendrá por evitar inconvenientes establecer por barrera el raudal [assim] del Caputi, y el espacio intermedio entre el Apoporis, y el Rio de los Engaños. De este modo y deter-

minando por observaciones de longitudes y latitudes los puntos fijos por donde dejando cubiertas las posesiones de Portugal siga la Linea por el ayre, segun hemos propuesto varias veces, se verificará la demarcacion deseada, que de otra manera seria imposible por los obstaculos de los terrenos, y otros que ocurriran a cada paso.

Uno de los mayores que se oponen à los progresos de la fijacion de limites (que ien consideradada ès de utilidade summa para los dos Coronas) ès la dificultad que encuentran nuestros Comisarios en hallar los viveres absolutamente necesarios para su subsistencia. Quejandose dichos Comisarios de que no solamente no se los facilitan los Portugueses, como podian esperarlo de la buena armonia, que debia haber entre dos Naciones amigas, sino que les cortan los medios de solicitarlos de nuestros propios Dominios, negando el paso para el Rio Negro à nuestros Establecimientos del Orinoco y Guayana al Provèdor que queriamos embiar à aquellos parages para que en ellos huviese una razonable cantidad de provisiones de boca à un justo precio, y pudiesemos tenerla acopiada en los Fuertes de S.<sup>n</sup> Carlos, y San Phelipe... Hasta aqui el S.<sup>or</sup> Conde de Floridablanca en carta de 5 de Septiembre de 1783.

**Local:** Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros. Caixa 428. Folhas soltas.

Exmo. Sr.

Muy S.<sup>or</sup> mio. Por un correo de Badajoz acabo de recibir las dos adjuntas del Rey y S.<sup>ra</sup> Infanta para la Reyna F.<sup>ma</sup> cuia entrega le supp.<sup>co</sup> tome à su cuidado. Tambien dirixó à V. E. ótros dos pliegos para V. E. y el S.<sup>or</sup> Mello que acompañaban mi despacho.

Ruego à VE. tenga presente estamos esperando las ordenes que la Reyna mandó pasar relativamente à los dos oficios que formé por orden de mi Corte sobre los asuntos de la demarcacion de Buenos ayres, y las quejas dadas por algunos excesos que se havian cometido robando ganado.

Remito igualmente à VE. la memoria sobre Tavatinga y demas que tuve el honor de conferir con VE. para que haga de ella el uso combeniente en los terminos acordados.

El Jueves 18 siempre despacharé uno de los dos Correos, y sera el que hoy ha venido si S. M. no quiere despachar todavia el de Gabinete, que yà recibió la doble propina con que la R.<sup>1</sup> generosidad ha querido gratificarle.

Sino incomodo à VE. me combiene qualquiera de estos dias ablar con VE. y si fuese indiferente qualquier dia, tomaré el que mis que haceres permitieren.

Rindo à VE. mis respetos, y ruego à N<sup>ro</sup> S.<sup>or</sup> gue. su vida m.<sup>s</sup> y felices años. Lisboa 16 de Sept.<sup>re</sup> de 1783.

P.D.

Diose por equivocacion que uno de los pliegos era para el s.<sup>or</sup> Mello, pero son ambos para VE.

Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

B. L. M. de V. Ex.<sup>a</sup>

Su mas atento y oblig.<sup>do</sup> serv.<sup>or</sup>

El Cavallero D. Josef Caamaño

Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup> Ayres de Sà y Mello.

Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

Mui S.<sup>or</sup> Mio. Dirijo à VE. copia á la letra de una carta del S.<sup>or</sup> Conde de Floridablanca de 5 del corr.<sup>te</sup> relativa à la demarcacion de llimites y entrega del pueblo de Tavatinta. Por su contenido verá VE. tengo ordenes positivas del Rey mi S.<sup>or</sup> de informar del todo à S. M. F.<sup>ma</sup> para que se digna mandar se expidan las ordenes combenientes à los fines que se desea para utilidad reciproca de ambas Monarchias.\\ Lo que mi Corte propone y juzga indispensable se efectue en quanto à fixar por uno de los puntos de la demarcacion la boca del Rio Apaporis en el Yapurá, en la forma que alli se explica; se dirige à cubrir por nuestra parte los establecimientos Portugueses que poseian el año de 1750. Facilita al mismo tiempo la grande y dificil obra de la demarcacion sin cuio medio juzga seria imposible por obstaculos invencibles del terreno y demas que ocurririan à cada paso.

El embarazo que manifiesta hallaron los Comisarios Españoles de parte de los Portugueses es preciso confesar que debe sorprendernos mucho mas. Verdaderamente no es facil entender que lexos de facilitar vivires à los Españoles, no se los permitiesen llebar hasta los establecimientos del Orinoco y Gayana al Provèedor que pretendia acopiarlos en los Fuertes de S.<sup>n</sup> Carlos y S.<sup>n</sup> Felipe, pagandolos à un precio razonable.

La entrega del puble de Tavatinga con su costa adyacente no debe ciertamente tener el menor retardo. La Reyna F.<sup>ma</sup> y sus Min<sup>ros</sup>. estan como el ministerio Español en la certeza de que debe quedar por la España dicho puesto. Los Comisarios de las dos Naciones se combenieron; los articulos 45, y 20 del Tratado preliminar lo determinan, y alli se expresa que en el termino de quatro meses se debian evacuar aquellos terrenos que por la linea divisoria se juzgase debian pertenecer à una ù otra Corona. Ninguna razon ó motivo podian tener los Comisarios Portugueses

para rehusar la entrega à lo menos como un ajuste, y expediente interino que debian executar por el citado articulo 45. El Embax.<sup>or</sup> del Rey Conde de Fernan Nuñez pasó oficios à VE. como tendrá presente, y yò renovando renovando la memoria de los mismos, insto de nuevo, y pido formalmente por orden de S. M. Catolica la entrega del citado pueblo de Tavatinga con su costa adyacente.

Yo bien se que siendo las intenciones de la Reyna F.<sup>ma</sup> las mismas que las del Rey mi Amo su Augusto Tio para facilitar aquella grande obra de la demarcacion tan util à las dos Naciones y remober los embarazos que la dificultan, merecerá su R.<sup>l</sup> desagrado la conducta de qualquier comisionado que no procure contribuir con desvelo, eficacia, y buena fé à tan altos fines.

No me dilato mas por no molestar a VE. y en cumplimiento de la R.<sup>l</sup> orden con que me hallo le supp.<sup>co</sup> informe individualmente à la Reyna F.<sup>ma</sup> de la justa solicitud del Rey en todos los puntos que indica el oficio de mi corte y este que acompaña. S. M. Catolica no duda serán inmediatamente atendidas las instancias que sobre ser tan fundadas conspiran solo à la reciproca utilidad y ventaxa de los dos Reynos.

Ofrezco à VE. con este motivo mi respeto y pronta disposicion à obserquiarle y serbirle en todas ocasiones.

Dios g<sup>ue</sup> à V.E. m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> como deseo. Lisboa 16 de Septiembre de 1783.

Em.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

B. L. M. de V. Ex.<sup>a</sup>

Su mas atento y oblig.<sup>do</sup> Serv.<sup>or</sup>

EL Cavallero Caamaño

Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup> Ayres de Sá y Mello

II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

Juntas achará VEx.<sup>a</sup> duas Cartas que lhe vão dirigidas, as quaes são Respostas das que o Conselheiro Caamaño escreveo a VEx.<sup>a</sup> sobre a pertendidas depredações, de que o Vice Rei de Buenos Ayres acusa aos Portugueses; e sobre a demora tambem pertendida pelo mesmo Vice-Rei, da Partida Portuguesa, para as Demarcações: Com das ditas duas Cartas parece que o referido Caamaño se deve dar por satisfeito, nem ele pertende outra coiza nas que escreveo a VEx.<sup>a</sup>; no caso porem em que o mesmo Caamaño insista em querer tambem Copea das Ordens que se mandarão ao Vice Rei do Brazil; neste cazo, que não deixa de conter alguma dureza, mandará VEx.<sup>a</sup> extrair a referida Copea da Carta igualmente junta, que remeto a Selo volante, dirigida em 2<sup>a</sup>. Via ao dito Vice Rei; e se o mesmo Caamaño quizer o original el lugar da Copea, VEx.<sup>a</sup>, parecendo-lhe lho entregará.

D.<sup>s</sup> g<sup>e</sup> a VEx<sup>a</sup>. Mafra em 20 de Setembro de 1783.

Am.<sup>o</sup> e fiel cap.<sup>ro</sup> de VEx.<sup>a</sup>

Mart.<sup>o</sup> de Mello e Castro

II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Ayres

de Sa e Mello

II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

Examinando o Officio com data de 10 de Agosto proximo precedente que o Cavalheiro Caamaño apresentou a V. Ex.<sup>a</sup>, em o qual refere a Conta que deu o Vice-Rey de Buenos Ayres, sobre os danos, e prejuizos que os Portuguezes estabelecidos no Rio Grande de São Pedro, cauzàvam aos Vassalos de Espanha, naquela Provincia, e ainda em todo o Reyno; extrahindo dele grande numero de Gado Vacum; Cavalos, e Couros; e opondo-se a huma Partida Espanhola, que procurava impedir os referidos excessos, de que se seguiu a morte de hum Homem, e de alguns feridos: Ajuntando alem disto o mesmo Vice-Rey, que huns Paizanos, em numero de Cem Portugueses, se haviam introduzido no Sitio chamado o Rio Negro, e levado dele onze mil Cabeças de Gado; comessando-se já a sentir nos Campos Espanhoes grande falta de Rezes, de que antes andavam abertos; e sendo o mayor dano alem dos referidos, a intriducção dos Generos de Contrabando, com que muitas vezes pagavam os Portuguezes aos Espanhoes, o auxilio que estes lhes prestavam, para a mencionada extracção.

Em consequencia do dito Officio, se examinaram nesta Secretaria de Estado, as Contas dirigidas a ela pelo Vice-Rey do Brazil; e das mesmas Contas não consta couza alguma, nem se profere huma so Palavra, sobre os factos assima mencionados; sendo muito para admirar, que o Vice-Rey de Buenos Ayres, não ignorando as pozitivas Ordens, que se tem expedido desta Corte, para se evitarem similhantes disturbios, e achando-se incumbido da execução delas, o Governador do Rio Grande, que pelo seu comportamento, tem merecido a satisfação da Corte de Madrid, como no dito Officio se indica, deixasse o referido Vice-Rey de informar dos mencionados disturbios ao dito Governador, para os cohibir; o que não obstante, A Raynha Nossa Senhora tem mandado expedir, ao Vice-Rey do Brazil, as mais pozitivas Ordens, sobre os factos assima indicados, para os fazer ces-

sar, no caso de existirem, castigando severamente os comprehendidos neles; e de prevenir que no futuro não tornem a acontecer: O que participo a V. Ex.<sup>a</sup> para que assim o segure ao Cavalheiro Caamaño, e que ele possa informar a sua Corte do que deixo referido.

Deus G.<sup>e</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Mafra, em 18 de Setembro de 1783.

II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Ayres  
de Sa e Mello

Mart.<sup>o</sup> de Mello e Castro

II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>

Sua Mag.<sup>e</sup> me manda responder ao Oficio do Cavalheiro Caamaño, em que refere; que por Cartas do Vice Rei de Buenos Ayres de 22 de Fevereiro do presente ano, foi Sua Mag.<sup>e</sup> Catholica informado, que ainda se não tinha dado principio à Demarcação por aquela parte; achando-se detidos os Comissarios Espanhoes, por não terem ainda chegado os Portugueses, não obstante haver escrito o dito Vice Rei de Buenos Ayres, sobre este assumpto ao Vice Rei do Brazil; e rogando o mesmo Cavalheiro Caamaño, por ordem de sua Corte, de remover esta qualquer estorvo, que pudesse demorar aquela operação do interesse comum de ambas as Naçõens: Sobre o que devo dizer a VEx.<sup>a</sup>, que esta Corte nunca teve o menor embaraço em dar principio a tão importante obra; tendo nomeado para primeiro Comissario dela ao Governador do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, que ha mais de dois anos se acha naquele districto; e mandando pôr prontos nesta Capital os mais Oficiaes de que se havia formar a Partida Portuguesa, para partirem logo que a Corte de Madrid, livre dos embaraços da Guerra, quizesse entrar na Demarcação dos dois Dominios por aquela parte: E mandando a mesma Corte, no ano proximo precedente alguns dos Oficiaes, de que se havia formar a Partida Espanhola, para se embarcarem nesta Capital; no mesmo tempo se embarcarão igualmente os Oficiaes Portugueses assima indicados; e consta por Cartas do Vice Rei do Brazil, que todos chegárão ao Rio de Janeiro; e que os Oficiaes Espanhoes partirão dali para o Rio da Prata, e pouco depois os Portugueses para o Rio Grande, donde se havião comunicar, e ajustar as duas Partidas o Sitio, em que se havião unir, para dar principio ás sas operaçõens: Isto he o que posso dizer a VEx.<sup>a</sup>, ara que assim o participe ao Cavalheiro Caamaño, e que ele possa nesta conformidade informar a sua Corte.

Deos guarde a VEx.<sup>a</sup>. Mafra em 20 de Setembro de 1783.

II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup> Ayres

de Sa e Mello

Mart.<sup>o</sup> de Mello e Castro

**Local:** Archivo Historico Nacional (Madrid). Sección Estado. Legajo 4548. Papéis soltos, há o número 69, escrito à lápis, identificando o grupo de documentos.

Las reñidas controversias entre nuestra Corte y la de Portugal con motivo de la demarcacion de limites que distingan las posesiones de ambas Naciones, en la America Meridional; la escandalosa dilaccion que experimenta este importante asumpto, despues de tantos años que hace se iniciò; el dispendio de tan crecidas sumas como esta misma dilaccion hace sufrir a la España para mantener los comisarios y partidas que al intento apostò desde luego en cumplimiento del ultimo tratado preliminar de limites, que para poner fin à las disputas se ajustò y concluyò entre las dos Cortes à 11 de octubre de 1777 sin que en alo.<sup>s</sup> [assim] puntos hayan concurrido hasta el presente las Portuguesas faltando por su parte à lo estipulado, y combenido al fin del articulo 89; y principalm.<sup>te</sup> el grave detrimiento [assim] que della resulta à n<sup>ta</sup> Nacion, à su comercio, y a la seguridad de sus posesiones: es todo de tal entidad por su naturalesa, y conseqüencias, q. hà fixado siempre mi atencion, y exámen, y ahora que la Piedad de S.M. se ha dignado poner a mi cargo el Govierno de aquellas Provincias nombrandome para el Virreynato de Buenos Ayres me siento obligado, à hacer à V.E. en esta representacion algunas reflexiones, sacadas, ádemas de otros enel particular adquiridos, de los conocimientos practicos que me proporcionò la residencia personal que tube por el espacio de cerca de diez años, en mucha parte de los Payses y territorios disputados; en comprobacion de la urgente necesidad que se presenta de terminar quanto antes sea posible la referida demarcacion de limites cuya dilaccion al paso que causa à la España, tan enormes perjuicios, sirve de los vasallos Portugueses en aquella p<sup>te</sup> del Mundo de ocasion y pretexto, a nuevas frecuentes usurpaciones, è introduccion<sup>es</sup> [assim] èn los territorios de la dominacion Española.

No ha sido otra siempre la conducta de los Portugueses; estas han sido sus miras: este su connato[assim]: casi todo, quanto alli posehen puede decirse ha sido una usurpacion [assim] manifiesta, ejecutada las mas veces en tiempo de la mas tranquila paz: observadores poco fieles de los tratados y empeños mas solemnes, se han ido introduciendo poco à poco, y durante el tiempo que ha mediado de uno a otro tratado en territorios que en manera alguna les pertenecian, alegando despues en los succesibos d<sup>os</sup> imaginarios à inmensas Provincias sin otro fundamento ni apoyo que una violenta y clandestina intrussion en àlgunos puntos de ellas. Diganlo [assim] entre otras su desmesuradas pretenciones y extraordinarias reclamaciones de los Puertos de Maldonado y Montevideo, con toda la costa Septentrional del Rio de la Plata sin mas derecho que havense introducido furtivamente à fundar la Colonia que nombraron del Sacram.<sup>to</sup> à que se opusieron siempre los Gobernadores Espanoles hasta desalojarlos, tomandola por asalto, y havense estipulado despues la restitucion interina hasta que se terminase la qüestion [assim].

Estos procedimientos de los Portugueses habitantes del Brasil, son tan antiguos como la prim.<sup>a</sup> conquista y descubrimiento de aquellos Payses y Costas; con tantos y tan extendidos los dominios del Rey donde se han ido situando, internandose en ellos centenares de leguas, y penetrando inmensas comarcas, muy distantes y separadas de la justa extension [assim] de sus confines segun la concordia ajustada en Tordesillas en 1494. entre los Reyes Catholicos, y el Rey D.<sup>n</sup> Juan el Segundo de Portugal; y finalmente son tantas las violencias e infracciones p<sup>r</sup> su p<sup>te</sup> à los muchos tratados y combenios ajustados en èl espacio de tantos años, que todo forma una dilattada [assim] serie de acaecimientos [assim], que si huviera de reanumirlos [assim] todos seria hacer muy difusa esta representacion, y sobre molestar la atencion de V.E. reproducirle lo que à su alta penetracion no puede ocultarsele, constando todo mas

fundamentalm.<sup>te</sup> en la Secretaria de Estado y del Desp.<sup>o</sup> que con tanto acierto desempeña V.E. y principialm.<sup>te</sup> estando tan de manifiesto, y tan acreditado en la respuesta que un antecesor suyo el S.<sup>r</sup> Duque de Grimaldi dio à la mèmoria presentada en 16 de Enero de 1760. p.<sup>r</sup> el S.<sup>r</sup> D.<sup>n</sup> Fram.<sup>co</sup> Ygnocencio de Sousa Coutinho, Embaxador à la sazon de S.M.F. en esta Corte. En èlla descifra y prueva el espiritu de la ambicion Portuguesa; combeme [assim] demonstrablem.<sup>te</sup> de sus miras de interes [assim] desmedido; rebate con solidos fundamentos, las pretensiones infundadas de la Corte de Lisboa y satisaface à sus quejas con documentos que constan en apendice al fin de èlla, reclamando por ultimo à n<sup>re</sup> del Rey la restitucion de los Payses y territorios usurpados y subtraydos de su dominacion.

Pero como posteriormente à aquellas Negociaciones entabladas sin efecto, nuevos insultos, è imbasiones por parte de los Gobernadores y Comandantes Portugueses, y la tenaz resisténcia de su Corte en venir a un partido justo y razonable persuadiesen à la delicadeza del Señor Rey D.<sup>n</sup> Carlos tercero, por el decoro de su corona à usar de las fuerzas que la Divina Providencia le havia confiado para tomar la condigna satisfaccion, que exigian semejantes procedimientos y ultrages hechos à su Soberania, fiò contra las pacificas intenciones de S.M. à la decision de las Armas, el exitto [assim] que no havian podido lograr su innacta moderaccion, circunspeccio y àmor à lá paz, destinando al efecto à cargo del theniente Gen.<sup>l</sup> D.<sup>n</sup> Pedro Cevallos, un exercito y Armada bastantes à hacer respetable en aquellas Regiones el nombre Español.

De resultas de esta expedicion y los progresos de nuestras Armas, se entablaron nuevas conferencias y negociaciones entre esta Cortte [assim] y la de Lisboa, q.<sup>e</sup> produgeron el citado tratado preliminar de limites de 1777, estipulando en èl entre otras cosas, que se efectuase à la mayor brevedad la linea divisoria, señalando clara y distintamente los parages mas principales por donde devia tirarse

à satisfaccion de ambas Coronas para dejar cobiertas sus posesiones y poner fin à las disputas consolidando la union que tan estrechamente las liga, y que los bienes de la paz no desaparescan.

Ahora solo se trata de que lo estipulado en èl, tenga el devido efecto, y observancia terminando el controvertido punto de la demarcacion. La España siempre fiel en èl cumplimiento de sus empeños y compromisos, en nada ha faltado, de lo que la tocaba para llevarla à efecto, no asi por parte de los Portugueses; ya dejo indicado, que en unos puntos, no se han presentado sus comisarios quando los nuestros hace muchos años que los esperan; y èn los que han comparecido han suscitado disputa, y causado dilacciones, dando violentas y voluntarias interpretaciones del contenido literal de algunos articulos del enunciado tratado, è introduciendo pretensiones diametralmente opuestas y contrarias à ellos. De aqui es, que no serà temeridad deducir, que no se han olvidado todavia de los torcidos fines, que siempre se han propuesto de diferir un negocio cuya terminaccion no lisongea suas miras de ambicion, reteniendo al abrigo de la demora, è indecision, lo que indevidamente han ocupado, y aun tal vez, meditando nuebas usurpaciones, como tiene àcreditado la experienca, y dejo bien provado.

A esto [assim] se dirige esta representacion, dicttada [assim] por èl zelo que me anima del mejor servicio del Rey y bien del estado, y concluyo resumiendo por mayor y con brevedad, algunos de los puntos en que segun tengo noticia han discordado de n<sup>ros</sup> Comisarios por separarse de lo q.<sup>e</sup> previene el mismo tratado, è introducir injustas pretensiones, violentando su sentido e indicarè a V.E. los perjuicios mas notables que nos causaria la menor condescendencia, con sus menos arregladas solicitudes: assi ès que no puede en man.<sup>a</sup> alguna prescindirse de que la linea, nos elleve por la cuchilla, como los Portugueses parece haver pretendido, sino p<sup>r</sup> donde previne èl articulo tercero de d<sup>ho</sup>

tratado q.<sup>e</sup> son las orillas de la Laguna Merin, à tomar las cavezeras ò vertientes del Rio Negro, y demas, q.<sup>e</sup> van à desembocar, à los de la Plata y Uruguay [assim], hasta la entrada en este ultimo del Rio Peperiguazú siguiendo despues àguas arriva à este como establece el articulo ocatbo, hasta su origen principal y desde este p<sup>r</sup> lo mas alto del terreno, a encontrar las corrientes del verdadero Rio San Antonio, que no es otro que el que solidamente ha demonstrado uno de nuestros Comisarios D.<sup>n</sup> Diego de Albear; de otrò modo quedaria desatendido el obgetto principal, q<sup>e</sup> se reduce à salvar y cubrir nuestros establecimientos y Pueblos de Indios [assim], antes bien quedarian expuestos sus ganados y Comercio: EN la parte del Rio Paraguay deve insistirse en la demolicion de Coimbra y Albuquerque, cuyo establecimiento es diametralmente opuesto al contenido de varios articulos del tratado sobredicho, dejando libre la Navegacion de èl, hasta la boca del Jaurin pues de lo contrario, se havian los Portugueses Dueños de nuestro Comercio en dicho Rio que nos ès muy interesantte [assim], y de las tales quales minas que nos han quedado en àquella parte: Finalmente siguiendo la frontera desde la boca del Jaurin en linea rectta [assim] hasta la ribera austral del Rio Guaporè ò Itenès en frente de la boca del Rio Javarè que entra en d<sup>ho</sup> Guaporè, y baxando desde su margen austral por toda su corriente hasta mas abajo de su union con èl Rio Mamorè en los term.<sup>s</sup> que prescribe el art.<sup>o</sup> 10. obligar à la demolicion del Fuerte nombrado del Principe de Beyra, y Pueblo de S.<sup>n</sup> Juan en la margen Septentrional al mismo Itenes, con cuyos establecimientos construydos furtibamente y opuestos al tratado preliminar de limites, fomentan y sostienen un comercio clandestino, perjudicial à los nuestros; son causa de las deserciones que hacen nuestros Yndios inducidos de los Portugueses, y estos se han hecho dueños de la frontera; y en caso de un rompimiento, contràrestaràn nuestras defensas, inutilizando las medidas del Virrey y de los Gobernadores en aquellas partes, cuyos

perjuicios se combertiran en ventaxas, si con arreglo al tratado se desalojan de èllos.

Estos son los puntos que se ofrecen a mi vista de màs consideracion, y me hè resuelto à èxponèrlos à V.E. como à un Ministro tan zeloso del bien y aumentos de este [assim] Estado.

Nuestros Señor guarde y prospere à V.E. los muchos y felices años q.<sup>e</sup> deseo.

Madrid 1º. de Agosto de 1794.

Exmo. Señor.

Pedro Melo de Portugal

Ex.<sup>mo</sup> Señor Duque de la Alcudia

[Escrito à margem frontal esquerda - apenas na primeira página]

ag.<sup>to</sup> 5 de 94

nada se ha adelantado desde el tratado del año de 77 cuyo espasio hasta el presente facilita mejor q. en el dia las disposiciones amigables ò forsosas que pudieran emplearse, los objetos presentes urgen tanto mas à que nuestra directiva conducta à el objeto sea prudente è indesia [assim] en caso de allar oposicion, no condescender a cosa alguna contraria al tratado pero tampoco empeñar la decision hasta q. cuando las graves atenciones del dia y seguros de q. el ynflujo a los ingleses no oponga las fuerzas aliadas de las dos potencias contra la de España podamos obrar segun convenga

así se ará entender al Virrey para su Gov.<sup>no</sup> estimando su buen celo e dar tan puntuales noicias, y unase luego su representacion al exped.<sup>te</sup> g<sup>ral</sup>

Fho en 6 de dho.

**Local:** Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (Lisboa). Negócios Estrangeiros – Caixa 915, maços soltos.

**Observações:** as notas citadas nessa correspondência estão todas ajuntadas, na mesma Caixa

III<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Snr.

Em resulta dos Officios que dirigi ao Vice Rey do Rio da Prata nas datas de 10 de Julho, 4 e 7 de Setembro, e 26 de Novembro do anno proximo precedente, como participei a V. Ex<sup>a</sup> nos meus Officios anteriores, tornarão-se inuteis e infructuozos todos os esforços, com que intentei obrigalo á convenção de fazer evacuar os Postos estabelecidos na Fron-teira do Rio Grande; pondo-lhe a vista a execução proposta em o referido Officio de 10 de Julho, para á intimação do que praticasse com as suas Guardas, reduzir-se aquela Fronter<sup>a</sup> ao estado, em que se achavão ambas as naçõens no anno de 1777, fazendo eu tão bem retirar ao Portuguezas. E não obstante a igualdade desta Porposta, fez prevalecer o dito Vice-Rey a maxima dos seus Predecesso-res com os excogitados, e estranhos motivos, que alega, constituindo o seu direito na injusta pose daqueles terre-nos, que arroga aos Dominios da sua nação.

Pela expozião do seu Officio, cuja Copia sevê com o N°, referindo-se á resposta do mencionado de 10 de Julho, con-nhecerá V. Ex<sup>a</sup> a artificioza tentativa com que se opoem á oferta daquela mesma Proposta, cuja repulsa contexta com o iluzivo receio, de que quando se retirassem as Guardas Hespanholas, nunca deixarão as Portuguezas de se conser-var; tanto para que melhor alargassem os seus estabeleci-mentos os Officiaes, e Soldados, a quem imputa o interesse de augmentar as suas Estancias, ou Fazendas, como por que facilmente poderião fomentar os Contrabandos: e passando a mais este exceso, quer persuadir que áos ditos Officiaes

se deve atribuir a demolição de alguns marcos da precedente Demarcação, ao passo de se ter verificado haver influido na sua destruição o immenso numero de gado, que vaga por aqueles dilatados Campos, como o certificarão as Partidas, que se expedirão para o seu reparo. E não deixando de seguir a mesma tentativa, que practicou o seu Antecessor no estabelecimento dos Postos pela referida Fronteira, e do Corso das suas Embarcaçãoens pela Lagôa Merim, fundando-se em huma Concordata, que apenas se projectou pela dispozição do Artigo 19, para se acautelarem os asasinos, roubos, e Contrabandos, que se fazião por aquellas Campanhas, cede com tudo, e convém a vista da justiça da mencionada Proposta, que os Portuguezes pratiquem a mesma providencia em conformidade do citado Artigo 19, sendo as Embarcaçãoens de igual forsa às Hespanholas.

Pelo Officio de 8 de Março, que vai por Copia como Nº 2 reclama logo esta convenção, arguindo, que o estabelecimento da Embarcação Portugueza na dita Lagôa Merim não hê com o objecto de conter os malfeiteiros, mas só a fim de proteger sem oposição alguma os Contrabandos, segundo o costume dos Governadores do Rio Grande: querendo sustentar com semelhantes invectivas a justiça, e o direito de terem os Hespanhoes estabelecido os seus Postos, e a navegação, tanto por lhes pertencerem aqueles terrenos pelo ultimo Tractado, como pela precizão, que houve de conter os Portuguezes, que se aposarão de alheios terrenos, e navegação na referida Lagoa com amplos pasaportes dos Governados [assim] daquele Continente.

Com igual formalidade contexta o dito Vice Rey a alegação da sua artificioza justiça no Officio mostrado por Copia como Nº 3, onde expoem, que os terrenos, que lhe requeri na data de 4 de Setembro precedente, para que se abandonassem na Província do Paraguay, se achão ao Sul da Linha Divizoria, a qual pelo Artigo 8º decide pertencem os ditos terrenos a Hespanha por ficarem ao Sul do Rio Ygurei, e do que tem a sua cabeceira principal mais proxima

entrando no Paraguay pela sua margem Oriental. Ao mesmo tempo persuade tão bem a injustiça com que se achão estabelecidos na Costa Occidental do dito Rio Paraguay os Fortes de Coimbra, e Albuquerque, que o Artigo 9º reconhece pertencer a Hespanha; requerendo a sua demolição em virtude da reprezentação, que já se fizera á Corte de Portugal, e das Ordens correspondentes, que esta oferecera dar. E não constando que aquela Legislação do Tractado dê direito a Hespanha para se aposar dos Sobredictos terrenos reclamados, passo a mostrar ao mencionado Vice Rey a justiça, e o direito, com que se achão estabelecidos os Portuguezes nas Costa Occidental do mesmo Rio Paraguay, onde hê notorio, que nos extremos Austraes, e Orientaes, que confinão com aquella Provincia, cujos terrenos são pertencentes aos Dominios de Portuguezes, mandára estabelecer huma Vila, e varias Aldeias, ou Reducções, que actualmente se conservão: permitindo as precorridas, que quaze annualmente fazem os Hespanhóes, para se utilizarem do que encontrão naquele vasto territorio.

Desta noticia me fez participante por hum Officio de 6 de Junho de 1790 o Coronel Francisco João Roscio, repetindo ao depois [assim] a que dirigi ao S<sup>nr</sup> Martinho de Melo e Castro na data de 22 de Outubro de 1794 a respeito da grande diligencia, com que se augmentarão aquelas Povoaçãoens; violentando-se a muitos Colonos estabelecidos, e vantajozamente situados em outros lugares, a mudarem-se para as ditas Povoaçãoens, que bem se deixarão ver serem favorecidas, e recomendadas pela Corte de Hespanha pela consignação de onze mil pezos, com que annualmente se assistia das Caixas Reaes ao sobredito Vice Rey, seu respectivo Governador então na referida Provincia.

Na ponderação destes mesmos motivos, e pelo que contexta o mencionado Vice Rey no seu Officio apontado por Copia como N<sup>º</sup> 4, se persuadirá V. Ex<sup>a</sup> que nenhum esforço será tão bem suficiente para o mover a tirar da inacção, em que se conserba a Demarcação do Artigo 8º em consequencia

da Convenção feita entre o seo Antecesor, e o Marechal de Campo Sebastião Xavier da Veiga, como já o participei a V. Ex<sup>a</sup> no meu Officio de 23 de Junho do anno pasado: e conhescendo-se perfeitamente a repugnancia de prestar-se o Comisario Hespanhol no reconhecimento daqueles Rios, em que pela invenção dos seus tenhão talvez vacilado as Cortes na sua decizão, por esperar a de Hespanha conseguir aquelas vantagens, a que ainda contra o direito, e justiça se tem proposto, como o tem praticado em diferentes epochas; principalmente desde o anno de 1762 em diante, em que desprezando as estipulaçoens Regias do Tractado de 1763, nunca foi possivel a Portugal conseguir a restituição, que se lhe devia fazer da extensão dos terrenos, de que se achavão de pose os Portuguezes desde o anno de 1735 até a angustura de Castilhos cincuenta legoas distante da Villa do Rio Grande.

E sendo este o motivo dos seus intentos, e o maior empenho de querer desaprovar a união, e enlace das Cabecerias daqueles Rios reconhecidos, e examinados já pelos antigos, e modernos Demarcadores, sobre cuja fé estabelecêrão os Soberanos as dispoziçoens do Tractado, claro está que a substituição, que se pertende fazer com outros, hê só afim de diminuir às Posessoens, e Dominios Portuguezes para o Oriente o avanço de trinta legoas, q<sup>e</sup> há entre as situaçoens de hum, e outros Rios, e não terem a vantagem de servir esta lingua de terra de estabelecimento da Raya, com que fiquem flanqueadas as referidas Posessoens. O Conhecimtno desta vantagem tem concorrido muito para a desaprovação da condição que propoz o dito Marechal de Campo, e reiterada pelo Coronel Francisco João Roscio, deixando-se ver da Controvercia, que este teve com o seu Concurrente, cuja Copia vai indicada com o Nº 5, donde emanão os principios, que obstão o exito de tão importante diligencia, e as Contradicçoens que tem ocorrido para o seu complemento. Não deixa tão bem de se manifestar a falta de sinceridade, e boa fé na repugnancia

de prestar-se o referido Comisario Hespanhol á realização da existencia do Rio Ygurei, opondo-se à verdadeira inteligencia, e execução do Tractado no reconhecimento de hum ponto fixo, por onde se devem preencher as condiçõens do Artigo 4º, que designa a Demarcação do 8º pertendendo por huma parte desaprovar o reconhecimento de huns Rios havidos, e conhecidos por taes no Paiz, para os substituir com outros meramente arbitrados, e denominados pelos Geografos Hespanhoes; e por outra, deixando em dubiedade aquele Rio, que deve levar adiante o progreso de huma execução, de que dependem os Reaes Intereses, e a tranquilidade dos Vasalos de ambas as Fronteiras, para o que ver suprir como Ygatimi, de que não só o Tractado não fala, mas tão bem porque fica muito aguas asima do Salto grande do Paraná, onde nunca se supoz, nem se deve considerar a existencia do Ygurei. A oposição que tem feito a estas contrariedades o Comisario Portuguez são os arbitrios alegados pelo mencionado Vice Rey no seu citado Officio que atribue ao dito Comisario querer com eles privar ás Cortes as Luzes necesarias para rezolverem sobre este asumpto, e o direito que lhes compete de decidirem: No referido Officio argüe tão bem o sobredito Marechal de Campo propor-se com novas invectivas, e condiçõens posteriores á dita Proposta, quando do seu Officio de 19 de Março do prezente anno em resposta ao que lhe dirigio o mesmo Vice Rey, notadas as suas Copias com o N° 6, dá húa evidente prova da condescendencia, que há da parte do Comisario Portuguez, e pelo contrario da do Hespanhol, para dissiparem todas as dificuldades, que obviam a execução das Reaes Ordens.

Corrobora-se a inteligencia das referidas maximas com que se practica no exposto do seu Officio, que vai por Copia notado com o N° 7, em que pretexts não achar-se ainda solidamente instruido nos Negocios das Restituiçõens por não lhe ter permitido tempo o cumulo de immensos particulares, que maneja aquele Governo, a entrar no seu expediente. E sendo este iluzivo, e paliativo meio contextado no

Officio do Coronel Vicente Jozé de Velasco de 24 de Fevereiro do prezente anno, que vai por Copia com o mesmo numero, e já bem manifesto no de 19 de Setembro do pasado, que dirigio o sobredito Vice Rey ao mencionado Coronel á instancia dos que lhe havia remetido nas datas de 11 de Julho, e 18 de Setembro do mesmo anno, como o expuz a V. Ex<sup>a</sup> no meu Officio de 26 de Novembro referido; h<sup>e</sup> facil de se presumir serem frustradas todas as diligencias, que se fizerem sobre este aumpto, depois de estarem tão clarificadas as materias que promovêrão as suas respectivas requizichoens, e que tem constituido esta importante dependencia, vendo-me obrigado por este entorpecimento, e inacção a fazer recomendavel ao mesmo Coronel, pelo ultimo Officio, que lhe expedi, e vai por Copia, a moderação, e tolerancia a vista da morozidade do sobredito particular, para que sirva de autorizar mais á nossa justiça a prova dos seus industriosos recursos, e de ultimo desengano os seus iluzorios comprometimentos.

Finalmente de baixo do Nº 8 faço ver a V. Ex<sup>a</sup> por Copia a resposta que dei do mencionado Vice Rey, em que lhe pondero terem procedido os atrazos da prezente Demarcação, e a falta do cumprimento do Tractado em todos os Negocios, da m<sup>a</sup> fé, com que se prestão os Hespanhos na sua execu<sup>ç</sup>ao: resultando daqui as reclama<sup>ç</sup>oens, que inustamente fazem, como sevê nas prezentes, que remeto por Copias com o mesmo numero, suscitadas pelo estabelecimento da nova Guarda junto á margem do Arroyo grande, e do corso da Embarcação pela Lagôa Merim, nas quaes não só o mesmo Vice Rey, mas ainda os Officiaes Comandantes das Guardas da Fronteira Hespanhola se esmerão em alegar o seu direito, e de arguirem aos Portuguezes a infracção do Tractado. E sendo as respostas, e o mais que expoem o sobredito Marechal de Campo na conta que me dirigio com o Mapa das Situa<sup>ç</sup>oens, e distancias, em que se achão as Guardas daquela Fronteira, como sevê nas mesmas Copias, bem convincentes para darem a conhecer os

seus excessos, e a falta de sinceridade, e boa fé, que practicão em todos os particulares; nada considero bastante para os atrahir a huma perfeita harmonia, nem menos p<sup>a+</sup> deixar V. Ex<sup>a</sup> de se persuadir, q' não há condescendencia q' os obrigue a concorrer p<sup>a</sup> a tranquillização da referida Fronteira, e cumprimento das Regias estipulaçōens do Tractado pelos subterfugios com q'sustentão as suas opinioens apoiadas do dispotismo, e de se julgarem absolutos: e que sendo frustradas todas as diligencias de se conseguir o exito daqueles trabalhos pela contumacia da sua repugnancia; e ate de se concluirem as resitutiçōens pelas duvidas, com que tem prolongado Tão importante Negocio; não querendo nem disolvelas, nem dar aqueles documentos precizos do que tem solicitado o Coronel empregado na sua Comisão para com eles justificar a sua incançavel diligencia: só resta o meio de húa suprema decizão para pôr termo a tantos obstaculos, e conter os prejuizos, que efectivamente crescem na irrosulução desta materia.

A vista do que se tem practicado em tantos annos, e do desengano, em q' estou de conseguir o efeito de tão importantes particulares, me pareceo conveniente expor difuzamente o que tenho referido, para que dignando-se V. Ex<sup>a</sup> de o pôr na Real Prezença de S. Mag<sup>de</sup> mereçao toda a atenção, e providencia, que a mesma Senhora for Servida.

Deus guarde a V. Ex<sup>a</sup>. Rio de Janeiro 11 de Novembro de 1796.

S<sup>nr</sup> Luiz Pinto de Souza

M<sup>de</sup> de Rezende

# Anexo II

*Partes do processo movido contra  
D. Francisco Rodrigo, pela entrega,  
aos portugueses, do departamento  
de São Miguel.*

Fonte: Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Tribunales. Legajo 7. Expediente 10.



Departamento de S.<sup>n</sup> Mig.<sup>l</sup>

1807

Quaderno 6.<sup>o</sup> e ultimo

Proceso contra D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo

Diligencia de Buenos-aires à nuebe dias del Mes de Marzo  
 p.<sup>a</sup> solicitar de mil ochocientos Siete D.<sup>n</sup> Vicente de  
 se nombre Carvallo, y Goyeneche Cap.<sup>n</sup> del Regim.<sup>to</sup> de  
 Secretario Dragon.<sup>s</sup> y Juez fiscal de este proceso dixo: Que  
 para continuar este concluidas las diligencias judiciales, que  
 proceso debieron practicarse en los Pueblos de Misiones  
 sobre esta causa, dio cuenta al Ex<sup>mo</sup>. Señor  
 Vyrrey, y Su Exc.<sup>a</sup> se sirbio mandar, que el  
 Coron.<sup>l</sup> D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo acusado en èl,  
 baxase arrestado à esta ciudad con la custodia  
 correspondente alos cargos, que le resultan,  
 y no habiendo en aquel destino oficial alguno,  
 que se encargase de su persona, se le mando  
 venir baxo su palabra de honor à presentarse  
 à disposicion del Ex<sup>mo</sup>. Señor Vyrrey, quien se  
 dignò aprobar esta resolucion. Que el  
 expresado Coron.<sup>l</sup> D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo lo  
 verificò, y se le mandò esperar en esta, que  
 finalizadas las diligencias judiciales, que  
 tambien debian practicarse en los demas  
 procesos formados sobre los resultados de la  
 perdida de dichos Pueblos, viniese el enunciado  
 Juez Fiscal à concluir las expresadas causas,  
 y ponerlas en estado de celebrarse el Consejo  
 de Guerra de Oficiales Generales, que ha de  
 sentenciarlas. Que efectivamente concluida su  
 comision en Misiones, se puso en marcha con  
 el Ten.<sup>te</sup> del mismo Regim.<sup>to</sup> D.<sup>n</sup> Josè de Are-  
 nas Secretario de dichos procesos, quien quedò  
 enfermo en el camino, y èl suguió su viage has-  
 ta las inmediaciones de esta capital, en donde

tubo noticia, de haberla ocupado las Armas de Su Mag.<sup>d</sup> Britanica y que el Ex<sup>mo</sup>. Señor Vyrrey Marquès de Sobremonte caminaba para la ciudad de Cordova. Que dexò el Fiscal la ruta que trahia, y salio a la de las Postas, que van à dicha ciudad, à presentarse à Su Exc.<sup>a</sup> quien le mandò seguirle hasta ella, en donde le dexò encargado del mando de Armas de aquella Provincia. Que despues embiò el mismo Ex<sup>mo</sup>. Señor Vyrrey al expresado Coron.<sup>l</sup> D.<sup>n</sup> Francisco Rodrigo, Reo en este proceso, para que le revelase de aquel Gobierno, en donde se halla actualmente, y le mandò regresar à esta Capital, como consta de su Sup.<sup>r</sup> orden, que se inserta à continuacion de esta diligencia. Que habiendo llegado a esta, y halladose con la novedad de estar el Secretario elegido Abilitado del Regimiento, con fecha de diez y seis de Diciembre ultimo pasò oficio al Señor Coronel reclamandolo, y Su Señoria le contestò, que podia el Teniente D.<sup>n</sup> Josè de Arenas exercer ambos encargos, como aparece del oficio, que tambien se inserta despues de esta diligencia. Que el Teniente D.<sup>n</sup> Josè de Arenas recibio caudales en Tesoreria, marchò con ellas a la vanda oriental del Rio de la Plata, pasò a la Plaza de Montevideo sitiada por los Ingleses, se hallò en su asalto, y rendicion, y quedò prisionero de guerra, y de este modo se entorpeció la prosecucion de estas causas. Que depuesto del Vyrreynato el Ex<sup>mo</sup>. Señor Marquès de Sobremonte, conociendo el Fiscal, lo que interesa al R.<sup>l</sup> serbicio, y al Estado la conclusion, y sentencia de estos procesos se presentò al Tribunal de la R.<sup>l</sup> Audiencia, en quien reside la Capitania Gen.<sup>l</sup> de estas Provincias solicitando se le nombre Secretario en lugar del Ten.<sup>te</sup> Don Josè de Arenas, y esperando su Real provision lo pone por diligencia, que firma.

Vicente de Carvallo, y Goyeneche

Haviendo disp.<sup>to</sup> q.<sup>e</sup>, el S.<sup>r</sup> Coron<sup>l</sup> D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo pase à esa Ciudad à encargarse p.<sup>r</sup> ahora, y la nueva providencia del mando de Armas de esa Prov.<sup>a</sup> lo aviso à Vm p.<sup>a</sup> q.<sup>e</sup> entregandole la correspondencia é instruyendole de tudo regrese a la Cap.<sup>l</sup> de B.<sup>s</sup> A.<sup>s</sup>

Dios gue<sup>r</sup> à Vm m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> S.<sup>n</sup> Nicolas de los Arroyos  
4 de Sep.<sup>re</sup> de 1806.

El Marq.<sup>s</sup> de Sobremonete

Al Cap.<sup>n</sup> D.<sup>n</sup> Viz.<sup>te</sup> Carballo

509.

El ten.<sup>te</sup> D. José Arenas ha sido nombrado p.<sup>a</sup> Habilitado en ocasión de hallarse en el Regimiento con las tropas q.<sup>e</sup> verificaron la reconquista de esta cap.<sup>l</sup> mientras vmd~ mandaba las Armas en Cordova; y dandole ese cargo bastante trigar p.<sup>r</sup> tener solo q. recibir el Din.<sup>o</sup> y distribuirlo á fin del mes, puede igualmente en las presentes circunst.<sup>as</sup> q. ocurren atenciones de la ma.<sup>or</sup> gravedad y hay falta de oficiales, desempeñar la Secretaria de la Comision de vmd~ Con lo q. contesto su oficio de hoy.

Dios gue. á vmd~ m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> Buen<sup>s</sup>. A<sup>s</sup>. 16 de diciembre de 1806.

Joseph Ign.<sup>o</sup> dela L[?]tana

D.<sup>n</sup> Vic.<sup>te</sup> Carballo Goyeneche

[note-se que falta a primeira parte dessas mesmas folhas 510]

510.

[à margem] de Dragon.<sup>s</sup> de Buenos Aires, certifico, que Secretario para continuar el proceso formado de orden Superior contra el Coron.<sup>! D.<sup>n</sup></sup> Fran.<sup>co</sup> Rodriguez por la entrega, que hizo de los Pueblos del Derpartam.<sup>to</sup> de S.<sup>n</sup> Miguel en las Misiones Guaranes a las Armas Portuguesas, hice comparecer ante mi à d<sup>ch</sup>o Pedro Alcantara Ruiz Ten.<sup>te</sup> del mismo Regim.<sup>to</sup> à quién el Tribunal de la R.<sup>! Audienca</sup>, en quién reside la Capitania General de las Provincias del Rio de la Plata, ha nombrado por Secretario de esta causa en lugar del Ten.<sup>te</sup> D.<sup>n</sup> José de Arenas, segun consta del nombramiento que presenta, y va inserto à continuacion de esta diligencia, cuyo empleo dixo, aceptaba, y prometio baxo su palabra de honor obrar con fidelidad en quanto se actue. Y p.<sup>a</sup> q.<sup>e</sup> conste lo firmo commigo en esta ciudad de Buenos aires a diez de Marzo de mil ochocientos, y siete.

Vicente de Carvallo, y Goyeneche  
Pedro de Alcantara Ruiz

511.

M.P.S.

Oficio del  
Tribunal  
dela R.<sup>1</sup>  
Audiencia

D.<sup>n</sup> Vicente de Carvallo y Goyeneche  
Cap.<sup>n</sup> del Reg.<sup>to</sup> de Dragh.<sup>es</sup> de Buenos Aires  
ante V. Ex. Parezco y digo: que à  
consecuencia de Real Orden me nombró esta  
Capitania Gen.<sup>l</sup> por Fiscal de los Procesos  
formados contra los oficiales, que entregarón  
à las Armas Portuguesas los Pueblos de  
Misiones Guaraníes en la ultima guerra  
contra esta Nación, cuyo encargo aprobó Su  
Mag.<sup>d</sup>. Que a este efecto pasé a dichas  
Misiones, y concluidas alli las diligencias  
judiciales que debían practicarse, regresaba  
à esta Capital de orden superior à seguir las,  
y concluir los Procesos, pero à curta distan-  
cia de ella, tube la noticia de estar ocupada  
por las Armas Britanicas, y la de que el  
Exmo. Señor Virrey Marqués de Sobremonte  
marchaba para la de Cordova, y sali al  
camino delas Portas a presentarme à Su  
Exc<sup>a</sup>, quien me mando le segurase hasta  
dicha ciudad. En ella me dexo interimamen-  
te de Comandante de las Armas de su  
Provincia, y desde S. Nicolas delos Arroyos  
me pasó orden para que viniese ala Capital  
à concluir la Comision. Puesto aqui me hallé  
con el Secretario delos Procesos que lo era  
el Ten.<sup>te</sup> de Dragone<sup>s</sup> D.<sup>n</sup> José Arenas electo  
Abilitado del Regim.<sup>to</sup> para este año. Por un  
oficio lo reclama del Señor Coronel, y este  
Gefe dispuso, que exerce se los dos encargos,  
y el expresado Ten. D.<sup>n</sup> Josè se convino pero  
habiendo ido ala Plaza de Montevideo en

A.V.A.

ejercicio de el de Abilitado para volver luego à esta, ha tenido la desgracia de quedar prisionero de guerra y porque se puede muy bien dar cumplimiento ala Real Orden; y porque de orden Superior se hallan detenidos algunos individuos, que declararon en los primeros sumarios que se habian formado sobre el asunto, y evacuar con ellos las diligencias judiciales, que deben practicarse suplico se digne nombrar para que ejerza las funciones de Secretario al Ten.<sup>te</sup> del expresado Regim.<sup>to</sup> D.<sup>n</sup> Pedro Alcantara Ruiz, ó al Subten.<sup>te</sup> del fixo de Infantaria D.<sup>n</sup> Cosme Ramires de Arallano, ó à qualesquiera otro, que sea del Superior agrado de V. A. por hallarse absolutamente impedido para exercer estas funciones el enunciado Ten.<sup>te</sup>D.<sup>n</sup> Josè de Arenas, que ha actuado en los Procesos por Nombramiento de esta Capitania General à quien privativamente pertenece esta eleccion segun lo previene Su Mag.<sup>d</sup> en Sus Reales Ordenes art. 7. tit. 6. trat. 8; para que se puedan continuar, y concluir las las expresadas causas que están detenidas hasta que V. A. determine lo que tubiere por mas conveniente.  
Buenos-aires 9 de Marzo de 1807.-

M.P.S.

Vicente de Carvallo y Goyeneche

B.<sup>s</sup> Ay.<sup>s</sup> 9 de Marzo de 1807

Se nombra en lugar del Ten.<sup>te</sup> D.<sup>n</sup> Joseph Arenas, al Ten.<sup>te</sup> D.<sup>n</sup> Pedro Alcantara Ruiz  
[firma desconhecida]

Cro...eyo y ...bisco el dec.<sup>to</sup> ...de la R.<sup>l</sup> Aud.<sup>a</sup> ... Governadora, en Buenos Ayres dia mes y año de su fcha.

D.<sup>n</sup> Josef Ramon de B...

Diligencia pasando Oficio a el S.<sup>or</sup> Sargento mayor, y Com.<sup>te</sup>

En al Ciudad de Buenos Ayres a 25 dias de el mes de Marzo de Mil ochocientos, y siete el S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup> Vicente Carvallo, y Goyeneche Capitan de el Reg.<sup>to</sup> de Dragones, y Juez Fiscal de los procesos formados sobre la perdida de llos pueblos de el Departamento de S.<sup>n</sup> Miguel en las Misiones Guaranes dixo: Que orientado, de que se me destacaba de orden del S.<sup>or</sup> Sargento mayor, y Comandante de el Reg.<sup>to</sup> ala chacarita de los Padres Belermitas, se pasase a el expresado Xefe el Oficio de el tenor siguiente:

Oficio a dho.

"La superioridad ha nombrado a el The. de el Reg.<sup>to</sup> fixo de Dragones D.<sup>n</sup> Pedro de Alcantara Ruiz, para que egerxa las funciones de Secretario en las causas, que estoy siguiendo sobre la perdida de Iso Pueblos de el Departamento de S.<sup>n</sup> Miguel en la Misiones Guaranes, por hallarse prisionero de guerra en Monte-Video el de la misma clase, y Reg.<sup>to</sup> D.<sup>n</sup> Jose de Arenas, quien las egerxia; y he de dever a Vssa. se digne mandar se le releve de la fatiga de el servicio ordinario, como lo previene S. M. en sus Reales Ordenanzas, para poder concluir dhas. causas = Nuestro S.<sup>or</sup> guarde a Vssa. m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> Buenos Ayres Veinte y cinco de Marzo de mil ochocientos, y siete = Vicente de Carvallo, y Goyeneche. = Senor Sargento mayor, y Comandante de el Regimiento de Dragones."

El qual Oficio lleve yo el infraescrito Secretario, y entregue en su propia mano a el Señor Coronel D.<sup>n</sup> Agustin de Pinedo Sargento mayor, y Comandante de el expresado Reg.<sup>to</sup> de Dragones. Y para que conste por diligencia lo firmó dho. Señor, de todo lo que doy feé

Carvalho  
Pedro de Alcantara Ruiz

Diligencias criando testigos	En la Ciudad de Buenos Ayres a quatro dias de el mes de Abril de mil ochocientos, y siete el S. <sup>or</sup> D. <sup>n</sup> Vicente Carvallo, y Goyeneche Capitan de el Reg. <sup>to</sup> de Dragones, y Juez Fiscal de este proceso, dixo: Que habiendo representado desde el pueblo de Apostoles, a el Exmo. S. <sup>or</sup> Virrey que esta Ciudad residian algunos testigos presenciales que declararon en los sumarios, mandados elevar a proceso, formados sobre la entrega de los pueblos de el Departamento de S. <sup>n</sup> Miguel en las Misiones Guaranes, el 1º por el Subteniente D. <sup>n</sup> Francisco Jose de Vera de orden verval de el S. <sup>or</sup> Coronel D. <sup>n</sup> Juaquin de Soria, siendo Gobernador de los treinta pueblos de dhas. Misiones, y el 2º por el S. <sup>or</sup> Brigadier D. <sup>n</sup> Bernardo Lecoc de orden de el Exmo. S. <sup>or</sup> Virrey, y pedidolos para su ratificación, y careo, principal mente a D. <sup>n</sup> Leandro Herrera, que fue uno de los que firmaron dicha entrega, se sirvio su Excelencia pasarle el Oficio, que se inserta a continuacion de esta diligencia, mandandole
------------------------------------	--

en el, que a su regreso a esta Capital actuase dhas diligencias con el enunciado Herrera, y deveindo seguir la misma regla con los demás; mandava se citasen a este efecto. Y para que conste lo puso por diligencia que firmó dho. S.<sup>or</sup> conmigo el presente Secretario

Carvallo

Pedro de Alcantara Ruiz

Haviendo resuelto esta Superior.<sup>d</sup> en provid.<sup>a</sup> de 8. de Julio ult.<sup>o</sup> comunicada a VM. con igual fecha, la duda que consultó por Oficio de 23. de Mayo anterior sobre si deverán ó no ver juzgados en el Consejo de Guerra de Oficiales Generales los Paysanos que en él expresa resultan réos en la causa q. VM. se halla actuando contra el Coronel D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo por la entrega que hizo de los Pueblos des Departamento de S.<sup>n</sup> Miguel à las Tropas Portuguesas en la proxima pasada guerra: hè recibido otro oficio de VM. de 22. del mismo Julio, en que instando por aquella declarac.<sup>n</sup> pide se mande restituir à este destino à D.<sup>n</sup> Leandro Herrera, uno de los comprehendidos en la expuesta consulta, que se halla en esta capital p.<sup>a</sup> las diligencias que expresa. Y en su vista, hè resuelto por providencia asesor.<sup>da</sup> de este dia, que guardandose, y cumpliendose la antecedentem.<sup>te</sup> citada de 8. de Julio, se prevenga à VM. en contextar, como lo hago, que por lo tocante à las enunciadas diligencias que devén practicarse con el referido Herrera, las difiera Vm. ó resérve hasta que se verifique su regreso à esta capital, en donde hé hecho intimar à Herrera se mantenga, hasta nueva orden de esta Superioridad.

Dios gue. á Vm. m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> Buenos Aires 9. de Agosto de 1803.

Joachin del Pino

Al Capit.<sup>n</sup> de Dragones D.<sup>n</sup> Vizente de Carballo y Goyeneche.

Declaracion  
de D.<sup>n</sup> Leandro  
Herrera Ciudad de Buenos Ayres a seis dias de el mes  
de Abril de mil ochocientos, y siete el S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup>  
Vicente Carvallo, y Goyeneche Juez Fiscal  
de este proceso, en virtud de las superiores  
ordenes de el Exmo. S.<sup>or</sup> Virrey que estan  
insertas en el hizo comparecer ante si a D.<sup>n</sup>  
Leandro Herrera quinto testigo en la d.<sup>a</sup>  
sumaria, a quien dho. S.<sup>or</sup> Juez Fiscal mandó  
levantar la mano derecha haciendo con ella  
la señal de la cruz, y

Preg.<sup>do</sup> ¿Jurais a Dios, y prometeis a el Rey decir  
verdad sobre lo que os voy a interrogar? dixo:  
Si Juro, y prometo.

Preg.<sup>do</sup> Su nombre, y empleo, y en donde se hallava  
cuando se publicó la declaracion de Guerra  
contra Portugal el año pasado mil  
ochocientos, y uno, si sirvio en ella, en don-  
de, conque empleo, y a que ordenes? dixo:  
Llamarse D.<sup>n</sup> Leandro Herrera, y que es uno  
de los vecinos de esta Ciudad: Que se hallava  
entonces en el pueblo de Candelaria. Que  
sirvio en dha. Guerra en el pueblo de S.<sup>n</sup>  
Miguel alias ordenes de el Coronel D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup>  
Rodrigo Teniente Governador de Misiones  
en calidad de Alferez mandando una parti-  
da de veinte, y siete Milicianos.

Preg.<sup>do</sup> ¿Si sabe que el expresado departamento de  
S.<sup>n</sup> Miguel fue entregado a los Portugueses,  
y por quien? Dixo: Que lo entrego su  
Teniente Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo  
vajo de capitulacion.

Preg.<sup>do</sup> ¿Si sabe que el expresado Teniente Gover-  
nador esta procesado por haverlo entrega-  
do, y si sabe, ó ha oido decir en donde se halla  
en la actualidad, y en que empleo, y de que  
orden? Dixo: Que ha oido decir estar

procesado como sele pregunta, y que se halla en el dia de Governador de Armas de la Provincia de Cordova de orden de el Exmo. S.<sup>or</sup> Virrey Marques de Sobre Monte, y responde –

Preg.<sup>do</sup>

¿Si se acuerda haver declarado en calidad de testigo en alguna sumaria formada contra el enunciado teniente Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo sobre dha. entrega, ante quien, y de que orden? Dixo: Que declaró sobre dha. entrega en calidad de testigo ante el Subteniente D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> de Vera, y que supone que seria de orden de el S.<sup>or</sup> Governor de Misiones, y responde –

Y Habiendole mandado hacer relacion circunstanciada dela expresada entrega, y sus incidencias, dixo: Que hallandose en el Pueblo de Candelaria, y haviendo se publicado alli la declaracion de Guera el quinze de Julio de dho. año ochientos, y uno le mando el S.<sup>or</sup> Governor que reclutase dela gente capaz de tomar armas, y los hiziese conducir a dho. pueblo, y a el tercero dia puso en el mas de sesenta hombres Espanoles, y de castas, Pobladores de aquel territorio. Que de estos quedaron veinte, y siete hombres con los cuales marchó de orden de el S.<sup>or</sup> Governor para el Departamento de S.<sup>n</sup> Miguel a servir en aquella campana vajo las ordenes de el Teniente Governor D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo, a quien se presento con su Partida en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis uno de los de dho. Departamento. Que en el dia de su llegada a este Pueblo llegó aviso de que los enemigos havian tomado la guardia de S.<sup>n</sup> Martin, ya el siguiente salio

para el de S.<sup>n</sup> Miguel con el expresado Teniente Governador: Y haviendo llegado a el tomo quartel con su gente en el galpon dela texa a donde tanvien se aquartelaron mas de docientos Naturales de el Departamento de S.<sup>n</sup> Santiago: Y luego fueron llegando otras partidas de Naturales de los demas departamentos. Que en estas circunstancias acompaño a el enunciado Teniente Governador a el reconocimiento, y delineacion de um campamento que se formó a legua, y media de el Pueblo en el paraje nombrado Chunirevi. Que se revistaron los Naturales en la Plaza de el Pueblo, y se hallaron mas de trescientos con mas de cien armas de fuego, y se eligieron trescientos para que travajasen en la obra de dho, campamento los quales fueron escoltados de veinte, y dos hombres de los de mi Partida, y de Comandante de el campamento, y Director de las obras el Maestro de escuela D.<sup>n</sup> Jose Manzuela Lascano. Que alos tres dias fue sorprendido Lascano, y arrollado por una partida enemiga, y hubo tres Espanoles muertos, y uno herido, y los naturales fueron con los Portugeses, quienes dieron libertad a los demas Espanoles inponiendoles pessa dela vida si entravan a el Pueblo de S.<sup>n</sup> Miguel. Que los Naturales hallaron a Lascano escondido en un bosque en donde lo maltrataron, y amarrado lo llevaron a entregar a el Comandante Portugues. Que habiendo llegado esta noticia a dho. Pueblo mandó el Teniente Governador reunir los Espanoles en el Colegio los quales eran en numero de ciento,

y cinco, y con ellos se guarneциeron las abenidas de el Colegio, que por la mañana de el dia de el avanse de el campamento se presentaron los enemigos en una lomada que hay inmediata á aquel Pueblo, y enviaron un Yndio de poca edad a pedir papel, y tintero, que despues de el medio dia se presentaron en la plaza de el pueblo los Naturales, que estuvieron en Chunirevi desarmados, pero llevaban garrotes, y no haviendo los admitido el Sargento de Dragones D.<sup>n</sup> Domingo Santos que hacia las funciones de Ayudante, y estava de Comandante dela Guardia dela Puerta principal de el Colegio, porque dixo eran sospechosos se bolvieron a el campamento enemigo. Que al siguiente dia por la mañana le escrivieron a el Teniente Governador que entregase el Pueblo, y se le permitiria salir libremente, y con los honores de Guerra; a que contestó que el no podia determinar sin noticia de el Governador de quien sabrá hallarse ya en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Nicolas, y que a este fin se le concediesen tres dias para responder. Que efectivamente se concedieron los tres dias, pero haviendo interceptado una carta de el S.<sup>or</sup> Governador aparentaron q.<sup>e</sup> en ella venian disposiciones de Guerra, enviandole una carta de amistad de el expresado Governor, en que le decia;

Estara Vmd. afligido, y yo no estoy menos: no he podido marchar por la creciente de el Pirayú, pero mañana verificare mi salida; y con esto le escrivio el Comandante Portuges, que ya no concedia los tres dias sino que al siguiente dia por la mañana habra de entre-

gar el pueblo haciendole responsable dela efusion de sangre que huviese en la accion, a que se siguió enviar a el expresado Sargento Santos autorizado para capitular, y convenidos los articulos de una, y otra parte se rindio el pueblo. Para la salida, y marcha dieron los enemigos los auxilios necesarios para marchar, y una caxa para que le tambor batiese marcha, porque haviendose ido a los enemigos hasta los cocineros de los Curas no dexaron caxa alguna en Pueblo. Que escoltados de cinco hombres incluso su Comandante caminaron para la vanda occidental del Uruguay pero haviendo llegado a el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis se apoderaron de la Artilleria armas, y municiones, y hizieron prisionera la gente. Que la gente, y carruagens se camparon a el lado del Pueblo; El Teniente Gobernador en Colegio co su familia, y el que declara en un quarto de el mismo colegio; y como a el amanecer se hallo sorprendido con las armas puestas a el pecho ignora lo que pasó en el campamento, y carruages; que tanto a el que declara como a el Teniente Gobernador, a el Sargento Santos, y a Lascano los conducian presos para el Rio Pardo, pero hallandose aloxados en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Juan, llego un Oficial Portuges, y los hizo regresar a el Pueblo de S.<sup>n</sup> Miguel en donde los juramentaron con otros mas, menos el Teniente Gobernador, y de alli les permitieron regresar ala vanda occidental de el Uruguay, desde donde se trasladó a el Pueblo de Ytапuá en donde se hallava el S.<sup>or</sup> Gobernador quien envio a el que declara a

el Paraguay para conducir armas, y municiones; Las que entregó parte de ellas en dho. Pueblo de Ytapuá, y las demas, en el de S.<sup>to</sup> Tomé, y este fue el ultimo servicio que hizo en aquella campaña. Que quando los enemigos se apoderaron delas armas le robaron a el que declara quanto tenia, y haviendole echo marchar en un recado de suela sin coxinillo, ni pellon en el primer aloxamiento le acavaron de despojar, y le quitaron hasta los calzones, haciendo lo mismo con el Teniente Governador, y demas prisioneros. Que esto es lo que tiene presente, y como ha pasado ya mucho tiempo pueden habersele olvidado algunas incidencias, y haciendole memoria de ellas contestará lo que sepa, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si antes de rendirse por capitulacion fue atacado el The. Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo por los enemigos, quantos ataques sufrió, que perdidas tubo, y que defensa hizo para rechazarlos? Dixo: Que ni hubo ataques, y por consiguiente ni perdidas ni defensa, ni hubo mas accion de Guerra que la sorpresa de el Capamento de Chunirevi que ha referido, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si sabe quien fue el caudillo que le obligó a rendirse: que condecoracion tenia entonces en su Nacion, y con que miras entro en aquel departamento: Que numero de gente le acompañaba, y si esta era tropa veterana, o e Milicias, o si eran paysanos: si trahian Artilleria, repuesto de municiones de Guerra y qual era su armamento, o si era alguna partida volante? Dixo: que el Caudillo era un tal de Jose de Ocanto, y no sabe que tubiese

condecoracion alguna: que le parece que entró en el departamento con el designio de rovar, acompañado de unos quarenta, y tantos paysanos, y que entre ellos venia una tal Lara Oficial de Milicias: que su armamento era sable, y caravina, y que no trahian Artilleria, y que ignora si trahian, ó no, repuesto de municiones de Guerra, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si el caudillo de esta gente se presento con ella formada en la plaza de el Pueblo ala salida de el Teniente Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo con su tropa capitulada de salir con todos los honores militares? Dixo: Que nada hube del contenido dela pregunta, y que Jose de Ocanto ala salida de el pueblo viño acompañado de otro a saludar a el Teniente Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo, y concluido el cumplimiento se retiró, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿De que modo le intimaron la rendicion de el pueblo de S.<sup>n</sup> Miguel a el expresado The. Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo, y si fue algun Oficial el Enviado a hazerle la intimacion? Dixo: que no hubo Oficial, y que fue de el modo que tiene referido en la relacion que acava de hacer, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Que numero de Gente tenia a su ordenes el enunciado Teniente Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo el dia que le intimaron los Portugeses la rendicion de dho. Pueblo? Dixo: Que ya lo tiene referido en la expresada relacion, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Que calidad de gentes, y Oficiales era esta, si era una tropa arreglada de Milicias, o si eran paysanos? Dixo: Que no save que clase de gente era la que vino de el Paraguay a

las ordenes de el Ayudante mayor D.<sup>n</sup> Juan Jose Chaparo, que la de Misiones eran paysanos pobladores, y que ala de su Partida les enseño a cargar, y descargar, y que les hizo tirar a el blanco estimulando con premio de su bolsillo a el que acertaba, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si hubo tambien entre esta gente algunos Europeos, y a que numero ascendian estos? Dixo: Que serian hasta cinco, ó seis los Europeos, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si tanvien huvo alguna tropa veterana, y en que numero? Dixo: Que hubo siete hombres incluso el Sargento Santos, y responde –

Y por que es ya mas de medio dia se suspendio esta declaracion para continuarla esta tarde, y la firmo con el S.<sup>or</sup> Juez fiscal de que doy fee

Leandro Herrera  
Vicente de Carvallo, y Goyeneche  
Ante mi  
Pedro de Alcantara Ruiz

Sigue la  
declaracion  
de D.<sup>n</sup>  
Leandro  
Herrera

Em dho. dia, mes y año compareceo ante dho. S.<sup>or</sup> Juez Fiscal D.<sup>n</sup> Leandro Herrera para continuar declaracion, y bajo el juramento q.<sup>e</sup> tiene hecho fue

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que el The. Governor D.<sup>n</sup> Franc.<sup>co</sup> Rodrigo tenia artilleria, y si la tubo diga el numero de piezas, y sus calibres: Dixo: Que tubo ocho pedreros, y un cañon, que le parece seria de calibre de a ocho, y que de esto no entiende, y responde -  
Si

habia municiones para ella, y si entre la gente Europea que hubo a las ordenes del expresado Teniente Gobernador habia alguno, o algunos Artilleros, y si los habia diga sus nombres, y apellidos, si los sabe: Dixo: Que habia municiones para la Artilleria, y que uno de los Europeos que lo era Jose Galan fue Artillero de Brigada, y que este enseño a los demas a cargar la Artilleria, y hacer uso de ella, y q.<sup>e</sup> quando el que declara llegó a el pueblo de S.<sup>n</sup> Miguel ya esto estaba arreglado, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si havia suficiente numero de armas de fuego, y municiones, para toda la gente, que existia en dho. pueblo quando se pusieron a el frente de el enemigo, y si las espresadas armas estaban de buen servicio? Dixo: Que habia armas corrientes de las que se conduyeron de los Pueblos, y tambien habia muchas q.<sup>e</sup> no lo estaban, y estas eran las que pertenecian a el armamento de la partida de demarcacion de limites, y Linea Divisoria cuyos caxones se abrieron el dia antes con motibo de haber avisado el Administrador de el Pueblo de S.<sup>n</sup> Juan, que los Enemigos estaban en la Estancia de S.<sup>n</sup> Juan Mini, y que el que declara dispuso que se sacasen grasa, ó aceyte de los huesos de manos de baca para quitarles el moho, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si concibe que con esta gente, Artilleria, armas de fuego, y blancas con sus correspondientes municiones pudo el expresado Teniente Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo haber atacado aquel corto numero de enemigos, que no tenia Artilleria, como

Ileva declarado, con provavilidad de arrollarlos si entraban en accion de Guerra, principalmente en el dia que se pusieron ala vista de el pueblo? Dixo: Que concibe, que si hubieran los Enemigos entrado en convate aquella mañana hubieran sido vencidos, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿De que modo fue la sorpresa de el Campamento de Chunericu? Dixo: Que lo ignora, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Que ocurrencias hubo antes dela formacion de el expresado Campamento en su formacion: Antes y despues de su sorpresa? Dixo: Que no supo otra cosa sino es que el Comandante de dho. campamento hirio a un Yndio, que le parece que era caziqe o alo menos que tenia algun mando, y vio el que declara, que el The. Governor lo mando poner en la carzel, y lo mismo a unas Yndias que vinieron llorando detras de el herido, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que alas ocho dela noche antes de el dia dela expresada sorpresa tubo aviso el Teniente Governor comunicado por el Administrador de el Pueblo de S.<sup>n</sup> Juan de que los enemigos se havian apoderado de la cavallada q.<sup>e</sup> llaman de el Santo, y que estaban situados en el parque llamado los Onbus? Dixo: Que es cierto, y que ya lo tiene declarado, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si aquella noche vio salir, ó supo que hubiese salido alguna partida a reforzar la guarnicion de el expresado campamento de Chunericu? Dixo: Que nada hubo de el contenido de la pregunta, y responde -

Preg.<sup>do</sup> ¿Si aquella misma noche vio, supo, u oyo decir, que alo menos sele pasase aviso a el Comandante de dho. campamento para que los Enemigos no le tomasen descuidado si resolvian atacarlo, como podra ser, y devia conjeturarse por la cercania en que se hallaban? Dixo: Que ni lo vio, ni lo oyó decir, y que le parece que no sele envió aviso alguno, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si vio, supo, u oyo decir que el expresado Teniente Governorador tomó alguna providencia en virtud de tan circunstanciada noticia para fustrar las ideas hostiles que pudieran tener los enemigos? Dixo: Que aquella noche oyo decir que The. Governorador habia dado orden a el Ayudante D.<sup>n</sup> Domingo Santos para que enviase por caballos a el parage donde estaba la Caballada distante legua y media o dos de el Pueblo, y q.<sup>e</sup> ignora si se hizo esta operacion, ó no, pero que por la mañana vio el que declara que havida noticia de la sorpresa se agarraban las cabezas, quexandose de que los Yndios, a cuyo cargo estaba la caballada no parecian con caballos, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿De que modo se hizo la salida de el Pueblo despues de haberlo entregado por capitulacion, y como se dispuso la marcha para el Rio Uruguay? Dixo: Que formada la gente en dos filas con nuebe caruages en el centro, y detras de estos en cañon montado, y los pedreros en las carretas salieron batiendo marcha con el real Estandarte de el Pueblo, y el Teniente Governorador a la cabeza. Que la marcha se hacia a disposicion delos cinco Portugeses que servian de escolta, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si el Teniente Gobernador antes de salir de el Pueblo mandó pasar revista de Armas, y municiones ala gente que tenia a sus ordenes, y si mando que saliesen con las armas cargadas, y la Artilleria en disposicion de defenderse de qualquiera insulto que quisiesen intentar los Enemigos, violando las capitulaciones, o para defender de qualquiera otra tropa enemiga que intentase atacarlo? Dixo: Que nada hubo de el contenido dela pregunta, y que el cañon que salio montado venia descargado, los pedreros en las carretas como lleva dicho, y que ignora si algunos llevaban los fuciles cargados, ó no, y que a el siguiente dia vio que muchos fuciles de el armamento dela gente iban en la carretas, y que los Paraguayos servian de peones en ellas; De modo que solo algunos mozos, y los soldados veteranos llevaban consigo sus armas, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que el The. Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo ademas delas tres carretas de armas, municiones, y demas peltrechos de el Rey, el cañon montado, su carretilla, y la de el S.<sup>or</sup> Gobernador se embarazo con otras carretas cargadas de muebles de particulares? Dixo: Que es cierto, que venian con las carretas de armas, y municiones, otras cargadas de hacienda de particulares y que una de estas cargada de yerva de Maté se quebro, y se trasladó la carga a otras, menos la yerva, que quedo virada en el camino, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que el Teniente Gobernador no exigio sele entregasen los auxilios estipula-

dos para la marcha, y que se entregó a marchar a discrecion de el Enemigo? Dixo: Que ya tiene declarado de que modo se hizo la marcha, y quienes la dirijian, y responde – ¿Si es cierto que el cañon montado trahia sobre la cureña hacienda de un particular, y quien era este? Dixo: Que ignora el contenido dela pregunta y que no vio carga alguna sobre la cureña de el cañon, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que los aloxamientos, ó campamentos que se hicieron en la marcha se hacian en donde queria la escolta Enemiga? Dixo: Que el declarante oyo a el Teniente Governador que disponia en donde se habia de campar, y que haviendo campado en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Lorenzo en el Patio de el Colegio se alvorotaron unos Portugeses que alli habia, y con este motivo mandó que saliese la gente a aloxarse en unos corredores ala parte de afuera, y que en quanto a el aloxamiento, ó campamento en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis ignora de quien fuese la eleccion de el terreno, por que el que declara se adelantó con el Teniente Governador cosa de tres leguas antes de llegar à dho. Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si notó, o vio que en dho. Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis habia mas numero de Yndios de el que regularmente suele haber en aquellos Pueblos? Dixo: Que no notó mas numero de gente que el que suele haber en cada Pueblo, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si vio que los Yndios de este Pueblo andavan armados en aquella ocasion? Dixo: Que no vio a ningun Yndio armado en aquel Pueblo, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que en todos los aloxamientos se ponía Guardia en las carretas de armas, y municiones, y tambien a el Real Estandarte? Dixo: ser cierto se ponía la Guardia siempre en las carretas de armas, y a el Real Estandarte, quando no se depositava dentro de el Colegio de algun Pueblo, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que en el aloxamiento de el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis se retiro la Guardia de el Estandarte Real, y diga si sabe quien la mandó retirar? Dixo: Que el que declara esta persuadido de que quando el Real Estandarte se depositaba en algun quarto de el Colegio de el Pueblo en donde se campava, no se le ponía Guardia, alo menos que no la vio el que declara, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que el el expresado aloxamiento se hizo la centinela en las carretas de armas, con un palo en lugar de fucil, y diga si sabe de quien dimanó esta dispocision? Dixo: Que ignora el contenido dela pregunta, y responde –

Y viendo ya muy entrada la noche se suspendio esta declaracion para continuarla despues, y la firmó con dicho S.<sup>or</sup> y el presente Secretario

Vicente de Carvallo y Goyeneche  
 Leandro Herrera  
 Ante mi,  
 Pedro de Alcantara Ruiz

En dha. ciudad a siete dias de dho. mes, y año del expresado S.<sup>or</sup> Juez Fiscal mandó comparecer ante si a D.<sup>n</sup> leandro Herrera, para continuar su declaración, y bajo la

solemnedad de el juramento que tiene hecho  
fue

Preg.<sup>do</sup>

¿De que modo se apoderaron los enemigos  
de las armas, Artilleria, y municiones en el  
Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis, y que refiera los ocurso  
que preciederon a este hecho, y los que  
sucedieron despues? Dixo: que aloxados en  
el colegio de S.<sup>n</sup> Luis dispuso el The. Gover-  
nador detenerse alli dos o tres dias, para que  
descansase la gente, y la labaren la ropa:  
Que a el segundo, ó tercero dia despues de  
haber anochecido el Sargento Bruno Anto-  
nio de la Cerda le dio parte de que el  
Ayudante Santos le habia dho. que tenia  
sospechas de que aquella noche les  
habanzaban los portugeses, para quitarles  
la Artilleria, armas, y municiones: Que oydo  
el parte se fue el que delcara con el  
expresado Sargento a la abitación de el The.  
Governador para darselo, y este Xefe  
contestó, se le dixera a el Ayudante, que no  
fuera farolero, y dexase las cosas en el es-  
tado en que estaban, y se retiraron: Que  
antes de amanecer oyo ruido, y voces, y para  
imponerse de lo que era abrio la puerta prin-  
cipal de su abitación, y un Portuges le  
impidio salir, y haviendo intentado salir por  
la que corresponde a lo interior de el  
Colegio, le sucedio lo mismo. Que quando  
aclaró el dia oyo que se decia haver abanzado  
el campamento, y carretas. Que poco  
despues oyo llamar a la puerta de la abitación  
de el The. Governor, y luego que la  
abrieron, oyo que ademas de impedirle la  
salida le pidieron entregase las  
capitulaciones, y negandose le intimaron,

que era indispensable porque asi lo mandava el General. Que el declarante oyo decir, que a esto havia dho. la muger de el The. Governador, hombre entrega esos papeles que a la fuerza no se puede resistir. Que el que declara oyo seguidamente las voces que dava el The. Governador diciendo, sean ustedes testigos que a la fuerza me quitan las capitulaciones, Y poco despues ya tranquilizados el The. Governador y su muger salieron para la Yglesia a oir Misa. Que a media mañana hicieron que el declarante bajase a el Campamento, y a poco rato le condujeron otra vez a el Colegio en calidad de arrestado con algunos otros, que servian de Oficiales y a el resto de la gente a el Corralon de el mismo Colegio tambien presos. Que alli fueron los Naturales a el medio dia llevandoles que comer; Y que a el que declara a el Capataz Rios, a Lascano, a el Ayudante, y a el The. Governador. les hicieron salir la tarde de aquel mismo dia con destino a Rio Pardo, como tiene declarado, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Que providencias tomó el The. Governador para evitar este echo, ó para defender las armas, y municiones? Dixo: Que ningunas, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si los Enemigos a quienes se rindio el expresado The. Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo vajo la citada capitulación, fueron los que se apoderaron de la Artilleria, armas, y municiones, y si a estos les entregó la capitulación, que celebró con ellos, y se fueron otros diga quienera el caudillo que los mandava? Dixo: Que con quien D.<sup>n</sup>

Fran.<sup>co</sup> Rodrigo capituló fue con Jose de Ocanto, y su partida, y que quien se apodero de la Artilleria, armas, y municiones fue Manuel de los Santos, alias, Maneco; Pero que se unio a este el The. Lara dependiente de la partida de Ocanto y comisionado por este para escoltar nuestra marcha; Y el expresado Lara lo fué tambien por el tal maneco para quitarle a el The. Governador la capitulación, y lo ejecutó sin embargo de haber sido uno de los que la firmaron, y Comandante de la pequeña escolta que dió ocanto para seguridad de la marcha. Que presente el que declara le pidio a el tal Manuel de los Santos Maneco en el aposento de el Capellan de la demarcacion de Limites D.<sup>n</sup> Hermenegildo Ybañez (quien poco despues murió) un recibo de la Artilleria, armas, y municiones de q.<sup>e</sup> se habia apoderado, y se lo negó, diciendo que tenia orden de su General para no entregar nada, ni dar recibo, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿De que numero de hombres se componia la Partida que se apodero de la Artilleria, armas, y municiones, ó que numero de Enemigos vio en dicho Pueblo la mañana de este despojo? Dixo: Que el dia que llegaron a el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis se allava en el Maneco con su Partida, y a su entreda se formó en ala, e serian como diez, y seis ó diez ocho hombres; y que quando le vayaron a el Campamento y tambien estubieron formados en ala, era el mismo numero, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si esta gente era de la misma clase de los que rindieron a el expresado The. Governor D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo, y que condecoracion

tenia el tal Manuel de los Santos Maneco? Dixo: Que era de la misma clase, y que Manuel de Santos Maneco no tenia condecoracion alguna, y que para vivir era Tignero, o cazador de Tigres, y decian que el expresado The. Governador que le habia dado permiso para este ejercicio en el Departamento de su Mando, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que para esta empresa tenia Manuel de los Santos Maneco un cuerpo considerable de Naturales armados emboscado en el pequeno chirical inmediato a dho. Pueblo? Dixo: Que ignora el contenido de la pregunta, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que la tarde antes de el hecho de apoderarse los Enemigos de las Armas, y municiones, rodeaba las carreteras una multitud de Naturales, y si estos estaban armados, o si eran, Yndios de el Pueblo que iban conducidos de la curiosidad? Dixo: Que ignora el contenido de la pregunta, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que la Partida de Manuel de los Santos Maneco sequeó, y robó las Carretas de los empleados en aquellos Pueblos y de los Pobladores, y que no dexaron familia de Español que no saqueasen, y dexasen en cueros? Dixo: Que no vio, ni se alló presente a el saqueo pero que generalmente se quexaban todos de que les habian robado Hasta las camisa que llevaban puesta, y que a el que declara le quitaron su equipaje, y nada mas le dexaron, que la ropa que llevaba puesta y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si es cierto que no tocaron en la familia de el expresado The. Govrnador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup>

Rodrigo, y que le dexaron salvo su equipage?  
Dixo: Ser cierto el contenido de la pregunta, y que todo lo traslado a la vanda Occidental de el Uruguay: Pero que quando los conducian para Rio Pardo no se libertó de el saqueo el The. Gobernador de lo que llevava consigo para el viage, como lleva declarado; Y que sin embargo de esto recobró alguna cosa por medio de el The. de Auxiliares Carvallo, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Si el las marchas, y contramarchas que ha declarado le hicieron los Naturales alguna hostilidad, y si supo que la hubiesen echo a alguno de los Españoles en aquella ocacion?  
Dixo: Que no, y que a el contrario, experimentó hospitalidad el que delcara, y que ya ha declarado que la experimentaron otros el dia de su prision en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis, y responde –  
Y en este estado se suspendió esta declaracion para continuarla esta tarde, y la firmó con dho. S.<sup>or</sup> de que doy feé

Vicente de Carvallo y Goyeneche  
Leandro Herrera  
Ante mi,  
Pedro de Alcantara Ruiz.

Sigue la  
declaración  
de Herrera

En dho. dia mes, y año el expresado S.<sup>or</sup> Juez Fiscal mandó comparecer ante si a D.<sup>n</sup> Leandro Herrera para continuar su Declaracion, y bajo la solemnidad de el juramento que tiene hecho fue –

Reconvenido

¿Como dice en su declaracion que fueron quarenta, y tantos paysanos los que se

vienieron a el frente del Pueblo de S.<sup>n</sup> Miguel quando en la que tiene dada ante D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Jose de Vera afirma fueron ochenta Portugeses entre blancos, negros, y mulatos, los que sorprehendieron el Campamento de Chuniveri: Dixo: Que entonces afirmó el numero de ochenta aunque no se habian presentado mas de cosa de quarenta, porque alli se corrio la voz de que Manuel de los Santos Maneco habia llegado con otros quarenta, y que como este pasó adelante con su Partida no se enteró de su numero, y responde –

Buelto a Reconvenir ¿como afirma en su delcaracion que quando llegaron a el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis se presentaron formados en ala los Portugeses de la Partida de Maneco en numero de diez, y seis a diez, y ocho, y que en el mismo numero se formaron en el campamento de la carreta de armas, y municiones quando se echaron sobre ellas, y en la que dio ante el expresado Subteniente D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Jose de Vera: Dixo, Que eran cosa de quarenta los que vio andar por el Pueblo? Dixo: Que si acaso lo dixo ante D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Jose de Vera no se acuerda hubiese afirmado positibamente que fueron quarenta, y que en esta lo que afirma es que se pusieron formados en ala en las dos ocasiones expresadas de diez, y seis a diez, y ocho hombres, y responde –

Reconvenido mas consta de autos que le hizo repetidas instancias a el The. Governador: D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo para que capitulase, y que el Ayudante Santos le reconvino diciendo que como se habia de capitular no habiendose

echo cosa alguna de las que previene el Rey se hagan en semejantes casos, concibiendo, como concibe, y afirma en su declaracion, que si el enemigo hubiera entrado en convate hubiera sido vencido; Dixo: Que ni se acuerda haber echo semejante instancia a el The. Governorador, ni pudo haberla echo, ni dar consejo sobre ello a ningun Militar, ignorando, como ignora lo que sea capitulacion, y lo que el Rey manda que se haga en semejantes casos, y responde –

Reconvenido mas ¿Como dice que no pudo hacer semejante instancia a el The. Governorador a causa de ser ignorancia constando de autos que votó en la Junta de Guerra celebrada a este fin en la qual fue vocal, por la capitulacion y lo firmó? Dixo: Que los Militares que alli concurrieron en clase de vocales fueron de dictamen de que se capitulase siguió tanvien el que declara, y responde –

Reconvenido mas ¿Como es que ignorando lo quem manda el Rey que se haga en semejantes ocasiones siendo una de ellas la de pelear mayormente habiendo provabilidad de vencer como el que declara lo conoce asi, pues afirma que se hubieran los enemigos entrado en convate hubieran sido vencidos, por que motivo no lo hizo presente en la junta? Dixo: Que nio lo hizo presente por temor de que se le siguiese perjuicio si fuese descaminado su dictamen viendo a el mismo tiempo que el Xefe, y los demas estaban amedrontados, y nadie disponia cosa alguna de Guerra, y responde –

Preg.<sup>do</sup> ¿Haviendo leido su declaracion sé re afirma, y ratifica en ella, bajo el juramento que tiene echo, y si tiene que añadir, ó quitar? Dixo: Que se afirma, y ratifica en ella, y ni tiene que añadir ni quitar. Que es de edad de cincuenta, y tres años y la firmó con dho. S.<sup>or</sup> y el presente Secretario =

Vicente Carvallo y Goyeneche  
Leandro Herrera  
Ante mi  
Pedro de Alcantara Ruiz

Dilig.<sup>a</sup> de  
haverse  
pedido a el  
testigo D.<sup>n</sup>  
Bartolome  
Gonz.<sup>s</sup>

Oficio

En dha. Ciudad a ocho dias de dho. mes, y año el S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup> Vicente Carvallo, y Goyeneche Juez Fiscal de este proceso Dixo: Que habiendo declarado el Licenciado D.<sup>n</sup> Bartolome Gonzales Cirujano de el Reg.<sup>to</sup> Fixo de Infanteria en el sumario obrado por el S.<sup>or</sup> Brigadier D.<sup>n</sup> Bernado Lecoc sobre la entrega de los Pueblos de el Departamento de S.<sup>n</sup> Miguel en la Misiones Guaranies, y no haver estado en dho. destino, sino en esta Ciudad quando fue elevado a proceso, y ser indispensable proceder a examinarle por ser testigo precencial, y para que a este efecto compareasca, pasó con esta fha. a el S.<sup>or</sup> The. Coronel, y Comd.<sup>te</sup> de el expresado Reg.<sup>to</sup> el Oficio que a la letra sigue.

“Hallandome de orden superior continuando el proceso formado contra el Cor.<sup>l</sup> D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo por la entrega que hizo de los Pueblos de el Departamento de S.<sup>n</sup> Miguel en las Misiones Guaranies a las armas Portugesas en la ultima Guerra con esta Nacio, y habiendo declarado en uno de los

sumarios obrados sobre este asunto, y siendo preciso examinarle: He de dever a Vsia se digne mandar se le dé la correpondiente orden para que a este fin se presente em mi casa: Nro. Señor guarde a Vsia muchos años = Buenos Ayres, ocho de Abril de mil ochocientos, y siete = Vicente de Carvallo, y Goyeneche = Señor Teniente Coronel, y Comandante de el Regimiento Fixo de Infanteria."

Cuyo Oficio llevé yo mismo, y entregué en su propia mano a el S.<sup>or</sup> Cor.<sup>1</sup> D.<sup>n</sup> Jose Ignacio Merlo The. Cor.<sup>1</sup>, y Comd.<sup>te</sup> de dho. Reg.<sup>to</sup> Y para que conte por diligencia lo firmó dho. de lo que doy feé.

Carvallo

Dilig.<sup>a</sup>

Pedro de Alcantara Ruiz

De haverse  
recivido la  
respuesta de  
el Oficio  
anterior

Yo el infrasqricto Secretario doy feé, que oy nuebe de dho. mes, y año se ricibio la respuesta de el S.<sup>or</sup> The. Coronel, y Comd.<sup>te</sup> de el fixo de Infanteria a el Oficio, que con fha. de ayer le pasó el S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup> Vicente Carvallo, y Goyeneche Juez Fiscal de esta causa, compuesta de medio pliego, de cuya orden se inserta original a continuacion, Y para que conste lo pongo por diligencia que firmó.

Pedro da Alcantara Ruiz

He dado la orden al Zirujano del Regim.<sup>to</sup> de mi Mando D.<sup>n</sup> Bartolome Gonzalez se presente à Vmd quando lo necesite para Contestar a las Diligencias Judiciales de que esta Vmd encargado sobre el proceso q.<sup>e</sup> le esta formando al S.<sup>or</sup> Coron.<sup>l</sup> D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo: Con lo q.<sup>e</sup> Contexto à Vmd, à su oicio de ayer.

DIOS gue. a Vmd m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> B.<sup>s</sup> Ay.<sup>s</sup> y Abril 9 de 1807

Josef de Merlo

S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup> Vicente de Carvallo, y Goyeneche

Dilig.a de haverse presentado el testigo D.n Bartolome Gonz.s

En dha. Ciudad, dia, mes, y año Yo el infrascripto Secretario doy feé haberse presentado ante el S.<sup>or</sup> Juez Fiscal de este proceso el testigo Licen.<sup>do</sup> D.<sup>n</sup> Bartolome Gonzalez en virtud de orden comunicado por el S.<sup>or</sup> The. Coronel, y Comand.<sup>te</sup> de el fixo de Infanteria el mismo que se pidio por dho. S.<sup>or</sup> Juez Fiscal en su Oficio de ocho de el corriente. Y para que conste por diligencia lo firmó con el presente Secretario.  
Carvallo  
Pedro de Alcantara Ruiz

Diligencia de haverse pasado Oficios pidiendo otros testigos

En dha. Ciudad dia, mes, y año el expresado S.<sup>or</sup> Juez Fiscal dixo: Que se pasen iguales Oficios a los S.<sup>res</sup> Comd.<sup>tes</sup> de el tercio de Gallegos por el Soldado Grabil de Bastos, y de los Retirados por Rafael Calderon, y a el S.<sup>or</sup> Alcalde de segundo voto por D.<sup>n</sup> Fernando Manchan, cuyos Oficios llevé yo

mismo el infrascripto Secretario, y los entregue en propia mano de los expresados S.<sup>res</sup>  
Y para que conste por diligencia lo firmó  
dho. S.<sup>or</sup> de que doy feé.

Carvallo

Pedro de Alcantara Ruiz

Dilig.a de  
no haberse  
presentado  
D.n  
Bartolome  
Gonz.s

En dha. Ciudad a trece dias de dho. mes, y  
año el expresado S.<sup>or</sup> Juez Fiscal Dixo: Que  
en los dias anteriores no se ha recibido la  
declaracion de el Linc.<sup>do</sup> D.<sup>n</sup> Bartolome  
Gonzalez, por no haver comparecido a darla,  
y se le recibira quando se presente. Y para  
que conste por diligencia lo firmó dho. S.<sup>or</sup>  
de que doy feé

Carvallo

Pedro de Alcantara Ruiz

Declaracion  
de D.n  
Bartolome  
Gonz.s

En la Ciudad de Buenos Ayres a trece dias  
de el mes de Abril de mil, ochocientos, y  
siete el S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup> Vicente Carvallo, y  
Goyeneche Juez Fiscal de este proceso en  
virtud de las ordenes superiores, que estan  
insertas en el mandó comparecer ante si a  
el Licen.<sup>do</sup> D.<sup>n</sup> Bartolome Gonzalez vegesimo  
septimo testigo a quien dho S.<sup>or</sup> Juez Fiscal  
hizo levantar la mano levantar la mano  
derecha haciendo con ella la senal de Cruz, y  
Jurais a Dios, y prometeis a el Rey decir  
verdad sobre lo que los voy a interrogar?

Preg.<sup>do</sup>

Dixo: Si juro, y prometo, y responde.

Preg.<sup>do</sup>

Su nombre, y Empleo, y en donde se hallaba  
quando se publicó la declaracion de Guerra  
contra Portugal el año pasado de mil,  
ochocientos y uno, si sirvio en ella, en don-  
de, conque empleo, y a que ordenes? Dixo:

Llamarse D.<sup>n</sup> Bartolome Gonzalez que es cirujano de el tercer Batallon de el fixo de Infanteria de Buenos Ayres: Que se hallava en el Departamento de S.<sup>n</sup> Miguel en las Misiones Guaranes de Cirujano de aquellos Pueblos, y sirvio en este empleo, y en todo lo que le quiso mandar el The. Governorado de aquel destino D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo a cuyas ordenes estava, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si antes de la declaracion de Guerra hizo el expresado The. Governorado D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo algunos preparativos de defensa de el Departamento de su mando, y que los especifique? Dixo: Que el que delcara estava en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Lorenzo, y el The. Governorado en el de S.<sup>n</sup> Luis, que distan seis leguas, y no pudo saber el contenido de la pregunta, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si los hizo quando tubo la noticia de la declaracion de Guerra, y que los especifique? Dixo: Que supo, u oyo decir que habia pedido gente y demas auxilios a el S.<sup>or</sup> Governorado de los Treinta Pueblos de dhas. Misiones que lo era entonces el S.<sup>or</sup> Coron.<sup>l</sup> D.<sup>n</sup> Juaquin de Soria, y dispuso que en los Pueblos de su Departamento se formasen compagnias de Naturales, y se juntasen los Españos empleados y pobladores, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si dispuso trasladarse con la gente que en su Departamento pudo reclutar Naturales, y Españos a la entrada de su Departamento, y esperar alli las fuerzas que le fuesen llegando? Dixo: Que no, y que quando el declarante tuvo noticia de la declaracion de Guerra marchó con su familia hasta ponerla

en salvo dejandola en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Nicolas, y que en este intermedio fueron llegando Partidas de Españoles enviadas por el S.<sup>or</sup> Gobernador, y que a su regreso las halló en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Miguel, y tanvien a denunciado The. Gobernador, y responde

Preg.<sup>do</sup> Si a lo menos envio el The. Gobernador a reforzar la guarnicion de dha. entrada en la Guardia de S.<sup>n</sup> Martin? Dixo: Que no, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Quando, ó en que circunstancias salió el expresado The. Governorador de el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis, y si acercó a la entrada, ó frontera de su Departamento? Dixo: Que ignora el dia que el The. Governorador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo salio de su el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis donde tenia su residencia por aque entonces, y que solo llegó a el de S.<sup>n</sup> Miguel que dista diez leguas de el de S.<sup>n</sup> Luis, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si save que el expresado Departamento de S.<sup>n</sup> Miguel fue entregado a los Portugeses, y por quien? Dixo: Ser cierto que fue entregado como se pregunta, y que hizo su entrega el The. Governorador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si sabe que el expresado The. Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo esta procesado por dicha entrega, y si sabe ó ha oydo devir en donde se halla en la actualidad, y en que empleo, y de que orden? Dixo: que sabe esta procesado y que halla en la Ciudad de Cordova en calidad de Comd.<sup>te</sup> de Armas, de orden de el Exmo. S.<sup>or</sup> Marques de Sobremonte quando estaba en ejercicio de su empleo de Virrey, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si se acuerda haver declarado en calidad de testigo en alguna sumaria formada contra el enunciado The. Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo sobre dha. entrega, ante quien, y de que orden? Dixo: Que ha declarado en el sumario formado por el S.<sup>or</sup> Brigadier D.<sup>n</sup> Bernardo Lecoc de Orden de el Exmo. S.<sup>or</sup> Virrey D.<sup>n</sup> Joaquin de el Pino, y responde -

Y haviendole mandado hacer relacion circunstanciada de la expresada entrega, y sus incidencias anteriores, y posteriores? Dixo: Que Ila ha dicho que a el instante que se publicó la declaracion de Guerra marchó con su familia para el Pueblo de S.<sup>n</sup> Nicolas, y habiendole enviado a la vanda Occidental de el Uruguay regresó a presentarse a el The. Governador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo quien Ila se hallaba en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Miguel, en donde se le ofrecio para que le emplease no solo en su facultad sino tambien en quanto quisiese madarle de el R.<sup>l</sup> Servicio para defensa de el territorio. Que quando llegó a este Pueblo observó que se enseñaba a la gente Española el uso de las Armas de fuego: Que muchas calles de el Pueblo estaban Ila cerradas con estacadas de palo a pique: Y que se estaban formando galpones en el parage llamado el duraznal, y por otro nombre Chunirevi, que dista de el Pueblo cosa de tres quartos de legua, cuya obra estaba encargada a el maestro de esquela de el Pueblo de S.<sup>n</sup> Lorenzo D.<sup>n</sup> Jose Manuel Lascano com mas de docientos Yndios trabajadores escoltados de veinte, y dos Españoles de armas de fuego, con designio de establecer alli un campamento para

ocurrir a donde conviniese. Que a su llegada a dho. Pueblo se orientó de una Partida de enemigos habia forzado la Guardia de S.<sup>n</sup> Martin, y se hallava dentro de el Departamento. Que la prima noche de el ocho de Julio de dho año le manifestó el expresado The. Governorador una carta de D.<sup>n</sup> Antonio Sevane Administrador de el Pueblo de S.<sup>n</sup> Juan que dista cinco leguas en la que le avisa que los enemigos habian robado la caballada que en aquellas misiones llaman de el Santo, y se hallavan aloxados en la Capilla de la Estancia de S.<sup>n</sup> Juan Mini por aquella noche. Que en vista de este parecer le expuso convendria arrimar a el Pueblo la caballada que habia llegado ocho dias antes de el Pueblo de Concepcion, y se hallava a distancia de cerca de dos leguas. No le parecio mal a el expresado The. Governorador, y le dixo, que se lo dixese a el Ayudante D.<sup>n</sup> Domingo Santos, quien contestó que era impracticable por que la noche estaba muy obscura; y aunque el que declara le replicó que para los Yndios, y toda gente de el campo jamas impedia la obscuridad para que conociesen aunque fuese una paja, a que contestó dho. Santos que al dia siguiente de madrugada se conduciria, y volviendo a replicar el declarante que talvez seria tarde para el dia siguiente, quedo en este estado. Que efectivamente fue asi, porque a el salir de Misa la cual se dixo temprano aunque era dia de precpto llego un paysano avisando que los enemigos habian sorprehendido y arrollado al amanecer el expresado campamento de Chunirevi. Que a media

mañana Ila estaba colocada la Artilleria en los puntos por donde podia ser atacado el Colegio, y distribuida la Guarnicion de cada uno de ellos, y en estas circunstancias Ilego un Español enviado por los enemigos Ila estaban a la inmediaciones de el Pueblo de tras de una loma, diciendo que el Comd.<sup>te</sup> Portuges decia fuese el Padre Cura a confesar unos Españoles heridos, y viendo el que delcara temeroso a el Cura se ofrecio a acompañarle con lo que se resolvio su Paternidad a ir a el campo Enemigo. Que salio el padre Cura acompañado de el tal paysano á caballo, y el que declara tambien con designio de orientarse si podia, de el numero de enemigos, y para curar a los heridos como lo hizo, y regresó sin haber podido imponerse en el numero de dhos. enemigos porque Ila se habian puesto en movimiento hacia el camino de el Pueblo de S.<sup>n</sup> Juan. Que en estas circunstancias sacaron de el Pueblo una tropilla de caballos a que beviesen en un arroyo, y con este motivo se pusieron los enemigos a vista de el Pueblo sobre dha. loma trayendo consigo los Yndios trabajadores de el campamento. Que ese dia por la tarde avisaron de que en un naranjal inmediato a el Pueblo habia gente, y salio el Ayudante de Milicias D.<sup>n</sup> Juan Jose Chaparro a reconocerlo con diez y ocho, ó veinte hombres suponendo el declarante seria de orden del The. Governorador, y viendo este Xefe que se aprontaba mas gente, voluntariamente, para salir lo impidio, diciendo que los diez y ocho, ó veinte hombres eran suficientes para aquel obje-

to. Y habiendo avisado Chaparro que eran Enemigos, pedido mas gente, no se la envio, y le pa[so?] orden de retirarse. Que a el siguiente dia que fue el diez de dho. mes vendo los Espanoles que un muchacho de cosa diez años habia venido de el Campamento Enemigo, y se ocultaba, le condujeron a presencia de el The. Gobernador a quien dixo el niño que el Comd.<sup>te</sup> Portuges decia que sabiese el The. Gobernador, y que tanvien el saldria de su campamento, y puestos en la mediania de la distancia hablarian. Que esto dio merito a pensar que se hallaban en disposicion de capitular pues el dia antes se habia recibido un papel simples sin firma que lo manifestava. Que alli mismo se hizo una junta verbal sobre este negocio, y que pidiendole a el declarante su dictamen contestó, que el no era militar, y por lo mismo no podia abrir dictamen: Pero instado por el The. Gobernador viendolos inclinados a capitular les propuso que seria conveniente engañar a los Enemigos, y entretenelos para dar tiempo a que llegasen los socorros de gente que se esparavan, principalmente el de Yapeyú de el que habia noticia de que estaba en marcha, y se conjeturaba estaria cerca, y que a este efecto se le dixese a el Comd.<sup>te</sup> Portuges, que el S.<sup>or</sup> Gobernador se hallaba en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Nicolas, y sin su noticia no podia capitular, y que concediese quatro dias de suspension de armas para avisarle, y recibir su contestacion. Les agrado el pensamiento añadiendo, que habia de salir la Guarnicion con los honores de la Guer-

ra, su Artilleria, armas, y municiones, y toda la gente Española libres sus personas, y equipages, y lo mismo los Naturales que quisiesen salir dando para todos caballos, carruages, y demas auxilios con una escolta hasta el Uruguay. Se comisiono para esto a el Alferes D.<sup>n</sup> Leandro Herrera, y haviendo contestado este que si se le mandaba iria dixo el The. Governador, parece que tiene Ud. miedo que vaya el Ayudante Santos, y aunque este respondio lo mismo que Herrera se le mandó marchar, y lo verificó acompañado de D.<sup>n</sup> Juan Alfaro, y D.<sup>n</sup> Josef Cabrera Conduyo Santos este negocio como lo propuso el declarante quien se habia prestado a ir con el comisionado, y asin que salio a pie porque tardaron en traherle caballo no llego a tiempo. Que regresados a el Pueblo se presto tanvien el que delcara para conducir la carta a el S.<sup>or</sup> Governador, y salio con ella a las cinco de la tarde, y haciendo toda diligencia a pesar de que los caminos y arroyos estaban malos por las llubias de aquellos dias llego despues de Oraciones a el Pueblo de S.<sup>n</sup> Lorenzo de donde salio a las ocho de aquella noche, y llego a el de S.<sup>n</sup> Luis como a la una de la misma, pero alli tubo alguna demora porque tardaron en oir los golpes que dava el la puerta de el Colegio, que estaba cerrada, y despues que abrio el portero tubo mas demora esperando que abriese la suya el Administrador D.<sup>n</sup> Juan Bautista Gorriaran quien devia darle los auxilios para seguir su marcha. Y habiendoles aprontado salio de alli poco despues de haber salido el Sol, y llego a el

de S.<sup>n</sup> Nicolas a el punto de medio dia, pero ya el S.<sup>or</sup> Gobernador habia regresado a la vanda Occidental del Uruguay, y como el que declara habia prometido estar de buelta en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Miguel dentro de el termino estipulado, pidio a el Administrador que lo era D.<sup>n</sup> Antonio Garcia de Leyva le diese persona segura que condujese la carta, y mas otra de el Sargento Santos recibida en su marcha en que le dice que habia llegado otra partida Enemiga con municiones de Guerra, y Artilleria, y que esta noticia se la pasase a el S.<sup>or</sup> Gobernador, advirtiendole a el que declara no haberla dado a The. Gobernador porque estaba durmiendo de resultas de la mala noche anterior. Que Leyva se nego a darle los auxilios que necesitaba para enviar las cartas a el S.<sup>or</sup> Gobernador instandole que lo verificase personalmente, sin que le hiciese fuerza la razon de tener que volver a el Pueblo de S.<sup>n</sup> Miguel a el tiempo pactado; y despues de varios devates sobre este particular se dirijo a el Corregidor de el Pueblo para la expresada remesa de las cartas, y sus avios para regresar a S.<sup>n</sup> Miguel. Que el Corregidor despachó inmediatamente el Pliego, y el que delcara marchó para S.<sup>n</sup> Miguel a cumplir lo que havia prometido, pero no lo pudo verificar a causa de haber encontrado aquel mismo dia a el Portuges Santos Maneco que lo hizo prisionero, y en su compañia volvio para S.<sup>n</sup> Nicolas. En su marcha le dixo que se adelantase a decir a el Cavildo, y Administrador entregase el Pueblo a fin de no entrar en el con estrepito de armas, y haviendose negado a esta

embaxada la envio con uno de sus satelites, pero exigio de el que declara le asegurase la vida de el enviado, y fue con el. Que uno de los que acompañaban a Maneco le dixo a el que declara que habia de marchar para Rio Pardo, pero se dirigio a el tal Maneco, le hizo entender lo que decia el soldado, y que solo hecho en pedazos lo podrian llevar, a que contesto Maneco, que no iria, y en efecto le dexó en dho. Pueblo de S.<sup>n</sup> Nicolas en donde mantubo hasta el mes de Septiembre que le permitieron trasladarse a la vanda Occidental de el Uruguay. Que se le habia olvidado referir que la mañana de el dia de la sorpresa de el campamento de Chunirevi Ilego a el Pueblo de S.<sup>n</sup> Miguel un Espanol conduciendo una carta de el Administrador de el Pueblo de S.<sup>n</sup> Juan en que avisaba la resolucion de los Enemigos sobre el ataque de Chunirevi expresando que el Yndio Conductor de aquel parte sabia a las ocho de la noche: Y que oyo decir el declarante que el Cura de el Pueblo le quitó la carta a el Natural e la enbio con un pariente suyo que lo era el Espanol que la entregó por la mañana y reconvenido por su demora, no habiendo mas distancia que la de cinco leguas se desculpó con la creciente que no habia de el arroyo Yrucarú, y aunque la hubiera habido se podia pasar como pasó el Natural que conduxo la primera. Que no se acuerda que hubiese havido otras incidencias, y si acaso las hubo hara memoria de ellas si se le preguntan, y contestará, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si antes de rendirse por capitulacion el The. Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo fue atacado

por los Enemigos, quantos ataques sufrio, que perdidas tubo en ellos, y que defensa hizo para rechazarlos? Dixo: Que mientras el declarante estubo en el Pueblo nada hubo de el contenido de la pregunta, ni oyo decir que despues de su salida lo hubiese habido, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si sabe quien fue el Caudillo que le obligo a rendirse: que condecoracion tenia entonces en su Nacion, y con que miras entró en aquel Departamento? Dixo: Que se llamaba Jose de Ocanto y que oyo decir que era un Soldado desertor que andava por los campos de Monte Video, y que declarada la Guerra entró a el Departamento a el pillage con las correspondientes licencias, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Que numero de gente, y de que clase era la que le acompañaba: Si trahia Artilleria, y repuesto de Municiones de Guerra: y qual era su armamento? Dixo: Que oyo decir serian de quarenta á quarenta y cinco hombres de la misma clase, y ocupacion de el Caudillo, y que entre ellos andava un tal Lara que el mismo decia era The. de Milicias o de Auxiliares de las Minas de S.<sup>n</sup> Pablo, pero venia en aquella Partida como uno de tantos. Que no trahian artilleria ni repuesto de Municiones, y que su armamento era escopeta corta, y cuchillo de monte, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si sabe el numero de la gente que tenia a sus ordenes el enunciado The. Governor D.<sup>n</sup> Fran.<sup>do</sup> Rodrigo el dia que le intimaron los enemigos la rendicion de el Pueblo? Dixo: Que no sabe el numero fixo pero que le parecio seria cosa de ciento, y cincuenta

hombres de la misma clase de los de el Caudillo Portuges, algunos Soldados veteranos, y otros de Milicias de el Paraguay, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si esta gente sabia hacer uso de las armas de fuego? Dixo: Que los veteranos sabian, y de los Milicias de el Paraguay y de los capataces, y pobladores de Misiones supone que tambien sabian, porque oyo decir que les estubieron enseñando, y que tiraron a el blanco, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si es cierto que el The. Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo tenia Artilleria, y suficientes municiones para ella, y se entre la gente que tubo a sus ordenes hubo algunos Europeos que supiesen manejar la Artilleria? Dixo: Que tubo Artilleria y que oyo decir que tanvien tubo municiones para ella: y que entre aquella gente hubo algunos Europeos, y oyo decir que uno de ellos llamado N Galan havia sido artillero de Brigada, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si la noche que se recibio la carta del Administrador de el Pueblo de S.<sup>n</sup> Juan avisando que los Portugeses estaban en la estancia de S.<sup>n</sup> Juan Mini, vio salir, ó supo que hubiese salido alguna Partida a reforzar la Guarnicion de el campamento de Chunirevi? Dixo: Que ni vio, ni supo, ni oyo decir que hubiese salido partida alguna, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si alo menos se le paso aviso del Comd.<sup>te</sup> de dho. campamento para que los Enemigos no le hallasen descuidado si resolvian atacarlo, como podia ser, y devia conjeturarse por la cercania en que se hallaban? Dixo: Que ni vio, ni supo, ni oyo decir se hiziese el contenido de la pregunta, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si vio, supo u oyo decir que el expresado The. Gobernador tomo alguna providencia en virtud de tan circunstanciada noticia, para frustar las ideas hostiles que pudieron tener los Enemigos? Dixo: Que nada vio acerca de el contenido de la pregunta, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Para que fin se tratava aquella noche se traxese alo Colegio la caballada de el Pueblo de Concepcion como ha dicho en su declaracion? Dixo: Que su pensamiento habia sido atacarlos aquella msima noche en S.<sup>n</sup> Juan Mini, y asi se lo propuso a el enunciado The. Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo, y al Ayudante Santos, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si es cierto que el Comad.<sup>te</sup> de dho. campamento de Chunirevi hirio en la cara con el sable a el Capitan de la comp.<sup>a</sup> de Naturales que se hallaba en el, y se fue asi, diga como se condujo el The. Gobernador en este lance para evitar el resultado que podia tener en aquellas circunstancias este procedimiento? Dixo: Que el que declara curó a el Natural, y que era la herida un rasguño leve en la cara que no se conocia con que instrumento habia sido hecho; Y que ignora que providencia tomo el The. Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo sobre este caso, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si es cierto que Maneco se apoderó en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis de la Artilleria armas, y municiones de Guerra, y diga lo que sabe acerca de este echo? Dixo: Que el declarante se hallaba en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Nicolas, y por publicidad supo que le habia quitado la

Artilleria, armas, y municiones y las capitulaciones firmadas a nombre de Ocanto; pero que circunstancialmente no puede referir este echo, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si en aquella ocasion le fizieron lo Naturales alguna hostilidad, y se supo, u oyo decir la hubiesen echo a alguno de los Españos? Dixo: Que a el que declara ninguna le fizieron, ni oyo decir la hubiesen echo a alguno de los Españos en el Departamento de S.<sup>n</sup> Miguel, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si supo, u oyo decir que la partida de Maneco robo las carretas de los empleados en aquellos Pueblos, y de los pobladores, y que no dexaron familia de EspaÑol sin saquearla? Dixo: Que supo que en Ytati robaron dhas. carretas, y en el Piratini a D.<sup>n</sup> Feliz de Pineda, y al Capellan de la Partida de demarcacion de limites, y a el que delcara le saquearon su casa en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Lorenzo pero que no puede puntualizar lo que ocurrio en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis acerca de el contenido de la pregunta porque no estaba a la sazon en aquel Pueblo, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si es cierto que no tocaron [?]milia de el The. Gobernador [?] Rodrigo, y que le dexaron[?] equipage? Dixo: Que es cierto el contenido de la pregunta, y fue asi: La expresada familia salio de el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis la vanda Occidental de el Uruguay, y tanbien lo verificaron las carretas de otras familias, pero la de el The. Gobernador quedó en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Nicolas porque el tiempo amenazaba lluvia, y las demas siguieron hasta Ytati que dista tres leguas de dho. Pueblo en donde fueron completamente

saqueadas, y que ignora el que declara si le hubiera sucedido, ó no lo mismo a la de el enunciado The. Gobernador si hubiera pasado de dho. Pueblo. Que el expresado Portuges Lara le dixo a el que declara que tenia especial recomendacion a favor de la expresada familia de el The. Gobernador, y responde –

Preg.<sup>do</sup>

Habiendole leydo su declaracion si se afirma, y ratifica en ella, y si tiene añadir o quitar: Dixo: Que se afirma, y ratifica en ella bajo el juramento que tiene echo, y no tiene que añadir, ni quitar de ella: Que es de edad de cincuenta años, y la firmó con dho. S.<sup>or</sup> y el presente Secretario =

Vicente de Cravallo, y Goyeneche

Lic.<sup>do</sup> Bartolome Gonzalez

Ante mi

Pedro de Alcantara Ruiz

Dilig.a de  
haverse  
recibido los  
Oficios en  
que se  
pedian otros  
Testigos

Yo el infrascripto Secretario doy feé que oy catorce de dho. mes, y año se recibieron las respuestas de los S.<sup>res</sup> Comd.<sup>tes</sup> de el Tercio de Gallegos, y de retirados, y de el S.<sup>or</sup> Alcalde de 2º Voto a los Oficios que con fha. de ayer les pasó el S.<sup>or</sup> D.<sup>n</sup> Vicente Carvallo, y Goyeneche Juez Fiscal de este proceso compuesta de medio pliego cada una de cuya orden se insertan originales a continuacion. Y para que conste lo pongo por diligencia que firmo

Pedro de Alcantara Ruiz

Dilig.a de haverse presentado los testo.s En dha. Ciudad dia mes, y año yo el Infrascripto Secretario doy feé se presentaron ante el S.<sup>or</sup> Juez Fiscal de esta causa los testigos Gabril de Bastos Rafael Calderon, y D.<sup>n</sup> Fernando Marchan en virtud de orden comunicada por sus superiores, los mismos que se pidieron por dho. S.<sup>or</sup> Juez Fiscal en sus Oficios de trece de el corriente. Y para que conste por diligencia lo firmó con el presente Secretario  
 Carvallo  
 Pedro de Alcantara Ruiz

[a partir deste ponto, existem trinta folhas do processo perdidas, pois salta da folha 548 para a folha 578]

Preg.<sup>do</sup> Si es cierto que en el Campamento echo en el Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis quedaron la carretas de armas, municiones, y Artilleria fuera de el, y que el Real Estandarte se llevó a el Colegio de dho. Pueblo? Dixo: Ser cierto el contenido de la pregunta, y responde –  
 Preg.<sup>do</sup> Si es cierto que en dho. Colegio se puso Guardia a el Real Estandarte, y que esta fue mandada retirar, y si fue asi diga si sabe de quien dimanó esta orden, y porque causa? Dixo: Que el Sargento Santos mandó poner dha. Guardia, y que el The. Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo que estaba alojado en el mismo Colegio la mandó retirar diciendo que no se necesitaba, pero que ignora el que declara la causa que tendría para mandarla retirar, y responde –

Preg. <sup>do</sup>

Si es cierto que en la Guardia de las carretas de armas municiones, y Artilleria se hizo en dho. Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis la centinela con un palo en lugar de fucil; y diga tambien si sabe de quien dimanó esta dispocision? Dixo: Que habiendose propalada en dho. Pueblo y estendidose la voz de que los Portugeses se habian reunido alli con designio de apoderarse de las armas, municiones, y Artilleria, cuya noticia se tubo por un prisionero que tenian alli, dispuso Sargento Santos que la gente se pusiese en actitud de defenderse; y que con el Sargento de Milicias Bruno Antonio de la Cerda le enbio a dar parte de esta nobedad a el The. Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo, y que este Xefe oydo el parte le enbio a decir con en mismo Cerda, que estaria borracho que dexase las cosas conforme estaban y arrimase las armas que el venia bajo el seguro de una solemne capitulacion, a que no faltarian los Portugeses, y que se hiziese la centinela con palos en lugar de fuciles, y si bajasen los Portugeses a las carretas no se les impidiese, y que no se dexase entrar Español alguno en las carretas, y todo lo mandó executar el expresado Sargento santos en virtud dha. orden, y responde –

Y porque es ya tarde se suspendio esta declaracion para continuarla en la tarde de este dia, y la firmó con dho. S.<sup>or</sup> y el presente Secretario

Vicente de Cravallo, y Goyeneche

Gabriel de Bastos

Ante mi

Pedro de Alcantara Ruiz

Sigue la declaracion de Bastos En dha. Ciudad, dia, mes, y año ante el expresado S.<sup>or</sup> Juez Fiscal comparecio Gabriel de Bastos a efecto de continuar su declaracion, y bajo la solemnedad de el juramento fue

Preg.<sup>do</sup> De que modo se apoderaron los Enemigos de las armas, Artilleria, y municiones en dho. Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis? Dixo: Que en virtud de las orden dada por el The. Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo intimada a el Sargento Santos, el que delcara se retiró a dormir en la carretilla de equipage de el S.<sup>or</sup> Gobernador que estaba a su cuidado, diciendo, que a el [?] se a su carretilla le daria un balazo. Que quando al amanecer se presentaron los Portugeses en las carretas, y el que declara oyo el ruido se labantó con su fucil en la mano, y el Sargento santos le enbio a decir, que cuidado como hacia alguna embarrada. Con esta reconvencion, y viendo que la gente habia arrimado sus armas, dixo en voz entera, como es esto que hemos de entregar las armas, a que replicó Santos, que era orden de el The. Gobernador: Y el que delcara bolvio a expresarse de el modo dicho, a que contesto el Cabo de Esquadra D.<sup>n</sup> Raymundo Boado; que quiere Yo si somos mandados por gallinas, y el que declara rompio su fucil contra una carreta e se dexó estar como los demas. Que de alli los condujeron presos a el Colegio, y quedaron los Enemigos dueños de todo, y responde –

Preg.<sup>do</sup> Si los enemigos con quienes capituló el The. Gobernador D.<sup>n</sup> Fran.<sup>co</sup> Rodrigo fueron los que se apoderaron de las armas en S.<sup>n</sup> Luis?



# Anexo III

*Série de documentos acerca dos  
acontecimentos na “Fronteira do  
Jarao” entre portugueses e  
espanhóis, em 1804.*



**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). "Brasil - Limites". Caixa 3. Doc. 284.

Copia

N.º 11º

Confirmou-se ser certa a apreheção do Capitão de Milicias Jozé Borges do Canto pelos Espanhóes, que tinhão sahido em Partida contra os Charruas, do Acamapmaneto do Tenente Coronel D.<sup>o</sup> Roque Moira, sitto nos Galhos dos Irápéyz, distante daqui mais de cem legoas, em frente ás extremidades Meridionais da Fronteira do Rio Grande. = A dita apreheção foi feita na Costa dos referidos Irápéyz para a parte da Barra no Uruguáy, a igual distancia daqui, athe onde se rezolveu a seguir o mencionado Capitão, e a gente de Serviço, que o acompanhavão, contra as incinuações, e faculdade que eu lhe havia dado, as quaes só se limitavam athe as Cabeceiras do Jaraó, sete legoas ao Sul do Ybicuý, e a distancia de coiza de cincuenta legoas, deste Povo, porem somente vinte e duas do de S. Borja. = Não houve rezistencia alguma da parte dos nossos, que forão surpreendidos de dia, e no meio do Campo, estando no maior descuido; intentarão escapar-se depois de cinco dias de Viagem, e com efeito sempre fugirão de noite para hum pequeno Capão, porem sendo cercados pelos Espanhóes os tornarão a prender, menos dois que de tal sorte se esconderão pelos vãos ôccos de humas raizes d'arvores, que os deixarão; e estes são os que vierão contar este facto. = Tracto agora de ver se os liberto por meios amigaveis, e politicos, pois que sendo aprehendidos em tais alturas, se reputarião por vagabundos, e gauchos do Campo, comloiaados com os Infieis; por via do Reverendo Cura, que foi de S. Lourenço Fr. Bernardino Montenhêz, que se regressou estes dias, e para a Buenos Ayres, faço praticar este assumpto, para o qual elle mesmo se ofereceu, pelo afecto, e obrigaçõens, que devia ao dito Capitão Canto. = Hé o que se me oferece partecipar a vme para o fazer siente na prezença do III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.

General Governador. = Deos Guarde a vm<sup>co</sup> muitos annos  
S. Luiz dezaceis de Agosto de mil oito centos e quatro =  
Senhor Sargento Mór, Ajudante das Ordens = Joze Ignacio  
da Silva = Joze de Saldanha = Major, e Commandante de  
Missoens. =

Esta Comforme

Paulo Joze da S.<sup>a</sup> Gama

Copia

N.<sup>º</sup>

12<sup>º</sup>

Dos relatados successos contemplados na Copia incluza do Sargento Mor Comandante dos Povos orientaes de Missôens, e do proceguimento destes, que inverte todas as mais copias de Oficios, e respostas, ficará sua Ex.<sup>a</sup> entelegenciado do estranho acazo, que pode afiançar a maior perturbação, originada por parte talves da má fé, ou liviandade do offecial Hespanhol Comandante da partida, que executou o inopinado ataque contra a nossa, sem atender as vozes da rezão com que chejo de prudencia lhe declamava o offecial encarregado da sobredita nossa Partida, o qual a vista da cituação, e aperto em que opunha a mesmo offecial Hespanhol parece-me que nunca devera adoptar-se com os viz sentimentos que lhe propunha de se entregar com a mesma Partida, contra a honra não só do seu emprego no Serviço Real porem ainda do nome Portugues; bem entendido se as confições referidas no Numero Setimo, e Oitavo, e da propria que finalmente faz o cabo portador se dirigem concurrentes ao procedimento do nosso ofecial = Aquelle Sargento Mor para húa aparente sapisfação a respeito do cucego, muito bem praticou sobre a prizão do mencionado offecial porem como pode suceder que ella não sirva de inteira modificaçao para as consequencias futuras, sem embargo de serem aquelles os que decedirão os actuais rasgos de húa prezente dezordem, comtudo hé precizo em circunstancias taes hua atenção prompta de providencias, as quais ja administrei fazendo reforçar aquella Fronteira alem de vinte Auxiliares com que para a mesma entrou o Capitam Joaquim Severo com as praças de Dragoens mais do que me foi possivel, e com a Comapnhia imediata do Capitam Manoel Carneiro da Silva = Se o Ex.<sup>mo</sup> Vice Reý do Boenos Aires se conformar com hóa acorde justa a nosso favor pella deceziva posse em que estamos de terrenos conquistados pella preterita Guerra, serão imediatamente retiradas as nossas forças que demais prezenterem se es-

tendem no augmento daquelle guarnição, mais se mostrar indefferente formalizando pretextos de ofendido pello sucesso prezente e com o qual innovará articulaçōens de projectos contra a nossa mencionada posse, hé justo que ja ali de antemão se ache huma parte de Socorro com que a imitação dos sucessos se façō a prepozito mais respeitaveis: = Sua Ex.<sup>a</sup> a ouvirá sendo servido ao ditto Cabo portador e tambem espero que a respeito daquelle Tropa irregular se leve em conta a munição de boca com que de necessidade devem ser socorridos = Deos Goarde a Vm' = Rio Pardo, trinta de Novembro de mil oito centos e quatro = Senhor Ajudante de ordens Joze Ignacio da Silva = Patricio Joze Correja da Camara.

Esta Comforme

Paulo Joze da S.<sup>a</sup> Gama

Copia

N.<sup>º</sup>

12<sup>º</sup>

Para obstar de huma ves ao proceguimento das Corridas de gados, e comonicação com os infieis, que apezar das minhas repetidas ordens, em consequencia as de Vossa Senhoria, emanadas das do Illustríssimo e Ex.<sup>mo</sup> Senhor General, podesem ser violadas por alguns individuos naturaes destes Povos, detreminei ao Alferes de Dragoens Francisco Barreto Pereira Pinto, comandante dos que guarnecem a Repartição do Destrito de Sám Francisco de Borja, passase com hóa escolta competente a patrulhar a Campagna do outro Lado do Ibicuÿ athe os Cerros do Jaráo, que he athe onde temos estado com posse deciziva nesta Conquista des-de a Guerra proxima passada; e com as recomendaçõens, que constão do meu officio, e Portaria ajunto com o Numero primeiro, do que o ditto official ficou entregue, e intelegenciado como consta da sua resposta de officio, copia Numero segundo = Na tarde do dia quatro do Corrente recebi a parte de officio em carta do mesmo Alferes a respeito do encontro que havia tido com a Partida Hespanhola do Tenente de Blandengues Dom Joze Romdeau, e de haver prendido antecedentemente sinco Hespanhoens que reputava como vagabundos (copia Numero terceiro) ao que logo contestei, incinuando-lhe que no meio de huma boa armonia, a qual segunda ves lhe recomendava, vice se podia estabalecer a nossa guarda naquellas imediaçõens das cabiceiras de Ibirapitá de mutuo acordo com o ditto ofcial Hespanhol a quem igualmente escrevi a atenciozo oficio que se vê na Copia Numero quarto dando todas as providencias, e adjutorios, necessarios para a colocação da ditta Guarda = No dia seis de tarde se me apresentou o Soldado Dragão Agostinho Dorneles mandado de propozito a participar-me vocalmente da parte do ditto Alferes o pirigozo estado estando em que elle, e alguns dos da nossa Paritda vinhão, recolhendo-se para o Povo de Sam Borja por cauza das feridas adquiridas no ataque que lhes havia feito no primeiro do

Corrente a Partida Hespanhola, pella descomfiança, e em prudencia do seu ditto oficial o qual sem motivo algum tinha proposto suprehender a nossa, e levava toda preza para Boenos Aires: = Fiquei bastantemente pezarozo de Semelhante dezordem, e para atalhar de algua sorte ás suas terriveis consequencias escrevi imidiatamente ao Governador dos Povos Guaranis do outro Lado do Uruguai o Officio que consta da Copia junta Numero quinto que remeti domenhan, e eu marchei a toda apreça para o povo de Sam Borja com o Cirurgião Felis Joaquim tanto para acudir aos feridos, como para endagar individualmente tão estranho sucesso: = Não pude obter logo huma parte formal dada por escripto pello ditto Alferes Barreto por se achar ainda muito debilitado, e só consegui no dia dez do presente cuja copia se lè no Numero sesto e para combinação desta mandei a guarda do Passo da Crus tirar as declaraçōens deste acontecimento pello Alferes Joze Francisco de Abreu, ou vindo ao Arvorado João Joze Nunes, e ao Soldado João Joze de Mello, que tinhão asestido na ação, cujas respostas são as narradas na Copia junta Numero Setimo, e Oitavo = Melhorados os infermos, e dadas as possiveis providencias para a vigilancia na mesma Campanha, que por ora não me hé facil guarnecer com Tropa, e para a remessa dos Hespanhōes prezos, para a que, me regresei no dia treze para este Povo tão molesto dos olhos que me não tem sido permitido o Concluir, e remeter esta parte com mais brevidade, do que se colige a razão, e a necessidade, e não o apetite com que tenho pertendido hum bom escrevente: = Antontem recebý a resposta do Oficio (Copia Numero nove) do Governador dos Povos occidentaes, pella qual me capacito de que com effeito aquella Partida do ditto Tenente Dom Joze Romdeau não era expedida daquelle Lado mas sim, como me narrou o dito Alferes Barreto, da Villa Nova de Belem, cita na costa oriental do Uruguai, asima da barra doz Yrápeýz, e com Portaria autentica do Senhor Vice Reý do Boenos Aires para sahir a correr, a campanha contra os Infieis. = Coma che-

gada ontem a este Povo do Capitam de Melicias Joaquim Severo Fialho, me sirvo delle para com toda a imparcialidade e circunspecção continue a tirar hum exacto depoimento dos referidos Hespanhoens, e do Cabo de Dragoens João Guilherme, que sendo dos da Partida chegou tambem ontem com os dittos prezos = Este ultimo depoimento remeterei a Vosa Senhoria logo que esteja concluzo: O mencionado Cabo segue com estas, a prezença de Vossa Senhoria para da sua narração se saberem as mais partecularidades deste emprevisto sucesso: O espreassado Alferes Barreto fica de baixo de prizão a ordÃ de Sua Ex.<sup>a</sup>, e será remetido para esse Quartel logo que esteja em termos de poder viajar: = Os sette Hespanhoes, que são os cinco aprehendidos douis dias antes do ataque, e douis na mesma acção; hum dos quais está com huma ferida de circunstancia, e bastantemente debilitado, ficão por ora nestes Povos do Centro, e debaixo de Captura, porem livres os ferros que ja lhe mandei tirar, athé decizão do Illustíssimo e Ex.<sup>mo</sup> Senhor General e na concideração, que a haveren de ser restituídos á sua Nação hé muito mais facil o executar-se daqui; não me descuidando entretanto de os tratar com aquella compaixão, que merece a sua sorte = Deos Goarde a Vossa Senhoria = Sam Luiz dezoito de Novembro de mil oitro centos e quatro = Senhor Tenente Coronel Comandante Patricio Joze Correja da Camara = Joze de Saldanha = Esta Comforme = Patricio Joze Correja da Camara

Esta Comforme

Paulo Joze da S.<sup>a</sup> Gama

Copia

N.<sup>º</sup>

12<sup>º</sup>

Da Carta de Officio do Major Engenheiro Jozé de Saldanha Commandante dos Povos de Missoens ao Alferes de Dragoens, Francisco Barreto Pereira Pinto

N.<sup>º</sup> 1<sup>º</sup>. Ontem recebi vindas pelo Povo de São Luiz as duas Cartas ultimas de vm<sup>ce</sup> de doze do Corrente, e fico certo no seu conteudo, agradecendo-lhe a remessa do Soldado prezo Jozé Roíz Correia. = Agora com a minha volta para o dito Povo farei entregar ao Soldado João Carvalho os seus Cavallos se forem alguns dos cinco que trouxe o tal Antonio Glz', o qual não obstante de vir as escondidas botar-se aos péz da minha consorte o fiz prender athe se averiguar a sua dezerção de São Marcos, e se vm<sup>ce</sup> lhe perdoar, e levar a bem o inviarei para o Rio Pardo de escolta aos prezos. = Vejo a boa rezolução que vm<sup>ce</sup> toma de dar hum paceio pela Campanha do outro lado do Ybicuÿ, como já mo havia propôsto na sua antecedente; e para melhor se efectuar remeto incluza a Portaria que vm<sup>ce</sup> me pedio, com tudo sempre lhe lembro, que mande primeiro explorar por algum Bombeiro a Campanha; e se vm<sup>ce</sup> se encontrar com os Espanhóes lhe fará certo, que nóz des de o tempo da Guerra exploramos, e defendemos pelo lugar Yareós. = Deos Guarde a vm<sup>ce</sup> muitos annos. = São Nicoláo dezacete de Outubro de mil oito centos e quatro. = Jozé de Saldanha. = Senhor Alferes Commandante Francisco Barreto Pereira Pinto. =

Copia de Portaria

N.<sup>º</sup> 1<sup>º</sup>. O Alferes de Dragoens Francisco Barreto Pereira Pinto Commandante dos mesmos, que se achão destacados nesta Fronteria, e do Distrito de São Francisco de Borja passará com huma escolta competente ao outro lado do Ybicuÿ, e athe os Serros do Yaráo; recorrerá a Campanha afim de que se não estendão mais alem os Povoadores Portuguezes; E prenderá a minha ordem todos os vagabun-

dos, de qual quer qualidade que forem, que achar empregados em Corridas de Gado, ou de outros animaes por aquellas imediaçoens, ou fazendo trato algum com os Charruas, e Minuanos, como tambem lhe recomendo toda a armonia, e atenção para qualquer Partida Espanholla que possa encontrar no dito sitio do Jaráo. = Povo de São Nicoláo dezaceis de Outubro de mil oito centos e quatro. = Saldanha =

N.<sup>o</sup> 2º. Senhor Sargento Mór Jozé de Saldanha. = No dia vinte do Corrente, recebi o Officio de vm<sup>ce</sup>, em que me insinuava a forma com que devo andar na Campanha, e tambem a Portaria para o mesmo fim; neste Povo fica o Porta-Estandarte Agostinho com quatro Soldados; a elle Porta-Estandarte fica em carregado do prezo Manoel Jozé de Oliveira, que o fiz prender a ordem de vm<sup>ce</sup>, em observancia de hum Despacho de vm<sup>ce</sup> sobre Manoel Pires da Silva, pois o dito Manoel Jozé de Oliveira, nega tudo quanto o outro allega; e assim vm<sup>ce</sup> determine o que for servido. = Tambem vejo o que vm<sup>ce</sup> me diz sobre o Soldado Antonio Glz; basta eu lembrar-me de quem se valeu, para eu ser aquelle que entersseda a vm<sup>ce</sup> pelo dito Antonio Gonsalves. = Como o Alferes Jozé de Abreu me certificou que tinha de ter grande demora na Guarda da Cruz, por isso me animo a levar o Cabo João Nunes comigo por ser ja pratico da quelles lugares. = Deos Guarde a vm<sup>ce</sup> por muitos annos. Povo de São Francisco de Borja vinte e hum de Outubro de mil oito centos e quatro. = Francisco Barreto Pereira. =

N.<sup>o</sup> 3º. Senhor Sargento Mór Commandante. = Agora acabo de me encontrar com huma Partida Espanholla, que se dirigia á Campar-se na Costa do Ybicuÿ, porem ao dispois de argumentar-me mais de duas oras sobre estes terrenos, cedeu o não passar mais adiante deste Arroio denominado Garupava e este Arroio passa pela Costa do Sérro do Jaráo, e vai dezagoar em Quaraim, e Quaraim ao Uruguay abaixo

do Povo de Japeju, para sima inda não sentemos por onde nos havia-mos devedir; eu fico na Costa deste Arrio ateh decizão de vm<sup>ce</sup> sobre o que devo de obrar nestes Cazos, pois eu ateh aqui me tenho guiado pela Portaria e Officio de vm<sup>ce</sup> de dezaceis de Outubro. = Tambem remeto pelo Capitão João Antonio, cinco Espanhoes, prezos que os prendi na Costa de Grapiutá, e como o Commandante da Partida Espanholla não me fala nestes homens, atribuo que sejão Ladroens. = O Commandante da Partida Espanholla he hum Tenente de Belendengues por nome D. Joze Rondeau. = Deos Guarda a vm<sup>ce</sup> por muitos annos. = Campamento de Guarupava trinta e hum de Outubro de mil oito centos e quatro. = Francisco Barreto Pereira. =

N.<sup>o</sup> 4<sup>o</sup>. O Alferes de Dragoens Francisco Barreto Pereira Pinto, Commandante da Campanha, e do Distrito de São Francisco de Borja, me acaba de partecipar em Carta de Officio de trinta e hum do mez ultimo que em consequencia da diligencia a que eu o havia mandado por Portaria e Officio meu de dezaceis do dito mez para correr a Camapnha do lado Meridional do Ybicuÿ ateh os Serros do Jarão, a fim de prender os vagabundos, e outros quaes-quer interessados em Vacarias, ou Sociedades com os Indios Infieis, o haverse encontrado com a Partida que vm<sup>ce</sup> Commanda por parte de S.M.C. e impregada com igual intento de limpar a Campanha de tantos facinorozos. E por que tão louvavel encontro de vm<sup>ces</sup> acho digno de se aproveitar para o justo e conviniente fim para ambas as Naçõens, de se estabelecerem por esse lado as Competentes Guardas que ateh agora se não tem podido estabalecer, posto que tinhâmos estado de posse de toda essa Campanha ateh bem junto dos Yrapeÿz; imsinuo ao dito Alferes Commandante situe a guarda Portugueza em alguma paragem commoda, nas imediaçoens de hum boqueirão que há nas Cabeceiras do Arroio que passa por esse Serro do Jarão, e a qual Guarda efectivamente cobre os terrenos pertencentes ao dito Povo

de São Borja, concordando amigavel-mente com vm<sup>ce</sup> da mesma forma que se praticou na Fronteira do Rio Pardo com a que se colocou entre as Cabeceiras do Rio Negro, e de Santa Maria. = Espero que vm<sup>ce</sup> convenha nesta decizão da qual rezultará toda a armonia, e socego que eficáz-mente dezejo para ambas as ditas Naçoens. = Deos Guarde a vm<sup>ce</sup> muitos annos. São Luiz quatro de Novembro de mil oito centos e quatro. = Joze de Saldanha. = Senhor Tenente de Blandengues Dom Jozé Rondeau. =

N.<sup>o</sup> 5º. Em observancia das ordens do mui III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. General Governador desta Capitania para fazer extinguir os excessos cometidos na Campanha do outro lado de Ibicuÿ pelos Vagabundos, Xamgadores, e Infieis, Commisionei por hum Officio meu de dezacete do mez passado ao Alferes de Dragoens Francisco Barreto Pereira Pinto, Commandante da repartição do Distrito de São Borja para que passace com huma escolta athe o Serro do Jaráo, sete legoas ao Sul do dito Ibicuÿ, e athe onde temos estado de posse des de esta ultima Conquista, a explorar a Campanha prendendo todos os malfeiteiros e vagabundos, e que no cazo de se encontrar com alguma Partida Espanholla lhe apresentace a minha Portaria que lhe forneci, na qual se patentiava toda a Comissão a que hia, e se houvece com toda a armonia de parte a parte tão recomendada peo nosso predito Chefe. = Sucedeu com efeito haver o encontro com a Partida de Dom Joze Rondeau, como V. S.<sup>a</sup> verá na Copia incluza da parte que me deu o dito Alferes, á qual logo respondi, dizendo-lhe, que aproveitando o emcontro do referido Tenente (a quem igualmente escrevi o mais attenciozo Officio) ásentacem o lugar mais adequado e competente para a colocação ou Cituação da nossa Guarda Portugueza nas angusteiras das Cabeceiras do Igicirapuitan : Porem emquanto esperavão ambos os ditos Officiaes a minha Contestação; serrezolveu o dessa Nação à atacar a nossa Partida, fiado na superioridade do maior numero da sua, e tanto

assim que sabendo da sua senistra tenção o dito Alferes, e hindô-lhe a falar em termos racionaveis para em boa páz esperarem pelas minhas ditas em sinuachoens, e pelas de V. S.<sup>a</sup>, não teve outra resposta, senão a de que serretirar-se para o ataque que immediatamente lhe hia fazer, o que com efeito praticou, sendo necessario a nossa Partida defender-se valerozamente fazendo-lhe igualmente fogo e retirando-se.

E porque semelhante procedimento, cometido pelo dito Tenente Dom Joze Rondeau hé assáz estranhado e emcompativel com a Armonia que se nos recomenda para cujo fim he que eu havia expedido a mencionada Portaria; espero que V. S.<sup>a</sup> dê todas as ordens competentes para que se respeitem as minhas Portarias, o que igualmente farei executar com toda a vigilancia a respeito das de V. S.<sup>a</sup>: Como tambem que seja VS.<sup>a</sup> servido para o reciproco soego de ambas as Naçoens Commescionar a algum Official prudente, que encontrando-se com outro de igual probidade, que o haja de enviar a supra dita paragem do Jarão, depois de asentar-mos antecipada-mente, e de mutuo acôrdo o tempo prefixo, estabaleção de parte a parte as Guardas Competentes e Fronteiras no Sítio mais adequado naquellas emmediaçoens, e para segurança dos respectivos e actuaes Dominios: = Com as instruções proprias para o Comportamento e Pacificação das mesmas Guardas. = E emquanto ao funesto acontecimento sucedido no dia primeiro do Corrente anno já agora o não podemos evitar, aprece-me de razão, que ao menos comcorramos reciproca-mente para que delle senão origem maiores dezordens entre os Vassallos das nossas Naçoens; mandando VS.<sup>a</sup> castigar como for justo ao dito Tenente, assim como eu, a respeito do dito Alferes Barreto, a quem remeterei prezo a ordem do meu Ex.<sup>mo</sup> General Governador para o seu Quartel do Rio Pardo, depois de informar com toda a individuação por outras pessoas do referido sucesso; para o que sigo de manhãa para o Povo de São Borja. = Deos Guarde a V. S.<sup>a</sup> muitos annos Sao Luiz seis de Novembro de mil oito centos e quatro. = Senhor

Coronel Governador. = Dom Bernardo de Velasco. = Jozé de Saldanha. =

N.º 6º. Senhor Sargento Mór Commandante. = No ultimo do mez de Outubro dei parte a vm<sup>ce</sup> de me ter encontrado com huma Partida Espanholla, e tambem do que tinha tractado com o Tenente Commandante da dita Partida no mesmo dia fazendo eu sahir o meu vaquiano com dois soldados pela Costa do Arroio em que eu estava a Campado a procurar hum bom Sitio para nelle formar o meu Campamento. = Encontrarão-se com vaquiano Espanhol e quatro Soldados, e hum destes disse a hum dos meus Soldados que o seu Commandante dezeljava falar-me e logo que o Soldado me disse isto logo me puz em marcha para o Campamento Espanhol na intiligencia da fé e palavra de honra que devêra supôr naquelle Official porem em Caminho o meu Vaquiano me declarou que o Vaquiano Espanhol lhe certeficou e lhe disse se ritarasse por quanto a Partida Espanholla pertendia atacar-me a minha Partida. = Voltei tanto que ouvi e fiz que os Camaradas se concervacem com Cautella e percauão: E no primeiro do corrente caminhando a tomar acento proporcionado e vantajozo para a minha Partida indo naquelle degressão que me parecia racionavel, divizei que a Partida Espanholla se aproximava para o lado da minha Partida; logo mandei fazer alto a minha gente, e seguindo eu para elles, veio o Commandante Espanhol sem mais outra razão, e me disse que rendece-mos as Armas, e me desse prezo, e toda a minha Partida para sermos remetidos a Buenos Aýres: Não me parecendo propria esta resposta lhe ponderei quanto era injusta a sua pertenção, e que não podia aceitar o que me propunha por eu estar munido com huma Portaria e Ordens de vm<sup>ce</sup>; máz não querendo elle concordar com o que eu lhe porpunha, me disse que como eu me não queria das à prizão, com a minha Partida, nesse Cazo me mandaria fazer fogo, que eu me retirava; respondeu-me que não permitia a minha retirada; então eu

protestei-lhe huma, e muitas vezes à sem razão com que procurava transtornar a boa Armonia, e tão recomendada entre as duas Potencias; e huma plene, e tranquilla páz em que estava-mos, e sem mais responder-me, voltou, e mandou aos seus Soldados nos darem uma grande descarga; considerando-me em tal cazo atacado injustamente ao despois de tantos protestos; des de então o julguei e reputei como hum injusto transgresôr do socego entre as duas Potencias, ainda assim não foi mais do que replicar a força com a força: desta defença rezultou o morrerem dois Soldados, hum Dragão outro natural do Povo de São Borja não deixando eu de sahir bastante ferido; e porque tudo se concluio me retirei com a minha Partida sem que S. A. tivesse prejuizo na sua Cavalhada, e no Armamento, só sim no cartuxame do que dou parte a vme de todo o cazo acontecido, esperando que dará a providencias mais justas para eu executallas como devo. = Deos Guarde a vme por muitos annos. Povo de São Francisco de Borja dez de Novembro de mil oito centos e quatro = Francisco Barreto Pereira Pinto. =

N.º 7º Declaraçoens tiradas pelo Alferes Joze Francisco de Abreu ao Cabo João Joze Nunes, e que respondeu do que se passou na Camapnha com as duas Partiadas Portugueza, e Espanholla, sendo Commandante da Portugueza o Alferes Francisco Barreto Pereira. = Guarda da Cruz dez de Novembro de mil oito centos e quatro.

1ª. Primeiramente diz que havendo recebido hum Officio do Alferes Commandante do Districto de São Borja Francisco Barreto n dia vinte de Outubro para se apresentar na Estancia que foi do Povo de São Borja denominada Itahó com o Soldado Joze Floriano, se pôs em marcha, ainda que não com o Soldado nomeado no Officio por se achar doente máz sim com o Soldado da mesma Guarda João Joze de Mello, chegando, no dia seguinte aquelle Posto donde lhe foi ordenado havendo distancia para marchar da Guarda da Cruz

onde se achava destacado ao dito posto vinte legoas, mais ou menos, onde achou o Alferes a Campado com a Partida o Companhava, seguindo dali esta Cabo em carregado pelo seu Commandante de Forriolar aquelle Corpo de Tropa, fazendo unicamente o que lhe era determinado pelo seu Official porem prezenciando algumas couzas que se passavão assim como certefica que o dito Alferes concervou sempre na dianteira da Partida dois Soldados Naturaes na distancia competente de se aprecatar, não só servindo de Bombeiros como de Vaquianos, e como estes lhe não davão parte de novidade alguma foi sempre seguindo na recta guarda dos ditos Bombeiros, pondo isto em practica logo que passou o Ybicuÿ porque antes nunca Constou depois da Guerra que passem os Espanhoes para este lado do Ybicuÿ. =

2<sup>a</sup>. Marchando como diz dois dias e meio fez a primeira parada na Costa do Arroio Ygarupá quando ao dia seguinte de sua parada vendo-se correr animalada bagualla, sahio hum Natural a ver que novidade era aquella, e seguindo para a banda donde vinhão os animaes, avistou cinco Cavalleiros, fazendo-se na volta para atráz a toda à preça, deu parte a este Cabo, o que elle sem dilatar deu parte ao Alferes, oferecendo-se ao mesmo tempo para hir ver aquella novidade, o que não consentio o Alferes antes pessoalmente se pôz em marcha com dois Soldados, e o mesmo que esta novidade deu deixando a Partida á Cargo deste Cabo; quando depois de encontrar com os ditos Cavalleiros ganharão estes o mato, logo mandou o Alferes que sem perda de tempo se apresentacem este Cabo em Carregado da Partida com alguns homens da mesma deixando o resto da gente entregues ao Cabo João Guilherme, o que logo se executou como determinou o Alferes, e pondo-se em marcha chegou aonde se achava o dito Alferes com os Cavalleiros sitiados mandou o Alferes entrar no mato o dito Cabo com alguns Soldados donde forão surpreendidos estes cinco homens que então se conhacerão serem estes Espanhoes, e proguntando-lhes o Alferes que novidades havia na Camapnha, então

responderão que em distancia de duas legoas se achava huma Partida Espanholla de cem homens para riba; vendo o Alferes este grande numero de gente mandou vir a aquelle lugar o resto dagente, e Cavalhada, e se retirou em distancia de trez legoas mais ou menos onde se acampou aquella noite por lhe parecer que o lugar era suficiente; logo no dia seguinte se pôz em marcha para a banda da Partida Espanholla, e para ver se com efeito era verdade o que aquelles homens dizião, e sendo assim, fazer com elles áquella Armonia devida; e chagando em distancia regular fez o Alferes parar a sua Partida, e fazendo sahir este Cabo com dois Soldados saber que gente era aquella, e que procuravão naquellos lugares, e que certeficando-se ser Partida Espanholla dicesse ao Commandante que dezejava fallar-lhe para se apresentarem as Portarias e evitarem algum átaque repentino, o que executou este Cabo como se lhe ordenou, e serretirou ao seu lugar, dando parte que era Partida Espanholla, sahirão os dois Commandantes a fallar-se.

3<sup>a</sup>. Diz tambem este Cabo que pela ordem que deu o Alferes para que nenhum individuo foce ao a Campamento Espanhol sem Portaria sua ser certa a Armonia que tinhão feito entre os dois, e tambem disse que tinha tratado com Official Espanhol, o não passarem huns nem outrso a hum e outro a Campamento sem as devidas Portarias, e se retirou fazendo seu Campamento em distancia de legoa e meia.

4<sup>a</sup>. Diz tambem o dito Cabo que nem da nossa Partida, nem da Partida Espanholla passou individuo algum com licença, nem sem ella, e que não houve motivo algum pela nossa parte mais de que o dia seguinte encontrar-se os dois Bombeiros, Espanhol, e Portuguez, e como estes erão conhecidos comunicou o Bombeiro Espanhol ao Portuguez que se retirar-se da Partida Portugueza para a Espanholla dizendo que elle vinha Bombear para naquelle madrugada avançarem aos Portuguezes, com o pensamento de prenderem toda a Partida Portugueza, e que sem remedio o

farião por ser a Portugueza muito pequena, e a Espanholla muito grande. E não desprezando o Alferes esta parte se concervou toda aquella noite com a sua Partida á Cavallo e com as Armas na mão, e vendo que amanheceu sem haver novidade intentou para se certificar, e concervar-se descansado fallar segunda vez com o Official Espanhol, por lhe parecer que era falça a parte do Bombeiro, o que se dezemganou ser verdade porque a poucos passos que sahio do seu Campamento quaze a tiro de clavina donde estava a Partida Espanholla ao Campamento da Portugueza quando elles estavão a Campados distancia de legoa e meia que chegarem a donde estava lhes foi precizo caminharem de noite, pois era de manhã cedo na madrugada asignalada do avance que dezia o Bombeiro Espanhol.

5<sup>a</sup>. Logo que o Alferes sahio do seu Campamento, a poucos passos como ja disse, encontrou-se com a Partida Espanholla, que se encaminhava para o Campamento Portuguez de baixo de forma com as Armas levantadas; com este encontro mandou o Official Espanhol fazer alto a sua Partida fazendo o Alferes o mesmo à sua e emcaminhando-se para a Partida Espanholla fez o mesmo o Official Espanhol ficando as duas Partidas a pé firme; se encontrarão os dois Officiaes entre meio das ditas, ainda que mais perto da Partida Espanholla, que sem receio chegou fiado na boa Armonia que tinhão tractado; ao dispois de conversarem hum bom espaço de tempo se retirarão cada hum para a sua Partida, e como o Alferes estivesse mais longe receberão os Portuguezes a primeira descarga antes que o seu Official chegasse a frente do seu Esquadrão ficando morto hum Soldado da Companhia Meleciana de Naturais, ficando mais dois feridos, dizendo o Alferes que já não podia retirar-se porque pela recta guarda lhe poderião fazer maior estrago, tanto em gento como em muniçōens, e armamentos Cavalhada de S.A.R. por estaremestes Cavallos emcapazes de fazer retirada á salvo: mandou o Alferes dar a sua descarga dizendo que queria ver se com ella os intemidava, a que não

avansacem, e vendo que elles se determinavão a avançar mandou antes que elles debaixo da segunda descarga avançar quando elles á este tempo fizerão o mesmo, porem como virão a nossa gente determinados, se havião de avançar para diante, derão volta para, fazendo fogo em retirada ateh ganharem a Costa do Mato donde fizerão costas, continuando sempre com o fogo; vendo o Alferes que se não podia retirar, por que se elles o seguisse lhe poderião pela indigencia dos Cavallos, e porque o apanharião em terreno donde se não podesse defender intentou fazer segunda investida pois lhe tinhão dado Costas na primeira lhe pareceu que na segunda farião o mesmo ganhando o Mato e para este fim lhe era precizo aos Espanhóes deixarem os Cavallos, pois não podião entrar senão a pé, e asenhoreando-se o Alferes da dita Cavalhada em que elles estavão montados teria mais sigura a sua retirada e salvar o trem de S.A. e como assim sucedeu ainda que não tão de repente como elle pensava, por que se fizerão fortes, porem vendo que os Portuguezes lhe não davão Costas se appearão dos Cavallos e ganharão o Mato deixando a Cavalhada em que estavão montados; vendo o Alferes que para sigurança da sua retirada lhe era precizo arrear os ditos Cavallos, se chegou a Costa do Mato com alguns Camaradas, depois de darem alguns tiros de dentro do Mato, e matarem o Soldado Joaquim Roíz, que a Companhava o Alferes, sahirão huns poucos a defenderem os Cavallos, então tiverão ocazião de ferirem o Alferes; elle como estava muito ferido, se retirou deixando a gente entregue a este Cabo que se concervou ateh a noite com o Mato sitiado, pondo ao Alferes em marcha em huma rede, a Companhado de quatro Soldados que o conduzião, juntamente a Cavalhada, e logo que lhe pareceu que tudo estava a salvo se retirou a alcançar o Alferes deixando aos Espanhóes no Mato a pé.

6<sup>a</sup>. Diz tambem este Cabo que o Alferes dicera depois disto tudo, por que antes não teve tempo, que a converça que tivera com o Official Espanhol fôra comunicar-lhe a parte

que lhe deu o Bombeiro, e o Espanhol lhe respondeu que o seu Bombeiro lhe tinha dito o mesmo do Bombeiro Portuguez; e o Alferes lhe respondeu que não havia tal; a isto disse o Espanhol que como ja estavão naquellea figura que des de logo se entregasse prezo com a sua gente toda, entregando-lhe as Armas, e quando não que os havia de prender a força de Armas, ou matallos, lhe respondeu o Alferes que obrace o que quizesse, e que lhe protestava os prejuizos que qual das Naçoens experimentacem que elle prezo se não entregava.

7<sup>a</sup>. Diz mais o Cabo que a vista do que acima esta expresado que demaziadamente foi obrigado a defender-se pois quando recebeu a primeira descarga inda o Alferes não tinha chegado a frente do seu Esquadrão.=

Nestas sete preguntas que me fez o Senhor Alferes Joze Francisco de Abreu, respondi o mesmo que aqui está escrito, e responderei aonde quer que se me preguntar. = Guarda da Cruz dez de Novembro de mil oitocentos e quatro. = João Joze Nunes = Cabo de Dragoens. =

N.<sup>o</sup> 8<sup>o</sup>. Preguntas que fez o Alferes Joze Francisco de Abreu ao Soldado João Jozé de Mello, e o que respondeu. = Guarda da Cruz dez de Novembro de mil oito centos e quatro.

1<sup>a</sup>. Diz este Soldado des de que a Partida passou o Rio Ybicuÿ que sempre se concervarão na dianteira da Partida dois Soldados Naturaes que servião de Bombeiros Vaquianos, e que a primeira pregunta não tem mais que dizer.=

2<sup>a</sup>. A esta segunda não tem mais que dizer, e só sim não vio voltarem os ditos Bombeiros, a dar parte alguma.=

3<sup>a</sup>. Nesta terceira pregunta, diz como Soldado o seu Official lhe não disse couza alguma, e só sim vio conversarem os dois Officiaes e que o Alferes deu ordem que não hiria individuo algum ao Campamento Espanhol sem Portaria sua, e que por este lhe paresse que entre os dois ficarão

comcordes; e se a Camparão legoa e meia retiradas huma Partida da outra.

4<sup>a</sup>. Nesta quarta progunta, Não alcança se se poderia ou não retirar, e só sim que estavão frente a frente com os Espanhoses, e os nossos Cavallos imcapazes de fazer huma marcha violenta=

5<sup>a</sup>. Diz que não vio nem sabe que individuo algum escandalizasse aos Espanhoses, ou ainda foce ao seu Campamento com licença ou sem ella.=

6<sup>a</sup>. A esta sexta progunta, que não sabe se o Alferes protestou ou não ao Official Espanhol prejuizo algum por não prezenciar, digo por não ouvir a converssa que houve entre os dois Officiais, só sim que depois conversarão, antes que o Alferes chegasse a frente do Esquadrão ja veio a primeira descarga que matou o meleciano e ferio dois mais.

7<sup>a</sup>. Nesta setima progunta só sabe que a Partida Espanholla foi a primeira que deu fogo.=

Nestas sete perguntas que me fez o Snr. Alferes Francisco de Abreu, respondi o mesmo que aqui está escripto, e responderei onde quer que se me proguente, e asigno este papel com o meu signal que he huma Cruz por não saber o meu nome = João Jozé de Mello. = Soldado Dragão.=

N.<sup>o</sup> 9<sup>o</sup>. Me tem sido dezagradavel em summo Gráo o encontro das Partidas Portugueza, e Espanholla, em os tempos que V.S.<sup>a</sup> me expressa em seu Officio de seis do Corrente, e como não tenho conhecimento de Officio da existencia em á comprehenção do meu Governo do Corpo de que depende dita Partida Espanholla; despacho a Buenos Ayres neste momento hum Correio em diligencia, comprego para o Ex.<sup>mo</sup> Snr. Vice Reý, incluindo Copia do atenciozo officio de VS<sup>a</sup> e da que o acompanhou do Alferes de Dragoens Dom Francisco Barreto, para que inteirado, providenceie o que achar justo, pedindo ao mesmo tempo a S. Ex.<sup>a</sup> me indique os Limites a que devão avançar-se as Partidas, ou Guardas, afim de poder com conhecimento tratar com VS<sup>a</sup> este ponto

em os termos amigaveis, e de boa armonia, que deve Reinhar entre as duas Potencias, ao mesmo tempo espero, que S. Ex.<sup>a</sup> terá a bem comunicar-me as ordens relativas à dita Tropa situada em territorio deste Governo. = Deos Guarde a V. S.<sup>a</sup> muitos annos. = Santa Anna doze de Novembro de mil oito centos e quatro = Bernardo Velasco = Senhor D. Joze de Saldanha. = está conforme = Jozé de Saldanha =

Esta Comforme

Paulo Joze da S.<sup>a</sup> Gama

Copia

N.º 13º

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. = Permite VEx.<sup>a</sup> lizongear-me, que a sua equidade não omitirá fazer-me justiça, persuadindo-se que nenhuma pessoa deseja mais do que eu manter a páz, e boa armonia tão recomendada por *Nossos Augustos Soberanos*; por quanto depois que me encarreguei desta Capitania, a minha maior aplicação, e todo o meu cuidado tem sido manifestar sem equívocação a esse Governo quantas provas me forão factíveis, e adaptáveis a afiançar a certeza do que acabo de asseverar. = O Regresso a seus respectivos quarteis d'alguma Tropa, que parecia poder-se dispensar para a guarnição dos postos ordinarios, na raia fronteiriça, foi o primeiro passo a este respeito no principio do meu actual Governo, como tive a honra de partecipar ao Antecessor de V. Ex.<sup>a</sup> em Officio do primeiro de Fevereiro do anno passado. = Igualmente dão a conhecer as minhas ingenuas intençoens outro Officio que tambem dirigi ao Governador de Monte-Vedio com dacta de vinte e seis de Setembro desse anno remetendo-lhe Copias das Ordens, que havia expedido aos meus subordinados, a fim de assegurar a tranquilidade, e boa correspondencia; cuja conservação tem sido sempre o objecto essencial de meus disvellos, e assiduos cuidados, por estar persuadido serem ellas mais analogas aos verdadeiros interesses de ambas as Naçõens, do que quais-quer discuçoens, de ordinario complicadas, e dezagradaveis. = Máz como em tudo há Lemites, e em tudo se encontrão cazos tão espinhозos, que a mais prudente circunspecção, e atenta vigilancia não pode precaver, nem ser suficiente a manter o repouzo, e tranquilidade; me hé por isso indispensavel prezente-mente dirigir a prezença de V. Ex.<sup>a</sup> este Officio, que não deixa de ser repugnante á pureza das minhas sinceras intençoens. = Havendo-me comportado na forma sobredita, não podião deixar de subprender-me a partir do Officio, que acabo de receber, dirigidaas pelo Sargento Mór Commandante dos Povos

Guaranis Orientaes ao Uruguäy, vendo nellas expressado o inopinado acontecimento dos dias trinta e hum de Outubro, e primeiro de Novembro do Corrente anno, com o encontro de huma Partida de Tropa Portugueza, e outra Espanholla em terrenos meridionais ao Rio Ybicuÿ, nas immediaçoens do Arroio denominado Ygarupá. = Com Portaria, e Officio do sobredito Commandante na dacta dezaceis do mesmo Outubro passou ao Sul do Rio Ybicuÿ o Alferes de Dragoens Francisco Barreto Pereira Pinto, com huma escolta de trinta homens, a fim de obstar de huma vez á corrida de Gados, clandestinamente, expressando a mesma Portaria prendesse os Vagabundos, e a quaes-quer outros interessados em Vacarias, ou sociedades com os Indios Infieis; &<sup>a</sup> e havendo encontrado ao Tenente de Blandengues D. Joze Rondeau com outra escolta Espanholla, de mais de cem homens, dirigindo-se a acampar na Costa do Ybicuÿ, munido de outra Portaria de V. Ex.<sup>a</sup> para sahir a correr a Campanha contra os Infieis; depois de argumentarem, cedeu o Official Espanhol a não passar adiante do citado Arroio, e o Official Portuguez deu parte ao seu Commandante, dactada do mesmo dia, pedindo discizão, por não haver podido acordar amigavel-mente, e em boa armonia naquelle encontro, como se lhe tinha recomendado, os Lemites por onde se divissem. = Na quelle mesmo dia mandou o Alferes Barreto o seu Vaquiano com dois Soldados a precorrer a Costa do referido Arroio, a fim de elegerem cituação com moda para a Campar: encontrarão ao Vaquiano Espanhol com quatro Soldados, hum dos quaes disse a outro Portuguez que o seu Commandante queria falar ao sobredito Alferes, a quem foi comunicado este avizo, e em conseguinte se pôz em marcha para o a Campamento Espanhol, não conceituando preciza caução alguma, depois do citado ajuste, e palavra de honra do Official Espanhol, na forma acordada; máz sendo avizado em marcha, que a Partida Espanholla se dispunha à atacallo na madrugada do dia seguinte, retrocedeu, e passou em vigilia toda a noite com os

seus Soldados montados, e precavidos, athe que ao amanhecer, adiantando alguns passos para descobrir, e deliberar o que devia practicar, vio a tiro de Clavina a Partida Espanholla, que havia a Campado duas legoas distantes. = Verificada assim a identidade do avizo, e fazendo alto as duas Partidas, sahirão os dois Officiaes a encontrar-se, seguindo-se dizer o Official Espanhol ao Portuguez, que se entregasse prezo com toda a sua Partida, para serem remetidos a Buenos Aýres, sem bastar a dissuadillo desta tentativa, nem a Portaria, e ordem de que se achava fornecido, e lhe apresentou, nem a convenção tratada no dia antecedente, nem os protestos de responsabelidade, e transgreção as Ordens, e recomendaçõens Reaes, e nem a firme deliberação com que o Alferes se negou a tão injusta pertenção, para deixar aquelle Tenente de o atacar, mandando disparar huma descarga de Clavinas sobre a escolta Portugueza, antes de haver chegado a sua frente o mesmo Alferes, conciderando-o irremediavel-mente forçado a entregar-se a tão superior numero. = Máz não sucedendo assim, como parecia, por qe lembrando-se este Official dos deveres da sua honra, preferio antes sacrificar a sua vida, e de toda a escolta, do que deixar-se vergonhoza-mente subjugar à sem razão, pelo que pôsto em defença, e em rezistencia, que a Providencia favoreceu, continuou a repelir aos Espanhoes, athe os fazer acoutar em hum bosque; tal vez com o disignio de repetir o ataque com melhor sucesso, pela reta Guarda, na retirada; circunstancia que prevenio o Alferes, ainda depois de grave-mente ferido, mandando desviar, e conduzir alguns Cavallos, que os Espanhoes não poderão fazer entrar na espesura do bosque, aonde ficarão em parte desmontados, e inhabeis a continuar o sobre dito atentado. = Deixo á recta reflexão de V. Ex.<sup>a</sup> examinar a vista do deduzido neste papel, se devo, ou não pertender, e esperar huma Competente satisfacão, não só pela falça fé do sobre dito comportamento desconhecido entre Naçõens civilizadas, e no Direito das Gentes; máz athe pelas factaes

consequencias, e nocivo exemplo de semilhante procedimento, se não recorrer-mos a algum proporcionado expediente de conciliação, e correspondente Castigo, a quem o merecer. = O Sobre dito Sargento mór Commandante em Officio dactado a seis de Novembro proximo passado recorrendo ao Coronel Governador dos Povos Guaranis, pertendeu huma satisfação, a efecto de concervar a páz, e tranquilidade, e evitar maiores dezordens entre os Vassallos de ambas as Naçoens. = A contestação do citado Governador a este assumpto dactada a doze do dito Mez de Novembro, parece implicar contradicção; por quanto se elle ignorava, ou lhe faltava conhecimento de Officio da existencia na comprehenção do seu Governo, (como expressa) do Corpo de que depende aquella Partida Espanholla, como se determina a pedir providencias, e indicação de Lemites a que devião avanssar, se as Guardas, ou Partidas, das quaes elle asigura faltar-lhe conhecimento de Officio, sem contudo titubear em asseverar, que pede, e espera ordens relativas à dita Tropa situada (como repete) em territorio d'aquelle Governo? &<sup>a</sup> - - Porem seja como for deste modo de expressar com certeza, e incerteza ao mesmo tempo, he certo, e izento de toda a equivocação, que naquelles terrenos nunca costumarão patrulhar Guardas Militares, por parte desse Governo; e os Portuguezes tem sempre concervado posse do os patrulhar em mais ou menos extenção, depois que Conquistarão os Povos Orientaes ao Uruguaÿ, a fim de concervar as Estancias, os Gados, e os Individuos, que pertencem aos mesmos Povos; cujos estabelecimentos concervão, e tem concervado de tempos antiquissimos, com privilegios Reaes; por tanto fica sendo muito mais estranho o rellatado sucesso, depois con consentimento, e a Côrdo de esperar deliberação das Côrttes ácerca dos terrenos Conquistados na ultima Guerra, á custa de effuzão de sangue, pêrda de Vassallos, e avultadas despezas; não se havendo declarado couza alguma no Tractado da páz, nem ser assumpto deliberativo de Jurisdição, ou Authoridades Su-

balternas, sem expressas Ordens Commuas, e plenos poderes. = Final-mente concluo, asseverando não ser a minha intenção encomodar a V. Ex.<sup>a</sup> com largas discuçoens; máz só ponderar breve-mente os objectos, que o extraordinario acontecimento, e incompetente pertenção de hum Official Subalterno exige em apeteço com o mesmo inexplicavel afecto com que procuro, e tenho procurado concervar a páz, e boa intiligencia com os Vassallos de S.M.C.; e muito particular-mente Com V. Ex.<sup>a</sup> a quem verdadeira-mente respeito, amo, e estimo. = Deos Guarde a VEx.<sup>a</sup> muitos annos. = Porto Alegre dois de Dezembro de mil oito centos e quatro. = III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. Marquêz de Sobre-Monte, Vice Reý do Rio da Prata = Paulo Joze da Silva Gama

Esta Comforme

Paulo Joze da S.<sup>a</sup> Gama

Copia

N.<sup>º</sup>

14<sup>º</sup>

Exmo. S.<sup>or</sup> III.<sup>mo</sup> = El Comandante de la Frontera oriental del Uruguay D.<sup>n</sup> Bernardo Gonzales Barcarcel con fha de 7 de Diciembre del año que rige me dice lo siguiente = "Cien Individuos Portugueses y otros tantos naturales de los Pueblos Orientales del Uruguay han emprendido ayer marcha al de S. Borja con distino segun se dice de ir à establecer Guardias en el Yarao y hacer la introducion de Ganados que puedan sin que para ello les ofresca obstaculo el conocimiento que se asegura lleban de que existe una Partida nuestra de trescientos á quatro cientos hombres en el Distrito que intermedia desde el referido Arroyo hasta el del Ybiqui, a donde han mandado con antecipacion quien estè observando los movimientos de dicha gente despachando a demas otra Partida de Veinte Portugueses, y algunos Yndios para que se hagan sentir Ybiqui arriba por los frentes del Pueblo de S. Luiz, a fin de llamar por aquella parte la atencion, à efecto de que con menos oposicion logren llenar las de su encargo los enunciados doscientos hombres, a quien ban mandando el Teniente de auxiliares D.<sup>n</sup> Manuel de los Santos, y el Alferes de Dragones D Antonio Albares, todos bien armados, y municionados a veinte Cartuchos por individuo, contando entre los Yndios una parte con Lanza, fkecha y piedra, y el numero de los Portugueses, un tercio de Dragones, y el resto le titulan de auxiliares = Esta novedad y la ocurrida a la Partida del Theniente de Blandengues D<sup>n</sup> Jose Rondeau con otra Portuguesa de cien soldados y trecientos Ynfieles debe proceder sin duda contra las ordenes de V.E. Yo me hallo con las del Exmo. S.<sup>or</sup> Virrey de la Provincia del Rio de la Plata recomendandome la maior armonia, y amistad entre ambas naciones, y en efecto mis deseos son los mas sinceros para cumplir aquel particular encargo, el que concidero dificel praticar si VE. no estrecha sus ordenes al Comandante de los Pueblos de Misiones pertenecientes a S.M.F. a fin de que no altere las

Paz que gosamos, perturbandola con la injusta solicitud de situarse á las orillas meridionales del Rio Ybicuí contra lo pactado en la ultima Guerra con el Exmo. S.<sup>or</sup> Marqués de SobreMonte y hostilisando por esta razon los Dominios de S.M.C. en cuio evento S<sup>or</sup> Ex.<sup>mo</sup> me serà mui sencible verme obligado à repelerlo con la fuerza, aun que me persuado sin embargo nò llegará aquel caso, porque V.E. enterado de la conducta de aquel official Comandante le recombendra, y aun castigarà aquellos atentados contra el derecho de gentes, contra los Tratados de Paz, y ultimamente contra el animo y amistad de S.S. M.M. C y F. estrechamente ligada por los sagrados vinculos de la sangre.

Dios Guarde a V.E.III.<sup>ma</sup> muchos años. Cerro Largo 24 de Diciembre de 1804 = Exmo. S.<sup>or</sup> III.<sup>mo</sup> Francsico Xavier de Viana = Exmo. S.<sup>or</sup> III.<sup>mo</sup> Governador y Capitan Gral. del Contin.<sup>o</sup> de S. M. F.<sup>ma</sup>

Esta Comforme

Paulo Joze da S.<sup>a</sup> Gama

Copia

N.º 15º

O Officio que Vm. se servio dirigirme na data de vinte e quatro de Dezembro proximo passado, combinado com as partes encaminhádas pelo Sargento Mór Commandante dos Povos de Missoens Orientaes ao Uruguay, persuadem por sua incoherencia algum erro de facto, ou equivocação, e talvez huma outra couza. Isto me obriga a delucidar, quanto me hé possivel, o conteudo no mesmo Officio, a fim de nos podermos entender com melhor conhecimento dos nossos parecêres, e intençõens. Descreve Vm. Copia Literal da parte, que recebeu com data de sete de Dezembro do Commandante da Fronteira Oriental do Uruguay, accusando cem individuos Portugueses, e outros tantos naturais dos Povos, que no dia antes comprehenderão marcha al de S. Borja con destin, segun dicen, de ir establecer Guardias en el Yaráo, y hacer la introducion de ganádos, que puedan, sin que para ello les ofereça obstaculo el conocimiento, que se asegúra lleban de que exista una Partida nuestra de trescientos á quatrocientos hombres en el distrito, que entremedia desde el referido Arroyo hasta el del Ybicuy, adonde han mandado con anticipacion ..... Ora, não se havendo expressádo, segundo o meu entender, Arroyo algum, nem se comprehend.º com clareza a expressão "han emprehendido ayer marcha al de S.º Borja", ignoro o assumpto, e objecto de referir se á hum Arroyo, que se não denomina, assim como de estabelecer Guarda no Yaráo, que hé hum Serro Situado ao Sul do Ybicuy mais de sete leguas, marchando al de S.º Borja, hum dos Sete Povos orientaes ao Uruguáy, situado muito mais distante ao Norte do mesmo Ybicuy. A Similhança do sobredito encontro outras incoherencias, ou melhor dizendo, divizo em toda a participação, que Vm. recebeo, e foi servido communicarme (se me permitte me explique com a franqueza, e ingenuidade do meu Costume) hum conjunto de implicancias, ou equivocaçõens addicionádas aos eventos, de que faz men-

ção succedidos bem á meu pezar, e bem repugnantes ás minhas recommendaçoens, ás terminantes ordens, com que me propuz, e pertendi evitálos, e ás superiores expréssas dispoziçoens de Nossos Augustos Soberáños. Tocarei de passágem algóas para melhor intelligencia da efficacia, com que anhelo extirpar de huma vez a origem de taes dezordens, se v.m. para isso convir commigo, como for justo, e de razão. Pelas partes dirigidas á este Governo, e pelas Listas dos empregádos em Missoens, e seus vencimentos de comedorías diárias, sei, que nāao se podia juntar huma Partida de cem individuos Portuguezes, nem da metáde desse numero á seis do mez passádo, ficando por isso mais exageradá a diversa supposta Partida de vinte Portuguezes, alem dos que forão com antecipação observadores dos movimentos, &, fazendose tambem notável a mesma exageração no encontro do primeiro de Novembro de huma Partida Portugueza de trinta homens com outra Hespanhola de mais de cem, commandáda pelo Tenente de Blandegues, D<sup>n</sup> Jozé Rondeau, que depois de acordar com o Alferes, Francisco Barreto Pereira Pinto, em esperárem deliberaçoens dos seus respectivos Chefes, se determinou o mesmo Tenente a atacalo a falça fe no dia seguinte; ficando portanto Author, e Motor daquelle estranho attentádo, que se procura desfarçar, e colorar com a suppozição de trezentos Infieis; cujo tranzito devia perceber, ou haver reconhecido a mesma Partida Hespanhola, que giráva entre o Paiz habitádo pelos mesmos Infieis, e os terrenos que hia tranzitando a Partida Portugueza, fornecida d'ordens, e Portaria do Commandante dos Povos, em que se declaráva o motivo da sua Comissão, e as pozitivas ordens do que devia executar, pouco acordes com as que se indicão de hir estabelecer Guardias en el Yaráo, y hacer la introducion de ganados, que puedan. Declara Vm. acharse com ordens do Ex.<sup>mo</sup> Senhor Vice Rey das Provincias do Rio da Prata, recommendando lhe a maior armonía, e amizáde entre ambas as Naçoens. Concidera difficil de practicar este

particular encargo, se eu não adstringir ordens ao Commandante dos Povos de Missoens, pertencentes á S.M.F., e gradúa de injustiça a continuaçāo da posse, e direito de Conquista nas margens meridionais do Rio Ybicuy contra o pactuado na ultima guerra com o Senhor Marquez de Sobre Monte, julgando por esta razão hostilizádos os Dominiso de S.M.C., que pertende não só defender, mas repellir qualquer contraria oppoziçāo. Toda esta allegaçāo, deduzida em parte de acontecimentos anteriores ao meu actual Governo para tractar de hum cazo fortuito, ou quando mais abuzivo, que não são raros entre os homens; sendo certo haverme eu dedicado com a maior efficacia a fazer constar á essa Nação as mais assinaladas próvas da ingenuidade do meu proceder; parece reprezentar, como já dice algum erro de facto, ou equivocação; razão por que me hé preciso manifestar estes objectos com aquella individual clareza, que me for possivel, afim de precaver qualquer subterfugio, que venha a ser pouco acorde aos nossos essenciaes devéres, e as superiores ordens tam estrictamente recommendadas por nossos Augustos Soberáños. Foi declarada a Guerra nesse Dominio contra o de Portugal em 1801, quando nos achavamos no maior descuido, e tranquilidáde, estabelecida na boa segurança de huma regular Neutralidade. Permittio o Ceo favorecer os poucos esforços, com que procuramos a conservação dos nossos Direitos, e dos nossos Dominios, os quáes se augmentárão mais ou menos em toda a Linha fronteirissa, ainda que a custa de crescida dispeza, effuzāo de sangue, e perda de Vassálos. Em consequencia da feliz noticia da Paz pertendeo o Senhor Marquez de Sobre Monte, entam Sub-Inspector, e Commandante Geral de toda a Trópa Hespanhóla, se lhe devolvessem os mesmos terrenos, que haviamos conquistádo; porem não se podendo, nem devendo admittir tal pertençāo, por ser o Dominio de Conquista sempre reputádo incontestável, e legitimo de direito, e de facto, repetio as suas reclamaçōens, accuzando para isso em

Officio de quinze de Janeiro de mil oitocentos e dois o Artigo nono, e o Espírito do Artigo quinto do Tratado de Paz, celebrado em Badajós a seis de Junho de mil oitocentos e hum, protestando sobre o efeito da sua reclamação repetidamente para os fins, que conviessem. A Contestação á este Officio, escrita nesta Villa de Porto Alegre a vinte e seis do mesmo Janeiro pelo Brigadeiro Francisco João Roscio, entam Governador interino, acabou de calmar as suas menos bem fundádas pertençoens, de que já tinha dezistido, quando recebeo a resposta do primeiro Officio, que havia dirigido com dáta de cinco do mesmo Janeiro, o que se evindicia com a Copia incluza do Officio do mencionádo Senhor Marquez de Sobre Monte, escrita ao Brigadeiro Manuel Marques de Souza, com data de vinte e dous do referido Janeiro. Ora fazendose assim innegável, que o sobredito Senhor Marquez de Sobre Monte só pactuou o assumpto da Fronteira, desde as Guardas de Batovi até as da Lagôa, de modo, que corressem toda a Linha da Fronteira até Santa Maria, Santa Tecla, e Arredondo, sem chegárem as Guardas, ou Postos occupádos, e conquistádos &<sup>a</sup>; como se poderá conceituar de boa fé, e sincera amizade (a não se suppor alguma equivocação, ou erro de facto) as expressoens a fin de que no altere la Paz que gozámos, perturbandola con la injusta solicitud de situarse á las orillas meridionáles del Rio Ybicuy, contra lo pactádo en la ultima Guerra con el Ex.<sup>mo</sup> Senhor Marquez de Sobre Monte, y hostilizando por esta razon os Dominios de S.M.C. Ultimamente se as ponderaçoens expostas não commoverem a reflexão de Vm., a ponderar rectamente acerca das enunciadas verdádes, e factos indubitáveis, menos o poderão fazer muitas outras, que não escassêão, nem são menos curtas, e inconcussas .

Concluirei lembrando á V.m., que os Hespanhóes nunca patrulhárão militarmente aquelles terrenos, banhados pelas aguas do Ybicuy, menos estabelecrão nelles, nem pertenderão estabelecer Guardas fronteirissas. A unica Tropa que ali intentou entrar, depois da Conquista dos Povos, foi

huma Partida de maior numero commandáda pelo Brigadeiro Quintána, e destacáda de Serro Largo em Outubro de mil oitocentos e hum, que chagando ao Passo de S. Maria, no Ybicuy, aonde achou postádo o Tenente Coronel Patricio Jozé Corrêa da Camara, com outra Partida de Tropa Portugueza, se retirou immediatamente; deichando aos Portuguezes no mesmo Acampamento, e pozião em que estavão. Estes se tem conservádo inalteravelmente no uzo, e posse de os patrulhar em mais ou menos extensão, afim de conservar as Estancias, os Gados, e muitas familias, e individuos, pertencentes aos mesmos Povos, subjugádos á Coroa de Portugal; cujos estabelecimentos conservão, e tem concervado os referidos Povos de tempos antiquissimos, com Privilegios Reáes, e posse nunca interrumpidas, nem perturbádas; e por tanto com dobrádo direito pela Conquista, posses immemoriáes, e competentes concessoens. Não pertendo dispensar me de todas e quaes quer providencias, e correçoens, que merecerem os subditos do meu Governo, nemhé minha tenção justificar o seu comportamento; porrem conceituo de razão, e de justiça huma seria averiguacão, e combinaçao dos acontecimentos, ordens, e circunstancias occurrentes; assim como huma ingenua deliberação de se castigar competentemente á qualquer transgressos, motor, ou innovador da paz, e tranquilidade commum tam dezejada, e recommendáda. Más se para effeito de conceguir tam louvavel fim, vm se arroga incompetentemente a authoridáde de repellir com força qualquer oppoziçao á sua vontáde, e ao seu entender, sem consultar á recta razão, o Direito das Gentes, e os motivos acontecidos, e occurrentes; em tal cázó só me resta dizer, que recahirão as consequencias, e responsabilidáde em quem as procurar, e merecer. Estou persuadido, que todas essas nevoas se dissiparião, se Vm quizésse convir, e acordar no estabelecimento de huma Raia provisional, de Divizão, ou separação dos terrenos conquistádos, e de posses pozitivas, transfundidas, e inalteráveis ate o prezente, sem o que será

estranha, e exquisita qualquer outra innovação, por ser este o estádo mais natural, e acorde com as circunstancias ponderádas, em que claramente se diviza não entrar paixão minha, nem interesse pessoal; ficando eu persuadido, que Vm mesmo me reputaria homem relaxádo, e indigno do Conceito publico, se consentisse sacrificar baixa, e froixamente os direitos, e immunidádes, e privilegios recebidos, e conservádos pelos Povos conquistádos, que devo defender, e auxiliar, como verdadeiros Vassálos de Sua Alteza Real. Deos guarde á V.m. muitos annos. Porto Alegre oito de Janeiro de mil oitocentos e cinco = Paulo José da Silva Gama = Senhor Commandante Geral da Campanha, e Fronteira de S.M.C., D. Francisco Xavier de Vianna –

Esta Comforme

Paulo Joze da S.<sup>a</sup> Gama

Copia

N.<sup>º</sup>

16<sup>º</sup>

Exmo. S.<sup>or</sup> III.<sup>mo</sup> = Ami llegada a la Villa de Melo con fha de 18 de Diciembre del año proximo pasado, tube el honor de manifestar à V.E. III.<sup>ma</sup> el obgetto de mi Comision, y consequente à ella pasè a reconocer, y situar en la Frontera de S.M.C. las Guardias, y Puestos en aquellos lugares mas ventajosos y mas a proposito para mantener la reciproca armonia entre los Vasallos de SS. M.M. C. y F. pero quedé sorpreso quando llegué al Paso Real de los Cerros de Valles desde donde pensaba continuar el expresado Plan, que nó verifiquè hasta dar cuenta a V.E. III.<sup>ma</sup> de hallarse establecidas varias Guardias, y Poblaciones de los Individuos de su Nacion en los terrenos de S.M.C. y contra lo combenido con el S.<sup>r</sup> Marquès de Sobre Monte en el armisticio celebrado con el S.<sup>r</sup> Brigadier D.<sup>n</sup> Francisco Juan Roscio al fin de la pasada ultima Guerra: en su consecuencia espero de la justificacion de VE. III.<sup>ma</sup> tenga a bien disponer se evacuen todos los establecimientos comprehendidos entre el rincon del Piraí grande, y el Rio negro.

Dios gue. a VE. III.<sup>ma</sup> muchos años. Paso Real de Valles 6 de Enero de 1805 = Exmo. Señor III.<sup>mo</sup> = Francisco Xavier de Vianna = Exmo. S.<sup>r</sup> III.<sup>mo</sup> Govern.<sup>or</sup> y Cap.<sup>n</sup> Gral. del Continente D.<sup>n</sup> Pablo Jose Silva de Gama –

Esta Comforme

Paulo Joze da S.<sup>a</sup> Gama

**Fonte:** Archivo Historico Nacional (Madrid). Estado. Legajo 3389. Caixa 2. Documentos sem numeração.

**Observações:** Parece minuta. Tem formato de bilhete. Muito rasurado e corrigido. Tem a ver com o Combate do Jaráo.

Enterado S.M. de quanto V.S. expone en su carta del 29 de Diciembre ultimo à que acompaña copia del diario de operaciones del teniente D.<sup>n</sup> Josef Rondeau: de Real orden debo prevenir à V.S. que en continuacion de su celo y energia por el Real Servicio no permita se haga usurpacion alguna de los dominios del Rey: que si en perjuicio de estos se hiciere alguna violencia la resista V.S. con la fuerza que corresponde a los intereses y decoro del soberano, pues no duda a S.M. que escarmentando á los violentos usurpadores por los mismos medios que los usados por estos, y teniendo la competente vigilancia para ocurrir en sus usurpaciones por medio de partidas descubridoras se cortarán estos males en sus principios y en su origen, se hará respetable la autoridad del Rey, y se escusarán las contestaciones por escrito entre los dos Gabinetes que ademas de resfriar la armonia en que por tantos titulos deben vivir no producen sino remedios tardos é incompatibles, ó tal ves ninguno como acredita la experencia.

Lo comunico a V.S. [rabisco curto e ilegível]

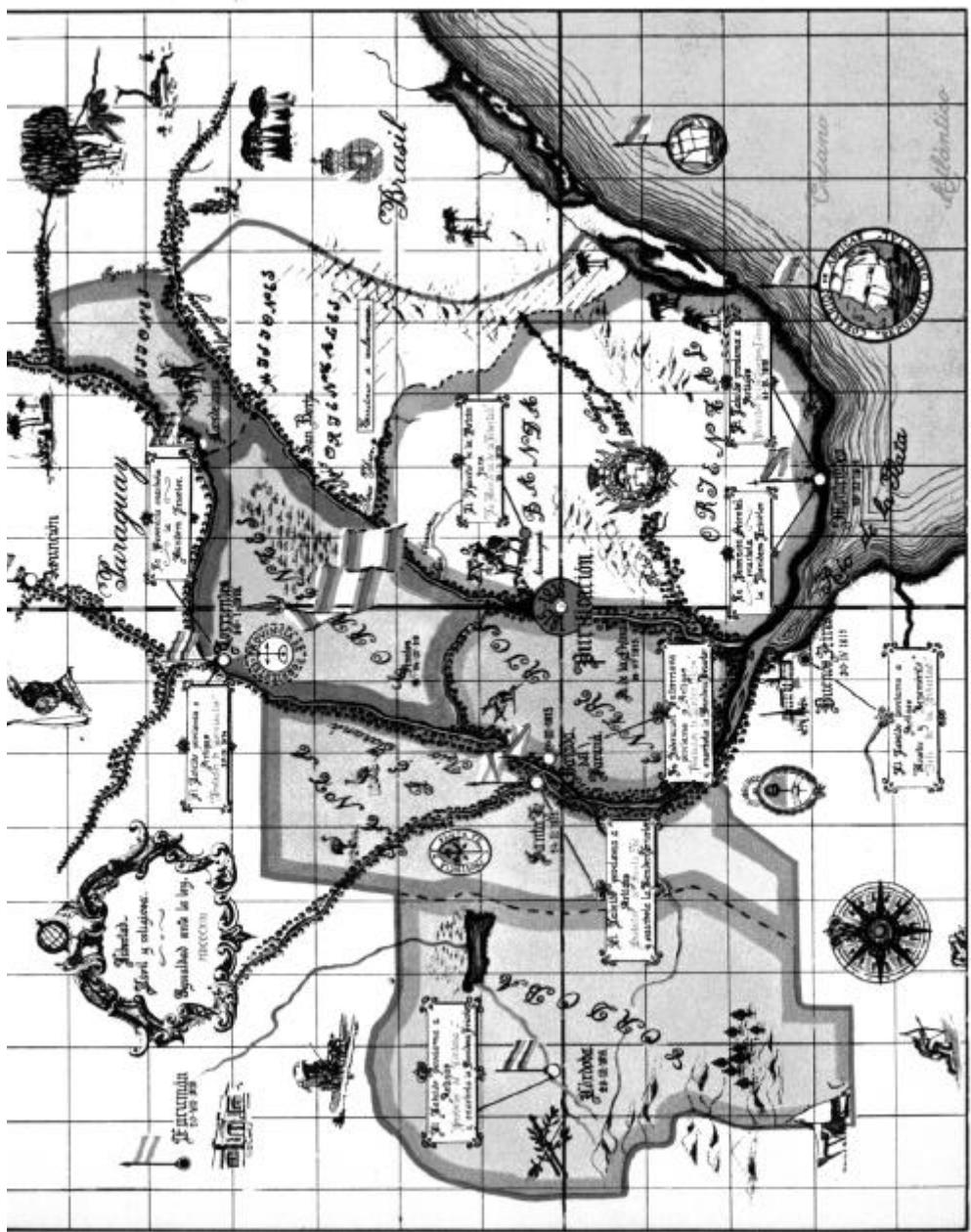
Al Virrey de Buenos Ayres

Aranjuez 6 de Junio de 1805.

# Anexo IV

*Mapa artiguista, onde constam  
os territórios conquistados em  
1801, como "a reclamar"*





Este mapa dá uma idéia da extensão geográfica do Protetorado de Artigas.